

Diego José Baccin

Em memória da cativa, uma memória que cativa?
Análise da construção dos monumentos, da memória e da patrimonialização
do Chafariz da Mãe Preta e da Praça da Mãe de Passo Fundo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em História sob a orientação da Prof^a. Dra. Ironita P. Machado.

PASSO FUNDO

2014

Agradeço a todos que de alguma maneira contribuíram para a concretização deste trabalho, mas, nesse rol, alguns agradecimentos especiais têm de se registrados:

À Francine, por ter me ensinado a rememorar o passado com gratidão, ser capaz de alegrar-se com o presente e encarar o futuro sem medo.

À Walkiria, em seu primeiro escrito e por sua contribuição acadêmica:
NEGSZNV7y21BGGBHVBBHVHVmnj.nb//r][~]snhuki,k.erfgvt.

A Prof. Dra. Ironita P. Machado, minha orientadora, pela dedicação, compreensão e apoio. Nunca esquecerei a célebre frase: “já te avisei que tais considerações são problemáticas, mas estamos juntos”.

À Sra. Ada de Castro, por seu inestimável depoimento: A “mãe do Monumento à Mãe”.

À Cacá, pelo esforço em viabilizar a pesquisa no Arquivo da Câmara Municipal de Passo Fundo.

*Exatamente, disse a raposa. Tu não és para mim senão um garoto
inteiramente igual a cem mil outros garotos.
E eu não tenho necessidade de ti.
E tu não tens necessidade de mim.
Mas, se tu me cativas, nós teremos necessidade um do outro. Serás
para mim o único no mundo. E eu serei para ti a única no mundo...*

Antoine de Saint-Exupéry
O Pequeno Príncipe

RESUMO

Este trabalho analisou o processo de patrimonização de dois bens culturais coletivos enquanto patrimônios históricos culturais da cidade de Passo Fundo. O Chafariz da Mãe Preta, que faz referência a uma pessoa escravizada, a Mãe Preta, e que foi construído em 1863, antes, portanto, da abolição da escravatura no Brasil, e o Monumento à Mãe, edificado um centenário após o primeiro, em 1964. A problemática discorre no sentido de identificar as possíveis tramas de relações entre os sujeitos que decorreram na inauguração de ambos os monumentos, de forma que seja possível considerar o modo como, no decurso da história municipal, ocorreu o processo de composição dos referidos espaços de memória, constituindo-se como bens patrimoniais que carregam elementos de materialidade história, quais sejam os monumentos propriamente ditos. Volta, também, o olhar sobre a imaterialidade simbólica, no sentido de que os bens analisados apresentam características que se reportam a noções indentitárias e que a estes são atribuídas significações e representações diversas e contraditórias. Assim, objetiva-se compreender as relações que se estabeleceram no âmbito político municipal, as quais propiciaram a criação dos monumentos. Busca-se o entendimento do conjunto das relações culturais, simbólicas e sociais, ponderando as diversas significações e representações que sofreram no decurso de sua historicidade, e os usos que lhes foram aferidos na perspectiva da construção e reconstrução de sentido frente à relação entre história e memória, ou memória e história, para considerar a existência, ou não, de um vínculo causal entre o Chafariz e o Monumento. A fundamentação teórica sustenta-se em duas perspectivas: uma de Jacques Le Goff, frente às considerações de que a memória é a propriedade de conservar certas informações; outra de Roger Chartier, na acepção de que a realidade histórica só chega ao historiador por meio de representações, pois, em diferentes épocas, a realidade social é construída, dotando o presente de significado. Viabilizando o acesso às informações disponíveis acerca dos bens patrimoniais, a pesquisa constituiu-se em análise de registros iconográficos, buscando perceber como os monumentos foram representados enquanto objetos e como, a partir dos objetos, os indivíduos representaram os monumentos. Registros escritos foram consultados com a intenção de reconstruir as informações neles constantes, a fim de perceber os pontos convergentes e os divergentes acerca dos dados históricos que envolvem o Chafariz e o Monumento. Recorrendo-se a registros orais da história, realizou-se processo de entrevistas. E, por fim, aplicou-se ficha de coleta de informações. Quando de posse desses dados, fornecidos por depoentes, verificou-se como os monumentos na atualidade são significados, representados e o que permanece na memória da população, envolvendo a história dos monumentos, a partir do instrumento de análise amostragem. Assim, embora se acredite que o que permanece hoje de memória acerca dos monumentos diz respeito à sua história, percebe-se que isso não é totalmente verdade. De fato, o fazer histórico reconduz a novas leituras e interpretações, e, em muitos casos, o que fica talvez evidente é um processo de apagamento da memória, assim, não há representação ou significação para história coletiva, realidade que favorece o esquecimento pelo ente social ou político.

Palavras-chave: memória, monumento, patrimônio, representação, poder.

ABSTRACT

This work has examined the process of patrimonialization of two cultural historical heritage assets in Passo Fundo. The fountain of Mãe Preta 1863 (before the end of slavery in Brazil), which refers to enslaved Mãe Preta. And the creation of a monument to Mãe Preta a century after the first, in 1964. The problematic intends to identify the possible relation problems between the subjects, which took place at the creation point of both monuments. In order to determine how the composition process of these memory sites as elements of historic matter occurred, turning these assets, which carry elements of materiality history - the monuments themselves, into historic symbols, as well as, of symbolic immateriality since the studied assets present characteristics which report to compensatory concepts, and are assigned different and contradictory meanings and representations. The study aims to understand the relations which were established under local political life and which led to the creation of these referred monuments; understanding the cultural, social and symbolic relations; pondering the various significations and representations processed in the course of history, and the uses to which they were referred to, in terms of construction and reconstruction of meaning based on the relationship between history and memory, or memory and history, to consider the existence, not of a causal link between the fountain and the monument. The theoretical foundation is supported by two perspectives: one by Jacques Le Goff's considerations stating that memory is the property of retaining certain information. The other by Roger Chartier which says that past history reality reaches historians only through representations, which at different times form social reality giving present its meaning. Enabling the access to the available information about the assets, the research was based on iconographic record analysis, seeking to understand how the monuments were represented as objects and how, as the objects were created, the individuals represented the monuments. Written records were consulted with the intention of reconstructing the information found in them in order to recognize the convergent and divergent points about historical data involving the target Fountain and Monument. The interview process was held using oral history. And finally, the information-gathering form was used, and based on the collected data provided, we have learned how the monuments are currently understood, represented, and which historic facts remain as community memory. The instrument of analysis used in this study was produced by sampling. Thus, what currently remains about the memory of these monuments is concerned with their history, although it may seem different, history makes new readings and interpretations possible, in many cases what might be evident is an erasure memory process, being meaningless to collective history, which favors social or political oblivion.

Keywords: memory, monument, heritage, representation, power.

LISTAS DE IMAGENS

| | |
|--|----|
| Imagem 1 – Localização do Rio Grande do Sul em relação ao Brasil e a América do Sul. Em destaque juntamente com outras cidades do RS, Passo Fundo na região norte do Estado..... | 24 |
| Imagem 2 – Vista aérea da cidade de Passo Fundo. Em destaque o Chafariz da Mãe Preta e a Praça da Mãe. | 24 |
| Imagem 3 – Chafariz da Mãe Preta situado na Rua Uruguai esquina com 10 de Abril (Março de 2014)..... | 25 |
| Imagem 4 – Praça da Mãe situada em logradouro público na Avenida Brasil (Março de 2014)..... | 25 |
| Imagem 5 – Imediações do Chafariz da Mãe Preta se visualiza os prédios de salas comerciais com consultórios médicos (Março de 2014)..... | 45 |
| Imagem 6 – Imediações do Chafariz da Mãe Preta se visualiza os prédios e casas residenciais e estabelecimentos comerciais (Março de 2014)..... | 45 |
| Imagem 7 – Praça da Mãe, vista lateral esquerda, em relação ao Monumento à Mãe (Março de 2014)..... | 45 |
| Imagem 8 – Praça da Mãe, vista lateral direita, em relação ao Monumento à Mãe (Março de 2014)..... | 46 |
| Imagem 9 – Ciclistas na Praça da Mãe. Pedal de Integração e Pedal Pró-Saúde..... | 46 |
| Imagem 10 – Alunos ingressantes da Faculdade Anhanguera realizam Trote Solidário na Praça da Mãe com a intenção de revitalização da praça..... | 46 |
| Imagem 11 – Atividade Política da Coligação Juntos Podemos Mais na Praça da Mãe..... | 46 |
| Imagem 12 – Manifestação do Grupo COMPATA contra o Instituto Royal referente a testes de produtos em animais na Praça da Mãe. | 47 |
| Imagem 13 – Feira de comercialização de produtos ecológicos | 47 |
| Imagem 14 – Obra do artista surrealista Salvador Dali “A Persistência da Memória”..... | 64 |
| Imagem 15 – Reconstituição do mapa da cidade de Passo Fundo do período de 1853 a 1888. Demonstra a evolução urbana que ocorreu ao longo da Avenida Brasil no sentido do Boqueirão para o oeste. | 85 |
| Imagem 16 – Vista do Chafariz da Mãe Preta (em 1930) | 89 |
| Imagem 17 – Vista aérea da cidade de Passo Fundo, em destaque Rua 10 de Abril, Uruguai, Avenida Brasil e o antigo Chafariz..... | 90 |

| | |
|---|-----|
| Imagem 18 – Chafariz da Mãe Preta: vista frontal do vertedouro do chafariz em 1928. Em evidência pedra histórica grés, com data de 1863, que corresponde a primeira construção do Chafariz pela Câmara Municipal..... | 90 |
| Imagem 19 – Ilustração do Chafariz da Mãe Preta. Em evidência pedra histórica grés, com data de 1863, que corresponde a primeira construção do Chafariz pela Câmara Municipal ... | 90 |
| Imagem 20 – Painel que conta a história do Chafariz da Mãe Preta e vertedouro de água (Março de 2014). | 90 |
| Imagem 21 – Anúncio dos Jantares-dançantes no Turis Hotel. | 114 |
| Imagem 22 – Anúncio referente ao Desfile de Moda a ser realizado no Clube Caixeiral. ... | 117 |
| Imagem 23 – Anúncio da campanha: “que diria você à Mãe”? | 119 |
| Imagem 24 – Paulo e Lucienne Ruschel escultores do Monumento à Mãe. | 119 |
| Imagem 25 – Monumento à Mãe, ao fundo muro no qual hoje se encontra a frase vencedora do concurso “o que diria você a Mãe” de autoria de Lucilla Ronchi. | 122 |
| Imagem 26 – Ato de descerrar o Monumento à Mãe realizado pelo então Governador do Estado do Rio Grande do Sul. | 124 |
| Imagem 27 – Em evidência o Monumento à Mãe já descerrado, juntamente com a visualização da placa assentada no pedestal do monumento com a frase vencedora do concurso “o que diria você a Mãe”..... | 124 |
| Imagem 28 – Momento de pronunciamentos e discursos. | 125 |
| Imagem 29 – Fala da Sra. Lucilla Ronchi. | 125 |
| Imagem 30 – Provavelmente momento do discurso oficial a cargo do jornalista Jorge Cafruni | 126 |
| Imagem 31 – Inauguração do Monumento à Mãe..... | 126 |
| Imagem 32 – Convites para a inauguração da Praça Monumento à Mãe, para dia 12 de Maio de 1968. | 128 |
| Imagem 33 – Pórtico da entrada principal do Santuário Nossa Senhora Aparecida. | 140 |
| Imagem 34 – Parque de Rodeio de Passo Fundo. | 141 |
| Imagem 35 – Edificações nas quais funcionam o Museu Histórico Regional e Museu de Artes Visuais Ruth Schneider; Teatro Municipal; Academia Passofundense de Letras..... | 141 |
| Imagem 36 – O monumento do Teixeirinha..... | 141 |
| Imagem 37 – Monumento à cuia. | 141 |

| | |
|--|-----|
| Imagem 38 – A Catedral Nossa Senhora Aparecida. | 141 |
| Imagem 39 – Largo da Literatura no encontra-se o marco de identificação da Capital Nacional da Literatura. | 141 |
| Imagem 40 – Releitura do Mito da Mãe Preta..... | 143 |
| Imagem 41 – Guia Informativo e Turístico de Passo Fundo. Data provável 1997-2000..... | 145 |
| Imagem 42 – Guia 2013 Passo Fundo..... | 145 |
| Imagem 43 – Guia 2013 Passo Fundo..... | 145 |
| Imagem 44 – Passo Fundo o melhor caminho é aqui..... | 145 |
| Imagem 45 – Passo Fundo lugar de gente feliz..... | 145 |
| Imagem 46 – Passo Fundo Gigante do Norte. Anuário 2012-2013. | 145 |
| Imagem 47 – Segunda edição do Festival Internacional de Folclore de 22 de setembro a 01 de outubro de 1993..... | 146 |
| Imagem 48 – Terceira edição do Festival Internacional de Folclore de 26 de setembro a 03 de outubro de 1993..... | 146 |
| Imagem 49 – Sétima edição do Festival Internacional de Folclore de 15 a 24 de agosto de 2002..... | 146 |
| Imagem 50 – Décima primeira edição do Festival Internacional de Folclore de 17 a 25 de agosto de 2012..... | 146 |
| Imagem 51 – Décima segunda edição do Festival Internacional de Folclore de 15 a 23 de agosto de 2014..... | 146 |
| Imagem 52 – Informações turísticas de Passo Fundo..... | 171 |
| Imagem 53 – Informações sobre o Monumento Praça à Mãe (Preta). | 171 |
| Imagem 54 – Informações sobre o Monumento Praça à Mãe e Chafariz da Mãe Preta. | 171 |
| Imagem 55 – Informações sobre o Monumento Praça à Mãe. | 172 |
| Imagem 56 – Informações sobre o Monumento Praça à Mãe. | 172 |

LISTAS DE TABELAS

| | |
|--|-----|
| Tabela 1 – Documentação Patrimonial Internacional e Brasileira | 26 |
| Tabela 2 – Tabela de Registro da Câmara Municipal de Passo Fundo | 91 |
| Tabela 3 – Descrição das perguntas aplicada aos depoentes..... | 154 |
| Tabela 4 – Grupo de Adolescentes: espaço próximo | 156 |
| Tabela 5 – Grupo de Adolescentes: distanciamento..... | 158 |
| Tabela 6 – Grupo Etário Adulto | 160 |
| Tabela 7 – Grupo Étnico..... | 163 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| 1. O PRESENTE AUSENTE DOS/NOS BENS CULTURAIS COLETIVOS . | 22 |
| 2. EM MEMÓRIA DA “CATIVA”, E DO “CATIVAR”: O PROCESSO DE PATRIMONIZAÇÃO DOS BENS CULTURIAS ÀS MÃES..... | 74 |
| 3. “IN MEMORIAM” DOS USOS DA MEMÓRIA: PATRIMÔNIO E RELAÇÕES DE PODER..... | 134 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 181 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 188 |

INTRODUÇÃO

“A Persistência da Memória”¹, esta obra de arte é, sem dúvida, uma das expressões artísticas mais representativas do pintor espanhol surrealista Salvador Dalí e exerce um imenso fascínio, em razão das múltiplas interpretações que suscita. Isso se deve ao fato de as obras do pintor terem o objetivo de “representar o irrepresentável”, compondo uma análise estética do real a partir de uma tênue leitura da distinção entre a realidade objetiva e a mímeses, a imitação desse real. O louvável da obra é o ato da percepção estética do autor que ressignifica o real através de sua capacidade imaginativa. O resultado é uma representação pictórica de objetos reais, mas com múltiplas significações, por parte do artista e dos apreciadores das obras.

Num cenário inusitado... ao fundo um céu que talvez lembre o crepúsculo ou até mesmo a aurora, com um conjunto de montanhas... quem sabe a própria melancolia nostálgica de um litoral vazio; no centro da tela uma criatura bizarra, um ser disforme que lembra o semblante de um ser humano, a meia face que ganha destaque mais por causa da tímida insinuação daquilo que porventura fosse um rosto marcado pelos olhos fechados devido ao sono ou a finitude, com os cílios alongados. Formigas em um relógio de bolso fechado, uma árvore seca que crescerá de um cubo em uma espécie de plataforma, apropriações e representações que geram estranhamento. Relógios derretendo, o que não se controla, que se esvai, que se gasta, ou que voa – quem sabe como uma mosca – uma das mais significativas metáforas ao tempo, que persiste para continuar na memória.

Tempo, representação e memória são três elementos que indiscutivelmente compõem a obra “A Persistência da Memória”, de Salvador Dalí, e que ocuparam um privilegiado destaque na análise aqui proposta, a qual se debruça sobre a tentativa de compreender o processo de surgimento de dois monumentos históricos, para que, com isso, se discuta o que é patrimônio histórico cultural.

Um desses monumentos é o Chafariz da Mãe Preta, inaugurado em 1863; o outro, a Praça da Mãe, de 1964. Ambos são localizados no município de Passo Fundo², com uma distância aproximada de 200 metros entre si. O Chafariz carrega consigo os elementos

¹ A reprodução da imagem da obra “A Persistência da Memória” de Salvador Dalí encontra-se no Capítulo 1, Imagem 14, p. 64.

² Mapa com a localização da cidade de Passo Fundo no Estado do Rio Grande do Sul. Mapa da localização dos Monumentos do Chafariz da Mãe Preta e da Praça da Mãe no município de Passo Fundo no Capítulo 1, Imagens 1 e 2, p.24.

imaginários de dois relatos míticos que descrevem o sofrimento de mães que perderam seus filhos. Em cada um dos relatos, evidencia-se o surgimento de uma fonte, a qual foi utilizada pela população no abastecimento de água potável, desde o final do Segundo Reinado até meados do século XX. Na Praça da Mãe, encontra-se uma escultura em bronze de uma mãe, com dois filhos, uma menina e um menino.

Propõe-se, então, compreender a criação dos monumentos, levando em consideração que o primeiro foi inaugurado em pleno contexto sociopolítico do período escravagista do final do século XIX, e o segundo, data de um centenário depois. Qual é a relação entre eles? Existe? Pretende-se identificar a trama de relações entre os sujeitos envolvidos e as ações do Legislativo municipal, de modo que seja possível considerar, ao longo da trajetória da cidade, o processo de composição desses espaços de memória e a constituição desses patrimônios históricos culturais materiais e imateriais. Isto é, entender como se deu o processo de patrimonização dos espaços de memória que envolvem o Chafariz e a Praça.

O principal dado ou registro histórico que motivou a realização do estudo foi o fato de perceber uma ausência de explicação sobre o surgimento e a criação do Chafariz da Mãe Preta e da Praça da Mãe que fosse para além dos dados meramente informativos/descritivos para uma análise crítica/interpretativa que respondesse de que modo, em uma região inserida no contexto escravista (decadente) do final do segundo reinado brasileiro, foi possível a edificação de um monumento que “homenageia” uma mulher? Ainda, para além da questão de gênero, há uma questão étnica, pois essa mulher era negra, considerando que o monumento foi inaugurado em 1863, portanto, 25 anos antes da abolição da escravatura.

Outra motivação encontra-se no entendimento de uma relação entre o Chafariz da Mãe Preta, de 1863, e a Praça da Mãe, de 1964. Teria havido uma intenção específica do poder Executivo municipal ao inaugurar a Praça da Mãe quase um centenário após a criação do Chafariz? Será que a ideia partiu de um membro da Câmara de Vereadores, ou será que partiu de pessoas da sociedade civil, ou de uma instituição?. Afinal, quais são os atores, os grupos, as tensões, os interesses, as relações que permearam os bastidores da criação dos dois monumentos.

Frente a esses questionamentos, busca-se compreender as motivações que impulsionam o estudo, a fim de poder destacar sua pertinência. Com isso, considera-se que ambos os monumentos constituem-se em bens culturais coletivos e, enquanto tal, tanto o Chafariz da Mãe Preta quanto a Praça da Mãe são patrimônios históricos culturais materiais e imateriais do município de Passo Fundo.

Mas a questão posta em relação ao que foi exposto é se os monumentos Chafariz da Mãe Preta e a Praça da Mãe são vistos, atualmente, como patrimônios culturais da cidade. A essa ponderação é possível responder afirmativa e negativamente, ao mesmo tempo: há pessoas com uma resposta positiva sobre a questão, enquanto outras manifestam compreensão oposta. Além disso, um terceiro grupo ainda responderia a pergunta de uma forma menos segura, de um modo que contemplaria as respostas “o que é Chafariz da Mãe Preta e Praça da Mãe?”. Tal postura, embora cause estranhamento, foi percebida ao longo dos trabalhos de desenvolvimento desta dissertação.

E é, portanto, pela existência desses grupos de pessoas, que o estudo se justifica, pois reconhecemos e afirmamos que, de um passado repleto de história, esses monumentos/patrimônios (Chafariz e Praça) chegam a um presente com algumas esparsas lembranças do que já foram um dia. Com isso, os monumentos projetam-se em direção a um processo de “amnésia seletiva³”, que gradativamente tem se configurado em um esquecimento.

Assim, questiona-se se a falta de memória pode gerar momentos de amnésia social, considerando que a amnésia é seletiva, isso é, o indivíduo escolhe deliberadamente o que esquecer, ou é induzido ao esquecimento, a partir do desenvolvimento de um processo de “invisibilidade”, de modo que o sentido, o significado “daquele espaço” (monumentos) vai gradativamente desaparecendo da memória, a própria “persistência da memória”.

Nesse cenário, pretende-se demonstrar, aqui, que, frente a toda historicidade que abarca os monumentos, não se pode hoje relegar os patrimônios históricos à condição de esquecimento ou banalização. Almeja-se produzir um estudo que dê visibilidade histórica/cultural dos monumentos, compreendendo ambos como parte fecunda e irrevogável do “acervo” cultural (material e imaterial) no município de Passo Fundo. Desse modo, considera-se de grande valia a justa valorização dos monumentos como patrimônio histórico-cultural-artístico da região.

A ideia a ser desenvolvida no estudo fundamenta-se no empenho de entender o monumento enquanto bem cultural e patrimônio histórico que possibilita conhecer o social, o econômico, o político, o cultural, enfim, a história. O patrimônio/monumento traz intrinsecamente a imagem, que é representada, idealizada, imaginada, real ou ficcional de um

³ A expressão “memória seletiva”, é, aqui, trabalhada em uma perspectiva que visa aproximar o termo médico da noção de esquecimento desenvolvida por Michael Pollak frente à relação entre memória e esquecimento. (POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos. v. 2, n. 3. Rio de Janeiro: 1989. p. 3-15).

personagem ou de um evento que “deve ser” imortalizado na memória, pois o monumento comunica identidades e valores (individuais ou coletivas), forja mentalidades, encena situações, gera sociabilidades. Com isso, contextualiza épocas, registra a importância dos lugares (espaços) e “informa” a “evolução” histórico-social na reprodução de imagens do passado para o presente (com a intenção de que elas permaneçam no futuro), como documentos que dão a conhecer a história.

O monumento possui a capacidade de recompor a relação dilatante entre tempos que demonstram a simultaneidade, a permanência e a sucessão do próprio tempo. Ou seja, o monumento representa um elo físico com o passado que se faz presente na presença. Mas, também, talvez contraditoriamente, representa ausência, na medida em que se insere em um tempo que não é mais o seu.

Aprofundando a discussão, pode-se afirmar que o monumento é muito mais a expressão das ausências do que propriamente da presença, da seguinte forma: ele diz muito mais do que aquilo que meramente se manifesta materialmente no objeto visível; é um signo imagético que pode ser decodificado e interpretado para além daquilo que ele busca demonstrar (personagens ou acontecimento); é uma obra de arte de um momento na história que se quer projetável no tempo do amanhã; é narração emudecida e silenciosa de um instante na história que não se quer esquecer. Assim, o monumento ritualiza e ativa permanentemente a lembrança (por mais dúbio que isso pareça, pois só é possível lembrar o que foi esquecido).

É pertinente observar que o monumento/patrimônio, como afirma Choay,⁴ apresenta-se como um dos meios de que dispomos para conservar vivo um laço com o passado. Sendo assim, representa um espaço de memória de um lugar inteligível para aqueles que o vivenciam, garante a noção de identidade com um passado remoto. Simultaneamente, pode ser entendido como um não lugar, o qual não garante essa identidade e, assim, justifica-se a existência de “lugares de memória”, pois cumpre a eles a integração de um passado a ser absorvido no presente, como se revela o pensamento de Marc Augé, na interpretação de Ciro Flamarion Cardoso⁵. No entanto, Pierre Nora⁶ já advertia: entre história e memória, há uma problemática acerca dos lugares.

O monumento é, portanto, um presente ausente, por ser a presentificação de um passado que busca preservar o instante, o momento, o fato, o acontecimento. Mas, além disso,

⁴ CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2001. 282 p.

⁵ CARDOSO, Ciro F. Repensando a construção do espaço. In: *Revista de História Regional*. [Ponta Grossa], v.3, n.1, p. 7-23, verão 1998.

⁶ NORRA, Pierre. Entre a História e a Memória: A problemática dos Lugares. *Revista Projeto* nº 10. São Paulo: Educ/PUC- SP, 1981. p. 7-28.

não é meramente um registro de cobre, argila, mármore, ferro, e sim uma expressão visual da construção de um evento, que instiga o pensamento e forja a memória.

Talvez, com isso, a grande questão seja a luta constante pela dominação da recordação de uma tradição, que se objetiva ser lembrada e celebrada na posteridade pela manifestação da memória. Essa concepção torna-se evidente na lição de Jacques Le Goff⁷, quando discorre sobre a importância da memória coletiva e sua função, identificando o processo de luta em que grupos disputam pela sobrevivência histórica de uma memória que seja coletiva. A abordagem acentua-se criticamente à luz do pensamento de Pierre Bourdieu,⁸ que, de certa medida, constatará que uma “memória coletiva” deve ser pensada mediante a interpretação de um mundo social marcado pela representação de grupos antagônicos. Então, o que é “memória coletiva” não será simplesmente a memória de um grupo que na relação de força com outros obteve o êxito de fazer valer um único sistema de crença, hábito, costume, valores; uma única cultura que se sobrepõe às demais por intermédio de uma violência simbólica.

O presente seria, então, uma representação distorcida de um passado construído e reconstruído conforme o interesse de grupos que manipulam a memória conforme as conveniências e aspirações. De qualquer forma, o presente da discussão que se seguirá, pretende pensar o “presente ausente” do processo de patrimonização de dois bens culturais coletivos, expressos na forma de monumentos, que visa compreender a memória de uma “Cativa”, na qual Mariana, a Mãe Preta, está inserida enquanto categoria produtiva de escrava e, portanto, posse de Cabo Neves, “primeiro” senhor colonizador dessa gleba, atual Passo Fundo, no início do século XIX. Do mesmo modo, pretende-se demonstrar o quanto essa memória “cativa”, no sentido de encantar, gerar estima e simpatia, além de buscar entender como esta memória repercutiu no transcorrer do tempo e como chega ao nosso presente.

Se a memória pode repercutir no tempo, é possível que também seja alterada/modificada no tempo. Com isso, a memória que no presente se tem de um evento do passado só pode ser uma representação construída. Se tal consideração é plausível de ser admitida, é também concebível a consideração de que, perante o convívio social, evidencia-se uma representação da realidade social, a qual é construída, pensada e dada a ler. Nesse sentido, frente à máxima de Roger Chartier⁹, é possível a interpretação de que cada geração representa ou cria uma representação diferenciada de si ao ponto de perceber sua historicidade

⁷ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4.ed. Campinas: Ed. Universidade Estadual de Campinas, 1996. 553 p.

⁸ BOURDIEU, Pierre; MICELI, Sérgio (Coord.) *A economia das trocas simbólicas*. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 2001. 361 p.

⁹ CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, vol.5, n°11, Jan./Abr. 1991.

de diversas formas.

Alguns termos parecem sempre ser recorrentes: tempo, representação e memória. E, sobre o tempo, este é indubitavelmente o objeto de estudo da história na ânsia da construção de sentido de um fato/acometimento ocorrido no passado, o qual chega até o presente carregado de interrogações. O fazer histórico está arraigado a um problema que se configura em um assunto a ser pesquisado e, para isso, o pesquisador recorre aos fatos/acometimentos do passado por meio da análise dos vestígios documentais produzidos e deixados para a posteridade. De posse dessas informações, articula-se uma possível interpretação dos vestígios encontrados que buscarão dar uma resposta ao problema proposto, através de uma narrativa que irá recompor os acontecimentos efêmeros – os fatos –, compreendendo-os enquanto fenômenos de simultaneidade – as conjunturas – para inferir percepções de mudanças e continuidades; rupturas ou permanências do processo histórico, os quais acarretarão na formação de uma memória histórica.

Frente às linguagens, constata-se que o fazer histórico que se pretende está inserido no contexto daquilo que se conveniu chamar de “Nova História”, com ênfase na história cultural pelo fato de possuir um diferencial em relação à história econômica e social. Enquanto essas estão mais preocupadas com grandes compreensões globais, a história cultural pela ótica de Antoine Prost¹⁰ configura-se como sendo a história do amanhã, pela circunstância de possuir a condição de possibilidade de buscar esclarecer ou encontrar respostas mais satisfatórias que esclareçam o próprio sentido de nosso tempo. A afirmação desperta para a questão de um fazer histórico que seja oriundo de um problema, que, por sua vez, não necessita possuir o status de uma abordagem macroestruturante, mas que possui um fundamento no vivido, nas experiências, uma história dos sujeitos, inseridos em dado lugar, região, época, situação, conjuntura, estrutura, uma história de um indivíduo, grupo, povo, comunidade, uma história cultural¹¹.

A história cultural não pode pretender descaracterizar a história que se pretende econômica e social, pois, na compreensão do fazer histórico (que nutrimos), não existe a possibilidade de uma comparação verticalizada e hierarquizada entre essas tendências da história. Isto é, todas são importantes, cada uma a seu modo, e é possível que se estabeleça um diálogo extremamente profícuo entre essas formas diferenciadas de ler, interpretar, e dar a conhecer o histórico na história.

¹⁰ PROST, Antoine. Doze lições sobre a história. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. 287 p.

¹¹ (PROST, 2012, p. 203-205)

Frente à perspectiva exposta, é praticamente irrefutável a contribuição que a história cultural pode trazer enquanto abordagem diferenciada, que oportuniza novas possibilidades de leituras históricas. Dentre elas, uma se destaca, qual seja, o objetivo audacioso de produção de uma história das representações. Essa discussão tem sido extremamente pertinente quando se pensa em constituição de realidades históricas praticamente galvanizadas, consolidadas, como se existissem “essências históricas”, como afirma Antoine Prost¹², quando seriam capazes de conservar a própria identidade embora ocorressem constantes transformações/mudanças no transcorrer do tempo.

O historiador perante os fatos poderia ultrapassar a contradição dentre a narrativa explicação dos acontecimentos e a narrativa explicação das estruturas ou das regularidades, justamente por não haver a linearidade tranquila e homogênea do ocorrido, e sim uma multiplicidade de informações, possibilidades, hipóteses, interpretações, significações, dizeres e não dizeres, intencionalidades e representações.

Por isso, tem-se de considerar que a cultura, enquanto carregada de noções de identidade, é sempre um problema, pois é sempre oriunda de um grupo, e o que existe é uma espécie de múltiplas referências culturais compartilhadas, que representam mediações entre os indivíduos que compõem o grupo, e entre grupos que compõem uma dada comunidade – realizada pela comunicação. Sendo que esse comportamento estabelece uma relação entre os indivíduos e as suas experiências, situação que faz com que os indivíduos (no grupo ou isoladamente) tenham condições de pensar em suas próprias experiências vividas e expressá-las em signos (palavras – escritas ou orais; gestos, símbolos) para si mesmos e para os outros. Dessa forma, o vivido ganha contornos de sentido, e o experienciado é representado, e aqui justamente neste momento, frente a essas considerações o vivido/experiência do pretérito no presente deve ser lido.

A cultura nesses moldes permite que o indivíduo pense (e repense) sua experiência, pois o fazer histórico estará permeado das constantes “idas e vindas” da experiência e do discurso produzido sobre essa experiência. A experiência chega aos indivíduos do presente (os contemporâneos) como representações que conservam ou modificam discursos, os quais, de fato, auxiliam a moldar uma memória que se constitui historicamente.

Mas é de “bom grado” considerar que a história e a memória opõem-se, mas também se complementam. Uma retroalimenta a outra mutuamente. De qualquer forma, enquanto a primeira tem o objetivo básico de construir uma narrativa que busque contar uma situação,

¹² (PROST, 2012, p. 209)

“decifrar” um acontecimento, conhecer e dar a conhecer uma representação sobre o passado, a segunda reivindica um tempo, mesmo anacrônico, com o intuito de compor a impressão de ser capaz de se aproximar novamente do passado, no presente, invocando a herança ou o legado histórico daquilo que busca representar. Com isso, pode-se observar que a história é um pensamento presente sobre o passado, a fim de conhecer esse passado e também o nosso presente, não sendo uma rememoração fiel daquele, mas uma representação, como bem adverte Jean-Pierre Rioux¹³.

Será que é possível, então, ao historiador, reconstruir de forma inabalável/inquestionável um discurso que busque dar resposta a toda uma conjuntura e, com isso, reproduzir todo o cenário histórico de uma época e de uma região? Tarefa certamente audaciosa. Entretanto, há o reconhecimento de que o historiador conhece o passado recorrendo a vestígios encontrados em documentos e testemunhos. Por meio desses vestígios, é produzido um discurso, uma explicação, selecionando e hierarquizando causas, juntamente com eventos que serão catalogados como sendo mais e menos relevantes, para, finalmente, com o conhecimento das ações humanas em um tempo e espaço, produzir conhecimento sobre seu objeto de análise. Mas como o conhecimento histórico possui base científica, os eventos podem ser examinados novamente, pois podem surgir novos dados, novas perguntas – ainda que sejam de antigas respostas –, que mudarão as relações entre os dados anteriores, que se supunham já conhecidas.

Com essas condições, destaca-se que os vestígios pesquisados neste estudo são oriundos de consultas em base documental e apresentam-se de duas formas: as materiais e as não materiais. Ao que se refere às materiais, têm destaque as arquivísticas, que se constituem em iconográficas (fotos, imagens e os monumentos). A pertinência do material está no fato de o estudo pautar-se na questão da representação, então, é fundamental que uma das tipologias das fontes possua uma característica imagética para que se possam observar duas possibilidades: primeiro, como os monumentos foram representados enquanto objetos; segundo, como que, a partir dos objetos, os indivíduos representaram os monumentos e as relações sociais/culturais que deles são decorrentes. O segundo tipo de material consultado como fonte constitui-se em registros escritos, como livros, periódicos, correspondências,

¹³ RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Rio de Janeiro: Estampa, 1998. 432 p.

discursos, atas, registros, jornais, legislação, licitações e decretos. Em relação a esse material, objetivou-se verificar qual a memória histórica que se forjou acerca dos monumentos¹⁴.

Já, sobre as fontes não materiais, enfatiza-se a “história oral”,¹⁵ revelada a partir do preenchimento de uma ficha na qual o depoente, ao responder às perguntas, manifesta como atualmente os monumentos são significados e representados. Assim, intenciona-se a compreensão e a análise do que hoje permanece na memória coletiva da população sobre os bens patrimoniais dos monumentos do Chafariz da Mãe Preta e da Praça da Mãe. A ficha foi aplicada com público de faixas etárias e grupos étnicos distintos, que possuem um nível de convivência cotidiana com o monumento, de proximidade ou de distanciamento.

A par das discussões até aqui feitas, pode-se considerar que as narrativas criadas forjam memórias, com base nas diversas informações que se recebe, agregam-se os eventos como sendo parte de um passado cultural que representa uma dada historicidade. Isto é, lendas e mitos, datas comemorativas e feriados, estátuas e monumentos são representações de fatos que carregam consigo a possibilidade de interpretação da historicidade cultural de uma sociedade. Os fatos representados agem e interagem de forma que os indivíduos desenvolvam um sentimento de pertença social/cultural através de um processo de representação e (re)significação de suas memórias sociais.

Para essa ordem de considerações, destaca-se que o presente estudo divide-se em três capítulos: no primeiro, priorizou-se a construção de uma narrativa, relacionando uma legislação patrimonial de cunho internacional e nacional, vinculando-se os elementos com uma discussão teórica. Assim, trabalhou-se com o referencial teórico de Jacques Le Goff frente às suas considerações sobre a memória, vendo essa como a possuidora da propriedade de conservar certas informações, propriedade que se refere a um conjunto de funções que permite ao indivíduo atualizar impressões ou informações passadas.

Ademais, agregou-se à discussão as práticas sociais, os comportamentos individuais e de grupo que são portadores daquilo que é simbólico, construído social e historicamente.

¹⁴ O acesso do material foi realizado por meio da consulta no Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo; com pesquisa em documentos do Executivo e Legislativo municipal, atas e pareceres emitidos pelo Instituto Histórico de Passo Fundo e Jornal O Nacional. Academia Passofundense de Letras, material iconográfico e bibliográfico. Museu de Artes Visuais Ruth Schneider, com fontes iconográficas sobre o Monumento do Chafariz da Mãe Preta e Praça da Mãe; Arquivo da Câmara de Vereadores de Passo Fundo, decretos, pedidos de providências, leis, solicitações do legislativo municipal e Biblioteca Pública Municipal, material bibliográfico.

¹⁵ A metodologia aplicada não se encaixa propriamente na definição específica do que é história oral. Sendo que esta propriamente é uma metodologia de pesquisa que consiste em realizar entrevistas gravadas com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história. Sendo caracterizada, portanto, por uma entrevista, o que não se encaixa a proposta metodológica desenvolvida, que é muito mais de coleta de informações a partir de ficha com dados contrastais, e perguntas previamente definida, sem interlocução entre o depoente e a pessoa que esta coletando as informações cedidas pelo depoente.

Frente a isso, analisou-se a representação histórica através do pensamento de Chartier, que afirma que a realidade do passado só chega ao historiador por meio de representações.

Assim, em Chartier, as representações dizem respeito ao modo como, em diferentes lugares e tempos, a realidade social é construída por meio de classificações, divisões e delimitações. A partir disso, tem-se a intenção de considerar que a história, enquanto cultura, tenta entender as significações das práticas cotidianas de uma dada época, ou seja, a maneira como as pessoas liam com o mundo. Também se priorizou realizar uma espécie de diálogo teórico-metodológico com alguns autores que se julgaram pertinentes para a discussão realizada, como: Françoise Choay; Ciro Flamarion Cardoso; Peter Burke; Pierre Nora; Pierre Bourdieu; Eric Hobsbawn; Michael Pollak. O objetivo é estabelecer uma discussão por meio do suporte teórico na qual seja possível expressar uma possível compreensão de patrimônio histórico (ao que se refere o monumento histórico), compreendendo-o através das categorias de memória e representação.

No segundo capítulo, o ponto central da discussão consistiu em compreender como se deu o processo de patrimonização dos “espaços de memória”, tendo como objeto de análise os dois monumentos já nominados. Para isso, realizou-se uma contextualização histórica sobre a criação e a inauguração do Chafariz da Mãe Preta, no final do século XIX, como espaço público passo-fundense, que faz referência a uma pessoa escravizada na busca de tentar compreender as relações que se estabeleceram no âmbito político municipal. Sobre a Praça da Mãe, visa-se identificar a existência ou não de relações memorialísticas, de poder e identitárias entre a criação do Chafariz da Mãe Preta (1863) e a Praça da Mãe (1964).

O objetivo é buscar compreender o contexto histórico regional em que foi proposto, construído e inaugurado o Chafariz da Mãe Preta, levando em consideração o período já decadente do final do Segundo Reinado no século XIX, na ânsia de construir uma argumentação que se aproxime da conjuntura das relações de poder locais das quais o monumento (Chafariz) foi oriundo. Pretende-se, também, compreender se existe uma relação direta entre o Chafariz da Mãe Preta e a Praça da Mãe, bem como identificar quais foram os principais atores sociais que estiveram relacionados ao espaço de memória que é o Chafariz e a Praça.

Como parte final no terceiro capítulo, buscou-se analisar o projeto modernizante da cidade de Passo Fundo, a partir da proposta de incentivo ao turismo; e as diversas significações e representações de memórias que perpassam os monumento do Chafariz da Mãe Preta e a Praça da Mãe juntamente com as tensões de forças/poder que os envolvem.

Sobre as diversas significações atribuídas ao Chafariz da Mãe Preta e à Praça da Mãe, ao longo de sua historicidade, a narrativa visou representar os monumentos com base em quatro categorias de análise sobre a memória: memória do espaço próximo; memória do distanciamento; memória entre gerações e memória étnica. A questão é perceber quais as memórias que se tem na atualidade em relação aos patrimônios históricos do Chafariz da Mãe Preta e da Praça da Mãe. Demonstra-se, a partir do estudo, a existência, ou não, de uma cultura do descaso patrimonial referente à população passo-fundense no que tange à sociedade civil e às políticas públicas por parte do poder público.

1. O PRESENTE AUSENTE DOS/NOS BENS CULTURAIS COLETIVOS

Os bens patrimoniais, de forma genérica, podem conceitualmente ser compreendidos como sendo todo e qualquer registro físico, material/tangível, ou não, imaterial/intangível, que se reportam a elementos de uma dada realidade cultural¹⁶, de um tempo passado ou presente capaz de “traduzir” um momento cultural de um grupo, ou grupos. Com isso, as pretensões que se objetivam neste capítulo são a análise e a elaboração crítico/reflexiva de uma “legislação” patrimonial, como forma de verificar a compreensão que esses registros fazem do patrimônio; sendo que, de forma simultânea, articulará uma apreensão reflexiva dessa documentação, contrastando-as a um referencial teórico que envolve a discussão de categorias como: lugar, não lugar, relações de força/poder, simbólico, tradição, patrimônio. Busca-se, assim, compreender os bens culturais – isto é, os patrimônios (monumentos) – de duas formas: como sendo elementos da memória e como esta memória é “salvaguardada” (ou não); juntamente com os elementos de representação contidos no bem patrimonial entendido como patrimônio histórico cultural, de maneira mais específica os monumentos¹⁷.

É inegável que a noção de bem está, na maioria das circunstâncias, associada à posse, à propriedade vista como o direito privado de um indivíduo, ou de grupos sobre algo. Mas, ao se reportar a um bem que seja cultural, extrapola-se os entraves sensíveis, visuais, dos objetos/peças, pois esses não são “coisas” e sim “fatos” da realidade dotados de sentido, significado, representação, que por mais que seja de posse individual, privada ou particular, comunica algo de uma coletividade, grupo, povo, comunidade, ou até mesmo de um indivíduo, e insere-se no interesse público, pelo fato de esse “bem” falar, contar, comunicar, expressar uma história.

Quando se fala de bem no sentido da cultura, tem-se de aguçar a percepção para compreendê-lo intrinsecamente relacionado à ideia de valores adquiridos/desenvolvidos, ou atribuídos, por grupos sociais a bens, físicos ou não, e lugares. Dessa forma, bens culturais

¹⁶ Os bens patrimoniais também podem ser naturais, sendo que da mesma forma que os culturais fazem referência ao um tempo passado ou presente, e são capazes de “traduzir” um momento da história. Os bens chamados naturais também apresentam as condições de comunicarem estas mesmas características, de modo que se oportunize a compreensão de “ecossistemas”. Salientamos apenas tais considerações como forma de registro informacional e advertência de que tal característica de bens patrimoniais não constituem o estudo por não serem objeto da discussão proposta. (GHIRARDELLO, Nilson. et al. *Patrimônio histórico: como e por que preservar*. Bauru, SP: Canal 6, 2008. p. 14)

¹⁷ A compreensão de monumento empregada neste estudo é de monumento/escultura e não de monumento/arquitetura ou monumento/pintura. A expressão monumento neste trabalho em sua acepção específica tratará de esculturas, como sendo expressões artísticas elaboradas com a intenção de salvaguardar a lembrança para a posteridade de um personagem histórico ou de um acontecimento. E ainda, esses monumentos são entendidos como bens coletivos devido ao seu valor histórico, artístico e cultural.

abandonam a ideia de exclusividade privada/individual, cedendo espaço para a construção idealizada de um bem que seja coletivo, por mais que esse se reporte a uma pessoa.

O que a arguição demonstra é que o conjunto dessas considerações compõe o que se chama, ou pode se chamar, de patrimônio, seja ele cultural, histórico, social, turístico, museológico, arquivístico, etc. Então, é o conjunto de bens materiais e imateriais, naturais ou ainda construídos, possui a condição de possibilidade de ser considerado patrimônio pelo fato de preservar em si referenciais identitários que agem sobre a memória e as formas de representação dos diferentes grupos sociais que formam determinada coletividade humana.

Esse patrimônio, quando entendido como cultural, pode ser manifesto de algumas formas como literatura, música, danças, rituais, teatro, pinturas, culinária, edificações, artesanato e uma infindável gama de possibilidades. Entretanto, o patrimônio cultural entre as múltiplas considerações divide-se objetivamente em material/tangível e o imaterial/intangível. Sobre o primeiro, forma-se por todos os bens materiais, e, nesse caso, pode-se dizer que existem bens materiais/tangíveis imóveis que são constituídos por “edifícios, sítios arqueológicos, monumentos; e móveis formado por peças de mobília, utensílios, ferramentas, documentos, vestuários, obras de arte. Por sua vez, o imaterial/intangível forma-se por lendas, rituais, costumes, hábitos, tradições, oralidades”¹⁸.

No caso dos monumentos do Chafariz da Mãe Preta e a Praça da Mãe, esses se encaixam na categoria de patrimônio histórico cultural com característica materiais e imateriais. Isto é, material, pois é um patrimônio edificado onde encontramos duas “esculturas”. No caso da Praça da Mãe, essa característica é mais nítida, porque objetivamente é visível a escultura da Mãe. No monumento do Chafariz da Mãe Preta, a noção de monumento enquanto escultura é mais difusa, pois o que existe é um painel o qual conta a história de mãe Mariana (Preta), com um suposto rosto de Mariana; e com alguns informativos sobre as construções e reconstruções que passou ao longo do tempo. Com isso, a noção compreensiva de monumento não é meramente de escultura, mas também de um lugar, um “espaço” de memória. Já no que concerne à questão da imaterialidade dos monumentos, ou do monumento do Chafariz, dá-se por meio de um mito que indissociavelmente acompanha o monumento, ou os monumentos.

¹⁸ (GHIRARDELLO, 2008, p. 13-14).



Figura 1 – Localização do Rio Grande do Sul em relação ao Brasil e à América do Sul. Em destaque juntamente com outras cidades do RS, Passo Fundo na região norte do estado.

Fonte:

http://mapas.fee.tche.br/wp-content/uploads/2011/11/RS_na_America_Sul.png

(acesso em: 12/10/2014 09:44)



Figura 2 – Vista aérea da cidade de Passo Fundo. Em destaque o Chafariz da Mãe Preta e a Praça da Mãe.

Fonte:

<https://www.google.com.br/maps/place/Passo+Fundo+-+RS/@-28.2649828,-52.4077126,13z/data=!3m1!4b1!4m2!3m1!1s0x94e2bf7ecbc632df:0x8370fe5f60075c2b>

(acesso em: 12/10/2014 15:35)



Figura 3 – Chafariz da Mãe Preta situado na Rua Uruguai esquina com 10 de Abril (Março de 2014).

Fonte:

Acervo do Autor



Figura 4 – Praça da Mãe situada em logradouro público na Avenida Brasil (Março de 2014).

Fonte:

Acervo do Autor

De qualquer modo, o que é um patrimônio? Quando esse é visto como sendo cultural? Quando é material ou imaterial? Questionamentos com espartas e generalizantes definições até o momento. Pondera-se, então, que não são unívocas as compreensões sobre patrimônio, até porque os tipos de patrimônio são variados e comunicam situações, momentos, fatos/acontecimentos, personagens, grupos também diversificados. Nesse contexto, para buscar uma interpretação sobre o patrimônio, recorre-se aos registros produzidos por entidades e governos que produziram documentos¹⁹, uma “legislação”, que dependendo do contexto e momento histórico busca conceituar, salvaguarda, proteger, estabelecer “padrões” de restauro, educar, entre tantas outras intenções, que visam em suma promover o respeito pelo patrimônio em geral²⁰.

Tabela 1 – Documentação patrimonial internacional e brasileira

| Cartas Patrimoniais e Legislação | | | |
|---|------------------------------|-------------|---|
| Instituição | Nome do Documento | Local/Ano | Descrição |
| ESCRITÓRIO DOS MUSEUS DA SOCIEDADE DAS NAÇÕES | Carta de Atenas | Atenas/1931 | Carta internacional com foco para o reconhecimento de uma ação interdisciplinar na conservação dos monumentos. |
| BRASIL | Decreto-lei nº 25 | Brasil/1937 | Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. |
| ICOMOS | Carta de Veneza | Veneza/1964 | Carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios II Congresso internacional de arquitetos e técnicos dos monumentos históricos. |
| ICOMOS | Declaração de Sofia | Sofia/1964 | XI Assembleia Geral do ICOMOS Defende o pluralismo cultural. |
| UNESCO | Recomendação de Paris | Paris/1972 | Convenção sobre a salvaguarda do patrimônio mundial, cultural e natural. Conferência Geral da Unesco – 17ª sessão. |

¹⁹ Cartas, recomendações, normas, manifestos, declarações, decretos, leis. No caso das Cartas Patrimoniais, essas constituem-se em diretrizes para a conservação, manutenção e restauro do patrimônio histórico, local, regional, nacional ou mundial. Tratam da evolução conceitual e das formas de ação sobre um patrimônio histórico e arquitetônico. Refletem o que se pensou e o que se pensa no âmbito da comunidade de especialistas e organismos nacionais e internacionais que trabalham com a preservação de patrimônios culturais. (GHIRARDELLO, 2008, p. 27).

²⁰ Ressalta-se que a relação das Cartas Patrimoniais constante da Tabela 1 é parcial levando em consideração a existência de outros documentos que não estão relacionados. Isto se deve ao fato de se ter priorizado os documentos que optou-se em analisar neste estudo.

| | | | |
|--|---|---------------|--|
| CARTA EUROPEIA DO PATRIMÔNIO ANO DO PATRIMÔNIO EUROPEU | Manifesto de Amsterdã | Amsterdã/1975 | Carta europeia do patrimônio arquitetônico Em referência ao “Ano europeu do patrimônio arquitetônico”. Promoção de uma política de conservação integrada, passando pelo planejamento urbano e regional. |
| BRASIL | Decreto Legislativo nº 74 | Brasil/1977 | Aprova o texto da Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. |
| BRASIL | Constituição da República Federativa do Brasil | Brasil/1988 | Título VIII sobre a ordem social, Capítulo III da Educação, da Cultura e do Desporto. Seção II da Cultural, Art. 216. Dispõem sobre a constituição do patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial. |
| UNESCO | Recomendação de Paris | Paris/2003 | Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. |

Fonte: Construção do Autor

Em relação ao exposto, delinea-se a composição analítica desses documentos como forma de obter uma noção de patrimônio histórico cultural, valendo-se das concepções neles desenvolvidas. Entrecruzando as informações contidas nos documentos com um cabedal teórico, permitir-se-á uma contenda mais aprofundada e qualificada sobre os bens patrimoniais.

Um dos primeiros, senão o primeiro, documento produzido com o intuito de salvaguardar o patrimônio monumental foi a Carta de Atenas, em 1931. Nessa, recomenda-se o respeito à obra histórica e artística do passado na forma de valorização dos monumentos. Para tanto, a Carta é resultado de um processo de reflexão sobre a deterioração dos monumentos, técnicas de conservação e restauro; e do papel da educação para o respeito aos monumentos. Tudo isso tem origem na da situação em que se encontrava a Acrópole de Atenas. Dentre as principais observações, a conferência recomendou:

Que se mantenha uma utilização dos monumentos, que assegure a continuidade de sua vida, destinando-os sempre a finalidade que o seu caráter histórico ou artístico. [...] a conferência, profundamente convencida de que a melhor garantia de *conservação* [grifo nosso] de monumentos e obras de arte vem do respeito e do interesse dos próprios povos, considerando que esses sentimentos podem ser grandemente favorecidos por uma ação apropriada dos poderes públicos, emite o voto de que os educadores habituem a infância e a juventude a se absterem de danificar os monumentos, quaisquer que eles sejam, e lhes façam aumentar o interesse, de uma maneira geral, pela proteção dos testemunhos de toda a civilização.

(ESCRITÓRIO DOS MUSEUS DA SOCIEDADE DAS NAÇÕES Carta de Atenas, 1931, p. 1-4)

É provável que a conferência em Atenas tenha influenciado outras nações a protegerem seus monumentos, como exemplo, tem-se o caso brasileiro no qual, em 30 de novembro de 1937, alguns dias após a instalação do Estado Novo, o presidente Getúlio Vargas, usando das atribuições que a constituição lhe conferia cria um Decreto-Lei nº 25, que tem a função de organizar e proteger o patrimônio histórico e artístico nacional. Nesse, em seu capítulo primeiro, traz uma definição de patrimônio histórico e artístico nacional. No teor do seu primeiro artigo, assegura que:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja *conservação* [grifo nosso] seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL Decreto-lei nº 25, 1937, p. 1).

Deve-se, assim, ponderar que esse decreto-lei não surge do acaso, tampouco da benevolência de indivíduos inseridos na vida pública. Há de se considerar que no cenário internacional já há discussões precedendo em seis anos o decreto-lei brasileiro de 1937. Tentando estabelecer um vínculo relacional em ambos os documentos, no decreto-lei brasileiro havia o explícito interesse de proteção do patrimônio. O documento dispõe sobre a identificação do patrimônio para depois discorrer sobre os meios legais para a sua preservação por intermédio do recurso do tombamento, que o decreto-lei se ocupa em toda sua extensão, praticamente.

Já na Carta de Atenas, existem elementos que parecem fazer menção ao porque preservar, o que não está expresso no decreto-lei brasileiro. Ou seja, a Carta de Atenas parece justificar a finalidade da preservação do patrimônio, utilizando expressões, como respeito; interesse dos povos; educação, pois esses elementos contribuem para a proteção dos testemunhos de uma civilização. Isso é, há, sem dúvida, uma clara intenção de manifestar o porquê do cuidado e da preservação de todo e qualquer patrimônio. O documento brasileiro busca definir o que é o patrimônio, sendo que a preservação parece estar presumida, ou “assegurada”, perante o tombamento²¹ de bens patrimoniais.

²¹ É o ato de tomar, ou seja, inventariar, arquivar, registrar coisas ou fatos relativos a uma especialidade ou região, para proteger, assegurar, garantir a existência por parte de algum poder. Esse nome tem origem em Portugal, vem da Torre do Tombo, ou do Arquivo (uma das torres do Castelo de São Jorge), onde eram guardados documentos importantes que hoje fazem parte do Arquivo Central do Estado Português. De forma objetiva, se configura em um conjunto de ações, organizadas pelo poder público e alicerçado por legislação.

Os documentos manifestam uma reciprocidade que é a intenção expressa da preservação do patrimônio, manifestada na expressão linguística da conservação. Conservar, portanto, é um ato, uma ação deliberativa internacionalizada, de manutenção de bem que visivelmente encontra-se em estado de degradação. Dessa forma, o ato visa oportunizar uma sobrevida, salvaguardando o patrimônio cultural. Ou seja, todos os bens de natureza material e imaterial, de interesse cultural ou natural, que possuam significado histórico, cultural, social, artístico, etc., que possam contribuir para a compreensão de uma identidade cultural de alguma organização social que a produziu podem, ou devem, ser preservados. Sua principal finalidade é assegurar que cada indivíduo isoladamente desenvolva a noção que é parte de um todo social, e que constrói coletivamente a história de determinado lugar, legando as gerações futuras registros capazes de propiciar a compreensão da história por meio dos bens patrimoniais²².

Como então é possível a compreensão da história humana por meio dos bens patrimoniais? Frente a essa indagação, outro documento que se destaca é a Carta de Veneza, oriunda de um congresso internacional de arquitetos e técnicos em monumentos históricos, juntamente com o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), realizado de 25 a 31 de maio de 1964, o qual objetivou a elaboração de um documento/referência sobre a conservação e restauração de monumentos. Nesse, encontramos a seguinte argumentação sobre o monumento:

Portadoras de mensagem espiritual do passado, as obras monumentais de cada povo perduram no presente como o testemunho vivo de suas tradições seculares. A humanidade, cada vez mais consciente da unidade dos valores humanos, as considera um patrimônio comum e, perante as gerações futuras, se reconhece solidariamente responsável por *preservá-las* [grifo nosso], impondo a si mesma o dever de transmiti-las na plenitude de sua autenticidade (ICOMOS Carta de Veneza, 1964, p. 1).

O que Eric Hobsbawn diria desta afirmação²³: “portadoras de mensagem espiritual do passado, as obras monumentais de cada povo perduram no presente como o testemunho vivo de suas tradições seculares”²⁴. Impossível saber! Agora pensando sobre uma de suas obras, a *A Invenção das Tradições* (coautoria de Ranger), o indicativo da réplica provocada por tal

específica, que visa preservar os bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e afetivo, impedindo a sua destruição e/ou descaracterização. (GHIRARDELLO, 2008, p. 15)

²² (GHIRARDELLO, 2008, p. 14-15)

²³ A intencionalidade da abordagem argumentativa é de perceber se é possível realizar uma compreensão interpretativa de alguns fragmentos da Carta de Veneza de 1964 a partir de alguns aspectos do pensamento de Hobsbawn, principalmente da noção de “tradições inventadas”.

²⁴ (ICOMOS. Carta de Veneza. Veneza: 1964. p. 1).

afirmação expõe-se em termos que tendem buscar identificar o que são as tradições e quais são as problemáticas que as envolvem frente às suas gêneses e suas continuidades/permanências perante o “legado que as gerações sucessoras são devedoras”²⁵.

A impressão que essas considerações perpassam é que as tradições parecem ser muito antigas por causa da noção de legado que as gerações antecessoras transmitem às gerações futuras por meio das tradições. Mas, o surpreendente é que as tradições em muitos casos não são antigas, bem pelo contrário, são muito recentes, isso quando não foram inventadas. Assim, Hobsbawn estabelece um primeiro diálogo na intenção de trabalhar com a expressão “tradição inventada” e, para tanto, se entende que:

O termo “tradição inventada” é utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as “tradições” realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo – às vezes coisa de poucos anos apenas – e se estabelecem com enorme rigidez. [...] Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado (HOBSBAWN, 1997, p. 9-10).

Hobsbawn faz dois registros distintos sobre a “invenção das tradições”, um propriamente sobre o sentido empregado na expressão, revelando que as tradições são “construídas” historicamente de forma “natural” ou de forma “artificial”, e outro que refere que essas tradições (inventadas/artificiais) têm como objetivo inculcar comportamentos “fabricados” e introduzi-los na coletividade de forma que sejam assumidos como naturais, espontâneos, originais, pois manifestam a identidade de uma coletividade e, por isso, devem ser transmitidos às próximas gerações. O comportamento representaria a continuidade do passado por meio da repetição da tradição no presente (futuro). O problema está no fato de que nem sempre as tradições formam-se (nascem) da espontaneidade livre e original de um povo; em alguns casos, elas podem ser determinadas pelo conjunto de jogos de forças (poder) entre os diversos atores sociais de uma dada realidade histórica. Ou seja, foram inventadas entre a disputa que grupos fazem pelo “direito” de manifestar uma memória que se quer perpetuada.

A pergunta a ser feita é sobre quais são as condições de possibilidade de existência de tradições seculares. Entretanto, há que se ter o cuidado de também não negá-las, eis que

²⁵ (ICOMOS. Carta de Veneza. Veneza: 1964. p. 1).

obviamente existem. E sobrevivem no presente. Mas qual foi o modo como surgiram e se estabeleceram como sendo tradições naturais do presente? Burke afirma que “embora o passado não mude, a história precisa ser reescrita a cada geração, para que o passado continue a ser inteligível para um presente modificado”²⁶. Em Hobsbawn, os contornos discursivos são mais rebuscados, mas o sentido permanece intacto, apenas dito de outra forma. Assim, a invenção das tradições diz respeito a “reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado da repetição quase que obrigatória”²⁷.

Em outros termos, as invenções das tradições são reações acerca de um passado no qual a tradição é conflitante com a realidade presente; ou o contrário, a realidade presente conflita com a tradição; ou ainda, a partir do presente, molda-se o passado, e cultua-se a repetição até que a ritualize e simbolize uma tradição que irá se impor como continuidade do passado, por mais que esta não existisse no passado, pois foi inventado no presente.

Assim, pode-se afirmar que existem três categorias em que as tradições inventadas podem ser inseridas, respectivamente: as tradições inventadas, que conseguiram estabelecer uma coesão social, no sentido de identificação com uma coletividade (povo, nação etc.); as tradições inventadas, que tiveram êxito em estabelecer princípios que legitimassem instituições, status, ou relações de autoridade (Estado, família, associações, etc.); e, por fim, as tradições inventadas, cujo principal propósito é a socialização, inculcando ideias, sistemas de valores e padrões de comportamento (Igreja, escola, etc.).²⁸

Como forma de exemplificar o exposto, recorre-se a um Projeto de Lei Municipal, nº 57/80, aprovada pela Câmara de Vereadores de Passo Fundo em novembro de 1980, por meio do qual se oficializava um projeto intitulado “Passo Fundo, Tchê! a mais gaúcha cidade do Rio Grande do Sul”²⁹.

Então, o dilema da época que motivou o projeto foi a dificuldade que se tinha de tentar representar Passo Fundo por meio de um desenho, um símbolo, um logotipo. Pelo simples fato de que, em Passo Fundo, “não existe nada de especial, nada que pudesse destacar por alguma razão o município em relação a outros”³⁰. A pergunta feita naquele período e que

²⁶ (BURKE, 2006, p. 241)

²⁷ (HOBSBAWN, 1997, p. 10)

²⁸ (HOBSBAWN, 1997, p. 17)

²⁹ CÂMARA MUNICIPAL. Projeto de Lei nº 57/80, em 03 de novembro de 1980. Optou-se em descrever o conteúdo do Projeto, buscando ao máximo manter sua argumentação original do mesmo, onde as ideias, preocupações e análise crítica acerca da realidade municipal e a necessidade de investir no turismo, consiste na base argumentativa do Projeto que visava transformar a cidade de Passo Fundo na mais gaúcha do Rio Grande do Sul.

³⁰ (CÂMARA MUNICIPAL. Projeto de Lei nº 57/80).

carecia de resposta era “o que fazer se Passo Fundo não tem algo que possa se destacar em relação a outros municípios”. Em sua justificativa, o Projeto de Lei cita que em outras localidades existe um diferencial atrativo, enquanto Passo Fundo não é, por exemplo:

“A Cidade Universitária”; não é a “Noiva do Mar”, não é a “Perola das Colônias”, nem tem a Festa da Uva ou outra qualquer. Não é Santo Ângelo com as Ruínas de São Miguel. Não é Gramado com suas hortênsias, seus hotéis e móveis construídos ao estilo colonial. Com seu Festival de Cinema, que atrai a atenção de todo o país e mesmo do exterior, seu Lago Negro, seu artesanato. Não é Garibaldi com sua pista de esqui. Ou Sapucaia com seu Jardim Zoológico. Novo Hamburgo com seu calçado, sua feira a Fenac, seu parque artesanal. Não é Canela ou Taquara com seu museu arqueológico, ou Ibiaça com a Romaria à Nossa Senhora Consoladora. Não é nem mesmo Guaporé com seu autódromo (CÂMARA MUNICIPAL Projeto de Lei nº 57, 1980).

No Projeto de Lei que busca oficializar o projeto “Passo Fundo, Tchê! a mais gaúcha cidade do Rio Grande do Sul”, observa-se que, na década de 1980, a cidade era divulgada de uma forma pejorativa, quando o slogan era o sensacionalista “Ganster-City”, ou ainda “Chicago dos Pampas”³¹, demonstrando uma Passo Fundo de forma depreciativa, como sendo um reduto de assaltantes³². Então, a intenção do Projeto de Lei era, sem dúvida, mudar esse imaginário construído acerca da cidade. Nesse contexto, pertinente pontuar que há poucas maneiras de desenvolver um município frente tais condições e circunstâncias. Mas, por mais que sejam poucas, uma delas é extremamente eficaz: o turismo. No projeto, destaca-se que o turismo é uma espécie de “indústria imã”, pois tem o poder de atrair outras indústrias, que, por consequência, impulsionam o comércio, que, por sua vez, impulsiona os demais seguimentos sociais, culturais, políticos e empresariais, criando, assim, um maior mercado de trabalho e melhores condições de vida a seu povo³³.

E aí o projeto infere outro obstáculo, exposto na seguinte perspectiva: o que Passo Fundo tem a oferecer para que possa ser explorado no campo turístico? A resposta dada na época foi: nada! Dessa forma, como então fazer de Passo Fundo uma cidade turística? Chegou-se, nessa avaliação, a um veredito incontestável: criar um ambiente artificial. Mas as indagações da época permeavam as probabilidades de tal empreendimento; então, justificava-se a existência de exemplos que demonstravam tal possibilidade.

O projeto previa situações em que, na cidade, premiavam-se as belíssimas paisagens, subterfúgios para incrementar seu campo turístico, como o Rio de Janeiro, com o seu

³¹ (CÂMARA MUNICIPAL. Projeto de Lei nº 57/80).

³² (CÂMARA MUNICIPAL. Projeto de Lei nº 57/80).

³³ (CÂMARA MUNICIPAL. Projeto de Lei nº 57/80).

carnaval, o seu Cristo Redentor, o Estádio do Maracanã, Quitandinha e o seu famoso bondinho suspenso, além de outras atrações. Como o caso dos baianos com suas famosas baianas, suas festas afro-brasileiras, seu candomblé. Como o caso do Nordeste, com o Bumba-meu-boi e a expressiva quantidade de festas religiosas. Ainda, a exemplo do que ocorre com Minas Gerais e seu queijo, suas igrejas de Ouro Preto obras de arte do Aleijadinho e tantas outras belas coisas. Dizia o projeto:

Europa chegara ao cúmulo de inventar aquela história do “Monstro do Lago Ness” e que conseguiu atrair turistas de todas as partes. [...] A Espanha, com suas touradas, dançarinos e cantores. Las Vegas, com seus cassinos. O México, com sua vistosa indumentária, seus sombreros, seus mariatchis, suas guitarras (CÂMARA MUNICIPAL Projeto de Lei nº 57, 1980)

Após os ilustrativos exemplos de como é viável a criação de um ambiente artificial para fomentar a “indústria imã” do turismo, chega-se às indicações previstas do Projeto Lei que definem algumas ações necessárias para transformar Passo Fundo na mais gaúcha cidade do Rio Grande do Sul. Dentre as ações destacam-se alguns aspectos: o informacional, onde se deveria colocar nas principais vias de acesso à cidade, painéis com dizeres como: “faltam tão somente X quilômetros para você chegar a Passo Fundo, Tchê! A mais Gaúcha cidade do R.G. do Sul”.

No que concerne à decoração, decoram-se as principais entradas da cidade com “Monumentos-enfeites”, usando-se, para isso, rodas de carroça, chaleiras, esporas, botas, estribos. Também adornando ruas, praças e demais logradouros públicos com os mesmos temas gauchescos: figuras de animais, peões, prendas, laços, arreios, figuras de gaúchos ilustres, fachadas de lojas, vitrines, a Prefeitura, a Câmara de Vereadores.

Aborda-se também a questão do vestuário, onde os funcionários municipais, e em particular os da limpeza urbana, e demais trabalhadores poderiam trajar-se com vestimenta típica, tais como: chapéus, botas, bombachas. Sobre a questão, o projeto apontava que não poderia ser qualquer traje:

Não aquelas bombachas largas, mas sim com corte especial, coloridas e confeccionadas em brim, por exemplo. Mas naturalmente, desenhadas por figurinistas especializados. Os funcionários municipais mais graduados (vereadores, secretários, prefeitos, entre outros) poderiam usar uma peça do vestuário com características gauchescas, um sofisticado lenço no pescoço. As empresas poderia vestir seus funcionários com trajes ou algumas peça própria. Incentivar a criação de lojas especializadas na fabricação de trajes, acessórios, souvenirs gaúchos. E de alimentos e bebidas. Incentivar a criação de uma maior numero de churrascarias, restaurantes, “café de Chaleira” com

sofisticação culinária. Na medida do possível poder-se-ia colocar na ruas luminárias confeccionadas a um estilo “lampeão”. Poder-se-ia encontrar uma forma de uniformizar os alunos, pelos menos os das escola municipais [...] (CÂMARA MUNICIPAL Projeto de Lei nº 57, 1980)

Então, o projeto definia a criação de um contexto histórico-social-cultural-artístico gauchesco, mas, para, além disso, também se preocupava em traçar estratégias para atrair turistas, de modo que o turista ao passar por Passo Fundo poderia visitar biblioteca, museus, feiras de artesanato, onde se encontraria tudo sobre as tradições do Rio Grande do Sul com feitos históricos, lendas, folclore, contos, poesias, cultura. Ao passar por esta região o turista poderia frequentar eventos como, rodeios de laço, doma, gineteada, festivais de músicas gauchescas e nativistas, afirmando que se poderia:

Até mesmo criar ou adaptar uma de nossas igrejas a fim de que se torne um “Templo Crioulo”, onde ainda poderia ser realizados casamentos, batizados e festas “a gaúcha”. Poder-se-ia criar [...] até mesmo um “Carnaval Especial”. Criar um natal próprio da mais gaúcha cidade do RS - decoração especial da cidade, [...] usando-se para isso, por exemplo: ao invés de sinos, sinceros, ao invés de Reis magos, o “Terno de Reis” usados antigamente pelos gaúchos. No lugar dos enfeites usados nos dias de hoje, usar [...] roda de carroça, estribos, esporas, e etc. trocar o trenó do Papai Noel pelas carroças. Trocar as renas por fogosos corcéis. Organizar um desfile oficial de natal, visitantes e turistas veriam passar diante de seus olhos carros alegóricos com o Papai Noel em cima de uma carroça branca, puxada por cavalos brancos, presépio ao vivo, corais entoando hino natalinos. Criação de locais para Camping. Se possível, poder-se-ia vestir os PMs, os guardas de trânsito enfim os responsáveis pela segurança, de um modo especial e característico. (CÂMARA MUNICIPAL Projeto de Lei nº 57, 1980)

Ao se fazer menção ao o Projeto de Lei “Passo Fundo, Tchê! a mais gaúcha cidade do Rio Grande do Sul”, pretende-se evidenciar como muitas das tradições existentes podem ter sido criadas em um ambiente artificial que, com o passar do tempo, arraigaram-se no convívio e transformaram-se na mais pura expressão da tradição de um povo. Esse não foi, contudo, o caso do projeto de Passo Fundo, que, embora tenha sido aprovado pela Câmara Municipal, pereceu no transcorrer dos anos.

Mas, retornando à discussão a qual perpassa a Carta de Veneza, em sua afirmação que “as obras monumentais de cada povo perduram no presente como o testemunho vivo de suas tradições seculares”, e rememorando algumas das considerações teóricas de Hobsbawn, principalmente sobre as “tradições inventas” que objetivam “inculcar certos valores e normas de comportamento social por meio da repetição, considerações que implicam em uma continuidade em relação ao passado”, pertinente pontuar que se pretendeu questionar a

afirmação categórica contida na Carta de Veneza, de 1964, que considera o patrimônio das obras monumentais como sendo o testemunho vivo, no presente, das tradições seculares do passado. tradições delineamento secular se justifica em razão de que, pelo exposto, muitas dessas tradições foram modeladas, inculcadas, sob a aparência de autênticas, sendo que se sobrepuseram por meio de repetição, com fatos que implicariam a continuidade do passado no presente.

Hobsbawn alerta que as tradições inventadas consolidaram-se em um período (principalmente após a Revolução Industrial) de grandes vácuos, isto é, o período histórico em que o “passado deixou de fornecer os vínculos sociais aceitos nas sociedades precedentes”³⁴. Com isso, essas lacunas tiveram de ser preenchidas com as tradições inventadas, que em grande medida só foram passíveis de aceitação coletiva pelo fato de terem sido avalizadas pela história que se apresentou como legitimadora das ações realizadas, consolidando as mentalidades como o saber que galvanizou a coesão social. Aqui está um ponto nevrálgico sobre a invenção das tradições, ou seja, a contribuição consciente, ou não, que os historiadores profissionais, ou não, podem operar para: “a criação, demolição e reestruturação de imagens do passado”³⁵.

Então, uma tradição de uma coletividade pode ter sido “inescrupulosamente” pensada, mensurada, avaliada, produzida, introduzida e inculcada no imaginário social como sendo natural, ou essa organização social pode estar diante do presente e não entrever culto algum aos antepassados, pois sequer se pensou em inculcar alguma tradição que fosse inventada.

Acresce que, ante ao pensamento de Hobsbawn, a dúvida que paira é se as ponderações apresentadas são pertinentes e podem contribuir para a compreensão patrimonial dos monumentos do Chafariz da Mãe Preta e da Praça da Mãe. Nesse sentido, algumas observações devem ser realizadas.

Partindo-se do princípio de que se objetiva identificar o modo como se deu no tempo e no espaço o processo de patrimonização dos espaços/lugares de memória, percebendo-se quais foram as teias e tramas de relações de forças/poder que estiveram envolvidas, e as constantes apreensões representativas e memorialísticas que estão envoltas aos bens patrimoniais, então, não se trata de construir uma tradição inventada que será *a posteriori* objeto de culto, peregrinação, procissão, muito menos um festejo, comemoração, feriado. As pretensões guiam-se na intencionalidade da compreensão mais lúcida possível do processo de patrimonização dos lugares de memória que possuem como marco simbólico a alusão à Mãe

³⁴ (HOBSBAWN, 1997, p. 16)

³⁵ (HOBSBAWN, 1997, p. 22)

Preta, verificando-se, em ambos, os espaços de memória: Chafariz da Mãe Preta e Praça da Mãe vinculam-se à história/tradição popular de Mãe Mariana a Mãe Preta.

Não se pretende a fabricação de heróis, ou heroínas, e sim tão somente proceder com obstinação para verificar a possibilidade de reconhecer o “vulto” histórico que ambos os monumentos: Chafariz e Praça possuem enquanto patrimônios histórico-cultural-artísticos, e entendê-los em sua historicidade, perspectiva memorialística e sua significação/representação atual. Não se quer inculcar, inventar, criar sentido de perpetuação, legado identitário; só se verifica a obstinação de reavaliar a constituição dos monumentos, seus bastidores, suas correlações de forças, os grupos, os sujeitos, a vida em sua possível manifestação, nada mais.

Chega a ser espantoso como um pequeno excerto de um já fragmento de texto pode gerar tamanha elucidação a partir de uma pequena partícula de linguagem extraída da Carta de Veneza. Entretanto, observa-se que em equivalência à Carta de Veneza e com a mesma tenacidade outro documento de grande valia se fez necessário para continuar esboçando uma definição/conceitualização (crítica) sobre o patrimônio histórico cultural. Sendo assim, é elaborado, em 16 de novembro de 1972, fruto de uma convenção sobre a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, o documento intitulado como Recomendações de Paris, no qual a centralidade das sugestões permearam a situação de ameaça e vulnerabilidade do patrimônio frente a ações de degradação do tempo em dois sentidos: um compreendido enquanto fatores climáticos; outro como a ação dos anos, e talvez dos indivíduos no tempo. Dentre outros fatores, o documento define:

Verificando que o patrimônio cultural [...] cada vez mais ameaçado pela destruição, não somente pelas causas de degradação, mas também pela evolução da vida social e econômico, que se agrava com fenômenos de alteração ou de destruição ainda mais temíveis [...] Considerando que a degradação ou o desaparecimento de um bem do patrimônio cultural [...] constitui um empobrecimento nefasto do patrimônio de todos os povos de mundo [...] a salvaguarda desses bens incomparáveis e insubstituíveis, qualquer que seja o povo a que pertençam (UNESCO Recomendação de Paris, 1972, p. 1).

Nota-se a preocupação com as diversas situações que podem gerar a degradação do patrimônio, e, frente a isso, o documento manifesta as intenções ou as situações em que o patrimônio encontra-se à mercê de agentes que podem contribuir para o aniquilamento do bem patrimonial. Nesse sentido, repudia-se a inobservância e a negligência ao cuidado de identificar, proteger, conservar, valorizar e transmitir às futuras gerações o patrimônio cultural.

Com o mesmo intento, cria-se, no Brasil, um decreto legislativo (nº 74, de 30 de junho de 1977) que aprova o texto da convenção relativa à proteção do patrimônio mundial, cultural e natural. Em outras palavras, aprova as Recomendações de Paris, entretanto, faz uma ressalva acerca do parágrafo 1º do artigo 16. Em relação a essa circunstância, há outro decreto (nº 80.978, de 12 de dezembro de 1977) que ratifica a aprovação da convenção pelo Congresso Nacional, afirmando que essa será executada e cumprida inteiramente, com exceção da reserva realizada pelo decreto de junho de 1977.

Sem prejuízo de qualquer contribuição voluntária complementar, os Estados-Partes na presente convenção comprometem-se a pagar regularmente, de dois em dois anos, ao Fundo do Patrimônio Mundial, contribuições cujo montante, calculado, segundo uma percentagem uniforme aplicável a todos os Estados, será decidido pela Assembleia Geral dos Estados-Partes na convenção, reunidos durante as sessões da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Essa decisão da Assembleia Geral exigirá a maioria dos Estados-Partes presentes votantes que não houverem feito a declaração mencionada no parágrafo 2 do presente artigo. Em nenhum caso poderá a contribuição obrigatória dos Estados-Partes na convenção ultrapassar 1% (um por cento) de sua contribuição ao Orçamento Ordinário da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (BRASIL Decreto Legislativo nº 74, 1977).

Na obra de Françoise Choay³⁶, *A alegoria do patrimônio*, a historiadora comenta que a grande expansão das práticas patrimoniais pode ser simbolizada pela Convenção de 1972, isto é, pela Recomendações de Paris, relativa à proteção do patrimônio histórico, cultural e natural. Na obra, Choay afirma:

Esse texto baseava o conceito de patrimônio cultural universal no de monumento histórico – monumentos, conjuntos de edifícios, sítios arqueológicos ou conjuntos que apresentam um valor universal excepcional do ponto de vista da história da arte ou da ciência. Estava assim proclamada a universalidade do sistema ocidental de pensamento e de valores quanto a esse tema. Para os países dispostos a reconhecer sua validade, a Convenção criava um conjunto de obrigações relativas à identificação, proteção, conservação, valorização e transmissão do patrimônio cultural às futuras gerações (2001, p. 207-208).

Segundo a argumentação de Françoise Choay, “este estatuto jurídico, esta legislação que se propunha universal cumpre seu papel de oportunizar um conjunto de terminações normas/regras em vista de preservar e restaurar os bens patrimoniais”³⁷. Ainda, a autora

³⁶ CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2001. 282 p.

³⁷ (CHOAY, 2001, p. 125)

defende que a grande consagração do monumento histórico se dá entre as primeiras décadas do século XIX e os meados do XX. Objetivamente, entre os anos de aproximadamente 1820 a 1960. Outra data que se configura como grande marco simbólico é o ano de 1964, quando foi redigida a Carta de Veneza.

A consolidação do patrimônio deve-se ao advento de novas forças produtivas que desencadearam a Revolução Industrial e, conseqüentemente, o sistema capitalista de produção. Nessa ideia, considera-se que a Revolução Industrial contribui para generalizar e acelerar o estabelecimento de leis que objetivaram a proteção do monumento histórico e a propagação de um referencial conceitual universal do que seria monumento, patrimônio histórico³⁸. A ideia deveu-se primeiramente pela tomada de consciência de que essas novas forças produtivas acarretariam em uma mudança em relação ao tempo, pois representaram uma ruptura brutal e traumática que dividiria a história das sociedades, naquilo que seria visto como pré-industrial (antigo) e o novo, moderno, o industrial.

Para Pierre Nora,³⁹ esses pares dialéticos antigo *versus* novo e passado *versus* presente, ocasionados pelas tensões oriundas da era pré-industrial em transição para uma era industrial, são corolários da aceleração que gerou a percepção da quebra da continuidade. Tudo é efêmero, rápido, passageiro, o tempo do presente já é passado, e os indivíduos do presente estão prostrados na súplica do futuro de um devir que talvez nunca chegue, e, com isso, esquecem-se do presente. A partir disso, a “única coisa que as sociedades podem fazer para se salvaguardarem do esquecimento do passado devido às constantes e ininterruptas mudança é história”⁴⁰.

Jacques Le Goff registra:

Com base na herança histórica da querela entre antigos e modernos, a revolução industrial vai mudar radicalmente os termos da oposição no par antigo/moderno, na segunda metade do século XIX e no século XX. Aparecem três novos pólos de evolução e de conflito: na passagem do século XIX para o XX, movimentos de ordem literária, artística e religiosa reclamam-se ou são rotulados de "modernismo" – termo que marca o endurecimento, pela passagem a doutrina, de tendências modernas até então difusas; o encontro entre países desenvolvidos e países atrasados leva para fora da Europa Ocidental e dos Estados Unidos os problemas da "modernização", que se radicalizam com a descolonização, posterior à Segunda Guerra Mundial; para concluir, no seio da *aceleração* [grifo nosso] da história, na área cultural ocidental, simultaneamente por arrastamento e

³⁸ (CHOAY, 2001, p. 127)

³⁹ NORA, Pierre. Entre a História e a Memória: a problemática dos lugares. *Revista Projeto* n° 10. São Paulo: Educ/PUC- SP, 1981. p. 7-28.

⁴⁰ (NORA, 1981, p. 7-8)

reação, aparece um novo conceito, que se impõe no campo da criação estética, da mentalidade e dos costumes: a "modernidade" (1996, p. 185).

O autor reconhece que a primeira percepção da aceleração da história consiste em uma querela entre conflitos, sejam eles: de gerações; de doutrinas filosóficas e religiosas, e de concepções de mundo, dentre outras. O que “sempre” esteve por detrás dessas “rivalidades” foi a posição chamada de antigo *versus* moderno, e é justamente por meio desses embates que as sociedades viveram relações contraditórias com o passado, estando a questão voltada a estabelecer qual seria o presente sentido do passado⁴¹.

Se se vive em aceleração, existe um ponto de mutação constante em que essa situação chamada “modernidade” exerce mudança sobre a vida dos indivíduos isolados e coletivos. O moderno adquiriu um ritmo desenfreado (aceleração), mas também uma profunda ambiguidade: sendo a modernidade a cadência apressada rumo ao sempre novo e atual nutrindo uma profunda recusa pelo antigo, como compreender que a aceleração da história tenha no seu revés ligado os indivíduos a sentimentos de nostalgia a suas raízes, como: hábitos de consumo mais frequentes em brechós, os antiquários da “moda”, em busca do vestuário retro; o interesse pelo folclore; o entusiasmo pela fotografia; o prestígio pelo patrimônio, tudo isso na intenção de produzir memórias⁴².

Os autores demonstram, à sua maneira, a dicotomia que produziu a visão de “antigo” e de “novo”, impulsionada pela aceleração constante. O “novo mundo” da era industrial seria contrastado com o “antigo” das eras anteriores. Mediante isso, o que fazer com o “mundo antigo”? Aniquilado, é apagado e dá lugar ao novo! O risco que se corrida é que todas as realizações desse “mundo antigo” perdessem continuidade e, com isso, a sua permanência no “novo mundo” estava perigosamente comprometida. O monumento histórico insere-se em uma nova dimensão temporal. Para alguns, serão as obras do passado que dizem respeito somente a esse passado sem correlação alguma com o momento presente, não havendo sentido sua preservação. Para outros, o monumento (patrimônio) representa a certeza da continuidade (frente à ruptura) de uma linha do tempo não linear rígida, mas, sim, extremamente maleável que se curva ao ponto de restabelecer um vínculo diante do “lusco-fusco” do passado com a aurora da atualidade. O monumento é a síntese dialética entre a ruptura dos novos tempos e as realizações dos atores sociais do passado que permaneceram no presente, mediante a preservação dessas obras, e perpetuaram na consciência dos sujeitos pela manutenção da memória.

⁴¹ (LE GOFF, 1996. p. 201-202)

⁴² (LE GOFF, 1996. p. 224-225)

É notório que o monumento (patrimônio) constitui-se em um elo que permite a intersecção simbólica capaz de oportunizar aos indivíduos a ludicidade de se reportar do presente ao passado das gerações que o precederam, conhecendo gosto, hábitos, comportamentos, teogonias, costumes, experiências, vivências. Para Choay⁴³, o patrimônio é:

O único meio de que dispomos para conservar vivo um laço com um passado ao qual devemos nossa identidade, e que é parte de nosso ser. Porém, mais que pela história ou por *uma* [grifo do autor] história, esse passado é em primeiro lugar e essencialmente definido pelas gerações humanas que nos precederam. [...] o que lembram, então, os edifícios antigos? O valor sagrado dos trabalhos que homens de bem, desaparecidos e desconhecidos, realizaram para honrar seu Deus, organizar seus lares, manifestar suas diferenças. Fazendo-nos ver e tocar o que viram e tocaram as gerações desaparecidas (2001, p. 139-140).

Em decorrência disso, pondera-se: quais monumentos então devem ser preservados? A resposta é simples. Aqueles em conformidade com a memória que se deseja que as gerações futuras cultuem. Então, existe uma seleção, uma escolha, dos monumentos históricos que devem, ou não, serem protegidos? Dentre os diversos comentários e observações já realizados, um deles, extraído das Recomendações de Paris de 1972, é oportuno para a ocasião: “o caráter único e insubstituível de todo acontecimento deve assegurar a continuidade de toda obra que pertence ao passado”.

Os monumentos falam, narram, descrevem, explicam, demonstram, ludibriam. São a mais pura, mas não ingênua, expressão de como as sociedades em um instante da história construíram uma identidade, quiçá seja memória para as próximas gerações. A hierarquização patrimonial seletiva mascara a diversidade, a pluralidade societária e tece frente a uma trama de interesses a história que se quer lembrar. O patrimônio, enquanto construção icônica (a imagem representativa do evento), permite que as sociedades construam uma imagem de si próprias (que se quer lembradas). Por isso, todo e qualquer patrimônio deve ser preservado, pois é testemunho presentes de uma história que busca persistir na memória, mas para que isso ocorra, é necessária a imagem salvaguardada no objeto (obra). Ou, dito de outra forma, a partir de um modesto provérbio: “quem não é visto, não é lembrado”.

O monumento apresenta-se como a presença concreta de um passado como sendo uma “reliquia de um mundo perdido, devorado pelo tempo”⁴⁴ que foi postergado no presente pelo

⁴³ A historiadora analisa um patrimônio edificado, observando principalmente as obras arquitetônicas. Aqui aplica-se a observação de que o arquitetônico, a escultura e a pintura estão inseridas em uma categoria de análise patrimonial que é o monumento.

⁴⁴ (CHOAY, 2001, p. 206)

cotidiano, e defronta-se com dubiedade daquilo que pode ser sua valorização, ou então, sua invisibilidade de significado em um presente, perante a memória histórica que pretensamente busca-se preservar.

O que é valorização do monumento enquanto patrimônio histórico? O que significa sua preservação? Se as obras patrimoniais carregam de forma inerente a envergadura cognitiva e pedagogia/didática de não só informar, mas educar, propiciando uma das mais fantásticas experiências que os seres humanos podem estabelecer com o saber, na contemplação (crítica/reflexiva) viva da história que está presente de um tempo já transcorrido. Elas também podem oferecer apenas prazer estético, deslumbre, aversão, encantamento, sendo reduzidos a produtos culturais dispostos ao consumo. Choay destaca a existência de “animadores culturais”⁴⁵ onde são despendidos vastos empreendimentos tanto públicos quanto privados que visam tão somente a exploração comercial/financeira dos monumentos. De fato, a proposta visivelmente turística incorre, em muitos casos, na anulação do significado histórico autêntico do bem patrimonial, reduzindo a dimensão histórica a mero balburdio de visitantes, muito mais clientes/espectadores no desejo do entretenimento do que sujeitos ávidos por aquele saber.

Valorizar o monumento enquanto um saber ou um produto comercializável de uma “indústria cultural”? A resposta a isso pode determinar o tipo de “preservação” que o monumento poderá sofrer. As Recomendações de Paris, de 1972, já consideravam o empobrecimento que todos os povos do mundo estariam sujeitos se houvessem degradações que acarretassem do desaparecimento de um bem do patrimônio cultural. Mas esse desaparecimento refere-se somente à relação de dissipação do patrimônio? Ou uma alteração, uma adulteração de suas características também faria com que o patrimônio desaparecesse? Pensar nisso é debruçar-se sobre considerações que instigam a compreensão do real significado da preservação patrimonial.

Ou então, serão viáveis reconstituições “históricas” ou fantasiosas que alteram a autenticidade do monumento? Serão aceitáveis demolições arbitrárias, em vista de justificativas em prol de um processo de desenvolvimento urbanístico que não pode interferir no “progresso”? Serão admissíveis restaurações, ou reconstruções não qualificadas, que não mantêm as características originais do bem patrimonial⁴⁶? Talvez as respostas para essas ponderações nunca sejam conhecidas. A única certeza que se pode ter é a de que tais ações

⁴⁵ (CHOAY, 2001, p. 211)

⁴⁶ (CHOAY, 2001, p. 214)

mutilam, alteram, ilegitimam, degeneram, degradam a memória e por associação a própria história.

Lembrando que a discussão iniciou-se perante a análise da Convenção de 1972 (Recomendações de Paris), que alertava sobre a degradação e desaparecimento dos bens do patrimônio cultural. Afirma-se que a evolução da vida social e econômica contribui para a destruição e alteração desses bens incomparáveis e insubstituíveis. Retomando e avançando na análise do documento que em seu artigo primeiro possui uma definição bem elaborada didaticamente para a conceituação e para o reconhecimento do patrimônio cultural, nessa, o patrimônio cultural está entendido em três categorias: os monumentos; os conjuntos; e os lugares notáveis. E, assim, encontra-se a explicação destas categorias:

Os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham um valor excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; Os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, arte ou da ciência. Os lugares notáveis: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como as zonas, inclusive lugares arqueológicos, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (UNESCO Recomendação de Paris, 1972, p. 2)

Monumentos, conjuntos e lugares notáveis. O que são o Chafariz da Mãe Preta e a Praça da Mãe? Se forem esculturas, são monumentos. Se, por mais que estejam afastados, constituindo construções isoladas, possuírem um valor universal excepcional do ponto de vista da história, então, são conjuntos. E se ambos os espaços de memória apresentam característica de obras do ser humano ou integrada homem e natureza, e somando a isso, o possível valor histórico, estético, etnológico ou antropológico, certamente é um lugar notável. Logo, o Chafariz e a Praça são monumentos, conjuntos e lugares notáveis? Em caso afirmativo, são um patrimônio histórico cultural?

Será que os monumentos que serão examinados, quais sejam o Chafariz e a Praça, são lugares notáveis? Ou se apresentam perante o crivo do público espectador como não lugares? *Ciro Flamarion Cardoso*⁴⁷ “compôs” uma reflexão que pode ser apropriada para dar um indicativo plausível de resposta ao questionamento, pois a indagação configura-se como uma

⁴⁷ CARDOSO, *Ciro F.* Repensando a construção do espaço. In: *Revista de História Regional*. Ponta Grossa, v.3, n.1, p. 7-23, verão 1998.

provocação para (re)pensar a construção do espaço. Para tanto, ele expõe as ideias do antropólogo francês Marc Augé.

Como compreender os contrastes quase ambíguos sobre a afirmação da existência de que um lugar, que é um não lugar? Como então compreender isso perante a argumentação que Cardoso faz acerca do pensamento de Marc Augé?

Nesse cenário, define-se lugar como sendo:

A construção ao mesmo tempo concreta e simbólica do espaço, servindo de referência para todos aqueles que são destinados por esse lugar a uma posição - não importa se central, intermediária ou periférica - no sistema dos valores, da hierarquia, do poder. O lugar assim definido é uma base de sentido para os que nele vivem; e torna-se fundamento da inteligibilidade para a pessoa de outra cultura interessada em observar e entender aquela comunidade em que o lugar em questão foi construído. O lugar antropológico caracteriza-se por garantir simultaneamente identidade, relações e história aos membros do grupo cuja cultura o constituiu (CARDOSO, 1998, p. 14).

Sobre o não lugar, o entendimento que se tem é de que é um espaço:

Organizado que não garanta identidade, relações e história [...] e não integra a si os lugares antropológicos que o passado criou, os quais são especializados, delimitados, transformados em “lugares da memória” que funcionam como símbolos da alteridade do passado em relação ao mundo de hoje, não de sua integração ou absorção ao presente (CARDOSO, 1998, p. 15).

Diante da distinção entre lugar e não lugar, chega-se à especulação da possibilidade compreensiva dos monumentos do Chafariz da Mãe Preta e da Praça da Mãe como sendo espaços de memória que cotidianamente, frente ao público espectador, não vistos como sendo lugares e não lugares.

Para aqueles que vislumbram os monumentos como lugares, há a percepção desses espaços como um lugar antropológico dotado de sentido, de sentimento de pertença social-histórico-cultural-artístico, que é ritualizado e simbolizado como sendo um local aglutinador quase atemporal. Não há a necessidade de reconciliar um tempo do pretérito com um tempo do presente de sujeitos histórico-sociais, pois estes já comungam de uma “identidade” recíproca que se perpetua entre os demais indivíduos.

Por outro lado, em relação aos não lugares, as ponderações sobre os monumentos podem ser aferidas analiticamente, considerando que o não lugar é o espaço que “nega” os lugares antropológicos e por isso não conseguem gerar os sentimentos de “sociabilidade”

interpessoal e histórica. Não há uma integração representativa daquilo que os monumentos foram no passado e o que eles significam, ou podem significar, no presente. Por isso, o não lugar tem de necessariamente ser o lugar na memória.

O Chafariz da Mãe Preta está inserido em um espaço arborizado, com relativa característica paisagística agradável; nele existe uma área recreativa para crianças com brinquedos (playground) e o monumento a Mãe Mariana. No entorno desse espaço, há principalmente diversos prédios prestadores de serviços médicos em consultórios, serviços hospitalares, exames laboratoriais. Ainda se encontra uma infraestrutura com empresas de hotelaria, restaurantes, garagens para automóveis, serviços de táxi; e construções residenciais. Com essa descrição, parece que o público que circula pelas imediações (e no próprio Chafariz) é oriundo de outras localidades próximas ao município e direciona-se para cá devido a uma necessidade de saúde, ou tantas outras. Supondo que, desse público, alguns se apropriam desse espaço para: descanso, recreação com a família, procura de deslocamento, ou qualquer outro motivo e ocasião que exija tal comportamento, o fato constitui uma apropriação do espaço relacionado a um fim individualizado/particularizado prático e utilitarista, e não com o lugar do Chafariz contextualizado com o seu sentido/significado identitário.

No caso da Praça da Mãe, esta se localiza em um dos canteiros centrais na Avenida Brasil no município. No espaço, além do monumento, há área recreativa para crianças com brinquedos (playground – característica semelhante ao Chafariz), bancos, área arborizada e parte pavimentada com calçamento. Nos arredores, há diversos prédios e casas residenciais, escolas e grande quantidade de estabelecimentos comerciais.

A diferença centra-se no público visitante. Enquanto os frequentadores do Chafariz são constituídos em sua maioria de indivíduos não residentes no município e estão somente de passagem, os frequentadores da Praça de modo expressivos são moradores do município, constatação que faz com que a relação estabelecida com o monumento/patrimônio seja diferenciada.

Nos dois casos, existe uma apropriação pelo espaço público dos monumentos, utilizados individualmente, ou coletivamente, para interesse próprio, ou de grupo. Isto é, o lugar em seu sentido antropológico com a potencialidade de gerar a inteligibilidade de sentido entre gerações não ocorre. Talvez por essas características, esses sejam não lugares, na acepção do não reconhecimento como sendo lugar antropológico, e com isso necessitam de aportes de memória capazes de na ausência da identidade, viva, possam ressuscitar a memória do passado que consigam se fazer presente no monumento.

Então, os monumentos são “espaços de memórias” ou “lugares de memória”? Tal duplicidade/dúvida pode ser compreendida de forma que o espaço seja visto tão somente como a característica física de algo. O lugar é a característica física associada à compreensão histórica, artística, social, cultural onde os sujeitos celebram sua existência, pois é o lugar dos antepassados. Por isso, é identitário e dotado de inteligibilidade (tanto para os que lá residem, quanto para os que estão de passagem – os visitantes), porque é o lugar dos referenciais vividos e lembrados de forma que sejam compartilhados entre todos.



Figura 5 – Imediações do Chafariz da Mãe Preta, de onde, se visualiza os prédios de salas comerciais com consultórios médicos (Março de 2014).

Fonte:
Acervo do Autor

Figura 6 – Imediações do Chafariz da Mãe Preta se visualiza os prédios e casas residenciais e estabelecimentos comerciais (Março de 2014).

Fonte:
Acervo do Autor



Figura 7 – Praça da Mãe, vista lateral esquerda, em relação ao Monumento à Mãe (Março de 2014).

Fonte:
Acervo do Autor

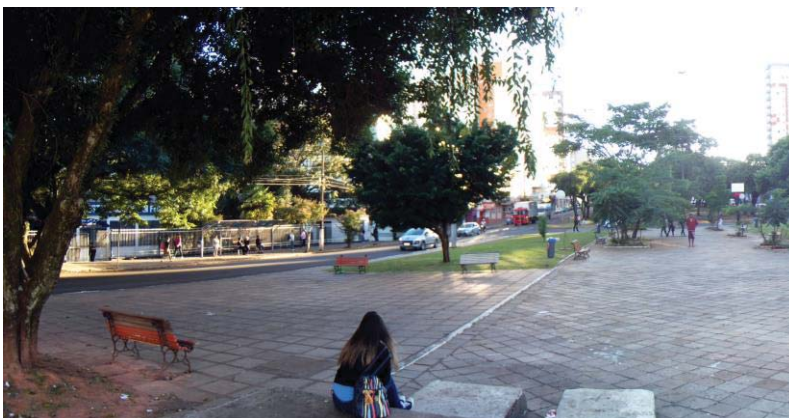


Figura 11 – Praça da Mãe, vista lateral direita, em relação ao Monumento à Mãe (Março de 2014).

Fonte:
Acervo do Autor



Figura 10 – Ciclistas na Praça da Mãe. Pedal de Integração e Pedal Pró-Saúde.

Fonte:
http://www.norters.com.br/index.php?opc=noticia_completa&id=13976
(acesso em: 26/03/2014 15:32)

Figura 9 – Alunos ingressantes da Faculdade Anhanguera realizam Trote Solidário na Praça da Mãe com a intenção de revitalização da praça.

Fonte:
<http://www.onacional.com.br/geral/35934/trote+solidario+revitaliza+praca+da+mae>
(acesso em: 26/03/2014 16:02)



Figura 8 – Atividade Política da Coligação Juntos Podemos Mais na Praça da Mãe.

Fonte:
<http://www.onacional.com.br/geral/politica/1283+participa+de+comicio+de+ceconello>
(Acesso em: 26/03/2014 16:21)

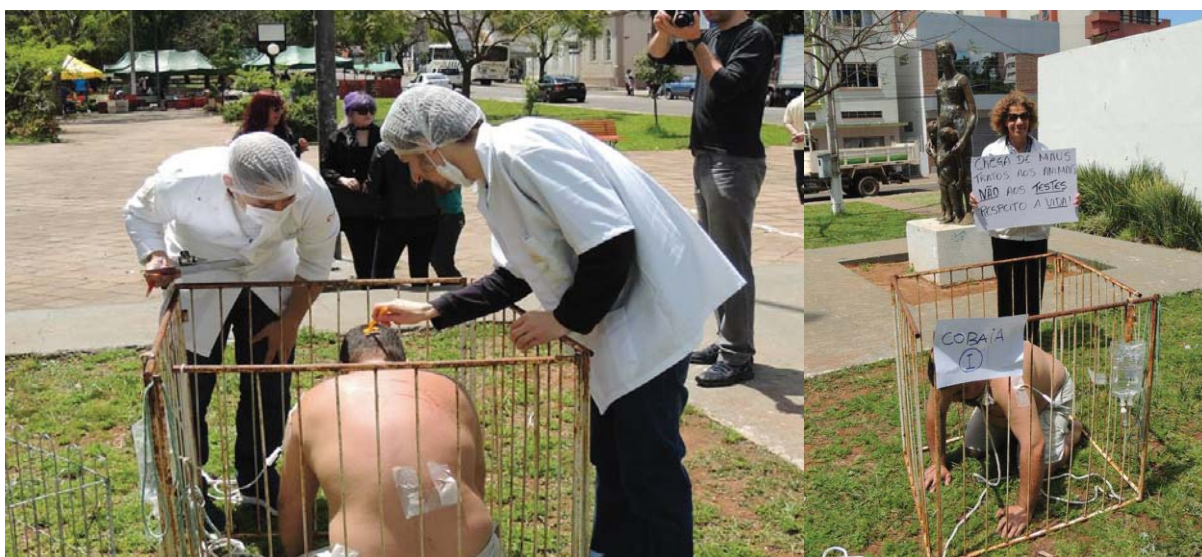


Figura 13 – Manifestação do Grupo COMPATA contra o Instituto Royal referente a testes de produtos em animais na Praça da Mãe.

Fonte:

<http://www.facebook.com/photo.php?fbid=535376629877017&set=t.1000000377880917&type=3&hteater>
(Acesso em: 26/03/2014 17:09)

Figura 12 – Feira de comercialização de produtos ecológicos, produzidos em agroindústrias ou propriedades familiares. Realizada atualmente na Rua 10 de Abril, aos sábados. Ao fundo, a Praça da Mãe.

Fonte:

<http://www.caritaspf.blogspot.com.br/2012/04/feira-ecologica-completa-14-anos.html>
(Acesso em: 26/03/2014 17:49)



O que se busca demonstrar irremediavelmente é a existência de uma problemática que envolve os lugares, ainda mais acentuada quando nesses lugares estão arraigadas, ou não, a dimensão da identidade ou da memória. Frente a isso, Pierre Nora, em seu artigo/texto – “Entre História e memória: a problemática dos lugares”, averigua os componentes que envolvem a questão dos lugares com apreciação crítica (dos lugares de memória na França), estabelecendo um diálogo profícuo, o qual dele por ora se apropria para atear qualidade epistêmica a tão polêmico assunto. Então, conforme Nora:

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. O que secreta, veste estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela

vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação. Valorizando, por natureza, mais o novo do que o antigo, mais o jovem do que o velho, mais o futuro do que o passado (1981, p. 12-13).

Os lugares de memória são as ausências daquilo que não está mais lá, por mais que o objeto/obra exista objetivamente no espaço, são os cacos, as migalhas, os fragmentos, os restos que sobrou no presente. Por isso, necessitam de “consciência”, para, forçosamente, inculcar a lembrança daquilo que talvez nunca se soube. Os lugares, enquanto memória, mantêm-se pelo artifício, quem sabe, ardiloso, das constantes comemorações.

Discute-se, então, que houve um tempo em que a vida era celebrada na intimidade sentimental da espontaneidade sem subterfúgios, sem lugares de memória, pois estava na vivência cotidiana como referência de um, e de todos os indivíduos, na coletividade. Mas isso não pertence mais aos homens do presente, então, se faz necessário que, para que se “viva” a memória, se estabeleçam lugares onde essa memória (passada) será celebrada. Entretanto, há que se ter ciência de que o que restará serão apenas um olhar da história que reconstruirá lembranças de significados e representações sem mais poder integralmente viver aquela identidade que se esfumou em uma medida de duração dos fenômenos históricos conhecida como tempo.

De fato, Nora pontua quantidade de museus, arquivos e coleções, festas, aniversários, tratados, monumentos, destacando que estes nada mais são do que testemunhos de outra era, e, para nós, se apresentam como projeções nostálgicas da ilusão de uma eternidade. Mas tudo, por mais estranho que pareça, é importante, porque essas operações não naturais, não espontâneas e não autênticas, constituem-se nas condições de existência da memória, que se justifica pelo fato de não se possuir mais identidade recíproca com o passado⁴⁸.

Os lugares (memória) formam-se e perduram a partir da intenção de formação de sentido expresso em um fundamento material; outro simbólico e mais um funcional, todos relacionados entre si. Um lugar de memória é material, isto é, existe, é visível, algumas vezes até palpável; é simbólico, assim como a água, que pode representar vida; a mariposa pode representar a transformação, a renovação; o sapo que pode representar a riqueza; o monumento, lugar de memória, pode representar aquilo que construírem como signo de representação, pois, na falta de identificação, sujeito-objeto, recorre-se à memória na construção mais bem elaborada possível, para que na ocasião favorável as lembranças habitem as consciências. E os lugares (memória) são funcionais, o que não está relacionado à

⁴⁸ (NORA, 1981, p. 13)

sua eficiência, eis que são funcionais na medida em que são objeto de um ritual. Ou seja, quando se referem a um conjunto de gestos, expressões linguísticas, saberes, formalidade, procedimentos, técnicas, etc., que acontecem concomitantemente entre sujeitos em um tempo e espaço, o que o lugar de memória reivindica não é propriamente a repetição desses hábitos e sim seu conhecimento (lembrança)⁴⁹.

Reafirmando a estima de tais observações em Pierre Nora, os lugares de memória garantem:

Ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vivida por um pequeno número uma maioria que deles não participou. Porque, se é verdade que a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial [...] que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações (1981, p. 22).

No decurso do exibido, e reconsiderando as definições sobre o patrimônio cultural, um dos últimos documentos analisados foi o produzido na convenção de 1972, chamado de Recomendações de Paris e, corroborando com os preceitos da convenção sobre a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural em 1975, cerca de mil delegados de 25 países da Europa, dentre os quais ministros, arquitetos, urbanistas, eleitos locais, funcionários, representantes de associações, reunidos de 21 a 25 de outubro em Amsterdã, em um congresso sobre o patrimônio arquitetônico europeu, promulgaram um documento, denominado Manifesto de Amsterdã. Sobre esse, algumas ponderações devem ser aludidas por reafirmarem antigas considerações sobre o patrimônio, pois avança teoricamente na definição de patrimônio agregando a ele a noção de memória e de representação. No entanto, ignora impetuosamente a sobreposição conflituosa entre as axiologias da identidade, na vida, no vivido, e as significações históricas construídas, no tempo, dos lugares de memória, afirmando que o monumento é a memória da continuidade sem se dar conta que parecer ser muito mais, a ruptura abrupta inesperada e sem precedente da vivência, que, por não mais existir, necessita de lugares de memória para supostamente se fazer permanência simbólica na vida daqueles que não a viveram. Perante isso, o Manifesto de Amsterdã aborda essa situação com o intento de definição do bem patrimonial, apresentando-o descritivamente nas seguintes expressões:

⁴⁹ (NORA, 1981, p. 21)

O patrimônio arquitetônico dá testemunho da presença da história e de sua importância em nossa vida. [...] a encarnação do passado no patrimônio arquitetônico constitui um ambiente indispensável ao equilíbrio e ao desenvolvimento do homem. [...] É uma parte essencial da memória dos homens de hoje em dia e se não for possível transmiti-la às gerações futuras na sua riqueza autêntica e em sua diversidade, a humanidade seria amputada de uma parte da consciência de sua própria continuidade. [...] Cada geração dá uma interpretação diferente ao passado e dele extrai novas ideias (CARTA EUROPÉIA DO PATRIMÔNIO ANO DO PATRIMÔNIO EUROPEU Manifesto de Amsterdã, 1975, p. 2).

É claro que o Manifesto de Amsterdã fala sobre patrimônio arquitetônico, no entanto, o faz sem considerar que a arquitetura, a escultura e a pintura estão contidas em uma mesma categoria de monumento, conforme as Recomendações de Paris. É possível uma transposição de termos substituindo o arquitetônico pelas esculturas (Chafariz e Praça) ou ainda, espaços (lugares) de memória, sem a perda de sentido. Entretanto, as observações que se adicionam referem-se à compreensão de patrimônio como sendo essencial à memória pela característica de transmissão, legando a perpetuação memorial às próximas gerações. O aniquilamento do patrimônio é nesse contexto a própria mutilação da memória e, conseqüentemente, da história. Outra particularidade do manifesto é a ideia de patrimônio enquanto representação, quando afirma que as gerações que têm acesso ao patrimônio supostamente no presente extraem novas considerações sobre o mesmo, interpretando-o de forma diversa. Esse mesmo manifesto faz uma advertência assaz oportuna onde se observa que cada geração dispõe do patrimônio somente de forma passageira, cabendo a essas gerações, portanto, do presente, a responsabilidade, para com o patrimônio, de transmiti-lo, garantindo sua preservação, às futuras gerações.

De qualquer forma, evidenciam-se dois construtos argumentativos inspirados na abordagem que o Manifesto de Amsterdã faz acerca do patrimônio. Uma primeira abordagem sondará a noção de representação por meio do pensamento de Roger Chartier⁵⁰; na segunda, a relação entre memória e história, auxiliando-se no cabedal teórico de Pierre Nora.

Então, se o Manifesto de Amsterdã considera que “cada geração dá uma interpretação diferente ao passado e dele extrai novas ideias”, poder-se-ia dizer, por associação, que cada geração representa, ou cria, uma representação diferenciada de si, e percebe sua historicidade de forma diversa. Em Chartier, isto é apresentado como sendo o princípio (ou capacidade) de “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade

⁵⁰ CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: *Revista Annales*. Nov-Dez. 1989, Nº 6.

social é construída, pensada e dada a ler”⁵¹. Afinal, como o presente torna-se inteligível frente a um universo de códigos/significações a serem decifrados?

O que se quer articular é a compreensão de que as representações do mundo social são sempre determinadas pelos interesses de grupos que forjam essas representações, isto é, realidade social é construída. Do mesmo modo, as representações são instrumentos de conhecimento, que conseguem fazer ver um objeto ausente, simplesmente através de sua substituição por uma “imagem” capaz de reconstituir em memória e de figurá-lo no “imaginário” como possivelmente fosse o objeto representado, ou seja, realidade social pensada. As representações marcam de forma visível a existência de uma dada organização social, grupo, classe, comunidade, mas é necessário reconhecer o relevo da questão interpretativa, a história será constante reinvenção, reestruturação, reescrita, será estudo dos processos com os quais se constrói um sentido inteligível – dado a ler, a conhecer – pensada e construída.

Um monumento pode ser entendido, analisado como representação a partir dos três aspectos relacionados: realidade construída; pensada; dada a ler.

Quando se inaugura um monumento, supõe-se que esse faça alusão a um evento, deseja-se que as gerações vindouras sejam receptivas ao legado deixado e criem a noção de identificação histórica. Os monumentos constroem uma noção de realidade, pois, dependendo do indivíduo, grupo, evento representado, constituem o tipo de legado que se quer lembrar e, com isso, o tipo de historicidade que se quer na memória. Os monumentos não são propostos “a esmo”, são pensados, mais do que isso, eles conseguem figurar a imagem de um objeto ausente, isto é, o monumento sobre o “evento” não é o evento em si como aconteceu no passado, e sim uma projeção idealizada de como poderia ter sido. O monumento, nesse caso, é o presente ausente. Presente porque existe materialmente na atualidade e é apresentação pública do que se quer demonstrar; ausente, pois aquilo que representa é uma evidência distorcida idealizada de um evento, mas que cumpre papel de imagem presente para a memória social. O monumento é realidade dada a ler, em uma infinidade de práticas discursivas; uma sucessão insondável de versões, algumas sobrepostas outras justapostas umas às outras, gerando um olhar difuso, disperso, múltiplo sobre uma mesma realidade.

A cada momento, ao invés de haver um direcionamento mais favorável a uma definição mais segura sobre os bens patrimoniais que não envolvessem possibilidades incertas, tudo conspira para a suspeita, o receio, a falta de convencimento. Há uma crença que

⁵¹ (CHARTIER, 1989, p. 16-17)

é sempre vacilante. Para contribuir ainda mais com isso, considerando que o Manifesto de Amsterdã alega que existe uma encarnação do passado manifestada no patrimônio, conhecer esse passado por meio do patrimônio seria atingir sua essência, que transcende a memória dos antepassados, a qual deve ser transmitida às futuras gerações.

Seria a história a responsável por tal incumbência? Se for, cabe ao conhecimento histórico uma indissolúvel ligação de dependência entre a memória e a história, ou história e memória. Mais uma inconstância. Mas, novamente Pierre Nora contribui na sondagem do desvelar dessas interrogações.

Então, o que é memória?

É a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. [...] é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente [...] ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensíveis a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. [...] emerge de um grupo que ela une [...] que ela é, por natureza múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. [...] se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. [...] é um absoluto (NORA, 1981, p. 9).

Nora prossegue destacando que a história:

É a construção sempre problemática e incompleta do que não existe mais. [...] uma representação do passado. [...] operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. [...] pertence a todos e a ninguém [...] liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas [...] só conhece o relativo. [...] trabalho um criticismo destruidor de memória espontânea. [...] é deslegitimação do passado vivido [...] o movimento da história, a ambição histórica não são a exaltação do que verdadeiramente aconteceu, mas sua anulação (1981, p. 9).

A memória é a lembrança vívida e vivida, espontânea; a história é o que se disse dessa experiência. É reconstituição que não visa à exaltação, e, por isso, em muitas ocasiões, representa o corte visceral que anula a memória com a pretensão de determinar, a partir dos resultados de uma investigação, as condições em que tal memória constitui-se como tal. É fazer perceber que não há identificação com a herança das gerações passadas, não havendo memória e sim uma rememoração idealizada ou crítica, de uma interpretação que busca extrair os significados presentes que os sujeitos atuais fazem uso como representação do vivido no passado. É buscar compreender que a reconstituição é sempre precária e provisória,

não apreende a integralidade dos acontecimentos, muito menos das intencionalidades, que são sempre presumidas e superficiais. A história não abarca a totalidade, mas, pretensamente, ambiciona estabelecer a ordem no caos.

Memória e história: “longe de serem sinônimos, elas se opõem mutuamente”⁵². Isso ocorreu perante a passagem da memória para a história, em um processo desencadeado pela “aceleração da história”, os tempos modernos, que vislumbraram a passagem do tempo com uma rapidez assustadora onde o passado estava agora no passado, morto e enterrado. No fim, consistiu-se em uma ruptura sobre o vivido, o costume, a tradição, a repetição ancestral. Depois disso, necessitou-se começar a falar sobre a memória, pelo fato de ela justamente não existir mais. Junto com a ruptura, instaurou-se o momento em que todas as circunstâncias que asseguravam a conservação e transmissão de valores foram rompidas.⁵³

A ruptura gerou a quebra de um elo de identidade com um “mundo antigo”, o que fez com que a memória fosse “coopta”, capitulando-se a si própria a história, por não poder resistir aos novos tempos. Mediante a isso, o mundo dos ancestrais cede lugar ao mundo historicizado crítico preocupado pelo significado, e, com isso, a memória não é mais vivida, e sim estudada. Ela, nessa situação, precisa necessariamente de suportes exteriores que oportunizem a redefinição de uma “identidade” e a revitalização da memória, realizada agora pela história.

Todas as controvérsias que tais afirmações podem arrebatar serão ainda mais exacerbadas perante o frontispício interpretativo que a obra História e Memória de Jacques Le Goff pode oportunizar. Nessa, o autor parte de uma questão simples, indagando-se quais são as prováveis relações que a história possui com o tempo, buscando compreender o vínculo estabelecido ente o passado e o presente, ou se queira o presente com o passado, pensando como esse tempo vivido é registrado pelos indivíduos que compõem suas organizações societárias, reconhecendo a não inocência dos documentos, as condições em que o historiador, de ofício ou não, constrói e reconstrói os fatos históricos, reais ou imaginários, verdadeiros ou falsos – nos dilemas que abrangem uma história-problema, diante das constantes continuidades e discontinuidades que envolvem os processos históricos. Isso tudo envolto pela “mística” da memória.

⁵² (NORA, 1981, p. 9)

Embora se respeite a posição do autor, ressalva-se que muito além de serem categorias antagônicas que se anulam mutuamente, história e memória parecem ser complementares. Na medida em que o conhecimento histórico vale-se da memória social coletiva ou individual para inferir suas observações sobre uma dada realidade. E a memória nutriu o conhecimento histórico com a finalidade de ativar, ou até mesmo, forjar lembrança, afugentando esquecimentos e rememorando circunstâncias vividas, produzindo sentido, ou significando e ressignificando o presente a partir de um dado de um registro do passado.

⁵³ (NORA, 1981, p. 7-8)

Portanto, submersos no pensamento de Le Goff, busca-se compreender no que consiste essa assim mencionada “mística” da memória a partir do exame atento de três possibilidades: o que é a memória (em seu sentido mais abrangente)? Qual é a sua historicidade? E, se é que possui uma, quando esta cumpre uma função social?

Então, frente aos objetivos propostos, a memória apresenta-se como “detentora de uma propriedade fundamental que é a de conservar, ou atualizar, relativas informações”⁵⁴. Mas, para, além disso, ela “conserva” a forma de ser e existir no mundo, identidades, ideias e concepção, visões, imaginários, escatologias, cumpre a tarefa de lembrar, faz com que os acontecimentos e as pessoas do passado, por mais que pereçam, e desaparecem da história, possuam uma sobrevida, perante a memória. Assim, a memória é registro que “conserva” – mantém, propondo-se também a ser a restituição que visa à continuidade.

Sobre a sua historicidade, essa deve ser vista inserida socialmente de duas maneiras: sociedade aqui chamadas de ágrafas, as quais não se expressavam por sinais gráficos, mais comumente conhecidas como sem escrita ou também sociedade orais; e sociedades que produziram sinais (signos) ou códigos gráficos, com escrita. Se observarmos isso, tem essa característica como muito marcante na historiografia, aqui lida como tradicional, que marcou a separação entre aquilo que se convencionou chamar de pré-história e história. Marcadamente, o surgimento da escrita (aproximadamente entre 5 a 6 mil anos atrás) assinalou a divisão de organizações sociais ditas primitivas, sem escrita, e o surgimentos das grandes civilizações das sociedade teocráticas hidráulicas de regadio do oriente próximo, com escrita. Entretanto, essas considerações há muito tempo já foram revistas, considerando que, embora as sociedades da pré-história não possuíssem um código escrito formal, elas desenvolveram outros signos linguísticos, principalmente pictóricos. O maior exemplo são as pinturas rupestres. Então, se a função da escrita é comunicar algo, essas sociedades pré-históricas, por meio da imagem, também tinham formas de comunicação não convencionais, como a escrita formal. Com isso, tem-se apenas um imenso período histórico que envolve as ações e realizações dos seres humanos.

Por que essas observações? Porque a memória se desenvolverá de forma distinta de acordo com a organização social que fizer uso dela e, com isso, a memória nas sociedades ágrafas apresenta características peculiares a essa organização social. De outro modo, nas sociedades com escrita, os predicativos são outros.

⁵⁴ (LE GOFF, 1996. p. 419)

Nas sociedades sem escrita, a memória predominantemente possui uma característica vinculada à oralidade – “é o primeiro domínio onde se cristaliza a memória, coletiva, destas organizações sociais, sendo que ela dará fundamento aparentemente histórico à existência de: etnias ou das famílias, e mitos de origem”⁵⁵. Nessas sociedades, a escrita não tem importância, o que não é justificado pela ignorância em desenvolvê-la, mas por sua aparente inutilidade, sendo que predominavam os “especialistas da memória, os homens-memória”⁵⁶. Guardiões da memória social de um povo, xamãs possuidores dos segredos de adentrar no mundo espiritual e de contatar os ancestrais; chefes de família, anciãos, que, ao transmitir a memória ao povo, repassavam os mitos de origem, gerando o sentimento de pertencimento devido à descendência étnica e à formação da identidade social perante a memória do passado dos ancestrais. Com isso, perpetuam-se as tradições, costumes, hábitos, pois não se nega ou repudia o passado dos antepassados, pois isso acarretaria na destruição de seu próprio presente. Assim, a principal importância dos homens-memória é a transmissão do legado identitário do povo, daquele povo, que garantirá a coesão do grupo.

Nesse processo, o método de repassar/transmitir a memória aplicada pelos homens-memória é a narração repetitiva dos “acontecimentos”, que gerará uma aprendizagem pela busca do sentido e não pela memorização integral e exata da mensagem, salvo quando um rito religioso exigisse. Isso fez com que a memória nas sociedades sem escritas, e, por isso, a oralidade, fosse reconhecidamente valorizada, bem como que fosse muito mais livre e criativa, um mito de origem pode sem problema ter várias versões. Nesse cenário, o que importa é o sentido primordial de inteligibilidade daquela organização social. Isso está ressaltado pela preservação do sentido primário original, então, se celebra a memória porque ela é constante e faz parte da vida, e em recontá-la constantemente se rememora de diversas formas aquela memória.

Se inicialmente dedicamo-nos, aqui à análise das sociedades sem escrita, e por essa característica reconheceu-se a valorização da transmissão oral da memória, é salutar observar, antes de avançar para as sociedades com escrita, um momento de transição entre a oralidade da memória e a escrita da memória, que causará uma profunda metamorfose na memória – coletiva. A escrita permitirá a memória um desenvolvimento diferente e distinto daquele dado anteriormente: de um lado, terá a comemoração e a celebração através de um monumento comemorativo de um acontecimento memorável. E, de outro, o documento, no qual a escrita

⁵⁵ (LE GOFF, 1996. p. 424)

⁵⁶ (LE GOFF, 1996. p. 425)

possui uma dupla função: a do armazenamento de informações, que permite através do tempo e do espaço, fornece registro que serão utilizados como forma de memorização; e do documento, para marcar a transição de uma memória que era auditiva (oral) para uma que será visual⁵⁷, e com ela exigir um domínio de uma habilidade (técnica) que é a decodificação desses signos visuais.

Essa é, sem dúvida, a grande transformação que a memória irá sofrer, de uma memória oral transpondo-se para uma memória visual. Isso é um forte abalo, senão sua anulação, naquela memória oral de transmissão dos acontecimentos dos antepassados/ancestrais que se dava quase de uma forma ritualística na coletividade do grupo. Nesse momento, o homem-memória é substituído pelo registro-memória, que poderá ser acessado individualmente por qualquer pessoa que deseje ter acesso às informações do tempo e do seu espaço, para os contemporâneos: de qualquer tempo e de um espaço indeterminado.

Essa transição demarca o “fim” da “memória vivida” para uma “memória artificial”, demonstrada nas inscrições, que poderiam ser registradas no osso, na pedra, no papiro, no mármore, no papel, no virtual, seja em obeliscos, palácios, templos, cemitérios, teatros, relíquias, praças, o momento da memória é a do documento e do monumento. A memória passou a significar o agregado de fatos/acontecimentos que deverá ultrapassar as gerações para que as seguintes consigam recuperar as informações, será a lembrança das imagens (documentos/monumentos) que ativará a memória. O contraditório é que o registro imagético da memória desencadeou um processo de esquecimento da memória, pois ela não é mais vivida na coletividade, e sim buscada quando necessário, pois está lá, graficamente anotada. Então, o contraditório é que o registro era para garantir de permanência da memória, sua perpetuação e continuidade, até é, porém, o registro parece ter tranquilizado os indivíduos sobre essa perda da memória - não se precisa lembrar constantemente, pois está lá, e com isso ao invés de alavancar a memória, relegou-a ao esquecimento.

Na oportunidade de pensar a relação memória/esquecimento e citando novamente monumentos do Chafariz da Mãe Preta e da Praça da Mãe, pode-se inferir que ambos os patrimônios chegam a um presente com algumas esparsas lembranças do que já foram um dia. Existe memória sobre esses patrimônios? Existe esquecimento? Será que a conjuntura atual projeta os monumentos em direção de um processo de “amnésia seletiva”, encoberta pelo véu do esquecimento.

⁵⁷ (LE GOFF, 1996. p. 427-429)

Por amnésia, a Medicina compreende como sendo “um distúrbio que há perda total ou parcial da capacidade de adquirir, conservar e utilizar a memória”⁵⁸. Frente a um parâmetro compreensivo clínico na Medicina, existem três possibilidades explicativas de desenvolvimento dessa enfermidade: a primeira ocorre quando há uma incapacidade de lembrar as informações novas, quando as experiências recentes desaparecem, mas eventos antigos permanecem na lembrança. A segunda é, em certo sentido, o inverso da primeira, isto é, ocorre quando as lembranças antigas desaparecem, e as novas informações compõem o único subsídio da memória. E terceiro, quando há uma desorientação, ocorrendo esquecimento e confusão súbita de forma transitória, havendo uma excelente possibilidade de tratamento de prognósticos favoráveis de recuperação.

No bojo dessa peculiaridade e reportando-se à área das ciências sociais, ao se afirmar a existência de uma “amnésia” que é “seletiva”, discute-se que do ponto de vista da memória histórica parece que se vivenciam momentos de amnésia social. Ou seja, a memória, em muitos aspectos, é seletiva, isto é, pode-se escolher deliberadamente o que esquecer, ou se se é induzido ao esquecimento de fatos e acontecimentos. Talvez pela própria “invenção das tradições” ou pela falta dela, pelo processo de aceleração – modernidade – que intensificou rupturas e nem todas as organizações societárias conseguiram reestabelecer um vínculo entre o “antigo” e o “novo”, por meio de seus lugares de memória, por mais que existam.

Quando o vínculo não é restabelecido, produz-se o esquecimento, mas é claro que o passado não é acessível integralmente da mesma forma que foi vivido, a memória pode reconduzir e colocar em evidência apenas determinados “conteúdos”. Muitas vezes, a narração, a rememoração, consiste no processo de elaboração das lembranças sendo a função social da memória, por isso, buscar verdadeiramente o que aconteceu é meramente uma pretensão vã que pode servir apenas para identificar diversos usos de memória com finalidades especialmente concentradas na esfera de relações de forças/poder entre grupos.

No afã dessas constatações, visa-se reconhecer que os lugares de memórias, independentemente de quais sejam, merecem reconhecimento e reivindica-se tão somente visibilidade histórica/cultural consciente da importância desses monumentos como sendo parte fecunda e irrevogável, ao mesmo tempo em que inalienável, de um “acervo” cultural material/imaterial como sendo parte integrante de uma memória, quem sabe esquecida em sua memória passada, e inacessível em uma memória presente.

Então, o esquecimento, caso se desenvolva, gera uma escassez de memória e,

⁵⁸ REY, Luís. Dicionário de termos técnicos de medicina e saúde. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999. 820p.

consequentemente, uma dada coletividade não possuirá lembrança, fazendo com que certos fatos e acontecimento paulatinamente se apaguem da memória, e corroídos pela amnésia, serão esquecidos, fazendo com que tenham caráter de quem nunca existiu. Se isso realmente for algo dado a acontecer, o esquecimento pode gerar ainda a manipulação da memória, sua invenção.

Assim, para pensar a relação entre memória e esquecimento, Michael Pollak⁵⁹ é eminentemente pertinente. Para o autor, a memória reforça os sentimento de pertencimento em dois aspectos: as fronteiras socioculturais e a coesão social, mas salienta que falar em memória não é discorrer sobre as homogeneidades coletivas, e sim sobre relações identitárias de grupos em disputa, em conflito, entre memórias que são concorrentes.

O autor vale-se de uma duplicidade interpretativa para analisar a memória: de um lado, estaria uma memória que se propõe, é percebida, aceita e legitimada, como sendo nacional – oficial. De outro, estão as memórias subalternas. A memória configura-se em uma disputa permanente entre diferentes processos históricos e atores sociais distintos que intervêm, conforme seus interesses, para a formação e consolidação de uma memória. Para isso, a autor explora o limite do “esquecido” do “não dito”, e considera que essas tensões afloram em momentos de acirramento de conflitos e disputas entre grupos que em momentos de crise fazem usos diferentes das memórias coletivas. Nesse caso, o conflito da memória subterrânea e oficial pode ter como “principal” consequência a reescrita da história, a memória nessa acepção será sempre de um grupo que rivaliza o direito de dizer quem é, porque é, donde é, como é; reafirmando sua identidade frente ao outro, não sendo, portanto, a construção de uma alteridade, e sim de uma autoridade que reivindica o monopólio do direito de justificação identitária.

Pollak destaca que a memória subalterna consiste “muito mais na irrupção de ressentimentos acumulados no tempo e de uma memória da dominação e de sofrimentos que jamais puderam se exprimir publicamente”⁶⁰. E frente a essa incursão que reivindica espaço, no espaço público, que a memória, subalterna, aguardou o momento propício para expressar-se, é como se ela estivesse encubada para um silêncio do espaço público, mas transmitia “sorratamente” suas lembranças entre os seus pares da relação grupal. O silêncio nesse sentido, está longe de ser o produtor do esquecimento, ele é muito mais resistência de um grupo que perpetua lembranças das “feridas”, ressentimentos, que por ora não se encontram

⁵⁹ POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. p. 3-15.

⁶⁰ (POLLAK, 1989, p. 5)

dispostos em anunciá-las.

Essa dinâmica entre: memória falada e memória silenciada, memória oficial e memória subalterna remete-se sempre a uma conjuntura do presente, que deforma e reinventa, reinterpreta o passado, na constante e permanente interação entre o vivido e o que apreendido, o vivido e o que foi transmitido, e entre a sua credibilidade e aceitação de verdade. Nessa perspectiva, Pollak considera que entre a memória falada/silenciada existe uma relação que:

Reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. Mas, assim como a exigência de justificação [...] limita a falsificação pura e simples do passado na sua reconstrução [...] o trabalho permanente de reinterpretação do passado é contido por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos. Toda organização [...] veicula seu próprio passado e a imagem que ela forjou para si mesma. (POLLAK, 1989, p. 10)

O trabalho da memória será de guardar os pontos de referência de uma época longínqua, geralmente associada a sentimentos de origem e integração que filiam os indivíduos/grupos em memórias dissidentes que rivalizam as oficiais. Nesse campo em disputa, encontra-se a formulação de discursos organizados em torno de acontecimentos que harmonizam-se aos objetos/lugares de memória: bibliotecas, praças, museus, personagens, monumentos, narrativas, danças. Entretanto, “os grupos, por mais estáveis que possam parecer, têm sua perenidade assegurada, sua memória, no entanto, pode sobreviver a seus desaparecimento, assumindo em geral a forma de mito”⁶¹.

Significa dizer que um grupo, frente a seu desaparecimento real e objetivo, pode “eternizar-se” na memória e permanecer vivo para a lembrança. Isso pode se dar por meio de um mito que busca alimentar-se de referências culturais, literárias ou religiosas, onde o passado longínquo torna-se promessa de futuro. Exageradamente, o esquecimento não pode ser admitido. Para isso, se municia com um “arsenal” de registros a seus dispor, onde a memória estará disponível.

Então, se supuséssemos a existência de indivíduos que possuíssem acesso, se desejado, a todos os documentos que conduzem os seres humanos ao universo das memórias, oficiais, subalternas, mas que não possuam nenhum interesse em verificar essa memória dos antepassados, esse estará fadado ao alijamento de uma memória que é coletiva. E se o mesmo indivíduo, ao transitar pelas vielas, ruas, um caminho público qualquer, sem dúvida visualizará uma grande quantidade de lugares de memória, e mesmo sem o interesse em

⁶¹ (POLLAK, 1989, p. 11)

recordar, será bombardeado por símbolos que cumpriram o papel de ativar a memória ou que tenham essa pretensão. Mesmo que esse indivíduo fosse um “ermitão domiciliar” e restringindo em sua solicitude, pelo simples contato com um calendário lá estaria a tônica da lembrança, feriados, festividades, acontecimentos memoráveis, culto aos mortos, entre outros.

Isso tudo denota que as imagens do passado evocam e transmitem recordações dos acontecimentos que família, Igreja, Estado, grupos sociais, consideraram merecedoras de serem conservadas. Em Le Goff, isso representaria a “unidade passada nos documentos/monumentos, o que equivaleria dizer que esses aportes de memória retêm informações de passado que se quer confirmá-las como sendo o sentido da unidade do presente”⁶².

Le Goff (citando Pierre Nora) destaca que a memória coletiva define-se como “o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado”⁶³. Para além de ser um jogo de palavras, apresenta-se como a síntese da memória vivida coletiva oral e como a racionalização dessa “memória natural” em “memória artificial”, cultuada dos documentos e nos monumentos, onde a história parece cumprir a tarefa do homem-memória da rememoração crítica da memória. Só que a história não cultua a memória, esforça-se para que, a partir dela, interpretativamente, estabeleça-se uma compreensão dos diferentes usos da memória coletiva.

Mas a importância da memória coletiva, seu papel relacionado à história é:

Ao mesmo tempo a montante enquanto reservatório (móvel) da história, rico em arquivos e em documentos/monumentos, e a aval, eco sonoro (e vivo) do trabalho histórico, a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção (LE GOFF, 1996, p. 469).

Se a contribuição da história para a memória é essa, tem-se, ainda, que:

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade* [grifo do autor], individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é, sobretudo, oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação

⁶² (Nora apud LE GOFF, 1996, p. 460)

⁶³ (LE GOFF, 1996, p. 467)

da recordação e da tradição, esta manifestação da memória (LE GOFF, 1996, p. 469).

A função da memória social coletiva, individual, é a recordação, a lembrança, a tradição continuada, por mais que ressignificada, a pretensa de identidade. Se a memória considera-se como a memória de um povo, uma coletividade, não se pode esquecer que um povo nunca é homogêneo e está sempre estratificado, seja em: clãs, tribos, castas, estamentos, classes, grupos dominantes e grupos dominados. Dessa forma, deve-se sempre perguntar: memória de quem? A memória é a do “homem comum”, não a subordinação da memória de alguns que se impõem como sendo da coletividade, a memória é a memória de todos os atores e sujeitos sociais que compõem a coletividade. Assim, “a memória, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Deve-se, a partir dessa constatação, trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”⁶⁴.

Para explicar a frase enfática de Le Goff, recorre-se a dois recursos discursivos: o primeiro, que visa apreender a temática/problemática contida na frase para que seja apreciada criticamente à luz do pensamento de Pierre Bourdieu; para, depois, em um segundo momento, percebê-la em vista de sua possível implementação em outro documento que se propôs regulamentar as práticas patrimoniais, que é a Declaração de Sofia de 1996.

“Memória coletiva sirva para a libertação e não a servidão dos homens”, qual é a sua temática? Qual é o problema contido em tal afirmação? O tema identifica que a memória coletiva pode ser apropriada e dela serem feitos diversos usos, ou pelo menos dois, libertação ou servidão, denota que a memória está em uma relação de forças. O problema encontra-se na evidenciação que desses diferentes usos que a memória estará suscetível dela decorre uma relação conflituosa que envolve o que Pollak já havia afirmado a existência de memórias em conflito entre: memória oficial e memórias dissidentes – subalterna, que consagram as divergências que se revelam em uma situação de grupos beligerante.

Bourdieu,⁶⁵ em *A economia das trocas simbólicas*, reveste a predominância dessas relações de forças/poder que compõem o universo simbólico de constituição de grupos sociais, na interpretação de um mundo social por meio das representações dos grupos antagônicos.

Então, se cultura abrange um complexo de circunstância que evolve crenças, morais, hábitos, costumes, habilidades, valores, técnicas que os seres humanos adquirem enquanto membros de uma dada sociedade, e o transmitem enquanto um saber, um “patrimônio” social

⁶⁴ (LE GOFF, 1996. p. 471)

⁶⁵ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 2001. 361 p.

aos outros membros. E se no interior desta cultura existem códigos que servem como meio de identificação e de reconhecimento mútuo, que interlaça os iguais e distingue os diferentes, poder-se-ia dizer que o campo cultural está diametralmente constituído por um sistema simbólico que permite aos indivíduos, frente à capacidade de decodificação dos signos, situar-se aos acontecimentos daquele espaço societário. Isso sem equívoco é a marca do conflito, pois são justamente entre as questões culturais e os usos e apropriações que diferentes grupos fazem do universo simbólico, manifestando os antagonismos de interesses incompatíveis conflitantes.

Propriamente para Bourdieu, a organização do mundo perante o estabelecimento de um “consenso” é o que permite à cultura dominante numa dada formação social legitimar e sancionar um determinado regime de dominação. Isso se exerce por meio do domínio das práticas e representações coletivas que só é exercida pela medição de um *habitus* – um conjunto de esquemas que funcionam como uma matriz de percepções que orientaram as ações dos indivíduos. Essa é implantada na família e consolida-se em outras instituições (de ensino, religiosas, etc.), sendo o grande objetivo mascarar as relações de força, inculcando a impressão de pertencimento identitário e manutenção dos papéis e estrutura social, operando na sobreposição de uma cultura que ilude o caráter arbitrário da dominação, pois introduz referências simbólicas, como música, arte, dança, cinema, de um grupo apenas, fazendo parecer de todos os indivíduos, demonstrando a suposta “homogeneidade” cultural daquela organização. Nesses termos, há a dominação simbólica.

Em Chartier, uma exposição de ideias semelhantes é esboçada da seguinte forma:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-se como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tentar impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio (CHARTIER, 1989, p. 17).

Em Bourdieu, tem-se a dominação simbólica, e, em Chartier, a dominação de imposição de representação, mas na ótica das vivências práticas cotidianas como essas dimensões teóricas podem ser entendidas, ou representadas. Na tentativa de exemplificar essa práxis, rememoraremos a obra de arte do pintor surrealista Salvador Dali “persistência da

memória”, recebendo uma valoração simbólica quando os indivíduos, espectadores, demonstram uma aptidão intelectual/artística de apreciação da obra em que possam contextualizá-la historicamente e socialmente. Tal prática demonstra refinamento intelectual e diferenciação social.

E se esse contexto, em vez de uma tela, fosse marcado por uma esquete teatral com a adaptação do livro “*Metamorfose*”, de Franz Kafka (quem seria o inseto?); ou se fosse com gosto musical do tipo “*ah... escuto só João Gilberto e Chico Buarque* (afasta de mim esse cálice)”; ainda, sair do cinema após ter assistido o filme “*Os Miseráveis*”, de Tom Hooper, e comentar: “mas o livro de Victor Hugo é muito melhor” (Jean Valjean – 19 anos preso por ter roubado um pão), mas, antes de sair de casa, ao arrumar-se, colocar uma roupa Louis Vuitton, um cinto Gucci, calçado Chanel, acessórios Prada (que não são vestidos pelo Diabo).

O que importa, na verdade, não diz respeito à questão financeira, e sim a um universo simbólico. A pergunta a ser feita não se refere ao valor monetário, da obra de arte, do ingresso do teatro, do CD de música; da entrada para o cinema, ou do vestuário, mas como esses elementos apresentam-se como valores simbólicos. Nesse sentido, se expressa a dimensão epistêmica de uma dominação simbólica e da imposição da representação, que identifica e diferencia indivíduos perante o convívio social, de modo que se evidencia uma representação da realidade social: construída, pensada, dada a ler.

Agora se o exemplo utilizado não fosse uma obra de arte, ou qualquer um dos outros elementos citados, e sim um obra edificada, ou seja, um monumento à apreciação, esta poderia ser realizada. No caso do monumento, o “jogo” de forças fica nitidamente evidenciado, pois esses são significações icônicas que demarcam os “símbolos culturais”, como expressões da cultura de uma nação, de uma época, e mais precisamente de um grupo.

A saber, os monumentos constituem-se em princípios fundamentais alegóricos que têm a função de reproduzir uma memória. Onde está o conflito simbólico? Quais grupos afirmaram que tal obra é monumento, e, mais do que isso, investiram esforços pela sua valorização como patrimônio cultural? Quem são os personagens representados nas obras, a que grupos sociais pertenciam? Que acontecimentos os monumentos retratam? Por que esses acontecimentos em detrimento de outros?

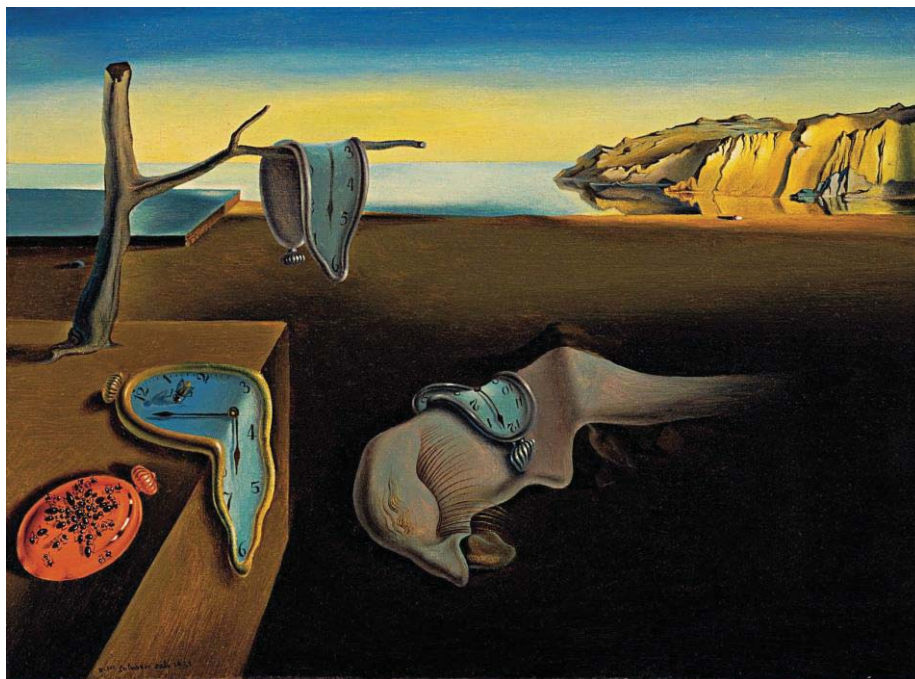


Figura 14 - Obra do artista surrealista Salvador Dalí “A Persistência da Memória”. Nome original: La persistencia de La memoria. Ano: 1931. Tamanho: 24 cm x 33 cm. Técnica: óleo sobre tela.

Fonte:

<http://noticia.universia.com.br/destaque/noticia/2014/02/14/1082019/uma-arte-semana-persistencia-da-memoria-salvador-dali.html>

(acesso em: 28/03/2014 16:44)

Mediante esses questionamentos, a dominação simbólica apresenta-se exacerbada, pois sua tendência é a “homogeneização” de uma “ordem social” que nega a existência de forças, de relação de poder, e, assim, nega características identitárias que um grupo (dominante), subjungando todos os outros sob a aparente legitimidade de ser um símbolo cultural que transcende as diferenciações de classe, etnia, credo, por fim, grupos.

Não se sabe se esse seria o sentido expresso por Le Goff em que a “memória coletiva sirva a libertação e não à servidão dos homens”, isto é, a memória coletiva enquanto tal. Não existe, ou é um engodo, ou seja, a serviço de alguma forma de dominação. Pode existir, sim, uma pluralidade de memórias, de grupos, que formam uma coletividade, assim se elimina, não a tensão, os jogos de força, as relações de poder, a condição de subserviência que a memória pode operar quando legítima em seus símbolos, mas dados, personagens, fatos/acontecimentos, peças/objetos, mitos/lendas, de um dos lados das relações de força que estruturam as organizações sociais.

“Para a libertação e não para a servidão dos homens.” Tal expressão é de autoria de Le Goff, entretanto, poderia ser apropriadamente atribuída a alguma parte da Declaração de Sofia de 1996. Nessa, seu sentido principal é o de perceber as relações memorialísticas que

envolvem o patrimônio cultural em constante transformação, até mesmo devido a um caráter fundamental da própria história, como o dinamismo dos processos que os patrimônios são testemunhos, sendo que esses também manifestam/contam a diversidade e a especificidade das culturas em relação aos indivíduos, grupos, povos, civilizações. Com isso, a Declaração de Sofia recomenda:

A defesa do pluralismo cultural, do respeito ao patrimônio alheio e do repúdio à intolerância constituirá, assim, um imperativo ético universal. Esta defesa, essencial para a manutenção da paz, deve manifestar-se entre os diversos países e em cada país, respeitando a origem heterogênea das populações, incluindo as minorias étnicas, religiosas e linguísticas (ICOMOS. Declaração de Sofia, 1964, p. 1)

Conforme a Declaração, o ponto a entender é o de que o patrimônio cultural foi produzido ou herdado pelas gerações. Sendo assim, o patrimônio não pode ser salvaguardado individualmente e sim coletivamente (respeitando sua multiplicidade), pois o respeito das gerações frente aos patrimônios não se dá somente pelo viés da não degradação, da preservação, do cuidado, mas, também, do respeito do direito de memória de minorias étnicas, religiosas e linguísticas. Para além disso, o patrimônio herda-se coletivamente enquanto bem público, a responsabilidade é de garantir a existência desse bem para que outras gerações também possam usufruir dele.

Com um reconhecimento semelhante sobre a defesa do pluralismo cultural, mas com uma argumentação singular e objetivo diferenciado, em 7 de outubro de 2003, novamente em Paris, ocorreu uma nova convenção, para pensar a salvaguarda do patrimônio cultural. Nessa, foi considerado que existe uma profunda interdependência entre o patrimônio material cultural e o patrimônio cultural imaterial. Na conferência geral da Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura, doravante denominada Unesco, redigiu-se a Recomendação de Paris⁶⁶ (2003), com o intuito de promover a salvaguarda e o respeito do patrimônio cultural imaterial.

A construção do documento valeu-se da situação histórica vivida no início do século XXI para determinar que, mediante os processos de globalização e densas transformações

⁶⁶ O Congresso Nacional Brasileiro, em 1º de fevereiro de 2006, cria um decreto legislativo (nº 22) no qual fica aprovado o texto da convenção para salvaguarda do patrimônio imaterial, celebrada em Paris, em 17 de outubro de 2003. E, depois, criou outro decreto (nº 5.753, de abril de 2006) considerando que o governo brasileiro ratificou a citada convenção em 15 de fevereiro de 2006, ele entra em vigor em 1º de junho de 2006, salienta que a mesma será executada e cumprida, mas que são sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida convenção ou que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

sociais, gera-se (ou podem gerar) fenômenos como da intolerância, suscitando um grave risco de deterioração, desaparecimento e destruição do patrimônio imaterial. Assim, a convenção aprova esse documento por considerar que o patrimônio cultural imaterial cumpre uma inestimável função - de aproximar, gerar intercâmbio relacional e entendimento entre os seres humanos.

A presente convenção, em seu segundo artigo, parágrafo um, define patrimônio cultural imaterial como sendo:

As práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Esse patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (Unesco. Recomendação de Paris, 2003, p. 2-3).

No segundo parágrafo do mesmo artigo, explica-se que o patrimônio cultural imaterial manifesta-se nas tradições e expressões orais, nas expressões artísticas; nas celebrações, práticas sociais, rituais e atos festivos; nos conhecimentos e práticas, relacionados à natureza e ao universo; e nas técnicas artesanais tradicionais.

Com isso, oportunizar a salvaguarda de um patrimônio significa criar instrumentos capazes de garantir a viabilidade de existência de um patrimônio cultural imaterial. Isso será possível se existir uma estratégia de identificação, documentação, investigação, preservação, proteção, promoção, e valorização. De modo que haja uma transmissão de sentido, de reconhecimento, essencialmente por meio da educação formal e não formal, revitalizando a memória desse patrimônio.

Reconhecer a importância de documentos para a preservação dos bens patrimoniais como forma de enfatizar a função que o patrimônio cultural material e imaterial cumpre em nossa memória social é assegurar a própria construção cidadã de nossa identidade cultural. Sabendo que hoje, falar de patrimônio cultural não implica tão simploriamente o dito patrimônio edificado, que, por muitos anos, recebeu a alcunha de “pedra e cal”, constituído de bens imóveis, representados por edifícios e monumentos de notável valor estético e artístico, preservados ou até mesmo tombados pelo poder público. O patrimônio cultural hoje assegura o reconhecimento dos bens imateriais ou intangíveis, que, muitas vezes, são muito mais

reveladores da rica diversidade cultural, expressos nos modos de criar, fazer e viver de uma dada organização social.

A Carta Magna brasileira de 1988 é bem adequada a essas ponderações. Em seu título VIII, Sobre a ordem social, o terceiro capítulo trata da educação, da cultura e do desporto. A segunda seção desse capítulo realiza considerações sobre a cultura e de modo especial manifesta uma definição do que é patrimônio em seu artigo 216, como se segue:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formados da sociedade brasileira, nos quais incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (CONSTITUIÇÃO, 1988, p. 141-142).

Tal compreensão é ampla e nela há o reconhecimento da pluralidade do que é patrimônio cultural, entretanto, a legislação brasileira não chega a essa concepção patrimonial meramente por acaso; existem, nessa normatividade da Constituição brasileira, os elementos construídos em anos de discussão sobre o patrimônio cultural.

Também se salienta que a preservação patrimonial no país parecia estar fadada a medidas de proteção que privilegiavam bens culturais que possuíam a nítida intenção de forjar (forçosamente) uma identidade de cunho nacional homogênea e unívoca do país, priorizando a patrimonização de lugares de memória vinculados a indivíduos de setores sociais e políticos específicos ou de bens relacionados a uma única crença religiosa. Para constatar a questão, basta observar a relação de bens móveis e imóveis inscritos nos livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan – 1938-2012)⁶⁷ que notará a infinidade de casas; engenhos; fazendas; edifícios associados a uma determinada fração social que não revela o todo e a multiplicidade nacional. Do mesmo modo, verifica-se a quantidade de igrejas; conventos; capelas; basílicas que não denotam a diversidade que se manifesta acerca das tradições religiosas existentes no país.

Porém, observar-se-á que essa prática parece ter sido corriqueira, mas, concomitantemente a ela, atualmente, outros bens estão recebendo um status de reconhecimento. Pois, ao analisar o mesmo documento, encontram-se registros de casas como

⁶⁷ IPHAN. Listas dos Bens Culturais inscritos nos livros do Tombo (1938-2012). Rio de Janeiro: 2012.

a de Chico Mendes em Xapuri no Acre inscrita em 17 de outubro de 2011⁶⁸; ou como o Terreiro de Candomblé do Bate-Folha Manso Banduquenqué, em Salvador na Bahia, inscrito em 03 de fevereiro de 2005⁶⁹. Esses dois exemplos demonstram que alguns bens eram depreciados, pois não faziam parte de interesse de grupos, por representar segmentos étnico-sociais-culturais que não estavam de acordo com a memória que se gostaria de produzir. Ou seja, os monumentos históricos faziam alusão a um “público seletivo” dentro de uma visão celebrativa da história, esquecendo-se de cultuar também outros indivíduos, grupos, que compunham a sociedade brasileira. Mas também se demonstram as tensões, as disputas, os conflitos de memória que se quer preservar entre os grupos. Pollak já havia se reportado a essa dimensão que envolve os silêncios, os “não ditos”, que não são conformismos, e sim a espera pela crise o momento que antecede a reivindicação.

Talvez a história cultural tenha contribuído para o agregado dessas transformações, não negando a importância do econômico, do político e do social. Mas evidência que uma abordagem histórica única e exclusivamente lida pela ótica dessas estruturas minimiza ou anula a possibilidade de outras variáveis que influenciam e determinam os processos históricos, como o cultural.

A história lida pelo viés cultural preocupa-se com o que a história tradicional “jogou na lata de lixo da história”. Em razão disso, inseriu-se, no fazer histórico, as tensões de uma abordagem que recorria à análise das linguagens, das práticas discursivas, do simbólico, do imaginário, das representações e das memórias. Observando características como o vestuário, peças de mobília, alimentação, habitação, corpo, festividades, comemorações, danças e músicas de atores sociais até então não privilegiados pela assim chamada história tradicional, ou seja, aqueles que não eram os nobres, reis, heróis, detentores do poder; e sim as “massas populares” em suas vidas singulares e coletivas frente às suas necessidades, anseios, desejos, aspirações, temores, angústias cotidianas e as suas significações diversas, na tentativa de apresentar o passado do ponto de vista das pessoas comuns.

Conforme afirma Peter Burke⁷⁰, “o terreno comum dos historiadores culturais pode ser descrito como a preocupação com o simbólico e suas interpretações”⁷¹. O historiador ainda adverte que não só existe uma diversidade documental na história cultural mas também uma postura diferenciada na construção do saber histórico, por parte do historiador, que “não deve sucumbir e tratar os textos e as imagens de certo período como sendo espelhos, reflexos não

⁶⁸ (IPHAN, 2012, p. 3)

⁶⁹ (IPHAN, 2012, p. 30)

⁷⁰ BURKE, Peter. *O que é história cultural?* RJ. Zahar, 2008.

⁷¹ (BURKE, 2008, p. 10)

problemáticos de seu tempo”⁷². Nesse contexto, importante pontuar que esses profissionais têm a prática de criticar os documentos buscando pensar em que condições e propósito eles foram produzidos.

O estudo sobre os monumentos do Chafariz da Mãe Preta e a Praça da Mãe, no aspecto cultural, ganha ênfase, ora como ideia de tradição – e enquanto tal pressupõe certa identidade legada por uma geração para a geração seguinte, entendidos como a persistência da tradição –, ora na percepção de que o “legado muda no decorrer de sua transmissão para uma nova geração”⁷³. A relação faz crer que devido àquela aceleração das mudanças sociais e culturais, as identidades ficaram ameaçadas de produzir somente rupturas entre o que somos e aquilo que fomos, comprometendo, assim, a continuidade da memória de uma tradição, de uma cultura.

Frente às possibilidades, a história Cultural busca compreender a percepção do “eu” que as pessoas fazem de si e do outros, individual e coletivamente, abstraindo os relativos papéis que esses desempenham, percebendo a vida desses em seus enredos conflituosos para que se possa perceber o desenvolvimento das rupturas e permanências. Assim, na medida em que os acontecimentos retrocedem no tempo, se reconhece que a perpetuação de memórias é muitas vezes mais uma distorção de “eus” (identidades) daquilo que os indivíduos não são mais, fazendo com que a época presente reconstrua uma representação do passado na tentativa de justificar a existência dos “eus” da atualidade. O passado não é nunca o mesmo, não é intocável, é sempre uma apropriação de uma problemática presente, que, para ser compreendida, recorre ao passado, não para “entender” o passado, mas para que os indivíduos contemporâneos entendam-se a si próprios, em sua época presente.

Memórias, rupturas e continuidades, isto é, o que se quebra, não permanece, rompe o vínculo relacional do tempo vivido. É aquilo que é perpetuado para a posteridade, no presente de um tempo passado, as continuidades. Em alguns casos, rupturas/continuidades simultaneamente vividas sob aspectos diferentes de uma mesma realidade.

O problema deve-se ao fato de as memórias serem sempre destorcidas, o passado nunca é o mesmo, e contaminadas pela cultura, pelo fato da existência de diferentes grupos sociais que alteram o passado e o reconstróem conforme suas necessidades e interesses, agindo sobre a história de forma a criar representações como uma construção cultural da realidade. Conseqüentemente, a realidade é sempre criada e possui uma variedade tão diversa quanto os pontos de vistas e interesses possíveis. A realidade é construção da visão dos

⁷² (BURKE, 2008, p. 33)

⁷³ (BURKE, 2008, p. 40)

dominadores; heróis; vencedores como também é dos dominados, anônimos, derrotados. Algumas vezes, a história não é construção de sentido e sim desconstrução de algumas projeções que se tinha acerca do passado o que alteram a percepção da realidade no presente (futuro), é a construção desconstrução dos antagonismos a solução viável dos velhos problemas ainda atuais como resposta inovadora e provisória que coexistirá com as outras percepções.

O dilema apresenta-se em como realizar tais considerações a contento que não recrie uma visão triunfalista da história, ou seja, analisar o sujeito, dominado, anônimo sem transformá-lo em herói. Talvez somente com uma única alternativa possível: enfatizar a narrativa histórica de forma crítica, reconhecendo as relações de força, poder/conflitos; de visões, percepção – representação/significação da realidade histórica; e de sentido, formação de identidades multifacetadas.

E é justamente perante essas considerações que se propõe uma revisão no que concerne o Chafariz público municipal de Passo Fundo, hoje conhecido como Chafariz da Mãe Preta, edificação primeiramente no Segundo Reinado, em 1863. Busca-se, para tal, observar o contexto sociopolítico do período escravagista do final do século XIX. Como também, do monumento Praça da Mãe um centenário depois, em 1964, para que se possa identificar a trama de relações entre os sujeitos envolvidos e as ações do legislativo municipal, de modo que seja possível considerar ao longo da trajetória da cidade o processo de composição dos espaços/lugares de memória e a constituição desses patrimônios históricos culturais (i)materiais.

Em *História e Memória*, Jacques Le Goff apresenta que o fato histórico não é um objeto que está dado, acabado e inalterado, pois resulta da construção do historiador. Essa crítica faz com que o documento não seja “inocente”, o documento exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro: o documento é monumento. Assim, todo documento é monumento que deve ser desestruturado, desmontado, desmistificado, pois não existe uma memória que seja unívoca sendo que o que “sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada pelas forças que operam no desenvolvimento da humanidade”⁷⁴. Matérias da memória que se apresentam como: monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador.

Assim, monumento está associado à memória, “fazer recordar”, sendo um sinal do passado, evoca o passado para perpetuar uma recordação de um evento (acontecimento/fato)

⁷⁴ (LE GOFF, 1996, p. 525)

ou de uma pessoa: uma obra comemorativa da arquitetura ou de escultura. O monumento liga-se, assim, indissociavelmente, à característica de perpetuação da recordação voluntária (ou involuntária) das sociedades históricas, sendo um legado à memória coletiva, um testemunho vivo do tempo.

O documento associa-se a ensinar, imbricando a noção de provar, ratificando e justificando o passado, mas não se trata de qualquer coisa que registre o passado, sendo um construto de uma sociedade que o produziu mediante as tensões de relações de força/poder; de intencionalidade de usos dessas informações; e de pretensões de produção de sentido, que gerassem inteligibilidade dos processos históricos. Então, é preciso a análise do documento enquanto monumento para permitir que a memória coletiva possa recuperar esses elementos e submetê-los a uma crítica de condição de produção.

Não existe documento inócuo. Le Goff, considerando o pensamento de Michel Foucault, observa e destaca a necessidade de questionamento sobre o documento.

A história, na sua forma tradicional, dedicava-se a “memoriza” os *monumentos* do passado, a transformá-los em *documentos* e em fazer falar os traços que, por si próprios, muitas vezes não são absolutamente verbais, ou dizem em silêncio outra coisa diferente do que dizem; nos nossos dias, a história é o que transforma os *documentos* em *monumentos* e o que, onde se decifram traços deixados pelos homens [...] faz haver um amálgama de elementos que têm de ser isolados, agrupados, tornados eficazes, postos em relação, integrados em conjuntos (Foucault apud LE GOFF, 1996, p. 103)

Em resumo, o documento é monumento sendo o esforço das sociedades históricas em produzirem imagens de si próprias, com isso, qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro e falso, pois sempre será uma roupagem, com uma aparência enganadora, uma montagem. O salutar nessa questão é produzir a desestruturação de documentos para em seguida proceder com a análise/construção das produções dos documentos-monumentos, não basta, portanto, estabelecer uma análise multifacetada, econômica, social, jurídica, cultural, artística/estética, política. É preciso acima de tudo perceber esse como sendo testemunho de uma relação de poder que é polivalente, ambígua, contraditória, com brechas e lacunas repletas de idiossincrasias, que pretensamente sejam demonstradas.

Parece que se esboçou que na produção do conhecimento histórico atual há um convencimento generalizado que em uma narrativa histórica é praticamente impossível a reprodução “tal qual” aconteceu no passado. Pois, por um lado, é sempre uma construção do presente, e por outro, é preciso analisar as condições de produção das informações do passado

produzidas pelos sujeitos do passado, já que se estará no imbricado campo das relações de poder que permearam aquela época.

Mas, ao historiador, não cabe tão apenas a exegese de documentos, reduzindo sua atividade a um exercício cognitivo puramente retórico que interpreta textos e narrativas, e sim considerar os documentos-monumentos, diversos, de um problema presente de um acontecimento que ocorreu no passado, longínquo ou presente.

A partir do exposto, falar em patrimônio requer um exercício exaustivo de se considerar possibilidades. Essas envolvem relações de poder, identidades, discursos, usos de memória, legislações, concepções teóricas, no entanto, entre as múltiplas variáveis, é pertinente haver um posicionamento distinto da compreensão adotada, para que seja possível uma definição, mesma que transitória ou passageira.

Por isso, infere-se que patrimônio é um bem cultural coletivo relacionado a elementos considerados como valiosos e imprescindíveis a uma dada realidade social, que, por isso, serão protegidos, conservados e preservados de forma que sejam transmitidos como sendo uma herança que a coletividade salvaguarda para as próximas gerações.

Isso só é possível mediante o entendimento que aquele bem carrega consigo – memórias coletivas – que, em sua singularidade excepcional, preserva a lembrança de um marco identitário que recompõe aquilo que está ausente no presente, ou seja, uma obra monumental, um bem cultural, um patrimônio. Possui a propriedade de reconduzir a memória de um tempo ausente para uma época presente, demonstrando de onde vieram as pessoas daquela realidade, a fim de que se compreendam como membros de uma dada realidade, dotados de sentido, que compartilham de sentimentos comuns, que os identificam mutuamente, mesmo em suas singularidades e diversidades.

Nesse cenário, importante voltar o olhar a inúmeras questões: é possível a mesma compreensão patrimonial levando em consideração os bens culturais coletivos do Chafariz da Mãe Preta e da Praça da Mãe? Como aconteceu o processo de patrimonização desses bens culturais? De que contexto social foram oriundos? Quais atores sociais estavam imbricados em seus processos de constituição? Que relações identitárias podem ser feitas levando-se em consideração tais marcos históricos? Existe uma relação direta inexorável entre os monumentos do Chafariz e da Praça, devido sua proximidade, a temática das obras que abordam a figura materna? É plausível imaginar uma relação de complementaridade de um monumento no outro, sendo que o segundo – a Praça da Mãe – inaugurou-se justamente um centenário após do Chafariz da Mãe Preta? Acreditando ser provável aludir respostas a cada

um desses questionamentos, busca-se a compreensão do processo de composição dos bens culturais erigidos em homenagem à Mãe.

2. EM MEMÓRIA DA “CATIVA”, E DO “CATIVAR”: O PROCESSO DE PATRIMONIZAÇÃO DOS BENS CULTURIAS ÀS MÃES

A composição de um bem patrimonial pode ser entendida como sendo um processo longo que ocorre no transcorrer do tempo. Esse universo demanda que se volte o olhar a aspectos relevantes: como compreender o processo que marcou o Chafariz da Mãe Preta enquanto patrimônio histórico de uma população que o reconhece como sendo parte de sua tradição? E, ainda, quais são as considerações pertinentes para que se possa compreender esse mesmo processo a respeito da Praça e do Monumento à Mãe?

Tal tarefa é orientada por uma premissa fundamental, que é o reconhecimento que ambos os lugares de memória foram fruto de um processo imbricado frente os conflitos e contradições de sua época. Cientes de que a “patrimonialização” consiste em uma ação com a finalidade de fomentar a valorização, ou, até mesmo, a revitalização de um patrimônio cultural, considera-se justo um revisitar histórico a fim de que se possa pensar sobre legitimações de identidades de grupos, atribuições de sentidos, valores, usos, significados.

Desvelar talvez seja perceber as nuances das tradições existentes, de modo que se possa, ao longo do tempo, identificar as (re)construções da memória individual e coletiva que forjaram lembranças e demarcaram narrativas, que “contaram a história”. Mas de que modo se pode desvelar essas nuances, tradições, temporalidades, (re)construções, memórias, lembranças e narrativas? Não será meramente, especulativamente ou tão simploriamente pensando. Mas, para, além disso, isso se dará pela expressão desse pensamento de modo que se possa atribuir sentido/significado (e ressignificação) às vozes mais distantes.

Se a atividade reflexiva de pensar por si só já desperta hesitação, a incerteza e a perplexidade aumentam quando a proposta visa refletir uma presumível “trajetória histórica” de uma cidade. Ao buscar recompor informações, é perceptível que as tradições existentes nem sempre existiram; algumas que não existiam, forçosamente foram almejadas, mas extenuadas findaram sem o êxito desejado; e aquelas que existiam e eram respaldadas parece não terem sido valorizadas verdadeiramente. O tempo é capaz de assegurar lembranças e produzir esquecimentos. Mais uma vez, pondera-se: como, então, expressar um pensamento histórico de forma que seja imaginável atribuir sentido às “vozes mais distantes”? Certamente, não é atividade muito simples, pois essas vozes retumbam e ressoam como ecos, às vezes distorcidos, outras, ignorados; isso sem mencionar outras tantas que, no decurso, remataram emudecidas ou silenciadas.

Como fazer isso de maneira a não abalizar narrativamente uma espécie de teogonia das origens históricas da cidade de Passo Fundo. Por meio de algumas considerações sobre aspectos de sua historicidade, é preciso constituir um fazer histórico que possa permitir compreender o processo de patrimonização de dois lugares de memória: os monumentos históricos do chafariz da Mãe Preta e da Praça da Mãe.

Talvez partir de uma “oração filial” a Passo Fundo encontrada na obra: *Rememorações de nosso passado*, de Antonino Xavier⁷⁵, na qual se observa o seguinte:

Eu te amo na simplicidade dos teus dias primitivos, porque foi ahi que a tua gente, campeando na vastidão das estancias solitarias, ou mourejando nos cerrados heruaes, em lucta com o selvicola traiçoeiro e feroz [...] depois, através dos feitos impereciveis dos seus grandes expoentes, legando ao futuro este patrimonio robusto que é a sua história. [...] Foi ahi, na suggestão poderosa desse ambiente povoado de mysticismo, que surgiram tuas lendas, hoje quasi apagadas e desabrochou, repassada de belleza, a alma lyrica daquelles trovadores maviosos que à noite, ao som da viola, nos serões junto ao fogo em que circulava o matte, cantavam amores, celebravam suas façanhas ou fortaleciam a fé patriotica do teu povo, evocando os heroes e as luctas da Patria (1927, p. 3)

Nesse contexto, importante compreender alguns sentidos, tais como: “Tempos primitivos”: possivelmente anteriores ou posteriores a 1827/28, data símbolo do início do povoamento etnicamente branco da região; selvícola: olhar demonstrativo que denota a visão acerca das comunidades ameríndias que habitavam a região de modo especial as comunidades kaingang – os coroados; exalta: os vultos grandiosos do passado que mesmo aos perigos, desbravaram a região; da mesma forma que evidencia as riquezas naturais, demonstra a riqueza do gado vacum indômito criado guacho, e o companheirismo que só a roda do mate pode oportunizar fazendo com que o amargo entrelaçasse a camaradagem no gesto acolhedor de estender o braço. Mediante a isso, estrutura-se uma discussão que objetivará entender o que são esses “tempos primitivos”, em dois aspectos relacionais: os selvícolas e o fenômeno das tropas nas primeiras décadas do século XIX; e os nacionais e o elemento colonizador, no final do século XIX início do XX.

É de se pautar que nesses “tempos primitivos” ocorre a chegada de tropeiros de muares na região, devido à necessidade de buscar de um caminho seguro para São Paulo, e cientes dos perigos que os assim chamados “elementos hostis” oferecia na travessia, que no

⁷⁵ OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier. *Rememorações do nosso Passado*. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1957.

Optou-se em manter nas citações a ortografia original de quanto os documentos foram produzidos, isto vale tanto para as obras, mas principalmente para as fontes analisadas e citadas que aparecerão no decorrer do estudo periodizadas do final do século XIX, ou até mesmo do século XX.

período dominavam a região. Com isso, o território que hoje constitui o município de Passo Fundo foi habitado por grupos ameríndios denominados de: “coroados”, designação desdenhosa e pejorativa, pelo fato desses usarem ornamentos no corpo, mas especificamente “cocares” na cabeça, o que os “povoadores/colonizadores” de forma análoga definiram como coroas, pois possuíam uma tradição administrativa monárquica.

A trajetória de Passo Fundo nesse “tempo primitivo” faz-se intimamente interligada pelo fenômeno das tropas e da relação com as comunidades ameríndias. Para se buscar uma recuperação histórica abreviada do fenômeno das tropas sulinas, apela-se à compreensão dada pelo historiador Mário Maestri⁷⁶ em sua obra *Uma História do Rio Grande do Sul*. Nessa, considera-se que o “termo *tropa*, deriva de *troupe*, que em francês significa bando de pessoas ou de animais”⁷⁷, com isso, o tropeiro configura-se com um personagem de um grupo de pessoas que desenvolvem uma atividade produtiva (uma profissão), a qual desempenhava a função de transportar “grandes” quantidades de animais de uma região para outra.

Mas, também, o vocábulo *tropa*, conforme a historiadora Véra Lucia Maciel Barroso,⁷⁸ pode significar “grupo de pessoas como de animais em movimento, ou articulados por uma atividade”⁷⁹. A atividade tropeira “é desenvolvida por animálias, sobretudo cavalos e mulas, mas não só. Tardiamente começou a atuar a tropa de gado vacum”⁸⁰.

A atividade tropeira ganha impulso a partir de uma necessidade econômica específica da região sul rio-grandense no traslado de muares que abasteciam a região aurífera de Minas Gerais, tendo, primeiramente, como destino, a feira de animais de Sorocaba⁸¹, em São Paulo. Posterior a isso, há o fenômeno da atividade charqueadora.

Pode-se afirmar, com essas considerações, que a identificação do “fenômeno econômico das tropas deveu-se à descoberta das minas auríferas”⁸², onde os animais eram utilizados em razão da força de carga, no caso dos muares, e das tropas de gado,

⁷⁶ MAESTRI, Mário. *Uma história do Rio Grande do Sul: a ocupação do território*. 2 ed Passo Fundo: UPF, 2000.

⁷⁷ (MAESTRI, 2000, p. 75)

⁷⁸ BARROSO, Véra Lucia Maciel. O tropeirismo na formação do sul In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Orgs). *História Rio Grande do Sul: Colônia*. Passo Fundo: Méritos, 2006. v1. p.171-187. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul)

⁷⁹ (BARROSO, 2006, p. 172)

⁸⁰ (BARROSO, 2006, p. 172)

⁸¹ A Feira de Sorocaba era extremamente importante devido ao fato da cidade (então vila) estar localizada em uma região geograficamente favorável, transformando-se em um espaço de ligação entre as regiões norte no que se refere a mineração; e sul do Brasil. Sendo que esta última abastecia a região norte através da produção de animais de carga e de corte. Além disso (e também por este motivo), essa região específica – Sorocaba – se tornou um ponto de encontro das tropas que, por conseguinte, oportunizou que os animais comesçassem a serem comercializados/registrados nessa região sem a necessidade de serem levados até a região aurífera de Minas Gerais.

⁸² (MAESTRI, 2000, p. 76)

aproveitadas na alimentação. Em ambos os casos, as tropas partiam das terras sulinas da região pampeana para o norte, objetivando a feira de Sorocaba, através de duas rotas, chamados de caminhos: do litoral (primeiramente) e do planalto (com o passar do tempo)⁸³. Frente a isso, “pode-se considerar o tropeirismo como sistema de comércio ou sistema de transporte, entretanto, é necessário encará-lo em sua totalidade como sistema de produção, desde a criação dos animais até sua colocação no mercado”⁸⁴.

Em relação aos caminhos, há uma sistematização que considera quatro fases do tropeirismo no Rio Grande do Sul: i) a do tropeirismo guarani da Vacaria dos Pinhais, através dos matos portugueses e castelhanos no Planalto, entre os territórios que hoje se localizam Vacaria e Lagoa Vermelha, com a condução das tropas em direção aos Sete Povos missioneiros; ii) a fase do tropeirismo castelhano da Vacaria do Mar, no território da Campanha do Rio Grande do Sul e Uruguai, conduzindo as tropas para estâncias e postos dos povos guaranis; iii) a do tropeirismo litorâneo dos lagunistas, da Vacaria do Mar, na qual os tropeiros incursionaram o litoral pelas praias e campos à beira-mar, onde atingiram a região de Laguna em Santa Catarina e de lá seguiram para São Paulo e Rio de Janeiro; e iv) a do tropeirismo paulista pelo Planalto oriental, onde o alvo foi a mula, que exerceu o papel de “ouro ambulante”, devido à sua ampla utilização no ciclo extrativista de ouro na região de Minas Gerais.⁸⁵

Observando tais fases, essas parecem fazer convergir dois eixos onde se localizavam as rotas, uma que perpassava o litoral e outra que abrangia o planalto. Em relação ao caminho do planalto, destacam-se os chamados Campos de Cima da Serra - região formada por uma sucessão de campos que, nesse planalto, perde altura, e, em razão da relativa semelhança em algumas regiões, confunde-se com o pampa gaúcho. Os campos eram de Vacaria, Passo Fundo, Palmeira e Cruz Alta. Dessa forma, houve, nesse momento, fluxo de ocupação da região devido ao fato de ter se desenvolvido um novo caminho o chamado Caminho Novo da Vacaria ou Estrada das Missões, que ligava os campos de Vacaria a Santo Ângelo, importante local de criação muar⁸⁶.

O caminho em questão já era conhecido e percorrido pelos tropeiros, ervateiros e nativos, após a abertura e o crescente desenvolvimento desta nova rota se acelerou a substituição das antigas estâncias missioneiras por latifúndios pastoris. Observando atentamente tal questão, pode-se ponderar que os “grandes responsáveis” pelo

⁸³ (MAESTRI, 2000, p. 76)

⁸⁴ (BARROSO, 2006, p. 172)

⁸⁵ (BARROSO, 2006, p. 175-176)

⁸⁶ (MAESTRI, 2000, p. 76-79)

desenvolvimento dessa rota foram as comunidades ameríndias coroadas, o que se justifica pelo temor e pelo perigo que “ofereciam” aos “exploradores”, o que acabou por impulsioná-los para o planalto. Entretanto, a ocupação do Planalto Médio não se deu de forma pacata, ao se considerar que o novo caminho possuía trechos extremante difíceis em relação à geografia e aos habitantes da região. É de salientar que as tropas percorriam estreitos caminhos, entre densas matas habitadas pelos aguerridos coroados⁸⁷.

Por sua vez, Aldomar Arnaldo Rückert⁸⁸ analisa que essa apropriação econômica da região por parte da atividade tropeira desencadeou uma progressiva ocupação de terras por parte de alguns tropeiros que tenham se sedentarizado, isto por um lado. Pois, em outro, há a ocupação por parte do processo de povoamento do elemento colonizador que gerou o apossamento dos campos.

Nesse contexto, deu-se o processo de ocupação das terras que posteriormente originariam o povoado, freguesia, vila e então cidade de Passo Fundo. Assim, a apropriação inicial, entendida como ocupação, corresponde à destruição do território indígena e caboclo e à construção de novas e diferentes formas fundiárias a partir da presença cada vez mais acentuada de milicianos paulistas. Tal presença é ratificada pelas concessões de terras que asseguram a posse aos milicianos que obtêm campos de pecuária. Na região de Passo Fundo, esse período se inicia em 1827, com as primeiras concessões e posses livres, e consolida-se a partir de 1854, por causa da alteração da lei que estabelecia a posse das terras no Brasil, a qual ficou conhecida como lei de Terras de 1850 (lei 601, de 18 de setembro de 1850), a posse passa a ter a necessidade de ser comprovada por meio de documentação legalmente registrada e reconhecida – as escrituras – que não atestavam somente a posse, mas, sobretudo a propriedade das terras⁸⁹.

Com a nova estruturação da propriedade, ocorre a legitimação das posses por meio de pedidos encaminhados ao governo provincial, com isso, os estancieiros consolidam a propriedade privada de vastas extensões de campo. Isso se desenvolve na medida em que ocorre a expropriação das terras dos “nacionais” (indígenas, caboclos, nativos) e tem sua justificação afirmada na narrativa do governo provincial considerá-las como devolutas (simplificando terras que pertencem ao Estado). Com isso, facilitou-se a instalação da propriedade fundiária agropastoril senhorial escravocrata em Passo Fundo.

Sobre os “nacionais” e o elemento colonizador busca-se a compreensão conjuntural

⁸⁷ (MAESTRI, 2000, p. 80-81)

⁸⁸ RÜCKERT, Aldomar A. A Trajetória da Terra: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul 1827-1931. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

⁸⁹ (RÜCKERT, 1997, p. 43-54)

relacional desses grupos a partir dos estudos realizados por Marcio A. B. da Silva⁹⁰. Especificamente quando este se propõe a analisar as representações e as identidades entre as elites e os subordinados, na perspectiva das relações estabelecidas entre os diferentes grupos envolvidos no processo de povoamento no norte do Rio Grande do Sul.

A primeira questão a se ponderar diz respeito, portanto, aos laços de identificação, isto é, os processos relacionais socialmente estabelecidos entre os indivíduos/grupos que se formam sob a égide do povoamento no norte do Estado do Rio Grande do Sul no final do século XIX início do XX. Destacando que a definição de grupo(s) e sua categorização perpassam basicamente pela diferenciação de acesso a níveis de poder e por condições econômicas diferenciadas, forma-se, assim, um grupo que se reconhecerá e será reconhecido como elite. Da mesma forma, os subordinados saberão que socialmente estão constituídos nesta condição social por se reconhecerem entre si e reconhecerem-se na relação de poder/força com a elite.

De qualquer modo, para o grupo da elite, seus pares eram constituídos de “grandes proprietários de terras, funcionários públicos, profissionais liberais e alguns intelectuais”⁹¹. Por outro lado, os subordinados eram formados por “pequenos proprietários, agregados, peões, ervateiros e posseiros; grupos constituídos basicamente por negros, índios, imigrantes e nacionais”⁹². Dentro desse “esquema” relacional aos subordinados, cabe a obediência e de certa forma, a legitimação tácita do poder que a elite possui. Poder percebido e aceito mediante a relação social de subserviência, onde há a manifestação da dimensão de poder por meio das relações desiguais de grupos que “monopolizam os mecanismos de poder [...] de poder tomar decisões validadas para todos”⁹³. Em resumo: elite, colonizadores; subordinados e nacionais⁹⁴.

Mas essa estrutura de estratificação social não é tão simplificada como provisoriamente se apresenta. Pode-se dizer que nesse grupo constituído pela elite encontrar-se-ão indivíduos ligados à questão da terra por meio da atividade agropastoril e aqueles que são “prestadores de serviços”, a estes se somará os comerciantes, a venda, o bolicho, a bodega, os secos e molhados.

⁹⁰ SILVA, Marcio Antônio Both. Ninguém pode consumir sem produzir: Estado, grupos sociais e povoamento no norte do Rio Grande do Sul durante a primeira república (1889-1925) In: GUIMARÃES, Elione Silva; MOTTA, Márcia Menezes (Orgs). *Campos em Disputa: história agrária e companhia*. São Paulo: Annablume; Núcleo de Referência Agrária, 2007. p. 349-401.

⁹¹ (SILVA, 2007, p. 350)

⁹² (SILVA, 2007, p. 350)

⁹³ (SILVA, 2007, p. 352)

⁹⁴ Expressão que tinha como objetivo identificar uma camada da população rural brasileira. (SILVA, 2007, p. 350-351)

Os indivíduos de atividade agropastoril e comercial constituem-se nas famílias ativas economicamente que visam ao progresso, ao desenvolvimento – famílias empreendedoras – e moralizadas⁹⁵. Os nacionais, o “povo do campo”, vistos justamente como sendo oposto dos primeiros, de maneira geral tidos como indolentes e preguiçosos. A menção a indolentes, por sua vez, é de fácil de compreensão, bastando, para tal, proceder a uma breve lembrança de alguns eventos contestatórios que marcaram o período regencial de 1831-1840, ou então as revoltas da Primeira República.

Mas serão preguiçosos? Para responder a esse questionamento, recorre-se a um exemplo: supondo que na “população em geral existisse 100 homens válidos, 80 são vadios, ao ponto de que nem a fome e a nudez os obriga ao trabalho, destes 80 vadios, 40 pelos menos são ladrões”⁹⁶. Esse comentário/observação demonstra, sem dúvida, a representação que se tinha do grupo formado pelos nacionais. Isto é, de 100 homens válidos, em idade e condição física para realizar uma atividade produtiva, 80 eram vadios, o que quer dizer que são nacionais, restando, portanto, somente 20 formados pelas famílias fortes e ativas economicamente, as famílias superiores e eminentemente marcadas pelo patriarcado, o latifúndio e o comércio. Ainda, desses 80, 40 seriam ladrões, ou seja, 40 são nacionais preguiçosos, refratários do trabalho e que nem mesmo para as necessidades de existência mais básicas motivam-se ao labor. E, os outros 40, são os nacionais indolentes – ladrões.

Outro problema! Afirmou-se a existência de “grupo superior” os intelectuais, comerciantes, grandes proprietários, entre outros. E um “grupo inferior”, os dominados, os nacionais. Estes estariam formados pelos “brasileiros natos” – os nacionais – e pelos imigrantes. Entretanto, a visão que se construirá acerca do imigrante, o colono, é extremamente diferente daquela constituída sobre os nacionais, embora estivessem em um mesmo grupo.

Enquanto os nacionais eram vistos representativamente como um grupo destituído de valores para com o trabalho, o colono imigrante não se identificava com essa mesma representação por parte da elite. Isso constituirá uma retórica argumentativa que se concretizará em política de colonização, sendo que com o “imigrante redundava na elaboração de um tipo ideal de homem que deveria ser guiado pelo trabalho, pela moralidade e por saber respeitar o seu lugar dentro das estruturas sociais então existentes”⁹⁷.

Por mais que o colono imigrante possuísse privilégios de reconhecimento e prestígio

⁹⁵ (SILVA, 2007, p. 358).

⁹⁶ (SILVA, 2007, p. 360).

⁹⁷ (SILVA, 2007, p. 360)

de classe atingindo assim um nível social mais elevado na estratificação social de seu grupo, a representação, enquanto público rural, era altamente depreciada pelo público urbano. Ou seja, o colono é apresentado como “sinônimo de trabalho, mas também carrega um traço negativo, pois geralmente o colono é um estrangeiro que deveria ser assimilado”⁹⁸.

Os “tempos primitivos” perpassados pelo século XIX e o princípio do XX na região norte do Rio Grande do Sul criou diferentes relações e representações de identidades entre os personagens que se estabeleceram na região. Dessa forma, o apossamento dos campos onde hoje se encontra o município de Passo Fundo perpassa, sobretudo, pelo marco simbólico de povoamento do elemento branco na região. A partir da vinda, por volta de 1827/28, de Manuel José das Neves, esse obtém do governo imperial a “sesmaria” de quatro léguas quadradas de campo, local que corresponde hoje à localidade de Passo Fundo.

Manoel José das Neves era paulista nascido por volta de 1790, instalou-se com a família no local aproximado onde hoje situa-se a esquina da Rua Uruguai com a Rua 10 de Abril. Posteriormente, o Cabo Neves edificou sua moradia definitiva onde hoje é a Praça Tamandaré (aproximadamente).

Sobre Manoel José das Neves e a concessão da referida gleba de terra, ponderam-se diferentes situações. Antonino Oliveira, sobre a temática, leciona que:

Adquirindo por posse, autorizada pelo commando da fronteira de S. Borja, o campo circumjacente ao seu estabelecimento e que, ao que parece, abringia as actuaes do Vallinho e parte do Pinheiro Torto, e para o nascente se extendia ao vallo dos Antunes e arroio do Moinho, - tempo depois, querendo alargal o para o lado do Pinheiro Torto, foi á Estancia Nova, onde parava um encarregado de informar as petições relativas a concessões de campos, solicitar-lhe o accrescimo assim projectado na sua posse. Ouvindo-o, esse encarregado ponderou: - Cabo Neves, para que quer você mais campo, si já tem o que occupa, e apenas possui uma tropa de cavallos? Como resposta, Neves, num gesto dramatico, tirando o chapéo e apontando para uma cicatriz que tinha na cabeça, retorquiui-lhe: - Foi ganho no Passo do Rosario, em defesa de Sua Magestade o Imperador. - Cabo Neves, você é o diabo... Assim foi que o primitivo possuidor do campo em que hoje se ergue esta cidade, mais tarde Capitão, alargou para o poente a sua posse (1927, p. 15).

Por sua vez, Delma Roseto Gehm, em *Passo Fundo Através do tempo*, relata:

Foi mais ou menos nos fins de 1827 ou começo de 1828 que aqui nas terras do então Passo Fundo das Missões, o paulista Manoel das Neves, alcunha “Cabo Neves”, levanta sua rústica moradia, como primeiro possuidor do campo em cuja área assenta hoje a cidade nossa. A alcunha de “Cabo Neves”, pela qual era conhecido, deve-se à graduação de cabo, com a qual

⁹⁸ (SILVA, 2007, p. 358)

tomara parte na Campanha da Cisplatina, em 1827 (1982, p. 173).

No ano de 1966, foi proposto e apresentado à Câmara Municipal um projeto de lei⁹⁹ que propunha a mudança do nome de uma Rua Lava Pés para Cabo Neves. Na justificativa de tal ato, considera-se que:

Manoel José das Neves, conhecido por Cabo Neves, foi um dos primeiros habitantes de Passo Fundo. Era Paulista, tendo se radicado nestas plagas em 1827, quando aqui chegou, levantando uma casinha de taipa no local próximo ao arroio Lavapés, junto à rua que hoje tem esse nome. [...] Manoel José das Neves foi quem doou, juntamente com sua esposa Reginalda da Silva, a área de terra em que foi edificado o povoado, hoje cidade de Passo Fundo. [...] É um dos nomes que a história de Passo Fundo reverencia e de há muito o seu nome deveria estar perpetuado em uma das principais ruas da cidade (PASSO FUNDO, Projeto de Lei nº 29, 1966).

O projeto de lei determinava que a rua denominada Lava Pés passasse a se chamar de Cabo Neves e a Prefeitura Municipal providenciaria a confecção e colocação das respectivas placas denominativas, constando: “Cabo Neves – doador da área de terras onde se edificou a cidade de Passo Fundo”. O processo acabou sendo arquivado em razão da constatação da existência de uma Rua Cabo Neves do loteamento Vila Alice.¹⁰⁰

De qualquer modo, Cabo Neves amplia seu território, pois lhe foi conferida tal concessão de terras, autorizada pelo comando de São Borja, ao dirigir-se cá para estas placas, gleba, campos, terras em um “tempo primitivo” trouxe: sua família, escravos, gado, e fundou uma modesta fazenda agropastoril. E é a partir de uma escrava de Cabo Neves de suposto nome Mariana – Mãe Preta – que houve a construção de um mito, conhecido como “Mito da Mãe Preta”; o qual fala de desprendimento e doação pessoal, amor de mãe, religiosidade, preocupação com o estabelecimento de um lugar de lembrança, que até o presente habita o “imaginário coletivo da população” passo-fundense.

O Mito da Mãe Preta possui talvez sua origem em outro relato mítico, o da Mãe Cabocla¹⁰¹ dos povos coroados:

Mãe cabocla, pertencente ao populário local e ligada à sanga do Lavapés,

⁹⁹ PASSO FUNDO, Projeto de Lei nº 29 de 6 de junho de 1966. Muda denominação da Rua Lavapés para Cabo Neves. (Arquivo da Câmara Municipal de Vereadores de Passo Fundo).

¹⁰⁰ Lei municipal nº 1.150, de 25 de maio de 1965.

¹⁰¹ A expressão “Mãe Cabocla dos povos coroados” é cunhada pelo historiador Jorge Cafruni em sua obra *Passo Fundo das Missões*. Tal uso, contudo, pode ser contraditório, levando em consideração que caboclo tradicionalmente é visto como a miscigenação de um branco com um indígena. Entretanto, a expressão de Cafruni respalda-se na acepção que o termo pode representar como sendo uma designação antiga que as comunidades ameríndias receberam no Brasil.

afluente do arroio do Chafariz, que nasce no Boqueirão, que foi o comêço de Passo Fundo. Segundo uns, a lenda do arroio ou sanga do Lava-pés refere-se à Mãe Cabocla, de nome Goiexim ou Gogoim, da nação dos coroados. Tinha ela um filho que guardava os ervais e cujo nome ninguém sabe, o qual, um dia, foi à sua guarda e não mais voltou a mãe Cabocla chorou tanto a ausência do filho que o Urubu-Rei a transformou num pé de milho que, arrancado pela tribo, deu origem a um córrego, que não é outro senão o arroio Lava-pés. Disseram os índios, então, que, por aquêlo arroio, fluía a alma de Goiexim. E por êsse nome ficou sendo conhecido o arroio entre êles (CAFRUNI, 1966, p. 76)

Esse mito é significativo em analogias, pois, na análise dos nomes dos personagens, temos *Goiexim*, termo com o mesmo significado que *Coyci*, que, por sua vez, expressa a denotação de arroio. Já o personagem *Cogoim* traduz-se por erva-mate. A conotação atribuída aos personagens, portanto, seria de arroio (*Goiexim*), uma alusão à água e que pode ser entendido como fonte, e ao filho perdido de *Goiexim* (*Gogoim*), a quem se atribui o sentido de guarda dos ervais¹⁰².

A respeito dos elementos informacionais contidos no mito kaingang, dois indícios são importantes para tecer novas proposições acerca dos “tempos primitivos” da região no norte do estado do Rio Grande do Sul. Um dos indícios refere-se à erva-mate, e o outro à água. Sobre a erva-mate, parece que se esta não se constituísse em um gênero extrativista importante na região, não estaria contemplada no mito, tampouco haveria um personagens que lhe desse representatividade – *Gogoim*, o “guarda dos ervais”.

Então, ao se referir aos “tempos primitivos” da atividade tropeira na região, reporta-se à história do município envolta em certa medida no Mito Kaingang, que alegoricamente apresenta-se em uma narrativa que contempla o surgimento de um arroio em uma nítida insinuação a existência de uma fonte de água que é personagem *Goiexim/Goyci*.

Passo Fundo pode ser contada, portanto, a partir de um “fio de água” no qual, de um manancial qualquer, pode jorrar, não apenas tal líquido, mas vida na multiplicidade das relações sociais; histórias de atos e feitos. Desde os primeiros habitantes da região, “os Coroados”, já escolhiam os rios e as fontes como pontos preferencias para viverem, alimentarem-se e defenderem-se. O território de Passo Fundo habitado pelos aguerridos Coroados (aproximadamente desde o século XVII) fez com que os rios fossem marcos estratégicos para os primeiros povoadores, para os bandeirantes, para os tropeiros e para os colonizadores. O rio Passo Fundo foi sempre um marco referencial importante para a passagem dos tropeiros que abriram esse novo caminho para encurtar o trajeto até a feira de

¹⁰² (CAFRUNI, 1966, p. 76)

Sorocaba e, de lá, a Minas Gerais. Foi testemunha de todos os momentos da história da região - viu chegar o índio, aproximar-se o bandeirante explorador, o interessado povoador, o trabalhador imigrante; viu passar o tropeiro, instalar-se o comerciante, presenciou o início do povoamento; a implantação do progresso e a busca pelo desenvolvimento.¹⁰³

Em outras palavras, tanto quem chegava quanto quem partia dessa região de Passo Fundo tinha que passar por um rio relativamente fundo, inicialmente chamado *Goyo-en*, palavra composta que significa muita água, rio fundo, posteriormente *Uruguai-Mirim* e, por fim, rio Passo Fundo. Faz-se, nesse sentido, uma ressalva à atribuição do nome de Passo Fundo:

O rio Passo Fundo entra no Uruguai no trecho em que este, conservando baptismo que lhe foi dado pelo índios coroados, é chamado Goyoen, palavra composta que na língua dos mesmos significa muita água, rio fundo, e portanto, por analogia, se póde também traduzir por passo fundo (OLIVEIRA, 1935, p. 2).

Eram poucos os lugares, nesse rio, onde era possível passar com segurança, principalmente com tropas. Os índios, e depois os tropeiros, começaram a utilizar uma passagem, também denominada de “passo”, que ao longo do tempo se tornou obrigatória para quem chegava ou saía. Esse local está localizado próximo da ponte da Avenida Brasil, muito próximo onde hoje se encontra o Largo da Literatura, e tornou-se conhecido como “Passo Fundo”, do que nasce a denominação tanto do município quanto do Rio.

O “fio de água” pelo qual a história pode ser conhecida não seria somente o rio Passo Fundo, mas sim um arroio conhecido por “arroio Lava-pés”, o qual remonta às origens de Passo Fundo. Em suas nascentes, foi erguido um Chafariz, ou uma bica, de onde afluíam os escravos com suas jarras, potes ou baldes, para o transporte da água aos seus senhores. Essa prática era muito corriqueira, quando toda e qualquer atividade braçal estava a cargo de elemento servil.

Nas imediações do chafariz, localizava-se a rota de passagem das tropas com destino a Sorocaba. Notoriamente, o município, desde a sua formação, teve uma ligação de dependência com a questão da água do chafariz, seja por meio do trabalho servil que abastecia a freguesia do município, seja pelas tropas que por ali passavam.

Em relação às tropas, é de se observar (Imagem 15) que a atual Avenida Brasil, em

¹⁰³ GRUPO PRÓ-MEMÓRIA. O rio que irriga a história. O Nacional, Passo Fundo. Artigo de folhetim comemorativo aos 143 anos de Passo Fundo com o título – Passo Fundo conta sua história: O rio que gerou, transportou e alimentou o desenvolvimento. Inspirado na obra de: GEHM, Delma Rosendo. Passo Fundo através do tempo. Vol. I e III; e SCHMITT, Adalberto. Estudos Rio-Grandenses.

seus “tempos primitivos”, era conhecida como Caminho dos Paulistas, Estrada dos Tropeiros ou Rua das Tropas, que atravessava Passo Fundo desde o chafariz em direção ao “passo”. A rota de entrada era o então Boqueirão (abertura, saída larga, campo aberto entre duas matas, passagem entre dois campos, caminho aberto naturalmente entre dois bosques que se aproximam). – berço de Passo Fundo –, lugar remoto e coberto de gigantescas matas, que ofereciam segurança pessoal contra os Coroados, onde os tropeiros e seus muars aqui encontraram nas proximidades boa aguada, o hoje atual Chafariz da Mãe Preta, chamado no século XIX de Chafariz dos Escravos do arroio Lava-pés¹⁰⁴.

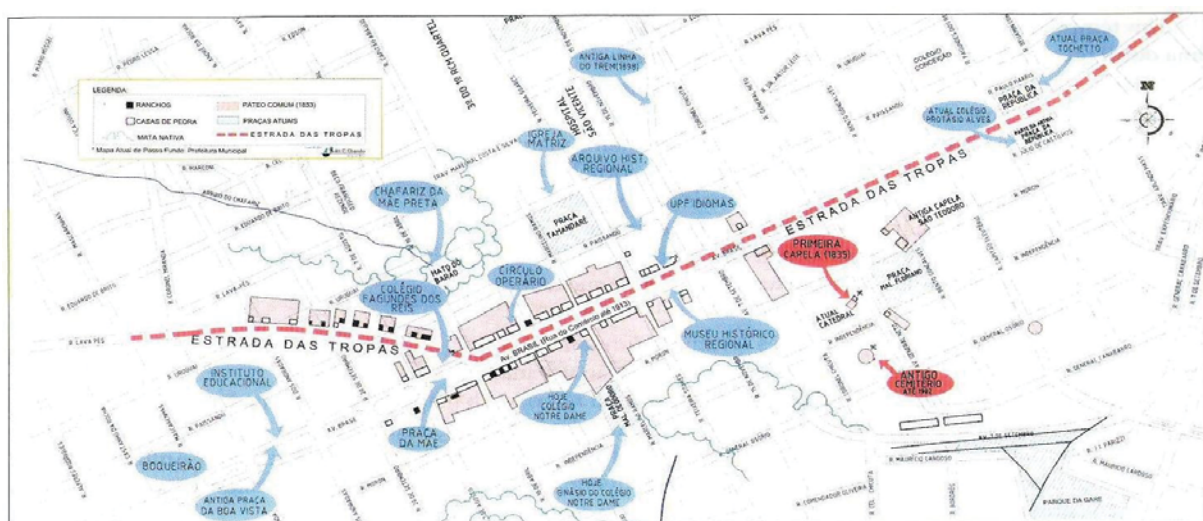


Figura 15 - Reconstituição do mapa da cidade de Passo Fundo do período de 1853 a 1888. Demonstra a evolução urbana que ocorreu ao longo da Avenida Brasil no sentido do Boqueirão para o oeste.

Fonte:

MIRANDA, Fernando B. Severo de; MENDES, Jeferson dos Santos. Passo Fundo: o passo das ruas. Passo Fundo: Méritos, 2011. p. 278.

Entretanto, sabe-se que a sanga do Lava-pés, afluente do arroio do Chafariz, que nasce no Boqueirão, foi o começo de Passo Fundo. Nessa origem, associa-se o mito da Mãe Cabocla que chora a ausência do filho desaparecido, é transformada em pé de milho, que, arrancado pela tribo, dá origem a um córrego de onde flui a água do arroio; na crença, coroada era a própria alma de Goiexim, a Mãe Cabocla. Mas como, então, o arroio fica conhecido como o Chafariz dos Escravos? Talvez a consideração mais adequada refira-se a uma reelaboração do mito “original” Kaingang, agora ressignificado por outros grupos sociais que são as comunidades negras, as quais – mediante suas condições étnicas produtiva de uma Mãe Cabocla – fazem emergir a história da Mãe Preta. Então, é possível atribuir que com o passar

¹⁰⁴ KNEIPP, C. Boqueirão: Berço de Passo Fundo. O Nacional, Passo Fundo, p. 13, Agosto de 1997. Edição Especial Passo Fundo conta sua história: Seja Bem-vindo à Capital do Planalto – 140 anos. nº 4, agosto de 1997, Prefeitura de Passo Fundo; UPF; Projeto Premer; Grupo Pró-memória de Passo Fundo.

dos tempos “este mesmo mito dos povos coroados” sofre alterações, onde:

A lenda que recolhemos entre a gente de côr já não citava Goici [*Goiexim*], a Mãe Cabocla, porém Mariana, que ficou sendo conhecida por Mãe Preta. Diz-se que Mãe Preta era escrava do Cabo Manuel José das Neves, que primeiro aqui se estabeleceu e era senhor daquelas glebas. Mãe Preta tinha um filho único. Que era a sua alegria. Certa vez, o jovem fugiu de casa e não voltou, causando a morte de sua mãe. Das lágrimas da Mãe Preta teria brotado a fonte. Antes de morrer, Mãe Preta foi visitada por Jesus-menino, o qual lhe disse que não chorasse mais, porque seu filho se encontrava na mansão celeste. Jesus ter-lhe-ia dito ainda: - Em recompensa de tua dor, pede o que quiseres que de darei. Mãe Preta então pediu: - Dá-me a felicidade de ir para junto de meu filho. Mas, como lembrança, quero deixar esta fonte para que, todo aquêle que beba, retorne sempre a êste lugar (CAFRUNI, 1966, p. 76-77).

É de se ponderar que o mito em sua acepção mais geral reporta-se à noção de “narração”, não demonstrável e nem mesmo claramente concebível, geralmente inverossímil diante da representação formulada que dificilmente reproduz uma situação real. Com isso, antes da análise do mito da Mãe Preta, é imprescindível buscar uma noção preliminar do que é um mito. Compreendido geralmente como uma história fantástica e extraordinária que desafia o entendimento frente à aceitação de veracidade de sua narrativa, mas que preserva um conteúdo que intenciona passar uma mensagem, onde seja possível aludir uma possível leitura e interpretação do conteúdo contido na história que se configurou em Mito da Mãe Preta.¹⁰⁵

Então, o mito é de forma muito simples “uma fala, um sistema de comunicação, e uma mensagem, que não se define pelo objeto de sua mensagem, e sim pela maneira que profere esta mensagem”¹⁰⁶, apresenta-se como um sistema semiológico¹⁰⁷ que se debruçou sobre a sua significação independente de seu conteúdo.

A estrutura de um mito pode ser lida como um tipo de análise que permite a sua decifração, na qual se estabelece uma correlação entre os termos do sistema mítico com os termos contidos em seu sistema linguístico, possuindo, assim, um significante, um significado e um signo. Por significante entende-se a imagem, em nosso caso os monumentos edificadas, por significado compreende-se o seu conceito, a ideia formulada que constitui a explicação

¹⁰⁵ Para tanto, recorre-se à obra de Roland Barthes “Mitologias”, em específico a segunda parte que busca compreender o mito hoje. (BARTHES, Roland. Mitologias. 11.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 131-178)

¹⁰⁶ (BARTHES, 2001, p. 131)

¹⁰⁷ Apresenta-se como sistemas de significação e de representação, tendo como tarefa a decifração dos signos. O autor usa como exemplo destes sistemas o vestuário e a alimentação. Prioritariamente o vestuário serve para nos protegermos e a alimentação para a subsistência física do organismo, mas, segundo Barthes, eles também significam um sentido além do funcional de ordem conotativa possuindo um valor antropológico e social. (BARTHES, Roland. La aventura semiológica. Buenos Aires: Paidós, 1993. p. 80-85).

dos monumentos, e da relação entre a imagem e o conceito tem-se o signo, que se constitui no “ente” concreto. Assim, o significante passa a ser a forma, o significado o sentido e o terceiro termo, o signo linguístico a significação.

A compreensão, dentre essa tripla dimensão, do Mito da Mãe Preta no que se refere aos monumentos do Chafariz da Mãe Preta e a Praça da Mãe, talvez perpassasse o caminho seja o reconhecidamente não confiável, não por ser um logro ou engano, mas por não ser uma fidedigna significação do mito e sim uma análise especulativa do mito em relação a conjunturas sociais. Assim, apresenta-se somente a realização de algumas “explorações” críticas de resultados incertos e arriscados acerca da perspectiva relacional de grupos sociais, permeando a possibilidade de se realizar uma interpretação desmitificada (ou muito mais alegórica) do relato mítico da mãe Mariana.

Rememorando o mito em fragmentos de textos afirma-se que *Mãe Preta tinha um filho único. Que era a sua alegria.*

Então, a estátua localizada na praça intitulada Praça da Mãe faz referência a quem? A Mãe Preta do mito ou a mãe em geral? O monumento é composto por uma mulher (figura feminina representando a mãe) acompanhada de duas crianças, uma menina e um menino; ora Mãe Preta tinha um filho único! Isto mesmo. Filho! Quem é a menina? E ainda, o monumento esteticamente falando apresenta característica física que lembra uma mulher negra? Talvez na vestimenta, mas o cabelo é liso, o que não parece (para a época) razoável, eis que se vê uma Mãe Negra com um estereótipo branco.

Outra questão peculiar: quem é a mãe? Isto é, quem pode ser considerada genuinamente como figura materna, quem pariu (deu à luz, concebeu) ou quem cria e amamenta? Com esses questionamentos, quer-se simplesmente pensar na figura materna, para ponderar o seguinte: o que era ou significava possuir o status de mãe? Levando em consideração os costumes da época em que mãe Mariana viveu, poder-se-ia expor que ser mãe pela ótica das sinhás, significaria não amamentar seus filhos, pois essa atividade era desempenhada pelas cativas amas de leite. No entanto, a pergunta permanece: o que é ser mãe? Pela vivência das mulheres cativas, muitas vezes ser mãe significaria abandonar seu filho na senzala, ou perdê-lo mediante a venda deste para outro senhor, ao mesmo tempo em que cuidava dos filhos do senhor.

Nesse contexto, é inegável que ser mãe associa-se a noção e ao universo envolvendo filhos, e é justamente sobre filhos ou crianças que iremos nos deter. Ao se considerar que as crianças contidas no monumento da Praça da Mãe não são (pelos menos aparentemente) crianças negras, ou ainda, que parece não haver alusão alguma nessa perspectiva (étnica

negra), ao se considerar os traços físicos da escultura, . é possível traçar uma relação entre o Chafariz da Mãe Preta e a Praça da Mãe.

Se no monumento da Praça da Mãe não há alusão a estereótipo algum de crianças negras, será que os filhos de Mãe Preta eram mulatos? Será que eram brancos? Será que era mais uma prole bastarda? Os inúmeros casos relatados pela literatura sobre relações interraciais e extraconjugais entre os senhores e seus cativos podem ser prováveis, mas são meras elucubrações. Ainda, se formos mais audaciosos, e penetrarmos a fundo nessas observações, poderia dizer que, na época em questão as mulheres negras poderiam ser, e eram vistas como: atraentes, sensuais, ao ponto de mexer com o imaginário erótico da população masculina, entretanto, não era um relacionamento, percebido, digno para casamento. Frente a isso, a sociedade não é vista, estranhamente, como preconceituosa do ponto de vista racial, pois se algo de mais íntimo, que é a relação sexual, era praticada entre brancos e negros, então se pode concluir que o racismo não existia? Ou será um “mito da democracia racial”?

Avançando nas ponderações sobre o mito da Mãe Preta, na próxima passagem da narrativa afirma-se que em *“Certa vez, o jovem fugiu de casa e não voltou, causando a morte de sua mãe”*. Por que fugir? O que causa a fuga do menino? Covardia? Falta de consideração a sua mãe? Medo? Esperança? Insatisfação? Altivez? Revolta? Isto é, ao se analisar o processo que desencadeou no fim do sistema escravista, tem-se de considerar a importância do movimento abolicionista, mas também a ousadia e a coragem em lutar pela liberdade. Situação que esses seres humanos, aqui escravizados, realizaram incessantemente. Assim, a liberdade não foi resultado único e exclusivamente das ações jurídicas paliativas da escravidão (as referidas leis), ou da ação do movimento abolicionista houve, portanto, uma forma de luta das próprias populações negras, manifestando a resistência audaz contra a escravidão, e, conseqüentemente, contra aquela condição de vida. A resistência era justamente a fuga como forma de luta e obstinação frente a sua condição humana e social. Assim, ao se analisar a narrativa do mito da Mãe Preta, conjectura-se se a fuga não é um elemento alegórico que faz menção a uma característica histórica da época em questão.

Prosseguindo: *“Dá-me a felicidade de ir para junto de meu filho. Mas, como lembrança, quero deixar esta fonte para que, todo aquele que beba, retorne sempre a este lugar”*. A fonte sempre foi de utilidade pública, devido à questão da água (evidente), pois abasteceu os primeiros moradores; era utilizada como bebedouros de animais, por causa das tropas; e por último, foi utilizada como tanque público das antigas lavadeiras.

Então, tem-se em análise a situação de compreender o processo de criação do Chafariz da Mãe Preta e sua utilidade pública. Para isso, há um registro o qual faz referência da

necessidade de construção de um chafariz público¹⁰⁸ este aborta a seguinte situação:

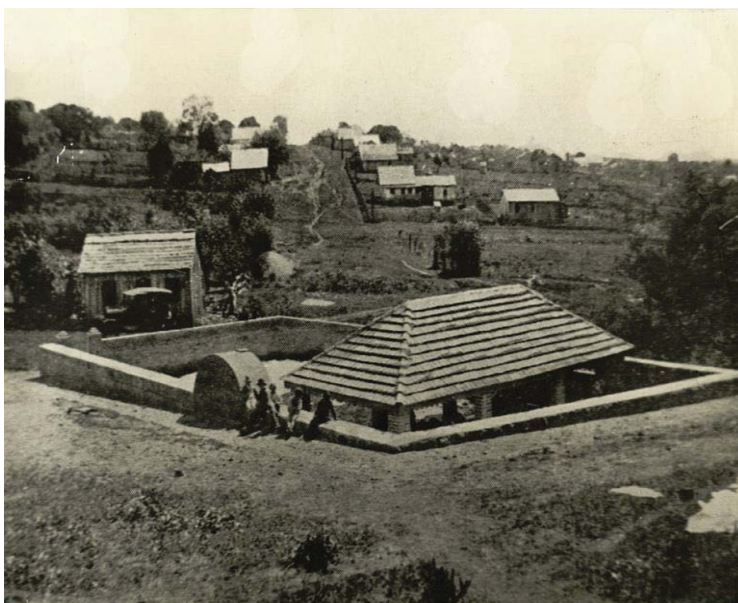
Tendo-se de proceder à construção de um CHAFARIZ nesta Vila, no lugar denominado FONTE DO CAPÃO, esta Camara nomeou uma comissão de dois membros, composta de V.S. [João Jorje Moojen] e o senhor ADAM SCHELL, a fim de procederem a planta e orçamento da respectiva obra, e transmitirem a esta Camara, com os mais esclarecimentos que julgarem necessarios. Espera a Camara que V.S. não se recusará a aceitar dito cargo, tendente a restituir a esta Vila a comodidade publica. Deus guarde a V.S. (OFÍCIOS E ORDENS EXPEDIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL [transcrição] 1857-1860. Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo)

O documento consiste em um ofício enviado ao Sr. Adam Schell pelo Paço da Câmara Municipal da Vila de Passo Fundo, em sessão ordinária de 01º de dezembro de 1859, que expressa a necessidade de construção do chafariz como elemento que trará a comodidade aos moradores da então Vila de Passo Fundo. Sabe-se que o chafariz foi construído em terra doada pelo Cabo Neves e serviu primitivamente para o abastecimento de água da Vila de Passo Fundo, transportado pelo elemento servil. Consta que a primeira construção data de 1863 e coube à Câmara Municipal, sob a presidência de José Joaquim de Souza, posteriormente ocorreram outras: a segunda em 1925, construção que coube ao Intendente Armando Araújo Annes; a terceira em 1963 com o Prefeito Mário Menegaz, e uma última construção com legalização definitiva da área com o intuito de preservação da fonte histórica do Lava-pés “Mãe Preta” em 1982 na administração do Prefeito Firmino Duro e equipe (conforme informações Imagens 16 e 17).

Figura 16 - Vista do Chafariz da Mãe Preta (em 1930), também conhecido como Chafariz dos escravos do Arroio Lava-pés, antiga fonte de Goiexim. Perspectiva da Rua Uruguai, cruzamento com a Rua 10 de Abril, na direção do Boqueirão. Primeiro ponto de abastecimento de água no antigo povoado. Em 1925, o intendente municipal Armando Annes mandou construir o muro de proteção, bicas, tanques e o telhado. Tudo foi demolido para “endireitar” a Rua Uruguai, antigo rua das tropas.

Fonte:

LECH, Osvandré. CZAMANSKI, Deoclides. CZAMANSKI Ronaldo; Passo Fundo Memória e Fotografia, p. 21, 1999.



¹⁰⁸ Ofícios e ordens expedidos pela Câmara Municipal [transcrição] 1857-1860. (Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo).

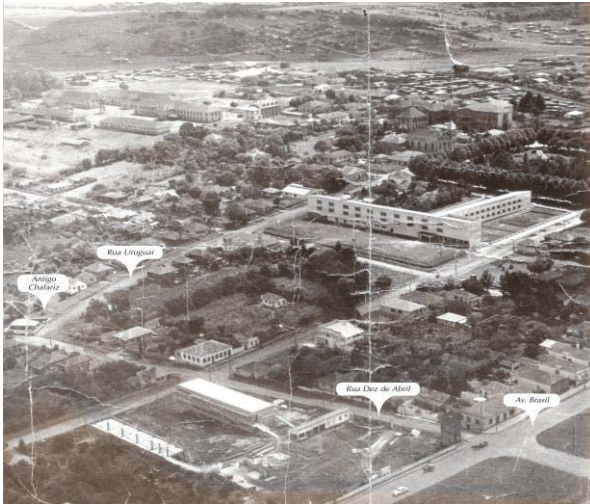


Figura 17 - Vista aérea da cidade de Passo Fundo, em destaque Rua 10 de Abril, Uruguai, Avenida Brasil e o antigo Chafariz.

Fonte:

MIRANDA, Fernando B. Severo; MENDES, Jeferson dos Santos. Passo Fundo: o passo das ruas. Passo Fundo: Méritos, 2011. p. 100.



Figura 19 - Ilustração do Chafariz da Mãe Preta. Em evidência pedra histórica grés, com data de 1863, que corresponde a primeira construção do Chafariz pela Câmara Municipal

Fonte:

PAIVA, Edvaldo. Passo Fundo: plano diretor. Passo Fundo: Aldeia Sul, 2000. p. 95.



Figura 20 - Chafariz da Mãe Preta: vista frontal do vertedouro do chafariz em 1928. Em evidência pedra histórica grés, com data de 1863, que corresponde a primeira construção do Chafariz pela Câmara Municipal

Fonte:

Arquivo iconográfico do Museu Histórico Regional de Passo Fundo.



Figura 18 - Pannel que conta a história do Chafariz da Mãe Preta e vertedouro de água (Março de 2014).

Fonte:

Acervo do Autor

Sobre as primeiras construções, pouco se sabe, os registros encontrados na Câmara Municipal que fazem referência de forma mais direta ao chafariz datam de 1965 até 1983, Esses documentos de legislativo municipal estão divididos em quatro categorias: projeto lei; pedidos de providências, requerimentos e decretos.

Tabela 2 - Tabela de Registro da Câmara Municipal de Passo Fundo

| Projetos de Lei, Pedidos de Providências, Requerimentos e Decretos | | | |
|--|--------|-------------------------|--|
| Tipo de Documento | Número | Data | Descrição |
| PROJETO DE LEI | 95 | 24 de setembro de 1965 | Transforma em patrimônio histórico do município, o chafariz da Rua 10 de abril. |
| PEDIDOS DE PROVIDÊNCIAS | 142 | 20 de junho de 1973 | Solicita a colocação de um ronda junto ao Chafariz da Rua Uruguai, esquina com 10 de Abril. |
| PEDIDOS DE PROVIDÊNCIAS | 277 | 02 de setembro de 1976 | Solicita melhor iluminação e mais atenção ao monumento à Mãe Preta. |
| PEDIDOS DE PROVIDÊNCIAS | 296 | 31 de agosto de 1977 | Solicita que seja cercado o terreno onde se encontra o Chafariz da Mãe Preta. |
| PEDIDOS DE PROVIDÊNCIAS | 418 | 18 de novembro de 1977 | Solicita canalização de água existente na Rua Uruguai, próximo ao chafariz. |
| PEDIDOS DE PROVIDÊNCIAS | 349 | 09 de novembro de 1981 | Solicita que seja melhor cuidado o Chafariz da Mãe Preta, na Rua 10 de Abril. |
| PEDIDOS DE PROVIDÊNCIAS | 27 | 20 de novembro de 1981 | Solicita mudança e remodelação do chafariz entre as ruas Paisandú e Uruguai, no Boqueirão. |
| DECRETO | 009 | 15 de novembro de 1982 | Declara de relevante interesse ecológico o lençol subterrâneo que alimenta o conhecido Chafariz da Mãe Preta, antigo Chafariz Municipal e estipula condições para edificações nas suas proximidades. |
| PEDIDOS DE PROVIDÊNCIAS | 36 | 18 de fevereiro de 1983 | Solicita restauração e conservação do Chafariz na Rua 10 de Abril, fundos do Colégio Fagundes dos Reis. |
| PEDIDOS DE PROVIDÊNCIAS | 23 | 27 de novembro de 1983 | Solicita que seja feito reparo da Rua Diogo de Oliveira, entre a Avenida Brasil e a Rua Lava-pés, inclusive retirando o Chafariz existente entre a Paisandú e Uruguai colocando o dito chafariz na vertente de origem. |

Fonte: Construção do Autor

O primeiro em análise é o projeto de lei nº 95/65¹⁰⁹ com o intuito de transformar o Chafariz da Rua Uruguai, esquina com a rua 10 de Abril, em Patrimônio Histórico do Município, onde o poder executivo faria constar de verbas próprias do orçamento de 1966 para a sua remodelação e ajardinamento.

Entretanto, o parecer do projeto de lei observou que as intenções até que eram louváveis, mas afirmou que o projeto já havia perdido sua razão em virtude do executivo já ter determinado a demolição que estava em sua fase de conclusão. Consta que o Chafariz será construído em outro local, mais adequado.

A atitude é justificada mediante o que consta na redação que indeferiu o projeto. Nessa, consta que a atitude do Executivo atendeu a uma solicitação dos moradores do Bairro do Boqueirão que visavam desobstruir as Ruas Uruguai e 10 de Abril, realizando a remoção dos tanques que estavam atravancando as referidas vias públicas. No lugar o Executivo, construiria um autêntico Chafariz com repuxos de água e torneiras, de modo que preservasse inclusive a tradição inerente àquele local. Considera-se, portanto, que:

Efetivamente, os tanques de lavar roupa, que nada significa para a tradição e para a história, não devem impedir indefinidamente o desenvolvimento daquela zona. [...] Já foi desmanchado em 1935 [...] conservando-se apenas do primitivo Chafariz, algumas pedras, e também, a lápide com a inscrição da antiga Câmara de Vereadores. [...] Dessa maneira, o que se pretende conservar como patrimônio histórico, do tempo do Império, já perdeu todas as características históricas, pois que, se foi ampliado, [...] De histórico só existe a pedra grés, da câmara municipal, com data de 1863, e que será conservada da nova construção do Chafariz, como tem sido feito pelas administrações anteriores. (PROJETO DE LEI do legislativo nº 95/65 processo 265/65 data 24/09/1965)

Como forma de sustentar essa decisão, consultou-se o Instituto Histórico de Passo Fundo¹¹⁰, tendo-se constatado que, em 08 de novembro de 1964, emite-se um parecer que aborda que a municipalidade. O Executivo vem recebendo insistentes pedidos de retirada do Chafariz da Rua Uruguai,¹¹¹ que é uma das relíquias históricas da cidade de Passo Fundo, sendo essa sua a única objeção de sua remoção. Mas considera que o Instituto Histórico não pode se ater a esse único aspecto para emitir seu parecer, devendo, também, considerar aspectos pertinentes à utilidade e às exigências do progresso. Sobre o critério da utilidade e do progresso, o parecer do Instituto considera:

¹⁰⁹ Projeto de lei do legislativo nº 95/65 processo 265/65 data 24/09/1965, transforma em patrimônio histórico do município, o chafariz da Rua 10 de abril.

¹¹⁰ Parecer do Instituto Histórico Geográfico de Passo Fundo, sobre a mudança do velho chafariz em 1964.

¹¹¹ O parecer trata como Chafariz da Rua Uruguai e não como Chafariz da Mãe Preta.

Quanto à sua UTILIDADE, verificasse que não sofrerá prejuízo, porquanto o que se pretende não é sua extinção, mas sua mudança de local, isto é, será retirado de um, onde constitui estôrvo, para outro, onde terá utilidade aumentada, [...] dito CHAFARIZ, hoje, só é utilizado pelas lavadeiras, pessoas pobres, na maioria delas, de outras ruas e, principalmente, da rua lavapés, para onde se pretende trasladá-lo. [...] Sob o aspecto PROGRESSO, não resta dúvida que, mas dia menos dia, o CHAFARIZ em apreço terá que sair do local que atualmente ocupa, visto que intercepta a rua 10 de Abril, além de obstruir quase toda a largura da Rua Uruguai. A cidade cresce e as exigências multiplicam-se. Sua permanência onde está será sempre gravíssimo entrave para o desenvolvimento da cidade (PARECER DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DE PASSO FUNDO, 1964. Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo).

Sobre o mesmo chafariz, em 1963, ano de sua reinauguração,¹¹² em discurso proferido nessa solenidade, diz-se que o deslocamento e a reconstrução foram uma imposição dos moradores. Assim tratando-se de uma construção legada a fatos históricos e lendários, teria sido consultado o Instituto Histórico de Passo Fundo, de modo que este aprovou a reconstrução a partir do critério da utilidade e exigência do progresso. No discurso, expõe-se:

Aqui, pois, está uma reconstituição do velho chafariz, de estilo português [...] o que surge de nôvo é o obelisco branco, apontando para o céu, como que a dizer que o Presente alicerça-se no Passado, em busca de mais altas concepções de vida, em marcha progressiva, pelo futuro em fora. O passado, no tocante a êste chafariz, alicerça-se na formosa lenda da MÃE PRETA, [...] Esta lenda, que se acha esculpida num dos muros deste chafariz, é altamente humana e comovente. Diz bem do coração bom da gente de côr e do sentimento inspirador do povo brasileiro, sempre cordato, amigo e generoso em expansões de alma (DISCURSO DE INAUGURAÇÃO DO CHAFARIZ DA MÃE PRETA em 1693. Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo).

O discurso ainda marca o olhar de que Passo Fundo começou a contar, assim, com uma fonte e chafariz, dentro da mesma Vila, para o abastecimento de água à população, benefício com que não contavam outras localidades do Rio Grande do Sul, naquela época (da primeira construção em 1863). Isso fez com que o Chafariz de Passo Fundo fosse, de certa forma, um célebre monumento em toda a província. Desde sua inauguração, em 1863, serviu a população de passo-fundense, até que, em 1925:

Reconstruiu inteiramente o chafariz, formando um quadrado de pedras, ensombrado por um telheiro, de forma que permitisse às lavadeiras se utilizarem dêle, com relativa comodidade. [...] A inauguração dêste chafariz

¹¹² Discurso de inauguração do Chafariz da Mãe Preta em 1963. (Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo)

[chafariz] representa algo de transcendental. É êle uma tradição e um orgulho para Passo Fundo. O carinho que o cerca, demonstra nas manifestações de todo o nosso povo, é algo de confortador, demonstrando que é no passado que nos abeberamos, ganhando novas forças, para projetarmos, no futuro, a sombra radiosa de nossos ideais (DISCURSO DE INAUGURAÇÃO DO CHAFARIZ DA MÃE PRETA em 1963. Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo).

Então, para entender: em 1963, ocorre o discurso de inauguração do Chafariz da Mãe Preta. Em 1964, é produzido um parecer pelo Instituto Histórico de Passo Fundo, avaliando a questão da mudança do Chafariz. E em 1965, apresenta-se o projeto de lei nº 95/65, com o intuito de transformar o Chafariz da Rua Uruguai, esquina com a 10 de Abril, em Patrimônio Histórico do Município. Há um anacronismo cronológico dúbio e incoerente entre as datas e as ações executadas em cada período. A ordenação temporal linear logicamente adequada seria o parecer técnico do Instituto Histórico e a coexistência da tentativa de tombamento do bem patrimonial frente ao “início das obras” e à determinação do Executivo em realiza-las.

Porém, estabelecendo-se um vínculo entre os documentos: a citação do discurso de reinauguração do Chafariz em 1963 busca argumentos que revigoram o orgulho passo-fundense em ter a Fonte/Chafariz para o município, sendo tido como “celebridade” perante a província sul rio-grandense. Aqui se destacam dois elementos: um político e outro econômico. Referente ao primeiro, tem o sentido de projeção da visibilidade do município perante a província; sobre o segundo, destaca-se a passagem das tropas de muares pelo local, pelo fato de o chafariz ser uma fonte segura de água potável, como também, propriamente por causa do abastecimento do próprio município. Na mesma citação, outro aspecto merece atenção, chamado, aqui, de étnico-racial, em uma perspectiva social (e até mesmo religiosa), isto é, o elemento servil venerava Mãe Preta.

Frente a isso, far-se-ão duas afirmações: uma se refere à questão de o município possuir um monumento que põe em destaque uma mulher negra em pleno período escravista e, pelo viés político e econômico, a fonte possuía uma utilidade pública para o município. A outra, a fonte constitui um elemento, um princípio identitário do mito à condição de vida destas populações naquele convívio social.

Nesse contexto, há duas circunstâncias no mínimo contraditórias, pois, sobre o discurso de inauguração do Chafariz da Mãe Preta, em 1693, o monumento da Mãe Preta recebe atenção de “celebridade” do estado do Rio Grande, enquanto, no Parecer do Instituto Histórico de Passo Fundo sobre a mudança do velho chafariz em 1964 passa a ser reconhecido como sendo um estorvo, um entrave, para o progresso do município. Porém, nesse mesmo

documento, é realizada uma ressalva, que identifica o Chafariz como sendo uma relíquia da história de Passo Fundo.

E é nesse ponto que está a questão que justifica nosso olhar! Nossa relíquia histórica, monumento à Mãe Preta, foi forjada em um ambiente de vivacidade ambígua, pelas contradições inerentes de seu tempo, perante as transformações do meio sociocultural oriundas no final do império entre fatos polêmicos, em meio à ebulição dos acontecimentos daquela época. Lamentável! Fomos os algozes de nossas próprias lembranças. De um passado repleto de história, chegamos a um presente com algumas lembranças, e projetamos um futuro de “amnésia seletiva”, encoberta pelo véu do esquecimento.

Pertinente recordar, na justificativa de veto do projeto de lei nº95/65 que possuía a intenção de transformar em patrimônio histórico do município, o dito Chafariz da Rua 10 de abril¹¹³, aferimos que a principal preocupação na época que o executivo levou em conta em sua determinação foi o fato do obstáculo que os tanques ofereciam as vias públicas da Rua Uruguai e 10 de Abril, impedindo o progresso e o desenvolvimento da região, pois esses em nada representariam a tradição histórica e assim não deveriam impedir o desenvolvimento daquela zona, ou seja, o boqueirão, o mesmo local histórico dos tropeiros. Argumenta-se que o Chafariz já havia sido desmanchado em 1935, portanto, dez anos após a sua segunda construção e que foi conservado “apenas do primitivo Chafariz, algumas pedras, e também, a lápide com a inscrição da antiga Câmara de Vereadores”¹¹⁴.

Para isso, determina-se a remoção dos tanques, mas pelo que tudo indica a fonte/bica de onde vertia a água do Chafariz parecer haver a intenção de manter no local. Afirma-se que o Executivo pretensamente compromete-se na construção de um autêntico Chafariz, o qual contaria com repuxos de água, torneiras, a ainda “preservando inclusive a tradição que é tão cara aos passo-fundense”. Seria mantida a pedra histórica grés, com data de 1863, que corresponde a primeira construção do Chafariz pela Câmara Municipal como já tinha sido realizado em outras administrações anteriores.

O que a administração da época ignorava é que os chafarizes não necessitam uma característica monumental, sendo bem ornamentados, exuberantes em detalhes estéticos, refinados desenhos ou adornos, para serem considerados chafarizes. Pelo que se percebe, há uma preocupação com a aparência do chafariz e não com sua relevância funcional que adquiriu em anos de existência, seja no abastecimento de água, seja como espaço de atividade

¹¹³ Projeto de lei do legislativo nº 95/65 processo 265/65 data 24/09/1965, transforma em patrimônio histórico do município, o chafariz da Rua 10 de abril.

¹¹⁴ (Projeto de lei do legislativo nº 95/65).

doméstica ou produtiva. Outro detalhe pertinente refere-se à afirmação que se tem da intenção de preservar a tradição. Isso leva a crer que por mais que o projeto de lei intitule-se como sendo a transformação em Patrimônio Histórico do Chafariz da Rua Uruguai, há indícios de uma tradição que permeia aquele espaço já talvez constituindo em lugar de memória acerca da cativa Mariana, a Mãe Preta.

Então, em 1963, o Chafariz foi remodelado e reinaugurado para, dois anos mais tarde, ser destruído. Em 1965, O Nacional registra uma série de reportagens que demonstram as discussões, visões e interpretações acerca do Chafariz. Uma primeira foi a publicada em 14 de setembro,¹¹⁵ na qual o jornalista Jorge Cafruni, membro do Instituto Histórico de Passo Fundo, vinha a público para esclarecer o problema da demolição do Chafariz, afirmando que havia muitos rumores infundados a respeito do tradicional Chafariz da cidade, dizendo que o que se dizia sobre a extinção do Chafariz não era verdade.

Para esclarecer o mal entendido, o jornalista considera que os moradores da zona do Chafariz, num longo abaixo assinado, solicitaram ao Prefeito Municipal que mandasse remover o dito Chafariz para local mais adequado, pois atualmente está atravancando as ruas Uruguai e 10 de Abril. Alegavam os moradores, com justiça, que assim como outros locais da cidade têm o direito de progredir, aquela zona também tinha. Não se pode abrir loteamento ali, sem que se faça o prolongamento da Rua 10 de Abril e sem a desobstrução da Rua Uruguai, em virtude de o Chafariz que está servindo de atrapalho¹¹⁶.

Em relato, o jornalista menciona que o Instituto Histórico de Passo Fundo, no tocante às pretensões dos moradores da zona do Chafariz, considera que o atual Chafariz não é o primitivo, o do mito. Conclui-se que nada existe daquele velho Chafariz, o que se conserva do lendário e histórico é a sua água pura e cristalina que, segundo a tradição, quando bebida, faz com que jamais se esqueça de Passo Fundo e que se retorne à cidade, para ficar. Sendo assim, a água do tão famoso mito seria devidamente canalizada até um local mais abaixo onde já não haveria estorvo. Essa nova localização continuaria servindo a população de Passo Fundo num lugar de honra que merece, tendo em vista o que ela representa como patrimônio histórico e lendário da cidade.

Essa nota de esclarecimento por parte do jornalista e membro do Instituto Histórico de Passo Fundo, Jorge Cafruni, pode ter sido motivada pelos rumores que pairavam na cidade. Mas, também, pode ter sido motivada por outros comentários tecidos no próprio jornal O

¹¹⁵ Porta-voz do Instituto Histórico: Demolição do Chafariz da Rua Uruguai não prejudicará tradição da cidade. O Nacional, Passo Fundo, [s.n.] 14 Setembro 1965.

¹¹⁶ Porta-voz do Instituto Histórico: Demolição do Chafariz da Rua Uruguai não prejudicará tradição da cidade. O Nacional, Passo Fundo, [s.n.] 14 Setembro 1965.

Nacional. Cinco dias antes da nota de esclarecimento sobre a demolição do Chafariz, um colunista do jornal publica comentários acerca do polêmico assunto do Chafariz¹¹⁷.

Então, o Sr. Thal, em sua coluna “Gente”, publica que, no Rio de Janeiro, na Igreja da Candelária, havia um monumento histórico que atravancava a Avenida Getúlio Vargas e que, para resolver o problema, abriu-se um largo em volta e deixou-se a Candelária no meio da Avenida, dizendo que até atrapalhava um pouco o trânsito, mas ficou bonito, lindíssimo. E pergunta: por que não fazer o mesmo com o Chafariz? Abrir um largo “Largo do Chafariz” e deixar esse monumento por lá, e se um largo não puder ser feito, que se estude outra solução, que se apele para os urbanistas, para as pessoas de bom gosto e sensibilidade, e advertia que demolir o Chafariz seria apelar para a simplicidade, e para a maldade.

O mesmo colunista acrescenta que se quer justificar a mutilação do monumento em nome do progresso, e manifesta que, ao invés de demoli-lo, deveriam embelezá-lo, com obra de ajardinamento, aproveitando sua água. Julga estranho considerar que progresso representa demolir o Chafariz, dismantelar uma obra de arte, antiga, bela e histórica. De fato, as reivindicações mais plausíveis seriam em exigir do poder municipal o calçamento das ruas até o Chafariz, obras de saneamento básico de água potável, esgoto, manejo dos setores coletores pluviais. O colunista considera que demoliriam o Chafariz, mas, em seu entorno, continuariam as ruas sem calçamento, esburacadas e sem esgoto. E aí finaliza, dizendo que o Instituto Histórico concordou em não entrar o progresso, mas alertou que, se continuar assim, a instituição terá pouco trabalho, pois será apenas Instituto, concordando que desaparecesse o histórico.

Em 2 de outubro de 1965¹¹⁸, o mesmo colunista escreve de forma peculiar e irreverente em sua coluna que nunca havia falado em “tanques”, somente em Chafariz, e que tanque de lavar roupas nunca havia sido assunto, sendo que ele há muito tempo era partidário das máquinas de lavar roupas, e, com isso, detestava tanques. Porém, afirmava que adorava Chafariz, com isso, relacionava que a Prefeitura Municipal pretendia destruir os tanques de lavar roupa que ficavam junto ao Chafariz. E para resolver o desafeto, pregava que fossem destruídos os tanques e que se lixassem as lavadeiras, saudando o progresso do Boqueirão.

O profissional considerava que nunca havia pensado que tanque de lavar roupa fosse uma arma tão horrível como os tanques de guerra. O Bairro do Boqueirão não tinha progredido por causa das armas terríveis ao progresso que eram os tanques de lavar roupa. E o mesmo, considera que as palavras não são propriamente dele, e sim do Instituto Histórico de

¹¹⁷ THAL. Gente. O Nacional, Passo Fundo, [s.n.] 9 Setembro 1965.

¹¹⁸ THAL. Gente. O Nacional, Passo Fundo, [s.n.] 2 Outubro 1965.

Passo Fundo, quando essa instituição relata que, efetivamente, dois tanques de lavar roupa, que nada significam para a tradição e para a história, não devem impedir indefinidamente o desenvolvimento daquela zona do Boqueirão. E conclui: “êta tanquezinho danados e impedidores”.

Em reportagem de Jorge Cafruni, publicada em 6 de outubro, que relata o acontecimento do dia 4¹¹⁹, o jornalista descreve que nesta tarde esteve na Prefeitura Municipal uma comissão de senhoras de cor, residentes no Bairro Boqueirão, solicitando ao Prefeito Mário Menegaz o afastamento dos tanques de lavar roupa, anexo ao Chafariz da Rua Uruguai, bem como a ereção de um busto em memória à Mãe Preta.

Essa comissão estava constituída segundo Cafruni das seguintes mulheres de cor: Eva Ribeiro, Maria Joana Ribeiro, Maria Luiza dos Santos, Rosa Tuch, Nair da Silva, Maria Madalena Rômula Carvalho, Maria Iracema dos Santos, Maria Isidoro da Conceição, Nilza Silveira, Teresa de Assis, Eva Pavão, Bina Marques Corrêa e Tereza Ribeiro. A comissão foi recebida no Gabinete do Prefeito, sendo que o mesmo foi interpelado em sua disposição para a construção de tal monumento, quando a Sra. Maria Joana Ribeiro, teria lhe dito “que a pobrezinha da Mãe Preta! Morreu chorando atrás do filho”.

Como relata Cafruni, o Prefeito Mário Menegaz teria dito à comissão que sua intenção era de conservar o Chafariz, porém, melhorá-lo e estrutura-lo artisticamente, com um busto da Mãe Preta, a verter lágrimas, conforme é mencionada na tradição. Em desfecho da reunião Cafruni descreve que as mulheres de cor deixam o Gabinete, emocionadas e agradecidas pela boa disposição do Prefeito na realização de tal monumento. O jornalista ainda relata que a cena foi assistida por aqueles que se encontravam no Gabinete do Prefeito, que se impressionaram com o magnífico gesto de solidariedade à Mãe Preta, pelas senhoras de cor de Passo Fundo.

Em 21 de outubro de 1965, a redação do Jornal O Nacional¹²⁰ publica reportagem referente à visita realizada no local dos trabalhos de demolição do Chafariz e aborda quatro temas: a questão das lavadeiras, a água, as ruas e os moradores. Sobre a utilização dos tanques de lavar roupa pelas lavadeiras no Chafariz, afirma-se que a redação esteve presente em cinco dias diferentes e foi apurado que não passa de cinco o número de lavadeiras que semanalmente ocupam os tanques do Chafariz para lavagem de roupa. Sobre a água, considerou-se que a zona em que se localiza o Chafariz pelo fato de ser intensamente

¹¹⁹ Senhoras de côr pedem o afastamento dos tanques e erguimento de um busto à Mãe Preta: visitaram o Prefeito Mário Menegaz e estão dispostas a fazerem um abaixo assinado. O Nacional, Passo Fundo, [s.n.] 6 Outubro 1965.

¹²⁰ Demolição do Chafariz abre perspectiva de progresso. O Nacional, Passo Fundo, [s.n.] 21 Outubro 1965.

habitada, e assim, existia uma grande quantidade de fossas sanitárias, o que afetou substancialmente a qualidade da água do Chafariz que não teria mais condição de ser utilizada como potável. Sobre as ruas, essas estavam impossibilitadas de serem abertas enquanto não fosse definitivamente afastado do meio das duas vias o Chafariz. Em relação aos moradores, registra-se a satisfação pelo início das obras de demolição do Chafariz, que representava a abertura da perspectiva para o progresso.

Em mesma edição de O Nacional, o título de outra manchete demonstrava tamanha era a discussão e problematização acerca da demolição do Chafariz, a qual dizia “Chafariz: Cafruni rebate acusações do Vereador Ernesto Scortegagna”¹²¹. Assim, o vereador acusa o jornalista, Presidente do Instituto Histórico e Diretor do Gabinete do Prefeito, Jorge Cafruni, de interesses escusos, no caso da demolição do Chafariz. A reportagem do O Nacional ouviu o jornalista sobre o assunto e relatou ser leviana e irresponsável tal acusação.

O jornalista defende-se afirmando que não presidiu os trabalhos do Instituto Histórico, quando essa entidade deu seu parecer favorável à demolição, apoiando a solicitação popular, dos moradores do Boqueirão, pela retirada dos tanques do Chafariz. Afirma ter comparecido em uma única reunião, mesmo assim, seus colegas da entidade lhe concederam a honra de assinar o ofício de aprovação encaminhado ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal. Em sua explanação, o jornalista ainda diz que sua atitude tem se limitado em defender a causa dos moradores do Boqueirão e o parecer de seus colegas do Instituto Histórico, em cuja resolução não interferiu, pois estava licenciado do cargo devido ao trabalho na Prefeitura Municipal.

Um dia depois da matéria publicada, o próprio Instituto Histórico de Passo Fundo, reunido em sessão extraordinária, publica uma nota oficial acerca do caso¹²². Em ata, transcreve-se que a reunião extraordinária aconteceu em 20 de outubro de 1965, às 17h30min, a fim de tomar conhecimento de algumas declarações feitas em plenário da Câmara Municipal, por alguns vereadores, acusando parcialmente o confrade Jorge Cafruni, na questão do tradicional Chafariz do Boqueirão. A nota exime de qualquer responsabilidade o jornalista Cafruni, sendo que, no dia em que foi posta em discussão tal assunto, 20 de junho, a sessão estava sendo presidida por Antônio Donin, em razão da impossibilidade do Sr. Cafruni. Desse modo, esse não mantém nenhuma influência na sessão em que se resolveu opinar na questão do Chafariz.

Outros documentos da Câmara que fazem referência ao Chafariz da Mãe Preta são os

¹²¹ Chafariz: Cafruni rebate acusações do Vereador Ernesto Scortegagna. O Nacional, Passo Fundo, [s.n.] 21 Outubro 1965.

¹²² DONIN, A. Instituto Histórico de Passo Fundo: Nota Oficial. O Nacional, Passo Fundo, [s.n.] 22 Outubro 1965.

pedidos de providência. Um deles é o que solicita a colocação de um ronda junto ao Chafariz da Rua Uruguai, esquina com a 10 de Abril¹²³. Nesse, consta que considerando a importância histórica e turística do chafariz o mesmo está a merecer melhor atenção dos poderes competentes. Afirma a justificativa de que Passo Fundo (da década de 70) desenvolve uma política procurando incentivar o turismo (preocupação objetivada na tentativa de implementação do Projeto Turístico “Passo Fundo Tchê! A mais gaúcha cidade do Rio Grande do Sul”), sendo o Chafariz um de seus pontos mais importantes e no momento encontra-se relegado a segundo plano, apresentando aspecto que não se recomenda como ponto turístico. E ainda se destaca que, além de ponto turístico, o Chafariz também é um espaço de utilidade pública pelo fato de servir como fornecedor de água potável¹²⁴.

Dentro da mesma lógica do cuidado para com o Chafariz, há outro pedido solicitando melhor iluminação e novamente mais atenção ao monumento a Mãe Preta, por se tratar de um monumento que é atração turística¹²⁵. Dessa forma, e levando em consideração que os Pedidos de Providências surgem de uma proposição através da qual o vereador pode pedir ou sugerir medidas aos órgãos públicos municipais, considera-se que essas demandas são oriundas das necessidades e experiências dos munícipes. Assim, é de se observar que há relativa divergência em como se referenciar ao dito Chafariz. Em alguns pedidos, é sempre referido como sendo o “Chafariz da rua Uruguai, esquina com 10 de abril” reportando-se ao mesmo como sendo espaço geográfico de localização, em outros, os pedidos são elaborados reportando-se ao Chafariz ou monumento da Mãe Preta, o que talvez denote o reconhecimento de um lugar de memória permeado por uma tradição.

Em outra solicitação,¹²⁶ o pedido destina-se ao cercamento do terreno onde se encontra do Chafariz da Mãe Preta, afirmando que esse, como já é do conhecimento do público, é um local histórico de Passo Fundo, onde há muito vem sofrendo a ação depredatória não da ação do tempo, mas sim por parte de alguns indivíduos, onde informa que principalmente à noite, toda a sorte de abusos é cometida contra o célebre Chafariz. Reitera-se, assim, a situação inaceitável, considerando que o Chafariz é atração turística da cidade. O local é definido como espaço que está por merecer maior atenção da municipalidade de modo que seja cercado, zelando assim pela sua conservação, atitude essa que demonstraria a “*proteção de algo que nos é muito caro*”.

¹²³ CÂMARA MUNICIPAL. Pedido de Providência nº 142/73 de 20 de junho de 1973

¹²⁴ Pela análise dos Pedidos de Providência observa-se que até a década de 1980 o Chafariz da Mãe Preta era utilizado pela população como sendo acesso a água potável.

¹²⁵ CÂMARA MUNICIPAL. Pedido de Providência nº 277/76 de 02 de setembro de 1976.

¹²⁶ CÂMARA MUNICIPAL. Pedido de Providência nº 296/77 de 31 de agosto de 1977.

Frente a esses esparsos mais significativos relatos, é possível buscar a compreensão que os munícipes das imediações do Chafariz não eram contra a sua existência, pois reconheciam nele um espaço de memória legítimo inalienável da tradição do município. Entretanto, careciam de obras estruturais, preocupando-se assim com situações pontuais que interferiam na sua vivência cotidiana que direta ou indiretamente envolvia o Chafariz.

É o caso da solicitação de canalização de água existente na rua Uruguai próximo ao Chafariz¹²⁷, na qual os habitantes da região informam, no pedido de providência, a situação insustentável, clamando que o poder público tomasse as providências cabíveis para sanar seus infortúnios. Os problemas consistiam basicamente, nos constantes alagamentos que se formavam nas imediações do Chafariz, onde os moradores ironicamente relatavam ser algo bem próximo a uma lagoa que impedia a passagem de transeuntes.

Afirmava-se que, em dias chuvosos, a situação se agrava ainda mais, motivo pelo qual se solicitava providências à municipalidade para solucionar o problema. Ou como o pedido que solicita a mudança e remodelação do Chafariz¹²⁸ para que esse seja transferido para o local onde se afirma ser a nascente da vertente, entre a avenida Brasil e a rua Paissandú, no Boqueirão. Segundo as informações contidas nesse pedido, a adoção de tal providência permitiria o tratamento estrutural adequado à rua (não especificada qual), que segundo relato apresenta sérias deficiências e acrescenta que a transferência do chafariz possibilitaria a construção de mais um tanque, melhorando o seu aproveitamento, além, naturalmente, de dar melhores condições de tráfego à rua.

Com o mesmo intuito de desobstrução de vias públicas encontra-se na Câmara Municipal outra solicitação para retirar o Chafariz existente entre a Rua Paissandú e Uruguai, colocando o dito na vertente original¹²⁹. Como justificativa utiliza-se a argumentação de que entre as referidas vias existem algumas residências que não possuem acesso para qualquer tipo de veículo, somente a pé, sendo esse um problema, principalmente em caso de doença ou mesmo em outras emergências. Ainda acrescenta que entre a Avenida Brasil e a Rua Paissandu existe uma tradicional ferraria de nossa cidade, uma das primeiras indústrias no fabrico de carroças, arados, ferramentas em geral, que arrecada para aos cofres do município uma boa parcela. E, devido à situação das vias públicas desse trecho, o movimento comercial de seu estabelecimento baixa dia após dia (pedido de providência um tanto quando estranho levando em consideração a quarta e última construção do Chafariz em 1982, sendo que o

¹²⁷ CÂMARA MUNICIPAL. Pedido de Providência nº 418/77 de 18 de novembro de 1977.

¹²⁸ CÂMARA MUNICIPAL. Pedido de Providência nº 27/81 de 20 de novembro de 1981.

¹²⁹ CÂMARA MUNICIPAL. Pedido de Providência nº 23/83 de 27 de fevereiro de 1983.

pedido data de 1983).

Mas o que tudo indica a percepção do Chafariz como sendo de monumento histórico parece ser indiscutível, corroborando a isso se soma o pedido que solicita novamente melhor cuidado ao Chafariz da Mãe Preta¹³⁰. Nesse, há a consideração que, sendo o Chafariz um marco histórico da cidade, é inadmissível que se encontre em total estado de abandono como estava ocorrendo. E refere-se às reclamações que os moradores da região do Boqueirão estão constantemente fazendo às condições do referido Chafariz. Afirma-se que o mesmo ao invés de ser um local aproveitado para incentivar o projeto “Passo Fundo Tchê! a mais gaúcha cidade do Rio Grande” está servindo como local de lavagem de automóveis. E conclui que pelos motivos expostos acima, espera-se que fossem tomadas as devidas providências.

No mesmo sentido mais um pedido solicita a restauração e conservação do Chafariz na Rua 10 de Abril, fundo do Colégio Fagundes dos Reis¹³¹ por haver a compreensão que esse estava completamente abandonado mesmo sendo um ponto histórico de turístico de Passo Fundo, ainda ressaltando a sua importância como fonte de água potável, principalmente em período de estiagem, mesmo após aproximadamente 120 anos de sua primeira construção. Assim, observa-se a necessidade de que o Chafariz seja restaurado e receba atenção municipal em sua manutenção e conservação de forma permanente.

Em 15 de janeiro de 1982, um Decreto (nº 009/82)¹³² declara de relevante interesse ecológico o lençol subterrâneo que alimenta o conhecido “Chafariz da Mãe Preta”, antigo “Chafariz Municipal” e estipula condições para as edificações nas suas proximidades. Sendo criada a estação ecológica da Mãe Preta, a qual correspondente a uma área de 25 metros defrontando para a rua 10 de abril e 25 metros para a rua Uruguai. De fato, qualquer edificação a ser feita dentro da referido estação ecológica ou que possa afetar, por qualquer modo, o fluxo natural do lençol freático alimentador do Chafariz da Mãe Preta, deverá ser examinada por técnicos em água subterrânea, pelo Conselho Municipal de Turismo e pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Integrado, só podendo ser autorizado pela Secretaria de Obras após o parecer favorável, homologado pelo Sr. Prefeito, com as limitações pelos mesmos impostas.

Para a tradição de costume passofundense a memória local vislumbrava que o único Chafariz existente no município era o Chafariz da Mãe Preta, entretanto se verificou que reconhecidamente esse foi o primeiro legado de um grau de importância devido sua

¹³⁰ CÂMARA MUNICIPAL. Pedido de Providência nº 349/81 de 09 de novembro de 1981.

¹³¹ CÂMARA MUNICIPAL. Pedido de Providência nº 36/83 de 18 de fevereiro de 1983.

¹³² CÂMARA MUNICIPAL. Decreto nº 009/82 de 15 de janeiro de 1982.

localização geográfica que remonta as origens da cidade, sua utilidade pública, e o imaginário formado por meio dos mitos das Mães Índia/Cabocla e Preta. Perante os registros sabe-se que no município existiram outros chafarizes como demonstra documentação. Por exemplo, um requerimento¹³³ que pede a Prefeitura Municipal que mande, com urgência, reconstruir ou consertar os chafarizes da Prefeitura em diversos bairros da cidade. Por perceber que os chafarizes públicos prestam um grande serviço nos bairros, onde senhoras tanto lavam a própria roupa da casa, como lavam para fora, tirando dali o sustento ou parte do sustento para si e sua família. A situação relatada informa que muitos estão com os encanamentos estragados e sem água, ou estão estragados parcialmente ou em mau estado de conservação, prejudicando assim as lavadeiras.

Outro requerimento¹³⁴ apela ao executivo municipal para que esse determine a construção de um chafariz no riacho que divide a Vila Operária com a Vila Vera Cruz, perto da ponte da Rua Vacaria. Afirma-se se tratar de uma obra do máximo interesse público, demonstrando a atenção e preocupação em relação às constantes reclamações e pedidos que os moradores daqueles locais faziam.

Mediante um Pedido de Providência¹³⁵, sabe-se que na Vila Petrópolis (mais precisamente na Rua Alvares Cabral, fundos da Firma Darcelio Britto – na época) existia outro Chafariz Municipal, o pedido solicita a arrumação dos tanques pelo fato de estarem fora do lugar e com os canos partidos. Ainda se salienta que grande parte a extração da água potável da Vila é realizada através da procurada população desde Chafariz sendo que Vila não possuía água encanada e muita gente utiliza-se dessa água para o uso doméstico, da mesma forma que os taques são utilizados para a lavagem de roupas (contou com a assinatura por abaixo-assinado de 101 moradores, anexado ao Pedido de Providência).

Da mesma forma que se informa que outro Chafariz¹³⁶ encontra-se prestes a desabar a qualquer momento sobre os usuários de mesmo, perante a isso os moradores da Rua dos Andradas, na Vila Operária, local onde se situava o Chafariz, solicita que o mesmo seja reconstruído, com a maior brevidade possível, pois os indivíduos que o utilizam são pessoas de poucas condições financeiras, que não têm água encanada em suas casas para o consumo, e as mais humildes lavadeiras tiram deste o seu sustento com a lavagem de roupas naquele local. E se as providências não fossem tomadas as mesmas estariam sujeitas a ficar sem sua principal fonte de renda.

¹³³ CÂMARA MUNICIPAL. Requerimento nº 4/65, folhas 169/95 em 15 de março de 1965.

¹³⁴ CÂMARA MUNICIPAL. Requerimento nº 61/65, em 20 de maio de 1965.

¹³⁵ CÂMARA MUNICIPAL. Pedido de Providência nº 258/73 de 19 de novembro de 1973.

¹³⁶ CÂMARA MUNICIPAL. Pedido de Providência nº 377/74 de 27 de dezembro de 1974.

Em outro local da cidade a situação se assemelha, é o caso da solicitação de alargamento, empedramento e canalização junto ao Chafariz existente na Rua General Mallet, na Vila Tupinambá¹³⁷. O cunho da solicitação perpassa a reivindicação de que para que aquele espaço realmente consiga atingir as suas verdadeiras finalidades, é necessário que se realizem inúmeros serviços, como: o alargamento, canalização e empedramento em torno do Chafariz. Consta-se que o pedido é realizado pelas inúmeras pessoas que utilizam o espaço do chafariz diariamente para suprir suas necessidades mais básicas.

Se em 1863 quando o Chafariz Público Municipal (Mãe Preta) foi inaugurado sua principal função era de suprir os habitantes com uma fonte. Fica evidente que o motivo de sua idealização, construção e inauguração encontrava-se em resolver o problema do abastecimento de água que era extremamente incomodo à população da época. Com o avançar dos anos é notório que inúmeros serviços foram prestados à comunidade que pela via do desenvolvimento, presenciou-se a melhoria na qualidade de vida, mas parece que 117 anos depois da inauguração do primeiro Chafariz permanecem antigos problemas que se reportam novamente ao abastecimento de água. Perante a documentação é visível que em algumas áreas da cidade o abastecimento de água ainda é insolúvel e faz-se presente a uma parcela significativa da população, ou era parcialmente resolvido pela existência dos Chafarizes quando esses apresentavam condições satisfatórias para que cumprissem suas finalidades.

Mesmo que a abordagem até aqui tenha privilegiado uma análise de algumas características da historicidade do município, uma investida contextualizada historicamente dos Mitos da Mãe Cabocla e da Mãe Preta, uma rememoração da existência, função, importância, problemas e reivindicações dos Chafarizes Municipais apresenta-se essencial. É franca e perceptível a carência de alguns elementos fundamentais para recompor historicamente aquilo que pode ser cotejado como sendo essência do problema que envolve o surgimento do Chafariz da Mãe Preta no final do século XIX, e a existência ou não de um vínculo relacional entre os monumentos do Chafariz e a Praça da Mãe.

O Chafariz da Mãe Preta compõe parte histórica do município, a exposição da documentação da Câmara Municipal corrobora para essa afirmação. Atualmente o Chafariz da Mãe Preta localiza-se na confluência da Rua Uruguai com a Rua 10 de Abril, sendo que é propriamente nesse local que o mito se consagrou. Em torno desse mito construiu-se um imaginário que todo aquele que desta água provar, por mais que abandone esta terra a ela retornará. Mas algumas questões referentes não só ao mito, mas também à própria existência

¹³⁷ CÂMARA MUNICIPAL. Pedido de Providência nº 250/80 de 17 de junho de 1980.

do Chafariz são extremantes intrigantes.

Como uma região ainda escravista, como todo restante de todo o território nacional, cria oficialmente um chafariz em 1863, portanto, antes da abolição da escravatura, o qual é a principal fonte de abastecimento, que por sua vez, tem como referencial uma Mãe Negra (“preta”)? Qual foi a utilização pública dessa fonte? É evidente que o abastecimento de água. Mas, em torno dessa fonte se desenvolveram outras atividades que denotaram uma possível trama de relações entre os sujeitos envolvidos? Qual a significação para a formação do município que possui um processo de povoamento/colonização de descendência europeia, ter como marco histórico referencial uma Mãe Negra (“preta”).

A questão que se configura é, portanto, a seguinte: como compreender a construção de um monumento histórico que homenageia, ou faz referência, a uma mãe preta? No entanto, para isso, alguns aspectos adicionais devem ser considerados nessa indagação. Primeiro, homenagear uma mãe? Sendo que a mulher nesse período, final do século XIX, não possui respaldo social perante uma organização societária patriarcalista. Segundo, uma mãe preta? Isto é, além da figura feminina não possuir reconhecimento social, atribuímos a ela a contingência de ser “preta”, e viver em uma época em que o escravismo ainda vigorava, ou definhava, mas existia como modelo estrutural de uma época, que refletia no modelo econômico, na organização pública/política, nas relações entre os indivíduos e grupos, na manifestação da cultura(s).

Como pensar a construção pública de um monumento histórico que apresenta essas características? Como pensar sua implementação no espaço público, de visibilidade para todos os membros do convívio social da época. Ainda (“hoje não mais?”) imersos em categorias referencias de preconceitos em relação à mulher e às populações de origem étnico-racial negra.

Como pensar essa realidade frente a um sistema jurídico que desde 1850 vinha aprovando leis no “intuito de abolir a escravidão do país”, mas que na realidade apenas prolongaram ao máximo a sobrevivência do moribundo sistema escravista para deleite das elites escravagistas, enquanto a população escravizada vivenciava a distanásia de seu próprio destino. Presenciava-se a prorrogação do sistema enfermo (incurável) a partir de métodos artificiais (as leis) que apenas adiaram o inevitável.

Objetivamente se está falando das Leis: Lei Eusébio de Queiros (1850), Lei do Ventre Livre (1871), Lei dos Sexagenários (1887), e Lei Áurea (1888). Sobre a primeira, há o fim do tráfico de escravos, é claro que a alteração não se dá por boa vontade dos governantes brasileiros, e sim por uma pressão inglesa. No bojo da “transformação jurídica” que se inicia,

logo após a criação e sancionamento da Lei Eusébio de Queiros, em 1871 apresenta-se a Lei do Ventre Livre. Essa deveria conceder a liberdade a todo e qualquer filho de escrava que nascesse após a criação da referida lei, conseqüentemente, a lei pode ser considerada efetivamente a primeira a favor da abolição da escravatura. Com isso, os filhos de mulheres escravas nascidos a partir daquela data seriam livres. Mas, infelizmente as coisas não eram tão simples assim, pois esses filhos continuariam na condição de propriedade do senhor até os 21 anos de idade, depois disso “ganhariam” a liberdade.

Já em 1887, impõe-se a Lei dos Sexagenários, a qual conferia a liberdade a escravos que atingissem os 60 anos de idade, mas tristemente as circunstâncias não são as melhores. O texto da lei declarava livres todos aqueles que atingissem 60 anos de idade, entretanto, como forma de indenização, deveriam trabalhar mais cinco anos. Sim! Isto mesmo. Trabalhar mais cinco anos para pagar pela sua liberdade. Outra questão sobre essa lei é a seguinte: dependendo do trabalho desenvolvido pelo cativo a média de vida era de quarenta anos de idade, assim não muitos atingiam os 65 anos, e quando chegavam a essa longevidade muitas vezes estavam com a saúde debilitada.

Para por fim, não mais resistindo às pressões do movimento abolicionista, o “Império”, na pessoa da Princesa Isabel, assina a lei que declarou extinta a escravidão no Brasil, um dos últimos redutos escravistas do continente americano. Mas ao se ponderar que o Estado brasileiro simplesmente declarou extinta a escravidão! Efetivamente o que isso significa? Ponderar-se o aspecto jurídico: “igualdade perante a lei”. Mas ao se considerar o aspecto das relações sociais? Ponderar-se a perspectiva dos desdobramentos que esse aspecto social pode adquirir, isto é, as inúmeras facetas que envolvem o social: cultura, religião, linguagem, trabalho, gênero, entre outros. A Lei Áurea representa extinção da escravidão, mas ela não eliminou o racismo e a discriminação de origem racial.

O panorama crítico-reflexivo traçado percorreu questões sobre a escravidão do Brasil, o significado da legislação escravagista do final do Período Imperial e abstraiu indagações sobre o meio social brasileiro no “pós-escravidão”. Essas nada mais são do que um Brasil do final do século XIX, período justamente em que ocorre a edificação do Chafariz da Mãe Preta, que frente a possíveis idiosincrasias do período faz pensar que o Passo Fundo daquela época não deveria ser tão diferente frente da estrutura/conjuntura dos aproximadamente três últimos decênios do século XIX.

Diante dos principais acontecimentos que marcam esses anos, não há dúvida que na tensão de força e disputa estava a ebulição das ideias e ações abolicionista. E a força de setores reacionários da sociedade, preocupados em prolongar a vida útil do sistema escravista.

Em relação ao exposto, é oportuno lembrar que houve no município movimento abolicionista, o qual se comenta a partir das seguintes descrições:

Podemos, hoje, dizer que a Lei Áurea encontrou o Município já libertado da mancha do cativo, pois que da massa escrava que nele houvera, só restavam então os cativos que, pertencentes a órfãos, interditos e ausentes, [...] Foi primeiro marco da epopeia abolicionista em Passo Fundo, e sem dúvida altamente gloriosa não só pelo seu alcance e resultados, como, ainda por ser plantado antes mesmo da própria lei do Ventre Livre, a fundação da sociedade que visava a emancipação de crianças de sexo feminino, ocorrida a 13 de Agosto de 1871. (OLIVEIRA, 1957, p. 9)

É notório observar que primeiro se enaltece a abolição da escravatura perante a assinatura da Lei Áurea, para destacar que esse feito já havia sido precedido (não em sua totalidade, mas em desenvolvimento) no município de Passo Fundo, destacando-se que daquela massa de trabalhadores/cativos escravizados não restaram praticamente nenhum deles. Segundo, se destaca o papel do movimento abolicionista nesse processo, estabelecendo-se como argumento que corrobora para a noção de avanço precoce da abolição o fato de mesmo antes de sancionada a Lei do Ventre Livre (28 de setembro de 1871) aqui no município já havia ocorrido a emancipação de algumas crianças.

É pertinente para uma observação mais minuciosa desses desdobramentos a análise de outras citações, a saber:

Tão brilhantes foram os esforços da campanha desenvolvida para tal, que no último dia dele, 28 de Setembro, [1871] a Câmara Municipal, em sessão solene, proclamava a liberdade de 300 cativos. [...] A 11 de Dezembro de 1884 a edilidade em telegrama ao presidente da Província, por este modo transmitia o resultado da campanha encetada com a moção de 3 de Setembro do mesmo ano: no dia 2 do corrente, com mais 246 cartas de liberação [...] com este novo contingente elevava-se portanto a 546 o número de libertações. (OLIVEIRA, 1957, p. 10-11)

Isso significa que em Passo Fundo existiu uma “Sociedade Emancipadora”¹³⁸, na qual se firma que seguindo os bons exemplos da Capital, Porto Alegre, a então Vila de Passo Fundo tomava uma atitude de colaboração em relação ao abolicionismo. Em 13 de agosto de 1871 instala-se no “paço” na sala da Câmara Municipal a “Sociedade Emancipadora das crianças do sexo feminino”. No documento da sociedade consta:

A nobre idéia da emancipação do elemento servil iluminou as cabeças, e

¹³⁸ Sociedade Emancipadora Passo-Fundense 1871. (Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo).

penetrou os corações – dominando as vontades. Com o verbo inspirado do patriotismo, e sobretudo com o exemplo, os cruzados da civilização – os apóstolos da liberdade [...] Em três semanas remiu-se do cativo seis inocentes crianças, [...] além de quatro adultas. (SOCIEDADE EMANCIPADORA PASSO-FUNDENSE 1871. Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo)

Aqui é conveniente destacar essas informações. De fato, anteriormente se havia referido que por volta de 1827 ou 1828, Cabo Neves se instala nessas “plagas”, vindo com sua família e seus cativos, e logo em seguida se estabelece o perfil étnico da população (branca) que povoa a região destacando o elemento étnico, principalmente de descendência europeia.

Tudo bem! O que isso significa? Pode-se acreditar que o município vinha gestando um processo (campanha) abolicionista em prol da extinção da mão de obra cativa no município antes da determinação oficial do governo Imperial. Perfeito! Nessa perspectiva, o município seguia a tendência de outras regiões do país, o que é uma prova segura de que a abolição da escravatura pelo império é simplesmente a oficialização do inevitável. Será que isso justificaria a construção do monumento da Mãe Preta? O fato de o município vir de um processo de articulação para o fim do sistema escravista favoreceria ou incentivaria a circunstância do bebedouro público municipal se transformar no Chafariz da Mãe Preta realizado em 1863, como uma espécie de prelúdio dos acontecimentos que se seguiriam (mas, tais indagações são somente elucubrações).

Como em Passo Fundo ocorre, então, a edificação de um monumento histórico em 1863 de utilidade pública, que é o bebedouro municipal o qual recebe o nome de Chafariz da Mãe Preta? E ainda, o chafariz preserva um mito no qual uma mãe – Marina, escrava de cabo Neves perde seu filho, e de suas lágrimas brota tal fonte que abastecia com água toda a província municipal. Então, se o Chafariz foi inaugurado em 1863, e a Praça da Mãe curiosamente surge em 1964, aproximadamente um século depois, eles possuem alguma relação? Por ora, faz-se necessário considerar que a Praça da Mãe, localizada atualmente em logradouro público, defronte a Escola Estadual Fagundes dos Reis, compõe parte de um conjunto arquitetônico municipal.

Entretanto, não são unívocas as informações que se reportam a Praça e ao Monumento da Mãe. A esse respeito podem-se encontrar descrições que esse foi inaugurado em 1964, construído em homenagem a todas as mães, esculpido por Paulo Lucienne Ruschel. Nesse sentido, explica-se que sobre a praça e o monumento perpassa a proposta de ser uma homenagem a todas as mães, agregando que a iniciativa partiu de um grupo de pessoas da cidade sob a liderança de Ada de Castro, mas sua inauguração ocorreu em 1968.

No jornal “Passo Fundo Conta sua História”¹³⁹ o qual rememora os pontos turísticos, os lugares de memória da cidade, publicado em 1994, momento em que o município comemorava 137 anos a contar de 1857¹⁴⁰. Nesse, o título da matéria referente à explicação do lugar de memória da praça é: “Praça e monumento à Mãe Preta”, sobre sua localização não há divergência de informações, sobre o monumento considera-se que é composto por um conjunto arquitetônico onde se salienta a estátua da Mãe com duas crianças, e expõe que a escultura é de Paulo e Lucienne Ruchel. Realizado em 1964, com a colaboração de “O Nacional” e das Senhoras Rotarianas, chamada Praça Monumento à Mãe Preta, considerando que as informações estão respaldadas na própria placa existente no local que confirma tais informações.

Ou ainda, situado na Avenida Brasil, possui o Monumento à Mãe, uma escultura de uma negra e seus filhos que recorda o mito de uma escrava de Cabo Neves, a qual perdeu seu filho.¹⁴¹ Mas também, a versão pode ser a seguinte: situado na Avenida Brasil, possui o Monumento à Mãe, uma escultura de uma negra e seus filhos que recorda o mito de uma escrava de Cabo Neves, a qual perdeu seu filho.¹⁴² E para finalizar, situado na Avenida Brasil é ideal para se passar os fins de tarde. Nela (a Praça) se encontra o Monumento à Mãe que foi inaugurado em 7 de agosto de 1968. É um conjunto arquitetônico que apresenta a escultura de uma negra e seus filhos. A obra rememora o mito de uma escrava pertencente ao Cabo Neves, que perdeu seu filho.¹⁴³

Sobre a Praça, algumas divergências parecem ter sido evidências a partir do exposto. Primeira, quando o monumento realmente foi inaugurado? 1964 ou 1968, ou então a praça foi criada primeiro em 1964 e posteriormente foi criado o monumento em 1968. Segunda, quem fez a escultura do monumento? Paulo Lucienne Ruchel (com “s” ou sem), ou seria Paulo e Lucienne Ruchel. Existe diferença, pois pode ter sido uma única pessoa ou então o casal Ruchel. Terceira e mais importante a Praça é: “Das Mães” ou da “Mãe Preta”, o monumento faz referencia “As Mães” ou “A Mãe Preta”.

No Guia Informativo e Turístico: Passo Fundo – RS Brasil¹⁴⁴ existe uma relação dos principais pontos turístico da cidade, destacando as praças: Marechal Floriano, Teixerinha,

¹³⁹ GRUPO PRÓ-MEMÓRIA. Passo Fundo Conta a sua história: Passo Fundo 1857-1994 137 anos. Prefeitura de Passo Fundo, Secretaria Municipal de Turismo Cultura e Desporto, p. 6, Agosto 1994.

¹⁴⁰ Ano em que foi criada a Vila de Passo Fundo em 28 de janeiro (Decreto nº 340). Em 07 de agosto, instala-se a primeira Câmara de Vereadores. E em 21 de setembro, é instalado o Fórum.

¹⁴¹ GRUPO PRÓ-MEMÓRIA. Passo Fundo Conta a sua história: Passo Fundo 139 anos. Prefeitura de Passo Fundo, Secretaria Municipal de Cultura e Desporto, Agosto 1996.

¹⁴² Pontos Turísticos de Passo Fundo: Praça da Mãe. O Nacional, Passo Fundo, p. 15, 19 Junho 2000.

¹⁴³ Atrativos Turísticos: Praça da Mãe. O Nacional, Passo Fundo, p. 15, 7 Agosto 2003.

¹⁴⁴ Guia Informativo e Turístico: Passo Fundo – RS Brasil. (Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo).

Ernesto Tochetto, Tamandaré, entre outros. Também nessa mesma relação o documento descreve rapidamente a localização do ponto turístico juntamente com alguns aspectos históricos. Em relação ao Chafariz da Mãe Preta afirma-se:

Foi construída em terra doada pelo capitão Manoel José das Neves. A princípio servia para abastecer a Vila de Passo Fundo. Neste chafariz há um painel contando a lenda da Mãe Preta. De acordo com a lenda, quem beber da água da fonte retornará a Passo Fundo. O chafariz está situado na esquina da Rua Uruguai com a 10 de Abril (GUIA INFORMATIVO E TURÍSTICO: PASSO FUNDO – RS BRASIL p. 9. Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo).

Sobre a Praça da Mãe a argumentação desenvolvesse nos seguintes termos:

Situada na Av. Brasil em frente à Escola Fagundes dos Reis, possui o Monumento à Mãe; um conjunto arquitetônico onde salienta a escultura de uma negra e seus filhos, que recorda a lenda de uma escrava de Cabo Neves, a qual perdeu seu filho. A escultura foi feita por Paulo e Lucienne Ruchel, em 1964. (GUIA INFORMATIVO E TURÍSTICO: PASSO FUNDO – RS BRASIL p. 9 Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo).

Então é possível que a consideração anterior que questionava um vínculo relacional entre o Chafariz da Mãe Preta e a Praça da Mãe é provável que não esteja equivocada, e com isso, a inauguração da Praça da Mãe em 1964 (1968), pode não ter sido um ato fortuito, mas pelo contrário, um evento que rememora o centenário de um lugar de memória. De qualquer forma, ficam os questionamentos e convencidos que em um grau de importância as perguntas “sobreponham-se” as respostas, contentemo-nos por ora com aqueles que já existem e ainda parecem insolúveis. Entretanto, o conhecimento histórico não aceita passivamente que as perguntas sejam valorativamente mais importantes que as respostas, são fundamentais e constituem o aporte investigativo da histórica, mas as respostas mesmo que parciais ou provisórias devem ser responsabilmente aludidas, obrigatoriamente documentadas e adequadamente construídas, para que possam ser confirmadas ou refutadas.

Embora muito já se tenha sido dito sobre a Praça da Mãe, uma voz em especial ainda parece não ter sido consultada. Residente em Passo Fundo, com então 94 anos, umas das principais colaboradoras que no início da década de 60 não mediu esforços, juntamente com outras participantes, angariaram recursos financeiros para que na cidade de Passo Fundo houvesse um monumento que homenageasse a Mãe. Fala-se da Sra. Ada de Castro¹⁴⁵ a qual

¹⁴⁵ Entrevista cedida pela Sra. Ada de Castro no dia 04 de Setembro de 2014. Nesta a mesma expo as motivações que levaram a idealização, campanha e realização do Monumento à Mãe.

participou ativamente da campanha em prol da edificação do Monumento à Mãe.

A Sra. Ada de Castro em entrevista relatou que o Monumento à Mãe foi uma iniciativa do jornal O Nacional, juntamente com o Rotary Club Passo Fundo Norte, que contou com a colaboração de inúmeras pessoas da comunidade passofundense da época. Dividida em três momentos: um primeiro de idealização do projeto que visava à construção de um monumento que objetivava homenagear as mães, isto é todas as mães; um segundo, que se transformou em campanha de arrecadação de recursos financeiros que custeassem a obra, monumento; e um terceiro, a realização da escultura pelo casal de artistas Paulo e Lucienne Ruschel, juntamente com a inauguração em 7 de agosto de 1964, dada não furtiva, sendo que nesta se comemora a emancipação político-administrativa do município.

A partir do relato da Sra. Ada de Castro referente ao Monumento à Mãe, observam-se, portanto, três momentos importantes que demarcam o decurso das iniciativas adotadas. Idealização, campanha e realização. Esses momentos serão analisados tendo como orientação as lembranças da Sra. Ada de Castro e documentação encontrada no jornal “O Nacional” de 1961 à 1964.

Sobre a idealização do Monumento à Mãe, Sra. Ada de Castro afirma que desde as primeiras considerações acerca da probabilidade de se edificar na cidade tal empreendimento, este sempre foi pensado, como sendo a possibilidade construção de um monumento que homenageasse as Mães no geral, ou seja, todas elas, e não uma em específica. No Jornal O Nacional de 13 de Maio de 1961¹⁴⁶, o título da reportagem anunciava que Passo Fundo teria um monumento em honra à Mãe.

Por considerar que cada sociedade tem o dever de salvaguardar seus tesouros imateriais, que um deles é a maternidade como sendo um sentimento dos mais nobres da humanidade. Sendo assim, O Nacional lançava uma campanha popular com o patrocínio do Rotary Club (Passo Fundo Norte), em benefício de se erigir na cidade um monumento em homenagem a esta figura tão importante que é a mãe.

Tal campanha levou em consideração um contexto regional em que na cidade de Rio Grande, o Rotary Club erigiu um monumento, em homenagem à Mãe, aparecendo na lápide a frase de autoria de Rúbio Brasileiro: Mãe três vezes santa, na dor, na renúncia e no sacrifício. E ainda, que Rotarianos de Lagoa Vermelha já levaram a cabo, também, uma campanha, para a edificação de um monumento à Mãe. Considerou-se na época, que em relação aos exemplos, seria justo que em Passo Fundo, também se erguesse um monumento de homenagem à Mãe.

¹⁴⁶ Passo Fundo terá um monumento em honra à Mãe. O Nacional, Passo Fundo, p. 8, 13 Maio. 1961.

Observa-se que a campanha desencadeada seria eminentemente popular, participando dela pessoas de todas as classes sociais, desde o mais humilde homem de rua ao mais graduado cidadão; desde o colegial mais modesto ao mais potentado. Instituições e entidades do município ofereceriam sua valiosa colaboração. Urnas seriam depositadas em colégios, bares, cafés, pontos de acesso públicos, visando recolher fundos. Sendo que o ideal a ser alcançado era de uma homenagem do povo de Passo Fundo à Mãe, além da obra de arte, embelezar um ponto central da cidade e atestar a cultura do povo e a sua admiração imperecível ao ente querido que nos deu o próprio ser e que consagrou à nossa vida, a mãe.

Observa-se o desejo de criação de um monumento em homenagem à Mãe, e o desencadeamento através do O Nacional, da campanha de arrecadação dos recursos financeiros. A Sra. Ada de Castro menciona que durante o período de coleta de recursos, foram promovidos diversos eventos em proveito da viabilidade da construção do Monumento à Mãe, entre eles estão rifas, festas, pedidos de donativos entre o setor comercial e empresarial de Passo Fundo, desfile de moda.

Muito dos eventos estão registrados nas páginas do Jornal O Nacional, que demonstra a participação de determinados estratos sociais no esforço que angariar fundos para o Monumento. Como em 15 de Janeiro de 1963¹⁴⁷, quando se informava que se desenvolve com ampla receptividade e apoio das mais diversas instituições e entidades locais a campanha para ereção de um monumento às mães, visando materializar as expressões de amor filial e o reconhecimento da população àquela que simboliza mais estreitamente as virtudes humanas mais nobres e altruístas.

Imbuído de tal sentimento, a Comissão Pró-Monumento à Mãe contava com a colaboração do Grupo Teatral Delorges Caminha, pois esse estava em preparação para a encenação de dois espetáculos cuja renda reverteria em benefício da campanha pró-monumento. Os espetáculos foram apresentados nos dias 5 e 6 de Março de 1963¹⁴⁸ no Cine-Teatro Pampa, o primeiro intitulado “Pé Rapado” e o segundo “Os inimigos não mandam flores”. Outra iniciativa foi a organização de uma exposição de pinturas de artistas locais, que também se traduziria em incentivo à cultura passofundense, como também, em favor do Monumento à Mãe¹⁴⁹.

Ainda em maio do mesmo ano, um dia após as apresentações do Grupo Delorges

¹⁴⁷ Promoções em favor do Monumento à Mãe. O Nacional, Passo Fundo, [s.n.] 15 Janeiro 1963.

¹⁴⁸ CAFRUNI, J. Campanha Pró Monumento à Mãe: Parabéns “Delorges”. O Nacional, Passo Fundo, [s.n.] 11 Março 1963.

¹⁴⁹ Promoções em favor do Monumento à Mãe. O Nacional, Passo Fundo, [s.n.] 15 Janeiro 1963.

Caminha, isto em 7 de Maio de 1963¹⁵⁰, a Comissão Central do Pró-Monumento à Mãe realizava reunião para definir algumas ações comuns para viabilizar o empreendimento do monumento. Entre essas estava a organização de jantares-dançantes no Turis Hotel, mas a decisão mais significativa na ocasião foi a deliberação de realizar nos Dia das Mães próximo (daquele ano 12 de Maio de 1963), o lançamento da pedra fundamental do Monumento à Mãe, que ficou decido localizar-se na Avenida Brasil, a principal e mais importante via pública da cidade, na quadra compreendida entre a Avenida General Netto e a Rua Bento Gonçalves, em canteiro abrangido entre estas vias.

Em 13 de maio¹⁵¹, O Nacional trazia a público que no transcurso do Dia das Mães, foi significativo não apenas pela passagem de representativa data, mas acima de tudo, e principalmente pela tocante cerimonia de lançamento da Pedra Fundamental do monumento em homenagem as Mães. Em relato assegurou-se que foi uma cerimonia das mais expressivas, registrando um fato histórico que foi prestigiado pelas entidades representativas locais: Sociedade de Auxilio à Maternidade e a Infância; Rotary Club; Instituto Histórico de Passo Fundo; Sindicato dos Jornalistas Profissionais; Igreja Metodista; Clube Comercial; Associação Comercial de Passo Fundo; representantes do Executivo e Legislativo Municipal.

A cerimônia iniciou-se as 14h00min com a fala do Sr. José João Holzbach, vice-presidente em exercício da Comissão Pró Construção do Monumento à Mãe, abrindo a solenidade tendo descerrado a Pedra Fundamental o Sr. Manuel Gonçalves de Souza, representante do Prefeito Municipal. As falas dos oradores ficaram sob a responsabilidade do Sr. Wolney Santos, Revdo. Otto Gustavo Otto e Hélio Gonçalves Dias.

O Sr. Wolney destacou a importância e o sentido profundo daquela inauguração, lançando-se a Pedra Fundamental do monumento em homenagem as mães, afirmando ser símbolo sempiterno da família, esteio do lar e figura venerada pelo que representa - carinho, amor, dedicação e devotamento. O Revdo. Otto, igualmente destacou a importância da mãe, em torno do papel desempenhado por ela no seio da família e da sociedade, congratulando os promotores daquela cruzada. Em nome da imprensa a partir do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Passo Fundo Sr. Hélio Gonçalves Dias, louvou a meritória campanha, afirmando que tal empreendimento era um verdadeiro marco histórico para a História de Passo Fundo.

¹⁵⁰ Domingo será lançada a pedra fundamental do “Monumento à Mãe”: Comissão Central Pró-Monumento à Mãe realizou importante reunião, Jantares-dançantes no Turis Hotel, a localização do monumento. O Nacional, Passo Fundo, p. 2, 7 Maio 1963.

¹⁵¹ Lançada, expressivamente, ontem, a Pedra Fundamental do Monumento à Mãe. O Nacional, Passo Fundo, [s.n.] 13 Maio 1963.

A reportagem encerrava-se com uma análise das atividades desenvolvidas até o presente momento, levando em consideração que a campanha iniciava-se em 1961, e agora em 1963 a primeira etapa da campanha que visava à ereção do Monumento em homenagem à Mãe, em Passo Fundo estava concluída. Pois o lançamento da Pedra Fundamental traduzia a certeza de que a colaboração de toda a sociedade completaria os recursos já existentes para que dali um ano, isto é, no próximo Dia das Mães, em 1964, fosse erguido em mesmo local o Monumento à Mãe símbolo, guardiã de seus filhos e inspiradora dos grandes cometimentos da humanidade. Na Pedra Fundamental havia os seguintes dizeres: “neste local será construído o Monumento em Homenagem à Mãe”.

O ano de 1963 findou, e com o advento de 1964 a Comissão continuou e intensificou as atividades que viabilizariam os recursos financeiros necessários para custear o Monumento à Mãe. Então outras promoções sociais, artísticas e culturais, todas elas com o intuito de despertar o interesse social para concretização da obra ao Monumento à Mãe. Como em relação às festividades do Dia das Mães de maio de 1964. O Turis Hotel¹⁵², destacava que parcela significativa de cada jantar dos Jantares-dançantes de sábado e domingo, seriam destinados à construção do Monumento à Mãe. Promoções que haviam iniciado em maio de 1963 quando o Turis Hotel realizava o primeiro jantar-dançante, prevendo uma série de eventos em parceria com a Comissão Central Pró-Monumento à Mãe. O primeiro jantar-dançante coincidiu com as comemorações do primeiro aniversário do Turis Hotel; salientava-se que os eventos seriam primorosamente organizados, devendo contar com a animação de orquestra e várias apresentações do agrado da sociedade¹⁵³.

Ressaltando que os jantares-dançantes do Turis Hotel, constituíam em centro de atração da sociedade local nos fins de semana, onde a população ganhava um significado particular na participação desses eventos, por traduzirem a colaboração do Turis e de todos os presentes para com a concretização dos mais importantes monumentos da cidade.

Figura 21 - Anúncio dos Jantares-dançantes no Turis Hotel.

Fonte:

O Nacional, Passo Fundo, p. 9, 9 e 10 Maio 1964.



¹⁵² O Nacional, Passo Fundo, p. 9, 9 e 10 Maio 1964.

¹⁵³ Jantares-dançantes no Turis Hotel serão promovidos pela Comissão Pró Monumento à Mãe. O Nacional, Passo Fundo, [s.n.] 12 Maio 1963.

10 de Maio de 1964¹⁵⁴ era para o movimento Pró-monumento à Mãe, uma data significativa, não só por ser o dia das mães daquele ano. Mas acima de tudo, representaria a data de inauguração do monumento. Isto só não se concretizou devido à falta de pedestal que deveria assentar o Monumento à Mãe, pois o mesmo deveria ser feito em pedra própria e não foi possível trazer no prazo determinado. Soma-se a esse infortúnio a falta de dinheiro, situação que exigiria uma intensificação da campanha da arrecadação dos fundos necessários para a inauguração da obra.

Nessa mesma edição (Maio de 1964) o Jornal destacava alguns beneméritos que já haviam realizado sua contribuição, entre muito lembra: Turis Hotel, com diversos jantares-dançantes; Delorges Caminha, com apresentações teatrais; brinde sorteado, doação de Ilza Nedeff; quadros doados pelas seguintes pessoas: Loudes Paes Rizzi, Carmen Tôres, Judith Schapke, Odete Goellner, Terezinha Heck, Instituto de Belas Artes, Grey Belles. Doação de um terreno pelo Sr. Azir Odon Truccolo; bomba de chimarrão, doada pelo Sr. Rômulo Antônio, em sorteio pelo CTG Getúlio Vargas.

Colaboração do Clube dos Vinte, festival Teixeira, exposição de pinturas de amadores, com a colaboração do Centro Acadêmico Carlos Gomes, desfile das debutantes no Caixeiral, show da intimidade, também no Caixeiral, sorteio de bolsa-ráfia, doada por uma senhora passofundense, Clube Comercial e Caixeiral com bailes e reuniões daçantes, bem como a Rádio Passo Fundo com espaços radiofônicos.

Ressalva-se, no período, que não sendo possível a inauguração no Dia das Mães, conclama-se que os passofundense coloquem o Monumento no seu lugar na primeira festa cívica ou religiosa que fosse ser comemorada em Passo Fundo.

Sobre um evento mencionado, a Sra. Ada de Castro recompõe algumas lembranças do que foi o Festival Teixeira. Relata que o evento aconteceu no Cine Teatro Pampa, sendo que o cancionista Vítor Matheus Teixeira atende a um pedido pessoal do Sr. Múcio de Castro, (esposo da Sra. Ada), devido a uma relação de amizade, e juntamente com Mary Terezinha apresentam-se em Passo Fundo, sendo que a bilheteria do evento, com o valor respectivo da venda dos ingressos foi revertido em benefício do Monumento à Mãe.

Quarta-feira, 27 de Fevereiro de 1963, Teixeira vem a Passo Fundo dentro de 10 dias¹⁵⁵. Foi assim que o Jornal O Nacional, noticiou que seu representante teve a oportunidade de estabelecer contato com os agentes do popular cantor regionalista, que na ocasião se encontrava em Montevideu, no Uruguai, em lançamento oficial do novo disco “Saudades de

¹⁵⁴ Por falta de pedestal, será inaugurado mais tarde. O Nacional, Passo Fundo, p. 10, 9 e 10 Maio 1964.

¹⁵⁵ Teixeira vem a Passo Fundo dentro de 10 dias. O Nacional, Passo Fundo, [s.n] 27 Fevereiro 1963.

Passo Fundo”.

Embora os 10 dias tenham se transformado em praticamente 4 meses, em 19 de Junho de 1963¹⁵⁶, em O Nacional, noticiava-se que o afamado e consagrado Teixeirinha, acompanhado da princesa do acordeom, Mery Teresinha chegariam na cidade para dois espetáculos a serem realizados no Cine-teatro Pampa. Destacava-se que a vinda e a renda dos espetáculos do afamado trovador e repentista reforçavam o movimento em benefício do Monumento à Mãe.

A presença de Teixeirinha em Passo Fundo ensejou oportunidades de homenagens¹⁵⁷ ao cantor, que traduziram o extraordinário prestígio que o mesmo possuía entre a população local. Assim se previa que para o dia de sua chegada na cidade dia 21 de Junho às 15h00min, na ponte do passo, várias pessoas o aguardariam como sinal de boas vindas, e também de agradecimento, ao grande divulgador de Passo Fundo no País e no exterior. Outra homenagem seria a sessão solene na Câmara Municipal, onde o cantor seria diplomado como cidadão honorário de Passo Fundo. Sobre seus espetáculos observava-se que na sexta-feira dia 21 de Junho de 1963, em dois horários, um às 20h00min e outro às 21h30min, no Cine-Teatro Pampa, Teixeirinha e Mery Teresinha acompanhados pela invernada do Centro de Tradições Gaúchas Lalau Miranda apresentariam seus shows aos fãs passofundenses.

Um dia após a tão esperada apresentação de Teixeirinha, O Nacional¹⁵⁸ informava que centenas de pessoas estiveram presentes nos espetáculos e salienta que sua renda foi revertida em favor da construção do Monumento à Mãe, e assim, o cantor associava-se à benemérita campanha encetada da cidade de Passo Fundo. E torna-se Cidadão Passofundense em sessão solene da Câmara Municipal pelos relevantes serviços prestados ao município na divulgação do nome de Passo Fundo. O cantor em agradecimento¹⁵⁹ manifestou estar profundamente emocionado, dizendo o quando tal ato significava salientando a estima que possuía a cidade de Passo Fundo e ao seu povo. Ao recebeu tal homenagem como cantor, seria como cantor que agradecerá o diploma de Cidadão Passofundense, assim acompanhado de Mery Teresinha cantou a composição “Saudades de Passo Fundo”, enquanto os presente em coro e em aplausos ovacionavam o cantor.

¹⁵⁶ Teixeirinha em Passo Fundo sexta-feira, no Pampa: Título de Cidadão Passofundense ao festejado cantor e intérprete. O Nacional, Passo Fundo, [s.n.] 19 Junho 1963.

¹⁵⁷ Presença de Teixeirinha em Passo Fundo constituirá acontecimento expressivo: dois espetáculos no Cine Pampa, homenagens da Câmara Municipal, outros detalhes. O Nacional, Passo Fundo, [s.n.] 20 Junho 1963.

¹⁵⁸ Teixeirinha recebe calorosas manifestações da cidade e do povo: espetáculo ontem no Cine Pampa, sessão solene da Câmara para entrega do diploma de Cidadão Passofundense, reabertura do Café Haiti. O Nacional, Passo Fundo, [s.n.] 22 Junho 1963.

¹⁵⁹ Teixeirinha recebeu o diploma de Cidadão Passofundense em meio a aplausos populares. O Nacional, Passo Fundo, [s.n.] 24 Junho 1963.

E assim Teixeira contribuiu para a campanha prol Monumento à Mãe. E a intensificação da campanha da arrecadação dos fundos necessários para a inauguração do Monumento à Mãe parece ter se consolidado no final de maio de 1964 com um evento que primeiramente recebeu destaque na coluna social de Décio Ilha¹⁶⁰, onde se anunciava à população um grande desfile de moda, o qual seria promovido pelas: Casas Paris, Adriana Magazine e Joalheria Hexsel. Sendo que o evento aconteceria em benefício do Monumento à Mãe. No próximo mês¹⁶¹, o mesmo colunista já informava a data do evento, marcado para o dia 13 de junho promovido pelos “Chics de Planalcap¹⁶²”, onde na ocasião seriam apresentados as últimas criações romanas, parisienses, madrilenas, cariocas e paulistas em matéria de modas, calçados, joias e chapéus.

Assim, a partir das 23 horas, no Caixeiral aconteceria a mostra da última orientação europeia e brasileira para o inverno de 1964, onde a Casas Paris, mostrara a linha de inverno para calçados e chapéus. Adriana Magazine, as últimas criações em matéria de vestimenta feminina e as joias que a Joalheria Hexsel fará desfilar.

Em edição anterior a noite do evento no Jornal O Nacional anuncia-se:

Amanhã, grandioso Baile da Elegância momentos de emoção para a sociedade passofundense, amanhã, nos luxuosos salões do Clube Caixeiral. [...] Para você garota bonita simpática, haverá momentos de emoções indizíveis, [...] Para a leitora, senhora elegante de Passo Fundo, igualmente recomendamos a noitada de amanhã: haverá uma sucessão maravilhosa de modelos fascinantes (alo rapazes) [...] Um baile de elegância que iniciará com um desfile inesquecível, às 23 horas. Um baile, enfim, que terá começo improrrogável às 24 horas. (O Nacional, Passo Fundo, p. 4, 12 Junho 1964)

**Aos elegantes de Passo Fundo
Adriana Magazine**

convida o mundo elegante de Passo Fundo para o grandioso baile de sábado, dia 13, no Clube Caixeiral, com grande desfile de MODAS.

As últimas novidades em modas serão apresentadas:
ADRIANA MAGAZINE — apresentando finos e elegantes modelos;
JOALHERIA HENSEL — finíssimas jóias;
CASAS PARIS — grandes novidades em calçados, bolsas e chapéus.

A noite será abrelhantada por Dino Bertóglgio e seus «Satélites Musicais».

Joalheria Hexsel
especialista em artigos finos

Casas Paris
a simpatia em calçados

Adriana Magazine
ao mundo elegante

Convidam as excelentíssimas famílias do mundo elegante de Passo Fundo para o baile em benefício do «Monumento à Mãe», com

Desfile de Modas

e apresentação das últimas novidades, com início às 23 horas, no Clube Caixeiral.

Será abrelhantada a noite de sábado, 13 de junho, pelos «Satélites Musicais» de Dino Bertóglgio.

Reserva de mesas no Clube Caixeiral.

)-(-(

Figura 22 - Anúncio referente ao Desfile de Moda a ser realizado no Clube Caixeiral. Destaca-se no grifo: “convidam as excelentíssimas famílias do mundo elegante de Passo Fundo para baile em benefício do Monumento à Mãe”.

Fonte:

O Nacional, Passo Fundo, p. 1 e 4, 13 junho 1964.

¹⁶⁰ ILHA, D. Crônica. O Nacional, Passo Fundo, p. 3, 29 Maio 1964.

¹⁶¹ ILHA, D. Crônica. O Nacional, Passo Fundo, p. 3, 02 junho, p. 3, 04 junho, p. 1 e 4, 13 junho 1964.

¹⁶² Expressão provavelmente cunhada com a intensão de referir-se a Passo Fundo como sendo a Capital do Planalto Médio.

No dia do evento¹⁶³ confirmava-se a expectativa daquilo que estaria porvir na perspectiva de afirmar que na cidade hoje (13 de Junho de 1964) realizar-se-ia o acontecimento máximo da elegância com desfile inédito das principais novidades, uma noitada chique da moda. O desfile de sensações e de emoções indizíveis e inesquecíveis, onde se veria a partir da 23 horas, andando e posando nas passarelas, as mais lindas garotas da sociedade local, diante de um verdadeiro murmúrio de admiração de senhoras e moças, como prelúdio agradabilíssimo e pleno de surpresas do grandioso baile que começara às 24 horas. Desacatava-se que as supressas seriam muitas. Entre elas, as mesas compradas iriam concorrer a vários prêmios. E a orquestra de Dino Bertóglia e os seus Satélites Musicais, eram promessa de abrilhantar a festa ainda mais.

Em 19 de Junho de 1964¹⁶⁴, a campanha que visava à arrecadação de fundos necessários que viabilizariam a realização do Monumento à Mãe parece que já tinham atingido o êxito de seus esforços, pois o Jornal O Nacional publicava que em 07 de Agosto de 1964 seria inaugurado o Monumento. Com discurso ufanista que o povo de Passo Fundo verá dentro do programa de comemorações do aniversário de criação do município, o mais importante e vistoso monumento da cidade e um dos maiores do Estado, aquele dedicado às Mães.

Afirmava-se que seria fruto da colaboração dos passofundenses, através de todas as suas classes sociais, onde a magnífica obra de arte expressará plasmada em bronze, o reconhecimento e a gratidão a essa criatura universalmente admirável que é a Mãe. A fixação da data da inauguração do Monumento coroava assim um intenso esforço pela concretização de uma campanha lançada em 1961, à qual o povo de Passo Fundo correspondeu inteiramente.

Na inauguração a programação já incluía a presença do Governador do Estado Ildo Meneghetti, que por ocasião de sua visita à cidade no 7 de Agosto, receberia da Câmara Municipal o diploma de Cidadão Passofundese. Sendo que se atribuía na presença no governador no ato inaugural do Monumento um significado especial de repercussão estadual e até mesmo nacional. Nessa mesma edição lançava-se uma em caráter informativo que no pedestal do Monumento seria inscrita uma frase, que por sua vez tinha a função de traduzir o significado do gesto do povo de Passo Fundo em erigir um monumento que homenageia a

¹⁶³ J.E.C. Hoje, no Caixeiral, o acontecimento máximo da elegância! Um baile grandioso com uma avant-premier maravilhosa: desfile inédito de modelos, com as principais novidades do país. O Nacional, Passo Fundo, p. 4, 13 Junho 1964.

¹⁶⁴ Monumento à Mãe será inaugurado a 7 de Agosto. O Nacional, Passo Fundo, p. 33, 19 Junho 1964. (Edição Especial Comemorativa do 40º aniversário do O Nacional)

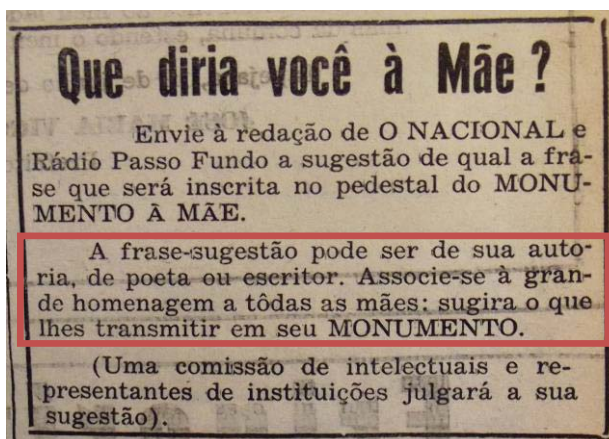
Mãe. Com essa informação, apresenta-se o concurso para a seleção da frase a ser enviadas ao Jornal O Nacional ou a Rádio Passo Fundo, as quais poderiam ser de autoria do próprio interessado ou transcrição de trecho de poesia prosa, indicando nesse caso o autor. A frase vencedora seria indicada por uma comissão especial, composta de intelectuais representantes de instituições educacionais, culturais e literárias da cidade e o autor da sugestão adotada seria ofertado um valioso brinde, alusivo ao acontecimento.

Sobre a escultura do Monumento à Mãe os artistas contratados foram o casal Paulo e Lucienne Ruschel ambos residentes em Porto Alegre, sendo que o Sr. Paulo era passofundense. Os escultores modelaram em gesso o Monumento e buscaram erigir a figura símbolo de uma mulher, de forma que transparecesse a figura de uma mãe, protegendo seus filhos, que induzisse à contemplação emotiva, sentimental e humana da figura materna juntamente com sua importância social.

Figura 23 - Anúncio da campanha: “que diria você à Mãe”? Destaca-se no grifo: “Associe-se à grande homenagem a tódas as mães: sugira o que lhes transmitir em seu MONUMENTO”.

Fonte:

O Nacional, Passo Fundo, p. 4, 24 Junho 1964.



Que diria você à Mãe ?

Envie à redação de O NACIONAL e Rádio Passo Fundo a sugestão de qual a frase que será inscrita no pedestal do MONUMENTO À MÃE.

A frase-sugestão pode ser de sua autoria, de poeta ou escritor. Associe-se à grande homenagem a tódas as mães; sugira o que lhes transmitir em seu MONUMENTO.

(Uma comissão de intelectuais e representantes de instituições julgará a sua sugestão).



Figura 24 - Paulo e Lucienne Ruschel escultores do Monumento à Mãe.

Fonte:

O Nacional, Passo Fundo, [s.n], 7 Agosto 1964.

A fundição da escultura em bronze ficou com a responsabilidade de Tito Berttini, da metalúrgica Eberle S/A de Caxias do Sul. Esse já havia consagrado com diversos trabalhos semelhantes ao que desenvolveu com o Monumento à Mãe. Foi o fundidor do Monumento ao Imigrante (do escultor Caringe) erigido em Caxias do Sul; do Marechal Deodoro da Fonseca, na Praça Paris no Rio de Janeiro (escultor Prof. Modestino Canto). Os 18 do Forte de Copacabana (escultor Rangel); as Portas da Basílica de Nazaré em Belém do Pará no ostensório do Rio de Janeiro, para o Congresso Eucarístico Internacional.

Mas por mais que o êxito dos esforços da campanha de fundos já estivessem praticamente atingido, antes da inauguração em 24 de Junho outro evento foi realizado. Um Chá-concerto¹⁶⁵ que a Sra. Aurea Gomes Bicca D'Almeida ofereceu, onde os lucros foram revertidos em benefício da construção/inauguração do Monumento à Mãe. E assim, dentro da programação oficial que foi cumprida, na primeira comemoração da Semana do Município, um dos pontos solenes foi o ato de inauguração do Monumento à Mãe, abordada como sendo a magnífica obra de arte, que naquela ocasião estava sendo fixada no Bairro Boqueirão, à Avenida Brasil, defronte ao Grupo Escolar Fagundes dos Reis, onde a Prefeitura Municipal construiria um parque especial projetado para conter a obra.

A inauguração do Monumento à Mãe constitui um dos atos solenes e festivos que contou com a presença do Governador Ildo Meneghetti, sendo que sua inauguração ocorreu às 14h30min e simbolizaria intencionalmente para as pessoas daquela época que Passo Fundo. Ter-se-ia, assim, um dos mais belos monumentos constituindo-se não apenas em expressão dos sentimentos nobres e reconhecidos do povo em relação às mães, mas também em motivo de atração turística e da ornamentação da cidade, da Passo Fundo da década de 60, como também, das demais gerações que com o passar dos anos desfrutariam da companhia do Monumento.

A SAMI (Sociedade de Amparo à Maternidade e à Infância) em nota ao Jornal O Nacional¹⁶⁶ publica “Consagração à Mãe” felicitando e tecendo as congratulações, a essa figura terna e universal, elo místico, a quem o povo desta cidade, num gesto de ternura e gratidão, irá consagrar, na imortalidade do bronze, o que de amor e reconhecimento o coração de cada um devota à sua própria Mãe. Na coluna de Décio Ilha¹⁶⁷, um dia após a inauguração faz referência a campanha que viabilizou a concretização do Monumento, parabenizando a Comissão e de forma especial a atuação da Sra. Ada de Castro, representada como sendo a

¹⁶⁵ ILHA, D. Crônica. O Nacional, Passo Fundo, p. 3, 24 Junho 1964.

¹⁶⁶ SAMI. Consagração à Mãe. O Nacional, Passo Fundo, p. 1, 07 Agosto 1964.

¹⁶⁷ ILHA, D. Crônica. O Nacional, Passo Fundo, p. 3, 08 Agosto 1964.

“Mãe do Monumento à Mãe”, pois, se não fosse aos esforços da campanha e a tenacidade da Sra. Ada em três anos de luta para angariar fundos. Pois, possivelmente o Monumento à Mãe não seria uma realidade já concretizada.

No Jornal O Nacional de 11 de Agosto de 1964¹⁶⁸ ficam nítidos os elementos que comporiam o ato inaugural do dia 07 de Agosto. Com a presença do Prefeito Mário Menegaz, de S. exercia, revma. Dom Cláudio Colling, do Coronel Octacílio Moura Escobar, Presidente da Câmara Municipal, Vice-prefeito Adolfo João Floriani, dos escultores Lucienne e Paulo Ruschel, de membros da Comissão Pró-Construção, de personalidades da população em geral, foi solenemente inaugurado, como uma das marcantes atividades da primeira semana do município, o Monumento à Mãe, frente ao Grupo Escolar Fagundes do Reis, à Avenida Brasil, no Boqueirão.

A solenidade inaugural foi aberta pelo jornalista Múcio de Castro, supervisor da Comissão central, o qual passou a presidência ao prefeito Mário Menegaz e esse ao Governador Ildo Meneghetti, que presidiu o ato inaugural. Em nome da Comissão Central o jornalista Jorge Cafruni pronunciou seu discurso (chamado na ocasião de oração). Em nome do Prefeito Municipal Mário Menegaz, usou a palavra o professor Antônio Donin, Secretário Municipal de Ensino.

Em nome da Câmara Municipal saudou o Monumento à Mãe, seus construtores e as mães homenageadas, o Coronel Octacílio Moura Escobar, Presidente da Câmara Municipal. Também fez uso da palavra Paulo Ruschel, expressando sua satisfação por ver o Monumento à Mãe inaugurado no Boqueirão, onde nasceu. Em nome do Governador Ildo Meneghetti, pronunciou-se o Dr. Arnaldo da Costa Prieto, Secretário Estadual do Trabalho e Habitação, referindo-se à grandiosidade e significação da obra realizada pelos passofundenses, num reconhecimento à nobreza da maternidade.

A seguir, a Sra. Professora Delma Rosendo Gehm, em nome da Comissão Central Pró-Construção do Monumento à Mãe, ofertou uma *corbeille* de flores a escultora Lucienne Ruschel. Essa proferindo algumas palavras depositou as flores junto ao pedestal do Monumento. Por sua vez, a Sra. Morena Berthier, Vice-presidente da SAMI, ofertou um pergaminho à professora Lucilla S. Ronchi, exaltando-a como a autora da quadra em verso inscrita no pedestal, sendo que seu verso sagrou-se como a frase vitoriosa do concurso lançado pelo O Nacional e Rádio Passo Fundo, como sendo a frase definidora do significado da obra; igualmente a exemplo de Lucienne Ruschel recebeu um ramalhete de flores.

¹⁶⁸ Em tocante e concorrida solenidade inaugurado dia 7 o Monumento à Mãe. O Nacional, Passo Fundo, p. 4, 11 Agosto 1964.



Figura 25 - Monumento à Mãe, ao fundo muro no qual hoje se encontra a frase vencedora do concurso “o que diria você a Mãe” de autoria de Lucilla Ronchi. Observe-se que no nome da Sra. Lucilla, apresenta-se com duas grafias. Nos registros do Jornal O Nacional com dois “ll” e na placa atual com apenas um. (Novembro de 2013)

Fonte:
Acerto do Autor



A professora Lucilla pronunciou como os demais suas palavras e em especial àquelas que a consagraram e que estariam imortalizadas em verso inscrita do pedestal do Monumento. A seguir, em meio aos aplausos, o governador Ildo Meneghetti descerrou o Monumento à Mãe, inaugurando-o. O ato inaugural contou com a presença da Banda do 2º BG, de Santa Maria, que se encontrava em Passo Fundo ao ensejo da visita do Governador Meneghetti, compondo a parte musical do evento.

Dentre os discursos proferidos no ato inaugural do Monumento à Mãe, dois destacam-se: do jornalista Jorge Cafruni (orador oficial) e do representante do Prefeito Prof. Antônio Donin, os quais serão reproduzidos parcialmente frente aos seus elementos mais significativos para a compreensão do significado aludido ao Monumento à Mãe.

Sobre a fala de Jorge Cafruni, destaca-se:

Senhores, é motivo de júbilo, é causa de desafogo sentimental para nós, para todos os que aqui estão, ao verificarmos que a mãe, [...] daqui por diante alvo da nossa admiração e da nossa homenagem, [...] em plena praça pública, recebendo o carinho e o apreço de todo o nosso povo, no simbolismo grandioso desse belo monumento. [...] Este monumento há de ser o mais sentimental, o mais vivo de quantos existem atualmente em Passo Fundo. Não nos fala das glórias humanas, nem nos diz algo sobre qualquer evento histórico – mas será sempre um indicador de rumos, um farol para as gerações passofundenses, principalmente dessas que afloram mostrando-lhes que, mais do que um herói de batalhas, cumpre-nos admirar e venerar a concórdia humana, simbolizada no mais profundo e mais acendrado amor terreno: amor materno. (CAFRUNI, J. Discurso de inauguração Monumento à Mãe. O Nacional, Passo Fundo, p. 4, 11 Agosto 1964).

Em relação ao Prof. Antônio Donin em seu discurso, considera-se que:

Esta obra de arte construída com um pouco de sentimento de cada passo-fundense ficará neste pedestal uma mensagem de amor e de fé neste ente querido [...] a mãe tem sido o ponto convergente dos olhares da infância, da mocidade e até do homem na plena maturidade. [...] Acertadas andaram as exceletíssimas damas da Comissão Pró-Construção dêste Monumento, que, lidaradas pela distinta senhora Ada Postal de Castro concretizaram esta obra que ficará atestando às gerações futuras os sentimentos de amor e de gratidão para com aquela a quem tanto devemos. (DONIN, A. Discurso de inauguração Monumento à Mãe. O Nacional, Passo Fundo, p. 5, 11 Agosto 1964).

No discurso do orador oficial do ato inaugural Jorge Cafruni transparece uma noção patrimonial que enceta o diferencial do Monumento à Mãe, por não se configurar a exemplo de outros, a noção de heróis ou a acontecimentos memoráveis, sendo que muito se referem a batalhas, guerras, conflitos, atos gloriosos. E sim a um sentimento que é o amor materno. A fala do Prof. Donin, em certa medida, ratifica o discurso anterior acrescentando que por possuir tal característica mais sentimental para com um amor incondicional, que é o amor de uma mãe para com seus filhos (as), assim o Monumento permaneceria perene em seu significado ante ao advento daquela e das novas gerações que se sucedessem.

Entretanto, o que se verificou foi uma sucessão de informações documentais por parte até mesmo de órgão municipais, que estão em desacordo com a versão que se apresenta. Versão respaldada em sua totalidade nos depoimento da Sra. Ada de Castro e nas edições do Jornal O Nacional compreendido entre 1961 a 1964, período da idealização e lançamento oficial do projeto de se edificar um Monumento à Mãe, o qual relata as principais ações desenvolvidas pela Comissão Geral Pró-Monumento à Mãe e suas respectivas campanhas para arrecadar juntos, finalizando com a transcrição da solenidade inaugural do Monumento que demarca sua realização em 07 de Agosto de 1964.

Ao que tudo indica o Monumento à Mãe teve como seu marco inaugural o ano de 1964, mais precisamente em 7 de agosto, sendo uma das comemorações da Semana do Município. Como então, foi possível um desacordo entre as datas de 1964 e 1968. Isto pode ser talvez explicado levando em consideração que a data de 1964 representa a inauguração do Monumento à Mãe, e não propriamente a inauguração da Praça da Mãe que ocorreu em 1968. Entretando, segue-se alguns registro iconográficos daquele 7 de Agosto de 1964.



Figura 26 - Ato de descerrar o Monumento à Mãe realizado pelo então Governador do Estado do Rio Grande do Sul. Inaugurando oficialmente o monumento. Da esquerda para direita destacam-se: Governador do Estado do Rio Grande do Sul Ildo Meneghetti e Aquiles D'vila.

Fonte:

Acervo Sra. Ada de Castro



Figura 27 - Em evidência o Monumento à Mãe já descerrado, juntamente com a visualização da placa assentada no pedestal do monumento com a frase vencedora do concurso "o que diria você a Mãe". Com a presença das Senhoras Rotarianas que participaram da campanha de arrecadação de recursos financeiros em prol do Monumento à Mãe. Da esquerda para direita destacam-se: Esther Baculther, Ada de Castro e Lucila Ronchi.

Fonte:

Acervo Sra. Ada de Castro



Figura 28 - Momento de pronunciamentos e discursos. Da esquerda para direita destacam-se: Governador Ildo Meneghetti, Prefeito Mário Menegaz e Presidente da SAMI Morena Berthier.

Fonte:

Acervo Sra. Ada de Castro



Figura 29 - Fala da Sra. Lucilla Ronchi. Da esquerda para direita destacam-se: Governador Ildo Meneghetti, Prefeito Mário Menegaz, Radialista da Rádio Passo Fundo Dino Rosa, Lucila Ronchi e Ada de Castro.

Fonte:

Acervo Sra. Ada de Castro



Figura 30 - Provavelmente momento do discurso oficial a cargo do jornalista Jorge Cafruni, localizado presumidamente à frente de Antônio Donin e Euclides Czamanski. Da esquerda para direita destacam-se: Antônio Donin, Euclides Czamanski e Múcio de Castro Diretor do Jornal O Nacional.

Fonte:

Acervo Sra. Ada de Castro



Figura 31 - Inauguração do Monumento à Mãe, foto panorâmica de demonstra o público presente. Da esquerda para direita destacam-se: Lucienne Ruschel, Paulo Ruschel e Dom Cláudio Colling.

Fonte:

Acervo Sra. Ada de Castro

Em O Nacional de 7 de maio de 1968¹⁶⁹, anuncia-se que a cidade dava mais um passo importante para a urbanização, de modo, que se tornaria mais atraente aos olhos dos visitantes. A Secretaria de Viação e Obras do município introduziria uma série de melhorias no canteiro defronte ao Grupo Escolar Joaquim Fagundes dos Reis, na Avenida Brasil, no tradicional Bairro do Boqueirão, o nascedouro de Passo Fundo.

Os trabalhos de embelezamento daquele local previam a construção de lago artificial, calçamento de grande parte do canteiro, novo pedestal para o Monumento à Mãe com ampla plataforma, reformulação do parque infantil e instalação de iluminação. O empreendimento foi suscitado devido à realização da II Exposição Feira Regional da Indústria, Comércio e Agropecuária, onde outras praças também seriam remodeladas. Mas no canteiro em especial o qual estava o Monumento à Mãe deveria necessariamente receber um toque de embelezamento, adquirindo, assim, a estética tão imperativa para a atração dos turistas.

No dia seguinte comunicava-se a população que a Praça do Monumento a Mãe seria inaugurada no domingo¹⁷⁰, 12 de maio de 1968, na ocasião da data que comemorava o Dia das Mães daquele ano. E informava como estava organizada a programação do ato inaugural. Domingo, dia 12 de maio às 17 horas com: apresentação da Banda Marcial do Instituto Educacional, em ato de abertura e encerramento; culto ecumênico; corte da fita simbólica pela Sra. Ada de Castro e representantes da Comissão Pró-Construção do Monumento à Mãe; discurso do Prefeito Mário Menegaz; discurso do Presidente do Rotary Club de Passo Fundo; discurso do representante da Comissão Central Pró-Monumento à Mãe; apresentação de jogral pelos alunos do 6º ano do Grupo Escolar Joaquim Fagundes dos Reis, com o título “Exaltação às Mães”.

No afã de apresentar para a comunidade passofundense a remodelação do canteiro público onde estava assentado o Monumento à Mãe, agora Praça do Monumento à Mãe a Prefeitura Municipal de Passo Fundo, o Rotary Clube e a Comissão Pró-Monumento à Mãe, em 11 de maio de 1968, também no Jornal Nacional, convidam a população a prestigiar sua inauguração.

¹⁶⁹ Boqueirão embeleza-se: canteiro do Monumento à Mãe sofre sensíveis melhorias. O Nacional, Passo Fundo, [s.n], 7 Maio 1968.

¹⁷⁰ Praça do Monumento à Mãe será inaugurada domingo do Boqueirão. O Nacional, Passo Fundo, [s.n], 8 Maio 1968.



Figura 32 - Convites para a inauguração da Praça Monumento à Mãe, para dia 12 de Maio de 1968.

Fonte:

O Nacional, Passo Fundo, [s.n] 11 Maio 1968.

Em 8 de Junho de 1968¹⁷¹, portanto, após a inauguração comunicava-se que agora os forasteiros que chegarem em Passo Fundo, principalmente aqueles que adentrarem na cidade via o Bairro Boqueirão, terão a oportunidade de presenciar um autêntico cartão de visitas. Com iluminação onde inúmeras lâmpadas circundam a Praça do Monumento à Mãe, dando-lhe uma estética especial e realçando suas harmoniosas linhas. Com praça infantil, as crianças têm, então, naquele local um ponto de recreação. Com canteiros amplos, lago artificial e ao centro o vistoso Monumento à Mãe, uma das mais belas obras arquitetônicas da cidade.

Constitui-se provavelmente em um dos recantos prediletos de lazer e divertimento para toda a família, com possibilidade de descanso ao ar livre. Ainda se destacava a existência de vários bancos que haviam sido dispostos em toda a extensão da Praça. Por todos esses atrativos, afirma-se que a Praça Monumento à Mãe só poderia ser ponto de convergência entre os moradores da cidade. E para os visitantes, um espetáculo de se admirar.

Perante o exposto, alguns assuntos retornam com um furor avassalador e abrasador, que serão desdobrados em quadro aspectos relacionais que envolvem os monumentos, que são eles: os bens culturais; as invenções das tradições; a modernização e as disputas pela memória.

Os monumentos do Chafariz da Mãe Preta e da Praça Monumento à Mãe bens culturais/patrimoniais materiais e imateriais preservam referenciais identitários que agem sobre a memória e as formas de representação de diferentes grupos de uma dada coletividade. Sem dúvida, carregam consigo a continuidade no presente de uma época pretérita por serem o testemunho “vivo” de um momento na história que carecem de conservação para se fazerem

¹⁷¹ Praça do Monumento à Mãe: mais um cartão de boas vindas em Passo Fundo. O Nacional, Passo Fundo, [s.n], 8 Junho 1968.

memória.

O monumento do Chafariz da Mãe Preta oficialmente, através dos documentos, passou por quatro construções: 1863, 1925, 1963 e 1982. Em todas essas construções, salvo a primeira da inauguração, sua conservação foi assegurada devido à ameaça de destruição, devido ao tempo e da “evolução” da vida social e econômica de modo que não sofresse degradações que alterassem suas características arquitetônicas, afastando o perigo nefasto de reconstruções ilegítimas que não preservassem a salvaguarda do bem patrimonial visto como sendo insubstituível. Esse bem foi negligenciado em sua condição de bem patrimonial onde se repudia a inobservância para com o seu cuidado, proteção, conservação, valorização a fim que assegurar sua transmissão às futuras gerações.

Choay observava que o patrimônio é “o único meio que dispomos para conservar vivo um laço com um passado ao qual se deve nossa identidade, e que é parte de nosso ser”. Nora advertia que os patrimônios enquanto “lugares de memória são os restos”, frente a estes dois pensamentos, o patrimônio configura-se como sendo a autenticidade da presença do testemunho da história e de sua importância na vida, onde se um grupo for aliado dessa presença lhe seria amputada uma parte de sua consciência de sua própria continuidade.

O que a documentação sobre o Chafariz da Mãe Preta demonstrou muito mais do que a historicidade do monumento foi em que perspectiva as constantes reconstruções preocuparam-se com o legado simbólico do monumento. Parece que desde a sua origem a principal preocupação com o Chafariz foi a sua utilidade pública perante a questão do abastecimento de água, e todas as vezes que esse oferecia um entrave ao progresso e desenvolvimento as justificativas de reconstrução/remodelação permeavam sua utilidade e não sua visibilidade - enquanto um bem patrimônio histórico cultural que fazia parte do legado histórico identitário da constituição histórica do município.

Como então entender que um município que possui um monumento que homenageia uma pessoa escravizada inaugurado ainda no período do império no Brasil, que para além de ser um monumento edificado constituído como patrimônio material, possui atrelado à sua história o elemento simbólico de dois mitos: da Mãe Cabocla, e da Mãe Preta. Não possui nenhum atrativo que possa incentivar o turismo tendo que apelar a uma nítida e oficializada invenção de tradição por meio do projeto: “Passo Fundo, Tchê! a mais gaúcha cidade do Rio Grande do Sul”.

Em muito foi mencionado o Projeto turístico “Passo Fundo, Tchê! a mais gaúcha cidade do Rio Grande do Sul”, mas o que ainda não se mencionou foi sobre o fracasso que se

constituiu tal projeto¹⁷². Levando em consideração que tudo que havia sido previsto, ou tudo que havia sido anunciado, findou ainda na arrancada inicial, é assim que o Jornalista Meirelles Duarte em sua coluna “Crônica da Cidade” expõe o Projeto que em 1982 passou a representar para cada pessoa uma parcela do fracasso que foi no seu todo o lançamento do Projeto em todo o Estado. E afirma, que para além do fracasso que compete a cada um e aos seus líderes, é preciso que se saiba que esse movimento terminou por provocar a decepção e desilusão de seu autor, que naquela época lutava contra a morte, no leito hospitalar, no posto 5, quarto 270, do hospital São Vicente de Paulo.

O mentor e idealizador do Projeto, traído em tudo que programou e ante as promessas não cumpridas que refletiram profundamente em suas economias, assim, o Sr. Walmor Palma, em situação hospitalar delicada, deixou de se alimentar e vive artificialmente. O mesmo veio a falecer no dia 1 de Outubro de 1982¹⁷³, onde se afirma que faleceu com uma magoa profunda, levando consigo um sonho não realizado. Mas se imortalizou pelo que deixou que pelos anos afora, há de se honrar seu nome e torná-lo conhecido, mesmo que post-mortem, para que a história o tenha numa página marcante da vida de Passo Fundo e da sua gente.

Em outra reportagem em mesma edição O Nacional¹⁷⁴, destacava o gênio criador que foi o Sr. Palma, reunindo em uma única pessoa inúmeros dotes e qualidades: musicista, compositor, escultor, radialista, jornalista, desenhista e autor do Projeto “Passo Fundo, Tchê! a cidade mais gaúcha do Rio Grande do Sul” que terminou por provocar-lhe uma mágoa tão grande que chegou a perder o entusiasmo e o sentido da própria vida. Por ocasião de seu falecimento, a administração municipal da pessoa do Prefeito Firmino da Silva Duro decretou luto oficial por três dias.

A utilização de Projeto de Walmor Palma, exemplifica teoricamente como as tradições podem, e na maioria dos casos são inventadas. Não se objetivou ferir a memória dessa pessoa que inegavelmente se colocou à disposição da comunidade passofundense, para pensar alternativas de desenvolvimento turístico da região. Pois, em Hobsbawn o termo “tradição inventada” inclui a noção de tradições que surgiram “naturalmente”, devido ao conjunto de práticas que visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, que implica uma continuidade em relação ao passado.

Da mesma forma que as tradições “artificiais” que desejam inculcar comportamentos

¹⁷² DUARTE, M. Crônica da Cidade: O Fracasso do Projeto Passo Fundo Tchê e sua maior vítima. O Nacional, Passo Fundo, p. 2, 27 Setembro 1982.

¹⁷³ DUARTE, M. Crônica da Cidade: Desapareceu o gênio criador de Walmor Palma a cidade ficou mais pobre. O Nacional, Passo Fundo, p. 2, 2 Outubro 1982.

¹⁷⁴ Sepultado ontem Walmor Palma o gênio criador que Passo Fundo perdeu: luto oficial por 3 dias. O Nacional, Passo Fundo, [s.n.] 2 Outubro 1982.

fabricados e introduzi-los na coletividade de forma que sejam percebidos/assumidos como sendo naturais/originais. A questão da problemática refere-se ao fato de que nem sempre as tradições nascem livres e formam-se na espontaneidade das relações sociais, em muitos casos elas são determinadas pelo conjunto de forças/poder entre os diversos atores sociais que disputam pelo “direito” de perpetuar na história uma tradição, uma história, que se quer compreendida e celebrada na posteridade.

Porque, então, a necessidade de se criar um contexto turístico que recria de forma exacerbada um gauchismo inexistente, levando-se em consideração que a predominância econômica da região centrava-se: na agricultura muito mais identificada com a noção do colono; e no setor de prestação de serviço, a partir de uma infinidade de estabelecimento comerciais vinculado à noção dos indivíduos “da cidade”, empossado com todas as prerrogativas que o status de ser urbano lhe confere. Então, transformar Passo Fundo na mais gaúcha cidade do Estado do Rio Grande do Sul representou um esforço de dar visibilidade ao município, a fim gerar o desenvolvimento por meio do turismo, inculcando uma tradição no contexto social de modo que os indivíduos celebrassem um comportamento sedimentando o que quiçá tornar-se-ia em tradição.

Mas se o projeto fosse: “Passo Fundo: a cidade da Mãe Preta”, a tradição já existia, e se o projeto original intencionava somente o lucro correspondente à atividade comercial, será que não seria possível a produção de objetos comerciáveis com a temática da Mãe Preta, ou será que compendiasse não seriam atrativamente vendáveis. Por esse motivo, a citação de Burke restabelece o primor da análise dos processos históricos em afirmar que “embora o passado não mude, a história precisa ser reescrita a cada geração, para que o passado continue a ser inteligível para um presente modificado”.

Como pensar a visibilidade dada ao patrimônio histórico do Chafariz da Mãe Preta, levando em consideração os inúmeros pedidos de providências protocolados na Câmara de Vereadores que demonstraram a ausências de cuidados essenciais à sua preservação. Isto é, estragado em seu encanamento, intransitável em dias chuvoso, relegado em segundo plano onde seu aspecto não recomenda como ponto turístico, sem iluminação adequada, com ação predatória de vândalos, sem empedramento, abandonado pelo poder público municipal.

Choay considerará que o contexto de consolidação do patrimônio deve-se ao advento das novas forças produtivas que se desencadearam da Revolução Industrial e galvanizaram-se no sistema capitalista de produção. Essas forças geraram um contexto de “aceleração” da vida cotidiana que acarretaria em mudança em relação ao tempo histórico, representando uma ruptura brutal que dividiria a história das sociedades naquilo que seria visto como pré-

industrial (antigo) e o novo, moderno, o industrial. Dessa relação, o monumento emerge como sendo o marco da continuidade, e perante isso a sua preservação representaria o vínculo que as sociedades estabeleceriam entre o antigo e o novo. Nora, sobre a aceleração, considera que essa gerou a percepção da quebra da continuidade, tudo é efêmero, rápido, passageiro, o tempo do presente já é passado. A partir disso, a “única coisa” que as sociedades podem fazer para se salvaguardarem do esquecimento do passado, devido às constantes e ininterruptas mudanças, é a história. Le Goff ponderará que o moderno também apresenta uma profunda ambiguidade: sendo a modernidade a cadência apressada rumo ao sempre novo e atual, nutrindo uma profunda recusa pelo antigo, como compreender que a aceleração da história tenha no seu revés ligado os indivíduos a sentimentos de nostalgia a suas raízes o prestígio pelo patrimônio, tudo na intenção de produzir memórias e recordações (lembranças).

Cada autor a seu modo aborda o advento da modernidade como a época da aceleração rumo ao sempre novo, se isso permanecesse sem alternativas as sociedades “estariam fadadas” ao mais profundo aniquilamento de suas historicidades, perante o contexto das rupturas que a relação entre o “antigo” e o “novo” produziram. Uma das alternativas encontradas para a continuidade encontra-se na preservação patrimonial por significar, representar e constituir-se na mais “pura” expressão de um passado que se faz presente no presente.

Mas em Passo Fundo, com o monumento do Chafariz da Mãe Preta, não parece ter sido bem assim, não foram poucos os documentos utilizados que denotaram os empecilhos que o monumento representava ao progresso e desenvolvimento. Sua perpetuação no presente se deu sempre na ótica da utilidade pública, visto como sendo função social utilitarista, envolto na problemática da água que se arrastou do final do século XIX até um passado recente.

Parece não ter sido levado em consideração que os monumentos falam, narram, descrevem, explicam, demonstram, são expressão de como as sociedades em um instante da história construíram uma identidade, que quiçá seja memória para as próximas gerações. Esses representam uma construção de sentido simbolizado na imagem representativa de um evento manifestada no objeto patrimonial que permite que as sociedades construam uma imagem de si próprias, que testemunhem uma história que busca persistir na memória.

Em Chartier é visível a preocupação de como o presente torna-se inteligível frente a um universo de códigos e significações a serem decifradas, considerando que uma realidade social é sempre construída, pensada e dada a ler. A realidade do Chafariz da Mãe Preta foi construída da vivência dos indivíduos que celebravam aquele lugar de memória e por tantos

outros que o utilizavam produtivamente, ou outras tantas forma de apropriação do espaço que possam ser imaginadas, até mesmo reconhecendo-o como um problema frente a um mundo em transformação; foi pensado por setores do poder público e intelectual que em nome dos novos tempos lhe reconstruíram quatro vezes; e que para o presente seja inteligível lê-se novamente o emaranhado de informações em vista de produção de algum sentido.

Também é interessante salientar que nos documentos analisados, principalmente nos pedidos de providências, todas as solicitações que envolviam o Chafariz da Mãe Preta (com exceção de um de 1982) referiam-se a esse monumento como sendo: o chafariz da Rua 10 de abril ou chafariz da Rua Uruguai esquina com a 10 de Abril. Se os monumentos conseguem restabelecer o vínculo entre o “antigo” e o “novo”, forjando e inculcando memórias, é de se observar que as memórias configuram-se em uma disputa permanente entre diferentes processos históricos e atores sociais distintos, que intervêm conforme seus interesses para a formação e consolidação de uma memória. Como considera Pollak, as tensões afloram de acirramentos de conflitos e disputas entre grupos que geram a reescrita da história, assim a memória será sempre de um grupo que rivaliza o direito de dizer quem é, porque é, donde é como é; reafirmando sua identidade frente ao outro. Então será que somente pelos títulos dos pedidos de providência já se deu um indício de acirramento de grupos em relação ao monumento Chafariz da Mãe Preta, isto é, existe uma implicação intencional objetiva em se reportar ao Chafariz: como sendo da Mãe Preta, e como sendo com os nomes dos logradouros públicos. Se sim, aqueles que usam Chafariz da Mãe Preta reportam-se ao lugar de memória etnicamente identificado; os demais se reportam a um bebedouro público.

Demonstram-se, por essa perspectiva, questões de fundo que se referem aos usos e apropriações que diferentes grupos fazem ou fizeram dos lugares de memória que serão sempre uma construção de sentido marcada e demarcada pelos usos e apropriações que diferentes grupos fazem conforme suas aspirações, pois denotam interesses antagônicos muitas vezes incompatíveis. Isso é, sem dúvida, a marca do pensamento de Bourdieu, o reconhecimento de um processo de interpretação de um mundo social por meio das representações dos grupos antagônicos, devido a interesses divergentes. Resta, assim, avaliar estritamente a forma que os grupos significaram/representaram não só o Chafariz da Mãe Preta, mas também o Monumento (Praça) à Mãe (Preta?).

3. “IN MEMORIAM” DOS USOS DA MEMÓRIA: PATRIMÔNIO E RELAÇÕES DE PODER

No processo histórico, alguns patrimônios, no transcorrer do tempo, chegam ao presente preservando resquícios memorialísticos daquilo que foram um dia, enquanto outros são encobertos pelo véu do esquecimento e, embora inseridos em contextos atuais, são moribundos de sentido e fenecem na invisibilidade do cotidiano.

O patrimônio histórico cultural de uma dada sociedade estará sempre marcado pela relação que os indivíduos fazem da memória histórica e do conteúdo histórico contado. Constituído de uma trama de relações de poder que influenciam tanto na memória que será perpetuada, quanto na história que será oficializada.

Mas, o que seria da história se não fossem as idiossincrasias dos processos históricos, isto é, a memória que será perpetuada nunca será a mesma, pois é sempre dinâmica, vivenciada, representada, (re)significada. E a história oficial rivalizará com versões “subalternas”, que reivindicarão o direito de contar e interpretar de inúmeras maneiras o mesmo fato/acontecimento. Entretanto, não se trata de identificar qual produção/narração histórica é verdadeira e qual é a falsa, mas, sim, de pensar nas condições que fazem, de ambas narrativas, possibilidades.

O dilema a ser considerado neste capítulo é a possibilidade de se identificar a percepção de patrimônio, de memória e de história, a fim de que se possa compreender as diversas representações (re)significações que foram atribuídas ao Chafariz da Mãe Preta e à Praça da Mãe ao longo de sua historicidade.

Para tanto, a argumentação permeará as seguintes etapas: análise do projeto modernizante da cidade de Passo Fundo, a partir da proposta de incentivo ao turismo; as diversas significações e representações que perpassam os patrimônios levando em consideração a memória atual de algumas pessoas acerca dos monumentos; finalizando com as tensões de forças/poder que os envolvem.

Em relação ao chamado Projeto modernizante cidadão de Passo Fundo, pelo viés do turismo, a documentação analisada consiste na “coleção” Passo Fundo Conta sua História, realizada em parceria com o Jornal O Nacional, a Universidade de Passo Fundo, o Grupo Premer e o Grupo Pró-memória de Passo Fundo. Além disso, também foi fonte de pesquisa o material de divulgação turística produzido pelo Sindicato de hotéis, restaurantes, bares e similares de Passo Fundo (SHRBS) e pela Fundação Zoobotânica, Cultural e de Turismo Roselândia (FUNZOCTUR).

Ao verificar tal documentação, objetiva-se analisar a argumentação que considerava as benesses econômicas que a implementação do turismo geraria ao desenvolvimento cidadão de Passo Fundo. Com isso, a proposta de estudo bifurca-se em um duplo olhar acerca da documentação analisada. Dessa forma, a documentação terá inevitavelmente o caráter de fonte enquanto documentos interpretáveis que possibilitam a reconstrução de um passado a partir do momento presente. Entretanto, essa documentação, simultaneamente à abordagem de leitura, enquanto fonte, será pensada como meio e agente de preservação de memória, eis que entendidos como dotados de intencionalidades e formadores de opiniões que demarcaram ideias e concepções acerca daquilo que deveria ou não ser guardado na memória.

Frente a isso, em última instância, objetiva-se perceber como, nesse contexto, os patrimônios do Chafariz da Mãe Preta e da Praça da Mãe foram tratados e retratados pelos meios jornalísticos, mas, principalmente, pelo órgão oficial do poder público, via Secretaria de Turismo. Esse olhar mostra-se imprescindível para que se possa identificar a tônica da discussão que se seguirá: formação da memória.

Na década de 1990,¹⁷⁵ algumas questões pairavam sobre o desenvolvimento econômico e cidadão de Passo Fundo frente ao seu desenvolvimento. Já naquela época, a cidade era vista como sendo um polo regional com características de centro urbano, com indústria diversificada e com prestação de serviço forte. Nesse momento, a gestão municipal preocupava-se com o desenvolvimento da cidade e, desse modo, as indagações eram: como fazer para que as pessoas permaneçam mais tempo em Passo Fundo, movimentando ainda mais a economia? Como fazer para que um número maior de pessoas se predisponha a vir para Passo Fundo? A resposta encontra na ocasião foi a de que o setor do turismo poderia representar uma “grande jogada”.

Nesse contexto, o turismo apresenta-se como alternativa viável à geração e à fonte de renda, na medida em que, sendo possível mensurar a quantia de recursos financeiros que circulava na cidade em qualquer tipo de promoção, então se perceberá a mobilização que deve ser feita em prol do turismo. Naquela época, considerou-se a necessidade de descobrir o que Passo Fundo tinha a oferecer, caso os encantos do município fossem escassos, quais atrações poderiam ser criadas, pois a documentação revela que a atração é algo que se cria quando a natureza não é exuberante.

Frente às atrações que a cidade tinha a oferecer, destacava-se o tradicionalismo, considerado ponto central de uma “política” de incentivo ao turismo, juntamente com a

¹⁷⁵ Passo Fundo 136 anos: Desenvolvimento constante e um novo perfil. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 4-18, 7 e 8 Agosto 1993. (Edição Especial)

realização de eventos. Destacando-se os eventos já consolidados, Passo Fundo tinha, à época (1993), a Efrica, o Rodeio Internacional, o Festival Internacional de Folclore, a Jornada Nacional de Literatura, congressos médicos e de Direito, entre tantos outros eventos que eram vistos como oportunidade de geração e fonte de renda, principalmente ao setor de prestação de serviço, devido à demanda frente ao significativo número de pessoas que se deslocavam para Passo Fundo para participar de tais eventos.

Tendo por base a percepção de que, a cada evento realizado, um número considerável de pessoas passava pelo município e, mais importante, gastava no município – e, por conseguinte, movimentava a economia, beneficiando diretamente o setor de prestação de serviço – o turismo passou a efetivamente ser visto como “a grande jogada” para voltar os olhares externos ao município. O que se considerava, na época, é que faltava consolidar alguns instrumentos, para que se pudesse dar um novo impulso ao turismo. Esses instrumentos consistiam principalmente em construir um centro de eventos, e um ginásio esportivo.

Em 1996, quando Passo Fundo comemorava 139 anos, foi veiculada uma matéria em jornal local¹⁷⁶ intitulada “Ginásio poliesportivo de Passo Fundo: a terra de gente boa merece uma grande obra”. Em outras palavras, se registrava a implementação daquele impulso necessário ao turismo, devido à demanda de eventos.

O surgimento de mais de mil eventos esportivos, culturais e artísticos, anualmente na cidade. Alguns deles são destaques a nível nacional e internacional, como, por exemplo, o Festival Internacional de Folclore, Jornada Nacional de Literatura [...] a quantidade de públicos participantes, em diversão edições, fazem com que o Poder Público Municipal tenha que improvisar, ao longo dos anos, espaços para abrigar tais eventos. (Passo Fundo Conta sua História. Nº 3, agosto de 1996, Prefeitura de Passo Fundo, SETUR Secretaria de Cultura e Desporto)

Essa improvisação é, por exemplo, a locação da estrutura e lona de circo para que seja possível alocar os participantes dos eventos. Então, o Ginásio poliesportivo constitui-se em esperança de superação para enfrentar a carência de um local apropriado para a realização dos mais diversos tipos de eventos, devido à capacidade técnica que o ginásio oportunizaria em suas instalações. O projeto ainda previa a criação de um complexo poliesportivo, com quinze quadras externas de diversas modalidades esportivas, além de pista de atletismo e bicicross,

¹⁷⁶ *Passo Fundo Conta sua História: Passo Fundo 139 anos História de luta e trabalho de um povo*. Prefeitura de Passo Fundo, SETUR Secretaria de Cultura e Desporto. Nº 3, agosto de 1996.

com área de estacionamento. Hoje, tal complexo não tem suas propostas efetivas e o prédio encontra-se interditado.

Quando o município comemorava 145 anos,¹⁷⁷ já no século XXI, em agosto de 2002, as informações que eram veiculadas na imprensa eram de que Passo Fundo estava em pleno movimento pró-turismo.

Isso tinha raízes em motivos que vinham desde a localização do município, por ser considerado o centro de uma das mais importantes vias de acesso de produção, consumo e turismo entre cidades do Brasil e do Mercosul, até a oferta de excelente infraestrutura, proporcionando a quem chega uma agradável estada, como hotéis confortáveis, saborosa gastronomia e inúmeras opções de lazer e compras. Tudo isso temperado com a inigualável “hospitalidade do gaúcho passo-fundense”. Também, a Passo Fundo do início dos anos 2000 era vista como a “capital dos eventos” do interior do estado do Rio Grande do Sul, título justificado principalmente em razão da realização do Festival Internacional do Folclore e das Jornadas Nacionais de Literatura.

Naquele momento, como em nenhum outro, havia uma clara e distinta visão da importância do turismo para Passo Fundo, principalmente como sendo o setor que geraria emprego e renda, crescimento econômico, melhoria na qualidade de vida da população, qualificação da mão de obra e preservação do patrimônio histórico cultural. Esses benefícios, no entanto, somente seriam efetivos se, em contrapartida, a comunidade passo-fundense oportunizasse ao turista uma comunidade receptiva, infraestrutura adequada, prestação de serviço de qualidade e preço justo.

O Conselho de Desenvolvimento de Passo Fundo, ao elaborar seu Planejamento Estratégico, colheu sugestões de representantes da comunidade sobre ações que poderiam servir como diretrizes para a elaboração de projetos que consolidassem a cidade como turística¹⁷⁸, traçando metas a serem desenvolvidas e atingidas a curto, médio e longo prazo.

Dentre as principais atividades, destacam-se, nas de curto prazo, inserir Passo Fundo em roteiros de turismo nacionais e internacionais; criar, para visitação, o roteiro dos painéis dos artistas plásticos, consolidando o conceito de “Passo Fundo terra dos artistas”, juntamente com a definição de local permanente para exposição de obras. Criar, para visitação, o roteiro

¹⁷⁷ Passo Fundo conta sua história: aqui cada visitante é um amigo. Prefeitura de Passo Fundo, SETUR Secretaria de Cultura e Desporto. p. 2-10, Agosto de 2002.

¹⁷⁸ Conselho de desenvolvimento de Passo Fundo, Desenvolvimento turístico, cultural e de eventos (versão atualizada em maio/2000) Planejamento Estratégico 1996-2010. (Passo Fundo conta sua história, agosto de 2002 – 145 anos)

dos oratórios; elaborar legislação que discipline a preservação de áreas verdes no perímetro urbano.

Em médio prazo, as ações destinavam-se a urbanizar, para fins de lazer e desporto, as margens do rio Passo Fundo; dar tratamento paisagístico aos trevos de acesso à cidade; construir pórticos e monumentos nas entradas da cidade, motivados na cultura gaúcha; desenvolver projeto para a construção da Sociedade Hípica de Passo Fundo; desenvolver programas permanentes de capacitação profissional para atuar na atividade de turismo; concluir o projeto do Parque Poliesportivo Municipal, com ginásio poliesportivo e Centro de Eventos da Universidade de Passo Fundo; e organizar cadastro de monumentos e pontos históricos.

Para as ações de longo prazo, objetiva-se incentivar e apoiar o turismo rural; a criação de módulos poliesportivos e de lazer com reserva de áreas verdes nos bairros e apoiar as ações que caracterizem o turismo de eventos em Passo Fundo, que conta com promoções como: a Mostra da Cultura Gaúcha, a Mostra de Pequenos Animais, o Festival de Folclore, o Natal Som Luz e Amor (hoje, não mais realizado), seminários e feiras de novas tecnologias aplicadas à agropecuária, a Liquidapasso, a Semana Gastronômica, o Rodeio Internacional, a Efrica, as Jornadas de Literatura, a romaria diocesana, o enduro equestre, a Passodança e a feira de artesanato. Projeta-se, ainda, a construção de parque temático que represente o histórico sociocultural passo-fundense; a elaboração do projeto “Avenida dos Monumentos”, o apoio às iniciativas para constituição de diversos museus em Passo Fundo, criando o conceito de “Cidade dos Museus”.

Em relação à romaria diocesana, temos o Santuário Nossa Senhora Aparecida (Imagem 33), localizado às margens da RST 153, acesso à Ernestina, no bairro que leva o mesmo nome. Por ser marco de oração, reúne cerca de 130 mil pessoas por ano. Desde a romaria de 2006, o local conta com um pórtico de entrada, composto por três portais, que é uma réplica da fachada da Catedral Nossa Senhora Aparecida.

Já no que refere ao Rodeio Internacional, tem-se o Parque de Rodeios de Passo Fundo (Imagem 34) de Passo Fundo, sendo, tal evento, realizado de dois em dois anos no Parque Turístico da Roselândia. Há cerca de 20 anos, o evento representa um momento de convivência e difusão das tradições do Rio Grande do Sul. A cada edição, o Rodeio proporciona “espetáculos” de culto às tradições, e fomenta o desenvolvimento cultural e turístico da cidade.

Com o avanço do tempo, os anos sucederam, e as intenções de outrora se transformaram em egressos do que hoje são os eventos turísticos que marcam os

acontecimentos desse cunho no município. Hoje, esses eventos podem ser classificados em turismo cultural; de negócios; religioso; tradicionalista; ecológico e rural¹⁷⁹. No turismo cultural, destacam-se as Jornadas Nacionais de Literatura, a Passodança, a Feira do Livro e o Festival Internacional de Folclore.

No turismo de negócio, relacionam-se os eventos da Agrotecnoleite, Construmóveis, Expoacisa, Multifeira, Mostra Nacional de Pequenos Animais, Fenafrango. No turismo religioso, a romaria de Nossa Senhora Aparecida, São Miguel, Procissão de São Cristovão (católicos), a Celebration e a Marcha para Jesus (evangélicos); e as comemorações anuais em homenagem à Maria Elisabeth, considerada santa popular.

Ao que se refere ao turismo tradicionalista, estão relacionados os eventos dos festejos Farroupilhas, o Rodeio Internacional, a encenação da Batalha do Pulador, e os CTGs e grupos tradicionalistas. No turismo ecológico e rural, estão presentes as atividades desenvolvidas na Fazenda Tropeiro Camponês e na Reserva Maragato.

Esses eventos denotam quais pontos estão relacionados nos materiais informativos como sendo “pontos turísticos”. São eles: o Monumento ao Teixeira, (Imagem 36), homenagem ao cancionista Vitor Mateus Teixeira, que difundiu o nome de Passo Fundo por meio de suas composições musicais. A escultura foi feita com sucata e metais diversos pelo artista plástico Paulo Siqueira e está localizada entre a Av. Brasil e a Rua XV de Novembro;

O Parque da Gare, antiga estação férrea que foi preservada e hoje abriga diversas associações, um posto da Brigada Militar e em cujo espaço é realizada a Feira de Pequenos Produtores Rurais. O Parque conta, em seus arredores, com área arborizada e estrutura para lazer, espaços destinados à realização de atividades artísticas culturais, dentre as quais a de maior expressividades é o Festival Internacional do Folclore.

A Cuia (Imagem 37) da Praça Marechal Floriano, que é símbolo da cidade, conforme Lei Municipal nº 3.082, de 26 de dezembro de 1995. Essa cuia foi doada, em 07 de agosto de 1957, pelo prefeito de São Paulo Adhemar de Barros, como presente pela passagem de centenário de Passo Fundo. Esse monumento representa o vínculo do gaúcho com uma das tradições do Rio Grande do Sul, o chimarrão (cuaia, erva, bomba e água quente).

As edificações nas quais funcionam o Museu Histórico Regional e o Museu de Artes Visuais Ruth Schneider, o Teatro Municipal e a Academia Passo-fundense de Letras (imagem 35) compõem um conjunto arquitetônico tombado como patrimônio histórico do município,

¹⁷⁹ FUNZOCTUR, Fundação Zoobotânica, Cultural e de Turismo Roselândia. Prefeitura Municipal de Passo Fundo. Passo Fundo: lugar de gente feliz.

eis que caracteriza a arquitetura produzida em Passo Fundo nas duas primeiras décadas do século XX.

A Catedral Nossa Senhora Aparecida (Imagem 38), na estrutura como a conhecemos, foi inaugurada em 1965. Construída em estilo grego-coríntio/romano, em sua fachada possui quadro estátuas representado os quadro evangelistas Mateus, Marcos, Lucas e João. No interior, quatorze mosaicos de vidros coloridos retratam as passagens da via sacra.

O Largo da Literatura (Imagem 39), situado junto ao Rio Passo Fundo, restaura o lugar de passagem dos tropeiros e que deu origem ao nome da cidade. Nele, encontra-se o marco de identificação da Capital Nacional da Literatura. A obra representa as barreiras da difusão do conhecimento, constitui-se numa árvore, formada por ramificações evolutivas e seus frutos representados por letra, com o intuito de fazer brotar no imaginário popular a possibilidade de semear e difundir a arte das letras, a literatura.

A obra é marco de identificação de Passo Fundo como sendo Capital Nacional da Literatura, título homologado através da lei federal 11.254, de 02/01/06. Sua árvore das letras, como é popularmente conhecida, possui dimensões de 13 metros de altura e 5 metros de diâmetro, que representa o processo de formação de leitores pelas jornadas literárias.

Associado a esse monumento, que faz referência à Jornada Nacional de Literatura, foi criado o Projeto Túnel da Cultural (Imagem 39), que consiste em construção arquitetônica de estrutura tubulares onde estão adesivados textos específicos da literatura, os quais são renovados a cada quinze dias. E os monumentos Letras Gigantes, representado as sementes dos frutos gerados pelo marco da árvore do Largo da Literatura, as letras, cada uma em sua especificidade representam uma característica literária, isto é, a letra “B” representa a literatura brasileira infanto-juvenil e adulta, a letra “U”, a literatura universal, a “C” a cômica, e a letra “G” a literatura gauchesca, que estão localizados em praças diversas da cidade.



Figura 33 – Pórtico da entrada principal do Santuário Nossa Senhora Aparecida.

Fonte:

FUNZOCTUR – Fundação Zoobotânica, Cultural e de Turismo Roselândia. Prefeitura Municipal de Passo Fundo. Administração 2009-2012. (cartão-postal)



Figura 39 – Parque de Rodeio de Passo Fundo.

Fonte:

FUNZOCTUR – Fundação Zoobotânica, Cultural e de Turismo Roselândia. Prefeitura Municipal de Passo Fundo. Administração 2009-2012. (cartão-postal)



Figura 35 - Monumento do Teixeira.

Fonte:

FUNZOCTUR – Fundação Zoobotânica, Cultural e de Turismo Roselândia. Prefeitura Municipal de Passo Fundo. Administração 2009-2012. (cartão-postal)

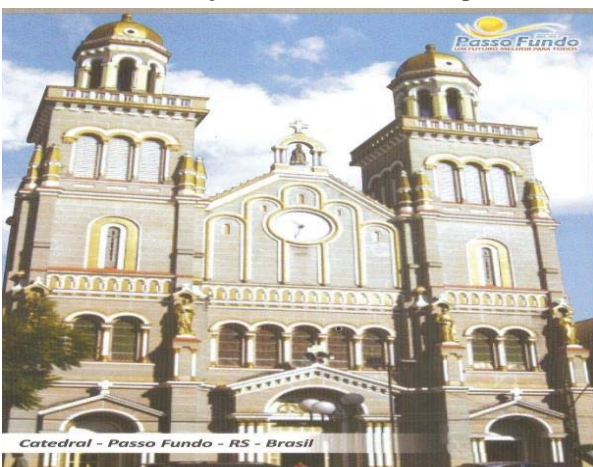


Figura 34 - Catedral Nossa Senhora Aparecida.

Fonte:

FUNZOCTUR – Fundação Zoobotânica, Cultural e de Turismo Roselândia. Prefeitura Municipal de Passo Fundo. Administração 2009-2012. (cartão-postal)



Figura 38 - Edificações nas quais funcionam o Museu Histórico Regional e Museu de Artes Visuais Ruth Schneider; Teatro Municipal; Academia Passofundense de Letras, respectivamente.

Fonte:

FUNZOCTUR – Fundação Zoobotânica, Cultural e de Turismo Roselândia. Prefeitura Municipal de Passo Fundo. Administração 2009-2012. (cartão-postal)



Figura 37 – Monumento à cuia.

Fonte:

FUNZOCTUR – Fundação Zoobotânica, Cultural e de Turismo Roselândia. Prefeitura Municipal de Passo Fundo. Administração 2009-2012. (cartão-postal)



Figura 36 - Largo da Literatura no encontra-se o marco de identificação da Capital Nacional da Literatura.

Fonte:

FUNZOCTUR – Fundação Zoobotânica, Cultural e de Turismo Roselândia. Prefeitura Municipal de Passo Fundo. Administração 2009-2012. (cartão-postal)

Até o presente momento, a intencionalidade da argumentação foi de conferir ao longo de aproximadamente duas décadas qual foi a relação que a gestão municipal de Passo Fundo construiu com o setor de turismo, destacando os benefícios financeiros que o desenvolvimento desse setor acarretaria ao desenvolvimento citadino. Mas é possível considerar que na intencionalidade de desenvolver a cidade e remodelá-la em uma perspectiva atrativa de eventos que motivassem o turismo, também se remodelou, ou confirmou, uma probabilidade de valorização de alguns bens patrimoniais específicos, forjando uma demarcação histórica de pontos turísticos que representassem a preservação de uma memória parcial, isto é, aquela memória específica, singular e utilitária, que se queira preservar.

Frente a uma relação memorialística unívoca que realça característica de uma singularidade histórica social que privilegia alguns aspectos relegando outros à subserviência, determina-se quais bens patrimoniais, históricos culturais detêm a memória que se quer lembrada, e, assim, o potencial turístico a ser explorado.

A hipótese, ao observar o material de divulgação turística dessas duas décadas, é tentar entender em virtude de quais elementos o Chafariz da Mãe Preta e a Praça da Mãe praticamente não estão contemplados como parte do acervo histórico cultural, eis que não referendados como pontos turísticos autênticos do município, o que se contrapõe ao fato de que há, em sua história, um potencial turístico de altíssima adaptabilidade e adequação em relação a outros pontos considerados turísticos.

O que se pretende dizer é que o Chafariz da Mãe Preta, frente aos seus elementos constitutivos, tem um potencial de exploração turística de mesma envergadura que outros pontos que são constantemente citados nos materiais informativos. Ou seja, na história de Mãe Mariana, remonta-se a própria história do município, com a vinda do Cabo Neves para esta região e o surgimento propriamente dito de Passo Fundo. Por intermédio de Mãe Preta, conta-se a história dos primeiros anos do hoje município, bem como a história da própria Catedral Nossa Senhora Aparecida, sendo que a terra foi doada pela esposa de Cabo Neves, de quem Mariana era escrava. Há relação, também, de Mãe Mariana com a história da romaria de São Miguel, pois, segundo relatos, Mãe Mariana dava a benção àqueles que iam lutar na Guerra do Paraguai, e, segundo conta a lenda, a imagem de São Miguel foi encontrada por dois escravos que retornavam do conflito. Sobre esse fato, cabe a ponderação se não teriam sido, esses homens, abençoados por Mãe Mariana.

É possível relacionar a história de Mãe Mariana de forma direta e indissociável à questão do turismo cultural, com desdobramentos que abarcam tantas outras questões que se manifestam no cultural, como: religiosidade, culinária, vestuário, literatura, etc. Vejamos, não

seria possível uma apresentação de abertura do Festival Internacional de Folclore que agregasse os elementos históricos plurais que envolvem a cidade de Passo Fundo, e a cultural gaúcha multifacetada pela influência de populações negras e ameríndias. Nesse contexto, pondera-se: não seria possível uma Jornada Nacional de Literatura que abordasse o elemento narrativo do mito e das lendas brasileiras e que colocasse em evidência nacional o Mito da Mãe Preta passo-fundense? A isso, responde-se: não seria. É possível! Não é recomendável? Recuperar essa memória não é interessante do ponto de vista do turismo em sua acepção destinada aos negócios? Talvez em 1981 o pensamento sobre a Mãe Preta fosse outro. Em Pedido de Providência¹⁸⁰ encaminhado à Câmara de Vereadores havia uma solicitação ao Executivo municipal para que este, por meio através da Secretaria de Turismo, providenciasse a confecção de estatuetas da Mãe Preta para que fossem oferecidas como lembranças aos turistas e à população em geral. Considerava-se que essa iniciativa iria projetar o município em todo o estado do Rio Grande do Sul, como também em estados vizinhos, tendo em vista que o turista nada tem a adquirir, para que recorde sua passagem ou estadia em Passo Fundo. Em resposta ao pedido de providência, a Secretaria de Turismo parabeniza a solicitação e salienta que tudo fará para confeccionar as aludidas estatuetas dando prioridade aos artesões que atuam na cidade.



Figura 40 – Releitura do Mito da Mãe Preta, quatro exposto na Academia Passo-fundense de Letras. Autoria de Elvira Battisti, em 2007.
Fonte: Acervo do Autor

Tratando-se de memória e observando alguns guias informativos e turísticos de Passo Fundo em sua composição gráfica, fica em evidência certa disposição de retratar repetidas vezes os mesmos pontos turísticos. Considerando o material gráfico produzido na administração 1997-2000 com aquele produzido em outras administrações mais recentes, é visível a proeminência que a Catedral Nossa Senhora Aparecida, a Cuia e o Monumento a Teixeira recebem.

¹⁸⁰ CÂMARA MUNICIPAL. Pedido de Providência nº 261/81 de 09 de setembro de 1981.

Existe uma relativa recorrência aos mesmos pontos turísticos, indiferente da época em que foram produzidos os guias e materiais informativos. Assim, é possível ponderar que esses materiais de “publicidade turística” deliberadamente reproduzem uma memória história de que relativos bens hierarquicamente possuem um nível de importância maior que outros bens patrimoniais devido a repetições constantes de forma quase que ininterruptas, inculcando no imaginário social que aqueles espaços/lugares de memória são a memória a ser conservada, valorizada e legada às próximas gerações, definindo qual a memória que se quer descender e perpetuar na história.

Foram sucessivas as iniciativas de fazer de Passo Fundo uma cidade com atrativos turísticos. Com o passar do tempo, os atrativos mais interessantes parecem ter sido uma programação de eventos que fizeram da cidade referência em algumas áreas, tais como a saúde e a educação. E na imagem que a cidade quis passar de si parece estar sempre arraigada a noção de um tradicionalismo exacerbado, “a mais gaúcha cidade do interior do estado”; ou parafraseando o próprio Teixeira em sua música “Gaúcho de Passo Fundo”, na qual o compositor e intérprete afirma que esta cidade é um pedaço do Rio Grande amado, que orgulha o estado e o povo rio-grandense. A cidade tinha que demonstrar viver o tradicionalismo e publicitar essa vivência como lugar em que se cultiva as tradições, os costumes e os valores da cultura gaúcha.

Pensando nas figuras, se evidencia a permanência no tempo dos mesmos monumentos em um período que vai aproximadamente de 1997 até os dias atuais. Isto é, no material de divulgação turística ou informacional da cidade, existe uma valorização de alguns lugares de memória específicos, que são: o Monumento Teixeira, a Cuia e a Catedral. Ou então, monumentos mais recentes, como a Árvore e os túneis, referentes à realização da Jornada Nacional de Literatura na cidade.

Sobre aos monumentos Teixeira, Cuia e Catedral, a memória que se acredita preservar é a vinculada à tradição Gaúcha e à religiosidade católica. Frente a um processo de identificação que vincula aquilo que fomos no passado e como gostaríamos de ser lembrados no presente. Em relação aos monumentos relacionados à Jornada Nacional de Literatura, são o marco de identificação da cidade como Capital Nacional da Literatura, que, juntamente à tradição do passado, identifica o que o passo-fundense é, hoje, povo que respeita e cultua as tradições culturais, um cidadão erudito que cultua as letras.



Figura 43 - Guia Informativo e Turístico de Passo Fundo. Data provável 1997-2000.

Fonte:
Prefeitura Municipal de Passo Fundo. SETUR – Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Desporto.

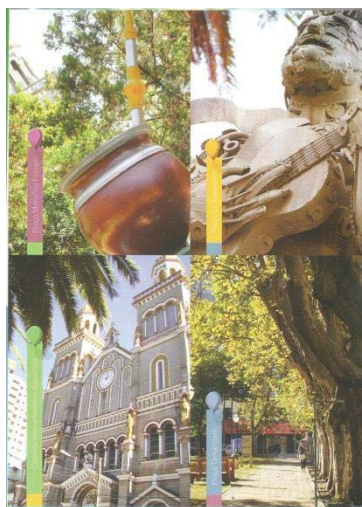


Figura 42 - Guia 2013 Passo Fundo

Fonte:
SHRBS – Sindicato de Hotéis, Restaurantes Bares e Similares de Passo Fundo.



Figura 41 - Guia 2013 Passo Fundo

Fonte:
SHRBS – Sindicato de Hotéis, Restaurantes Bares e Similares de Passo Fundo.

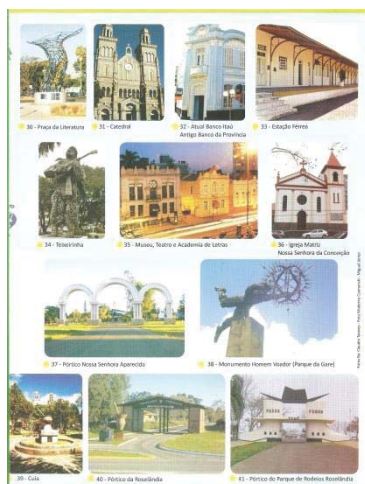


Figura 46 - Passo Fundo o melhor caminho é aqui.

Fonte:
FUNZOCTUR – Fundação Zoobotânica, Cultural e de Turismo Roselândia. Prefeitura Municipal de Passo Fundo. Administração 2009-2012.

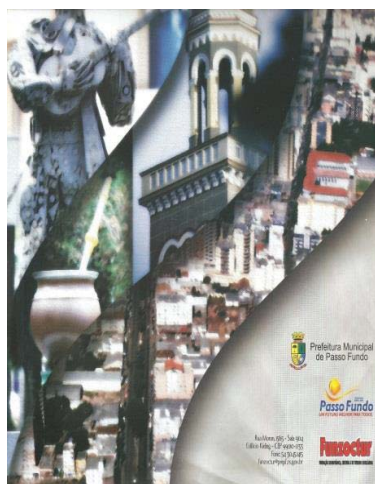


Figura 44 - Passo Fundo lugar de gente feliz.

Fonte:
FUNZOCTUR – Fundação Zoobotânica, Cultural e de Turismo Roselândia. Prefeitura Municipal de Passo Fundo. Administração 2009-2012.

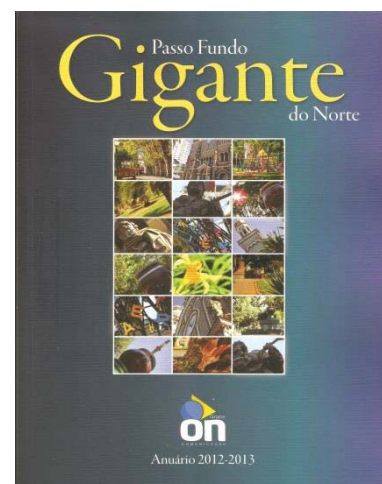


Figura 45 - Passo Fundo Gigante do Norte. Anuário 2012-2013.

Fonte:
Grupo ON comunicações.



Figura 51 - Segunda edição do Festival Internacional de Folclore de 22 de setembro a 01 de outubro de 1993.

Fonte:
Revista 10 anos Festival Internacional de Folclore de Passo Fundo.

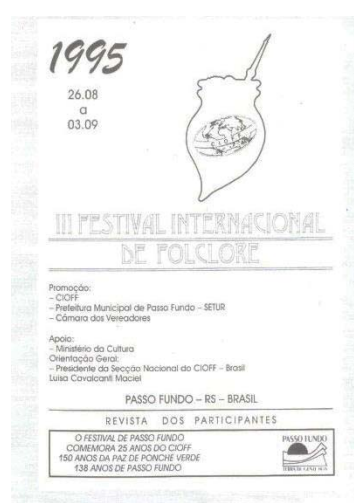


Figura 50 - Terceira edição do Festival Internacional de Folclore de 26 de setembro a 03 de outubro de 1993.

Fonte:
Revista 10 anos Festival Internacional de Folclore de Passo Fundo.



Figura 49 - Sétima edição do Festival Internacional de Folclore de 15 a 24 de agosto de 2002.

Fonte:
Revista 10 anos Festival Internacional de Folclore de Passo Fundo.

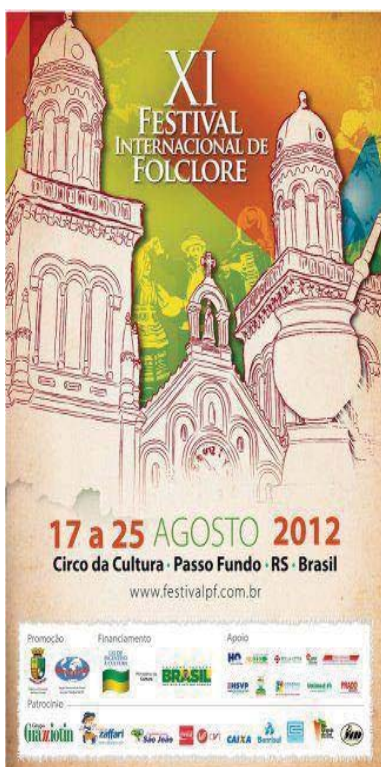


Figura 48 - Décima primeira edição do Festival Internacional de Folclore de 17 a 25 de agosto de 2012.

Fonte:
Disponível em: <http://passofundotche.wordpress.com/author/figueforce>.
Acesso em 31 jul. 2014.



Figura 47 - Décima segunda edição do Festival Internacional de Folclore de 15 a 23 de agosto de 2014.

Fonte: Disponível em: <http://www.festivalpf.com.br/programacao/programacao.html>.
Acesso em 31 jul. 2014.

Esta mesma recorrência de destaque de alguns pontos específicos, como a Cuia e a Catedral, também pode ser notada no material de divulgação que foi veiculado sobre o Festival Internacional de Folclore de Passo Fundo. Ao observar os materiais de divulgação do evento de 1993 a 2014, evidencia-se que esse apego à tradição permanece como elemento que se pretende como de identificação dos passo-fundenses. Tal inserção manifesta a visão que se deseja que os outros tenham de nós, pois, levando em consideração que o festival traz grupos artísticos de outros estados do Brasil e países, existe uma valorização de uma identidade e a construção de uma memória que se quer que seja lembrada.

Nesse evento, as tradições gaúchas são visíveis por meio da dança, o que é evidenciado no material gráfico, o que é perfeitamente compreensível, considerado o caráter do evento, no entanto, na construção do material gráfico, fica latente, também, o desejo de construir uma identidade tendo como referência o ponto turístico da Catedral e elementos simbólicos da cultura gaúcha, como a Cuia.

Dessa forma, não parece ser meramente acaso o uso constante da Cuia e desses bens patrimoniais que aparecem constantemente nos materiais de “divulgação” do município, por conter a capacidade de representar o vínculo do gaúcho com uma das tradições do Rio Grande do Sul, o chimarrão.

A figura da cuia associa-se ao hábito de tomar chimarrão, enquanto ato prático de saborear a bebida e ato simbólico de proximidade, camaradagem. O costume de tomar chimarrão foi herdado de uma tradição ameríndia, eis que herdado de comunidades indígenas. Para poder tomar chimarrão são necessários, além da cuia, a bomba e a erva-mate, o que nos permite apontar um fato curioso: no arroio do Chafariz nasce, com Mãe Cabocla/Índia, um mito, que afirmava que essa mãe tinha um filho que guardava os ervais e que, certa data, em um dia de ronda, não mais voltou para casa. Sua mãe chorou tanto a ausência do filho que o Urubu-Rei a transformou em um pé de milho, que foi arrancado pela tribo e deu origem a um córrego.

Anos mais tarde o relato mítico é adaptado, substituindo-se a Mãe Cabocla/Índia por uma Mãe Preta, mas mantém inalterada a noção de sofrimento materno pela perda do filho, e, ante a essa dor, há a intermediação de uma força divina/sobrenatural, e o surgimento do arroio, a fonte do lava-pés do Chafariz.

Cuia, chimarrão, erva-mate, guarda dos ervais, Mãe Cabocla/Índia, Mãe Preta, arroio, fonte, água. Água que até pouco tempo atrás era utilizada para o preparo e o consumo do próprio chimarrão. Mas o que se pretende demonstrar é que não é preciso negligenciar características sociais e culturais que constituíram a historicidade do município. As memórias

podem coexistir simultaneamente sem haver a necessidade de anulamento de uma em prol de outra. Se a estratégia turística é a transmissão de uma Passo Fundo como sendo um dos recantos do Rio Grande do Sul que cultiva as tradições gaúchas, existem especificidades históricas em cada região que permitem que essas tradições sejam contadas de modo e particularidades diversas.

Outra questão é a ênfase que o material informativo como o Anuário 2012-2013 Passo Fundo Gigante do Norte, guias turísticos e cartões postais atribuem a bens patrimoniais recentes, como é o caso do Marco da Capital da Literatura, o projeto Túnel da Cultural e os Monumentos Letras Gigantes. A consideração a ser realizada não estabelece um juízo de valor acerca dos referidos marcos, que, inegavelmente, são sinônimos de inquestionável êxito que a Jornada Nacional de Literatura conquistou com anos de trabalho e que traduzem um reconhecido mérito, mas pondera a razão pela qual monumentos também importantes para a história passo-fundense não constam nesse rol.

Estabelecendo um contraponto com o processo que oportunizou a consolidação do patrimônio histórico cultural em países da Europa, tem-se que, os europeus, frente ao processo de aceleração econômica desencadeada pelas novas forças produtivas oriundas do sistema capitalista de produção, no final do século XIX e ao longo do XX, perceberam a necessidade de proteção e preservação dos bens patrimoniais, pois as novas forças econômicas em questão impulsionariam os países ao progresso e desenvolvimento, o que ocasionaria uma ruptura que dividiria a história das sociedades entre aquilo que estava se estabelecendo como novo e moderno, e aquilo que iria permanecer, que seria “tachado” como antigo.

Em contexto diferente, mas nutrindo a mesma perspectiva de racionalidade econômica, os gestores do município de Passo Fundo imbuíram-se da necessidade de projetar um futuro de progresso, de desenvolvimento cidadão, urbanização, modernização, industrialização. Nesse sentido, parece existir uma valorização patrimonial informacional que privilegia bens patrimoniais que denotem a dinâmica desse desenvolvimento. O risco de tal procedimento é a perda da percepção de continuidade histórico-social-cultural, isto é, o bem patrimonial representa a possibilidade da continuidade que a “história” pode produzir devido a constantes e ininterruptas mudanças pelas quais as sociedades se projetam.

Enaltecer e privilegiar somente determinados bens patrimoniais consiste em mutilar a memória coletiva de uma dada sociedade, dificultando que “obras” do passado possam permanecer no presente com sentido. Isto é, no caso europeu, a urbanização, a modernização e a industrialização despertaram a necessidade de salvaguardar o passado por meio dos bens

patrimoniais, para que estes fossem dotados de sentido no presente, oportunizando a construção de uma identidade que possui a tendência de se transformar em memória para as próximas gerações, garantindo a continuidade histórica.

No caso passo-fundense, a urbanização, a modernização e a industrialização geraram um fosso, percebido como sendo quase intransponível entre bens patrimoniais “antigos” e “novos”. Em relação aos “antigos”, percebe uma hierarquização patrimonial seletiva que mascara a diversidade, a pluralidade societária, e tece frente a uma trama de interesses de alguns grupos a história que se quer lembrar. Já os “novos”, recebem o destaque de serem “os únicos existentes”. Atitude contraditória, levando em consideração a alcunha de “a cidade mais gaúcha do interior do estado”, cabe observar que “povo que não tem história, acaba por ser escravo”, povo que não valoriza a pluralidade patrimonial de seus bens finda alijado de sua própria memória.

O que fica latente em tais observações é que as valorizações de bens patrimoniais específicos conduzem a uma noção histórica de uma suposta unicidade, o que pode conceder aos membros de dada coletividade a noção de pertencimento identitário singular. Isto é, ao valorizar conscientemente determinados pontos turísticos, objetiva-se não meramente indicar os lugares com potencialidades atrativas ao público, mas, sim, além de fazer isso, deixar transcender a própria história daquele local, demonstrando as raízes mais profundas daquela organização social onde será reconhecido um valor, uma forma de ser e viver, uma tradição, um costume, enfim, uma cultura, que é única e que de certo modo mascara a diversidade cultural inerente a qualquer sociedade.

O que se observa é que a noção de identidade analisada pelo viés cultural foi impactada com o advento da modernidade, o que é possível considerar, que antigas noções que estabilizavam o mundo social entraram em declínio. Então o valor de um bem patrimonial reside em sua possibilidade de transgredir a lógica de um mundo moderno do efêmero, pois permite que os indivíduos possam se reportar a algumas referências coletivas, na expectativa de superação de uma possível “crise de identidade”¹⁸¹.

Essa crise desenvolve-se no seio das sociedades modernas, pois a identidade está sendo cada vez mais fragmentada em face de um mundo em permanentes transformações. Os indivíduos, perante essas mudanças, assistem ao desmoronamento de uma identidade

¹⁸¹ Expressão trabalhada na obra *A Identidade cultural na Pós-modernidade*, de Stuart Hall, e empregada aqui com o sentido de reconhecer a crise que a modernidade desenvolveu frente ao advento dos novos tempos, e como o patrimônio histórico cultural, pode ter sido utilizado como meio de superação de uma fragmentação cultural, visando conceber aos indivíduos de uma dada sociedade a “identidade perdida”, ou “ameaçada”. HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: LP&A, 2000. p. 7

unificada, estável, completa, segura e coerente, e buscam a assimilação daquilo que está emergente: as várias identidades, que, em algumas vezes, são contraditórias.

Há um deslocamento contínuo que impulsiona a identidade a ser cada vez mais composta por identidades, formadas por significações e representações culturais que se multiplicam, em identidades possíveis, com cada uma das quais os indivíduos poderiam se identificar, ao menos provisoriamente, levando em consideração o período histórico vivido em seus contextos, sociais, políticos, econômicos, culturais.

Há de se considerar que, por mais drástico que pareça ser o contexto vivido da modernidade, essa característica de desarticulação da identidade estável do passado não significa de forma alguma a desintegração total das sociedades. Até porque a noção de uma identidade unívoca, comum a todos, nada mais foi do que um discurso que intencionou influenciar e organizar a memória e a história na expectativa de produção de sentido de pertencimento, de modo que os indivíduos pudessem se identificar mutuamente.

As identidades funcionam como um sistema de representação que considera os diferentes elementos de uma organização social, a qual abre a possibilidade de novas articulações entre o passado e o presente. Isso é representado em novos discursos, que buscam também identificar os indivíduos, mas sobre produções de sentido em que a identidade permanece em aberto, para ser construída e reconstruída mediante as exigências de significação de cada época, geração, grupo, indivíduo.

Assim, imagens, cenários, eventos, símbolos, rituais, triunfos, desastres, origens, são registrados na história e contam a história. Devem ser narrados na perspectiva de um eterno contínuo, que nem sempre terá sentido, e, em muitos casos, será descrito de forma contraditória. Nesse contexto, é fantasioso crer que os elementos identitários permaneçam imutáveis ao longo de um tempo marcado por inúmeras e sucessivas mudanças.

Só é possível admitir uma “crise de identidade” se não se considerar que a identidade compõe-se de outras tantas identidades, múltiplas e diversas que integradas ou não, acenam para o que uma dada sociedade foi, e como se encontra no presente. Com isso, as sociedades formam uma “comunidade imaginada”¹⁸² de si própria, mediante as relações estabelecidas entre os indivíduos, grupos, instituições, em uma trama de relações de poder mediadas pelo discurso narrativo que projetam aos seus interesses, os quais podem se manifestar em memórias, bens culturais coletivos e projetos de desenvolvimento.

¹⁸² Outra expressão extraída da obra *A Identidade cultural na Pós-modernidade*, de Stuart Hall, quando o autor analisa os aspectos narrativos de compõem a cultural nacional. HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: LP&A, 2000, p. 52.

Devemos considerar que uma “comunidade imaginada” consiste em uma projeção em três desdobramentos: “as memórias do passado, o desejo por viver em conjunto, e a perpetuação da herança”¹⁸³. Nessas projeções, estão contidas as representações e as significações que os indivíduos fazem de sua realidade de modo singular ou coletivo.

As diversas imagens demonstradas anteriormente, cartões postais, informativos, guias, anuários, identificam a proeminência de elementos de um aspecto cultural, tido como componente valorativo de uma tradição que se quer preservar. Nas memórias, constituem-se como elemento identificador dos passo-fundenses em dois aspectos: o interno, sobre a valorização de aspectos de uma tradição que fornece as condições para a afirmação daquilo que se é; e o externo, que consiste na visão que se quer que os outros tenham sobre o coletivo. Este último caso parece ter embasado o material produzido sobre Passo Fundo, em órgão de imprensa e setores públicos, que priorizaram bens culturais de uma cultura tradicionalista gaúcha ou eventos de destaque (Cuia, Teixeira, Rodeio), mas não aborda a pluralidade, tampouco a diversidade dos bens culturais do município.

Respalado nesses termos, não importaria o quão diferentes possam ser os indivíduos de uma sociedade, em face de condição de classe, gênero, etnia, ou qualquer outro critério de distinção. A valorização e a seleção de aspectos culturais que intencionalmente buscam unificar em uma única identidade cultural seus membros resulta em uma noção de identidade que anula e subordina as diferenças culturais, em um todo equivocadamente homogêneo, sendo um dispositivo meramente discursivo que nega a alteridade da diferença como parte integrante na formação das identidades.

Então, falar em identidade(s) é reconhecer um imbricado processo, complexo e contínuo de construção que envolve sujeitos individuais, em relação a outros sujeitos; sujeitos em relação a grupos; e grupos com outros grupos por meio de critério de sociabilidade e “negociações diretas com seus respectivos universos culturais, tornando-os reciprocamente unificados diante de determinados interesses”¹⁸⁴ como afirma Sandra Pelegrini em sua obra *Patrimônio Cultural: consciência e preservação*.

Foi nítido que na cidade de Passo Fundo se intencionou um projeto modernizante que propôs explorar as potencialidades do turismo, que, no decorrer do tempo, se concretizou no turismo de eventos, os quais inegavelmente projetam no nome do município, movimentam a economia. Afinal, os eventos fomentam o comércio local, entre os próprios habitantes da cidade e os visitantes que vêm prestigiar os eventos.

¹⁸³ HALL, 2000, p. 58.

¹⁸⁴ PELIGRINI, 2009, p. 32.

Em relação a esse público em especial, o visitante, o turista, os investimentos financeiros são mais enfáticos devido à necessidade de utilizarem hotéis, restaurantes e os mais variados locais de entretenimento. Os eventos deram resposta à pergunta sobre o que motivaria as pessoas a deslocarem-se para Passo Fundo; com a modernização da cidade, criou-se condições de entretenimento condizentes ao que as pessoas fariam em suas estadas na cidade; mas a incógnita recorrente é sobre a memória que se quer que os turistas tenham de Passo Fundo, quando estes regressarem às suas respectivas localidades.

No transcorrer do tempo, Passo Fundo passou por projetos que intencionaram que a cidade fosse a mais gaúcha do Rio Grande do Sul, ou a capital de algo, ainda não muito definido: Planalto Médio, Eventos, Literatura. Não existe, contudo, uma apropriação adequada dos bens patrimoniais municipais em sua diversidade. O que não é meramente a conservação da materialidade física de tais bens, e sim a produção de sentido histórico, a revitalização de sua memória.

O turismo não pode ser visto como um setor nefasto aos patrimônios culturais, o patrimônio é o “reconhecimento da comunidade de seu próprio eu”,¹⁸⁵ pois sempre foi um elemento essencial da identidade(s) local, regional, nacional. Desde o mais modesto até o mais notável, o patrimônio cultural é “o que tem sentido para nós, o que herdamos, criamos, transformamos e transmitimos de nossa vida, um componente de nossa personalidade”¹⁸⁶ “que emana de um grupo humano diverso e complexo, vivendo modos de vida, crises e esperanças”¹⁸⁷.

Para tanto, faz-se necessária uma percepção aprimorada sobre os usos que são suscetíveis ao patrimônio. Que pode ser primário, que é o da contemplação, a necessidade de conservá-lo e transmiti-lo às próximas gerações, que está associado a um uso cultural do patrimônio. Entretanto, esse uso primário não é suficiente por si só para garantir a vivência do patrimônio. Assim, o outro uso do patrimônio, de acordo com Varine, é como recurso, que deverá servir concretamente às dimensões do desenvolvimento. O patrimônio nesse aspecto será útil à cultura e ao turismo, relacionado a estes dois, se desenvolveram a sociedade como um todo frente à possibilidade de inserção social, desenvolvimento econômico, geração de emprego, formação de identidade¹⁸⁸.

¹⁸⁵ VARINE, Hugues. *As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Porto Alegre: Medianiz, 2012, p. 39.

¹⁸⁶ (VARINE, 2012. p. 43)

¹⁸⁷ (VARINE, 2012. p. 44)

¹⁸⁸ (VARINE, 2012. p. 83)

A segunda etapa desta parte do estudo consiste em identificar as diversas significações e representações de memórias que perpassam os patrimônios do Chafariz da Mãe Preta e da Praça da Mãe. Busca-se construir uma narrativa que vise analisar tais bens patrimoniais a partir de quatro categorias de análise em relação ao nível de apropriação, representação e significação da memória histórica. Tais categorias são: do espaço próximo; do distanciamento; étnica e entre gerações.

Para ambas as categorias de análise, foi utilizado o recurso de preenchimento de uma ficha na qual onde o entrevistado responde aos dados de identificação. Na relação dos dados a serem preenchidos, destacam-se dois itens importantes: a idade, com a finalidade de poder analisar a memória entre gerações; e a etnia, com o objetivo de avaliar o nível de apropriação de memória acerca dos monumentos, levando em consideração a declaração de pertencimento étnico do depoente.

O objetivo em aplicar esse instrumento de pesquisa consistia em verificar qual é a memória atual que parte da população passo-fundense tem sobre os bens patrimoniais do Chafariz da Mãe Preta e do Monumento Praça da Mãe. Buscou-se constatar se a população localizava assertivamente o local onde estão inseridos os monumentos e o “nível” de memória e sentido que os diferentes grupos possuem, ou atribuem, a tais bens patrimoniais, de forma que pudessem manifestar descritivamente qual é, ou quais são, os possíveis significados e representações que os monumentos possuem para a comunidade passo-fundense.

Para tanto, a pesquisa e a análise dos dados foi dividida em quadro categorias: proximidade; afastamento; gerações e étnica. Frente à aplicação do instrumento de análise, esse foi desenvolvido de forma presencial, com aplicação individual em cada grupo sem consulta, ou acesso a subsídios de apoio que auxiliassem nas respostas. Todos os depoentes a partir de suas próprias experiências responderam aquilo que sabiam ou acreditavam ser pertinente a cada um dos itens.

O instrumento de análise (as fichas) foi aplicado ao um número de vinte depoentes em cada grupo, com exceção do grupo da memória étnica, cujo número de respondentes ficou em 15 pessoas, devido ao grupo de mulheres da ACMUN não atingir vinte componentes. Mesmo assim, para aumentar o percentual de depoentes, a ficha foi aplicada também a pessoas que não fazem parte do grupo, mas que se enquadravam do critério estipulado de ser mulher e pertencer ao grupo étnico negro.

A pesquisa desenvolveu-se por amostragem, dessa forma, torna-se impossível saber o que pensa a totalidade da população passo-fundense, que, segundo o IBGE, é, atualmente, de aproximadamente 195.620 habitantes. Assim, se decidiu-se aplicar o instrumento de pesquisa

a alguns moradores, para que se pudesse ter uma noção provável da compreensão que esses depoentes têm acerca dos bens patrimoniais, e, por associação, talvez da compreensão de parcela da população passo-fundense. Tal amostragem dividiu os depoentes em estratos conforme os objetivos da pesquisa de verificar a memória da população sobre os bens patrimoniais do Chafariz e da Praça (proximidade, distanciamento, gerações e étnica).

Os dados foram coletados e os resultados obtidos foram expostos em gráficos, os quais consistiram na base argumentativa sobre a representação e a significação dos monumentos, por meio da compreensão analítica das informações obtidas e cruzamentos dessas informações entre as categorias de análise.

Tabela 3 - Descrição das perguntas aplicadas

| Número das questões | Perguntas |
|---------------------|--|
| 1 | Qual é o nome da praça que se localiza na Avenida Brasil em frente à Escola Estadual Joaquim Fagundes dos Reis? |
| 2 | Qual é o nome da praça que se situa na Rua Uruguai, esquina com a Rua 10 de Abril, próximo à Unicred? |
| 3 | Qual é o/a significado/representação que o Monumento à Mãe possui para a comunidade passo-fundense? |
| 4 | Qual é o significado/representação que o Monumento do Chafariz da Mãe Preta possui para a comunidade passo-fundense? |

Fonte: Construção do Autor, 2014.

Sobre a memória do espaço próximo, foram entrevistadas pessoas que vivem ou convivem nas imediações dos monumentos, a fim de perceber o nível de apropriação e significação de memória referente aos monumentos levando em consideração a condição geográfica de residir, trabalhar ou estudar na região onde os monumentos então inseridos. Em relação à memória do distanciamento, o procedimento é analogicamente inverso ao do primeiro, preservando o mesmo sentido, isto é, como indivíduos distantes/afastadas do espaço dos monumentos os compreendem.

Na memória entre gerações, o objetivo foi de obter a compreensão de como indivíduos de gerações diversas, e, por isso, com vivências históricas diferentes, compreendem os monumentos históricos do Chafariz e da Praça. Desse modo, se justifica que o público que

respondeu à entrevista era de faixas etárias que perpassam a fase adulta, com dois grupos distintos: indivíduos profissionalmente ativos e aposentados.

Sobre os critérios de escolha do público que participou da coleta dessas informações, levou-se em conta os objetivos e priorizou-se: estudante do ensino médio de escola próxima aos monumentos, como a Escola Joaquim José Fagundes dos Reis (defronte ao monumento da Praça da Mãe e próxima duas quadras do Chafariz da Mãe Preta), como também, educandos do ensino médio do Colégio Marista Nossa Senhora da Conceição, por consistir em um público que é oriundo das mais variadas regiões da cidade de Passo Fundo, e pelo fato de a escola estar geograficamente afastada dos monumentos. Sobre as pessoas inseridas no critério etário da fase adulta, sobre os indivíduos de atuação profissional, priorizou tanto aqueles que estavam nas proximidades quanto aqueles que possuíam atividade produtiva afastada dos monumentos. Com o grupo dos aposentados, priorizou-se a realização da atividade junto ao Departamento de Atenção à Terceira Idade (DATI), com a autorização da Coordenadoria de Atenção ao Idoso de Passo Fundo, em um de seus grupos, que se reúne duas vezes por semana, nas terças e quintas-feiras, nas instalações do Centro de Tradições Gaúchas (CTG) Lalau Miranda.

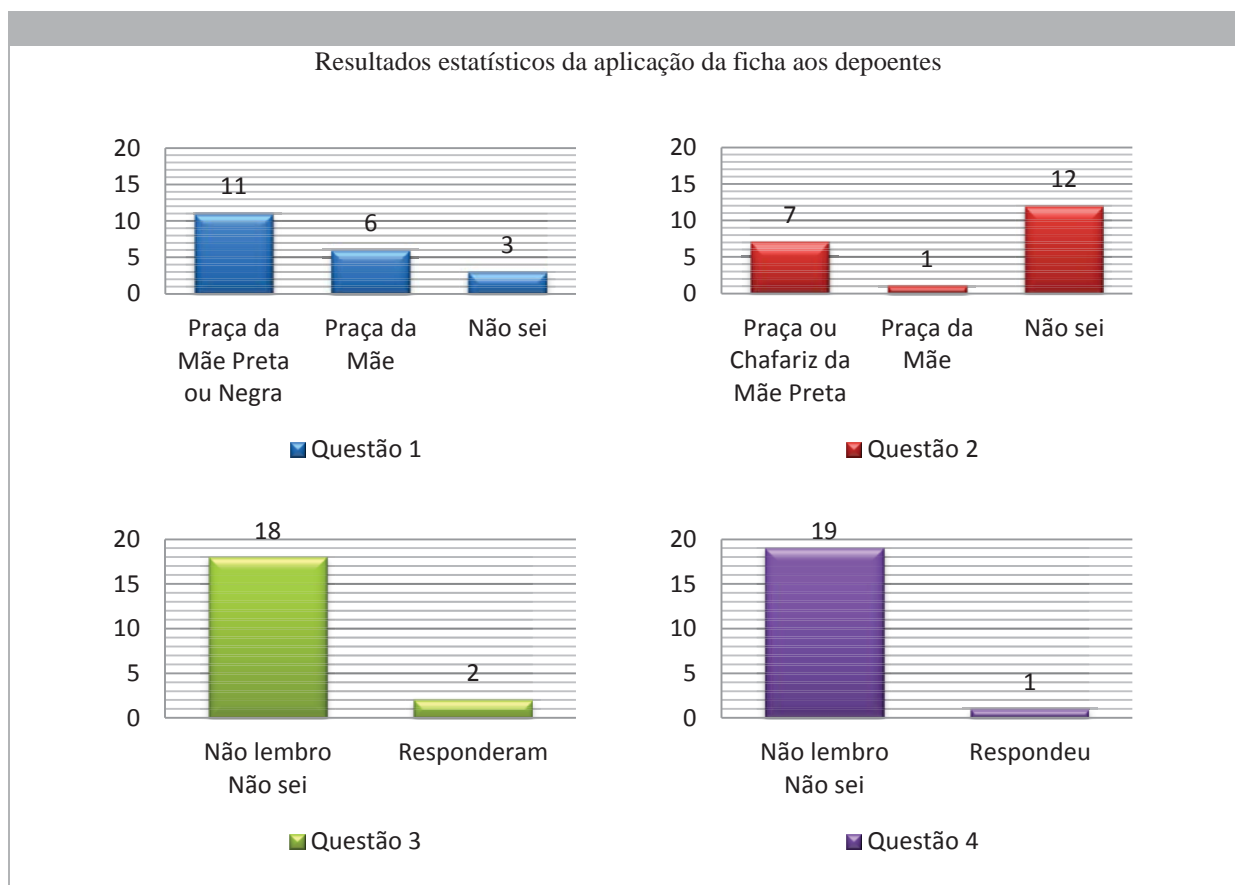
E, por fim, sobre a memória étnica, o grupo depoente foi composto por mulheres associadas à Associação Cultural das Mulheres Negras (ACMUN), pelo fato de ser um grupo que reivindica a visibilidade social merecida e reconhecida dos negros nos meios sociais e mais especificamente sobre os problemas que envolvem a luta das mulheres nesses espaços. Sendo um dos monumentos uma “homenagem”, ou uma referência, a uma mulher negra, acredita-se importante verificar a imagem, a significação e a representação que esse grupo possui acerca do monumento do Chafariz da Mãe Preta e da Praça do Monumento à Mãe, devido às constantes associações que foram construídas entre os monumentos onde se afirmou em diversos documentos analisados que o Monumento à Mãe rememorava a cativa de Cabo Neves que havia perdido seu filho, isto é, a Mãe Preta.

De modo a finalizar o estudo, reservou-se, para esses momentos, a compreensão dos diversos usos da memória, levando em consideração as categorias de análise expostas (proximidade, distanciamento, entre gerações e étnica), para que se possa constituir uma ideia genérica de memória da população passo-fundense sobre os monumentos e sobre como essa memória tencionou relações de força. A memória da população é uma reprodução da memória “oficial” produzida por órgãos oficiais vinculados aos meios de imprensa e poder público, ou existem divergências compreensivas que rivalizam interpretações forjando memórias subalternas em relação às versões oficiais.

Frente ao projeto de remodelação urbanística da cidade e à intencionalidade de racionalização turística que visavam ao progresso e ao desenvolvimento cidadão de Passo Fundo, pondera-se: nesse processo, priorizaram-se quais pontos turísticos? Qual foi a visibilidade dada aos monumentos históricos do Chafariz e da Praça da Mãe? Ou seja, questiona-se quais relações de força/poder permearam as manifestações de memória que visavam incentivar o potencial turístico de Passo Fundo, por parte do poder público municipal, e, decorrente disso, quais seriam as principais apreciações críticas que podem ser aferidas levando em consideração: os bens patrimoniais, as memórias, e as relações de forças/poder que envolveram estes bens e as memórias que foram produzidas sobre eles.

Estar próximo é a condição daquele que está perto, da contiguidade, a circunvizinhança, do estabelecimento de vínculos que são cotidianos. Tais fatores influenciam na percepção, apropriação, representação e significação da memória histórica social sobre um bem patrimonial? A tarefa consiste justamente na análise de como, em condições diferentes, os indivíduos/grupos compreendem os monumentos, estejam estes próximos, afastados, em gerações e vivências históricas diferentes e/ou em pertencimento étnico distinto.

Tabela 4 - Grupo de adolescentes: espaço próximo



Fonte: Análise do Autor, 2014.

Sobre a memória do espaço próximo, a ficha de análise foi aplicada a estudantes do terceiro ano do ensino médio noturno da Escola de Ensino Médio e Fundamental Joaquim Fagundes dos Reis. O critério utilizado na escolha dessa instituição de ensino foi sua localização em relação aos monumentos, uma vez que situada defronte ao Monumento da Mãe e a duas quadras do Chafariz da Mãe Preta. Observou-se, portanto, a proximidade do público escolar para com os monumentos.

Frente a índices estatísticos dos vinte depoentes, sete são do gênero masculino e 13 do gênero feminino. Desses, no que concerne ao grupo étnico, 14 declararam-se brancos; cinco, pardos e um negro. A faixa etária ficou entre 16 e 19 anos.

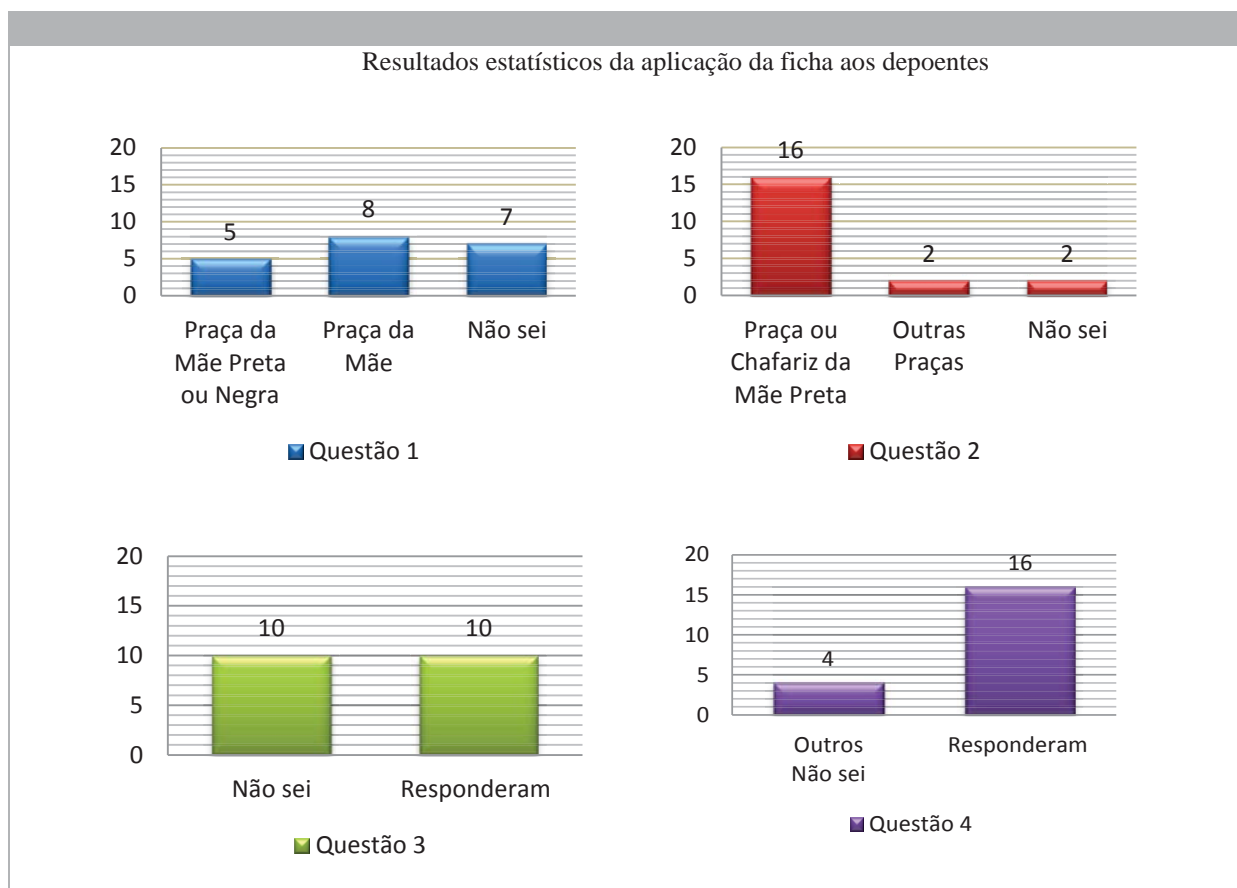
Na primeira questão, 11 responderam Praça da Mãe Preta ou Negra, seis fizeram menção à Praça da Mãe e três declaram não saber. Na segunda questão, sete responderam Praça ou Chafariz da Mãe Preta, um mencionou a Praça da Mãe e 12 responderam não saber.

Na terceira questão, 18 responderam não saber o significado do monumento. Desses, 11 haviam dado como resposta à primeira questão Mãe Preta. E, na terceira questão, não identificaram qual seria o possível significado do monumento, sendo que dez afirmaram não saber e um manifestou não lembrar. Três depoentes que na primeira questão responderam não saber de qual monumento se tratava, também na questão três manifestaram não possuir conhecimento sobre o significado do monumento. Ainda, dos seis que responderam na primeira questão Praça da Mãe, três deles responderam, na terceira questão, não saber o significado do monumento, um relatou não lembrar e outros dois responderam que o monumento significa a acolhida, a proteção de mãe, representando a família e Nossa Senhora Aparecida.

Na quarta questão, 19 pessoas responderam não saber o significado do monumento. Dessas, sete responderam, na questão dois, Praça ou Chafariz da Mãe Preta, sendo que, na quarta questão 5, responderam não saber o significado do monumento e dois responderam não lembrar. Um depoente, que na questão dois respondeu Praça da Mãe, também relatou não saber o significado do monumento na quarta questão. Dos 12 depoentes que responderam, na questão dois, não saber a qual Praça referia-se a pergunta, dez disseram, na questão quatro, não saber o significado do monumento, um manifestou não lembrar e outro depoente, o único que respondeu, considerou que aquele espaço era utilizado como fonte onde os viajantes realizavam paradas e, após, continuavam seus destinos.

A memória do distanciamento/afastamento considera o nível de apropriação da memória história levando em consideração a não participação, o não envolvimento cotidiano ao contexto geográfico e relacional em referência aos monumentos.

Tabela 5 - Grupo de adolescentes: distanciamento



Fonte: Análise do Autor, 2014.

A ficha de análise foi aplicada a estudantes do terceiro ano do ensino médio diurno do Colégio Marista Nossa Senhora da Conceição, levando em consideração o distanciamento geográfico que a escola se encontra dos monumentos da Praça e do Chafariz. Dos vinte depoentes, 12 são do gênero masculino e oito do gênero feminino, e 18 deles declararam-se pertencer ao grupo étnico branco e dois ao grupo étnico pardo. A faixa etária ficou entre 16 e 17 anos.

Na primeira questão, cinco responderam Praça da Mãe Preta ou Negra, oito Praça da Mãe e sete declaram não saber. Na segunda questão, 16 responderam Praça ou Chafariz da Mãe Preta, dois apontaram a Praça Tamandaré e dois responderam não saber.

Na terceira questão, dez responderam não saber o significado do monumento, entretanto, desse montante, seis responderam não saber qual era a Praça que deveria ser identificada na primeira questão. Ainda, quatro dos que, na primeira questão, identificaram a Praça como sendo da Mãe Preta, manifestaram não saber o seu significado ou aquilo que o espaço representava. Dos dez depoentes restantes, oito responderam, na questão um, Praça da Mãe, e, na questão três, pontuaram algumas significações sobre o monumento.

Essas significações aludidas permearam explicações que destacavam que o monumento demonstrava o carinho de mãe, o afeto, sendo o monumento uma homenagem a todas as mães de Passo Fundo, destacando que hoje esse espaço é um ponto turístico da cidade, onde, aos finais de semana, diversas famílias reúnem-se para atividades de entretenimento e convivência. Também foi considerado que o monumento homenageia a figura simbólica das mães, representando a importância da família e o papel materno na constituição do lar, enfatizando e vinculando a figura materna a uma noção de proteção material, devido à característica da amamentação e às tarefas domésticas; e proteção simbólica, em relação à norma de conduta/comportamento, valores. Nesse aspecto, um depoimento reproduziu a memória que os antepassados no convívio familiar produziram, acerca do monumento à Mãe, o que dizia que: “como dizia minha vó, se eu encostasse na estátua da Mãe, viraria uma pedra, e as pessoas que estavam petrificadas eram pessoas que não obedeciam às mães”.

Dos dois depoentes restantes, um respondeu na primeira questão Praça da Mãe Preta e, na questão três, mencionou não saber o significado, mas advertiu que provavelmente deveria ser algo em valorização às mães. O outro, na questão um, informou não saber qual era a Praça, mas, na questão três, afirmou que o monumento representava Mãe Preta e o seu amor fraternal.

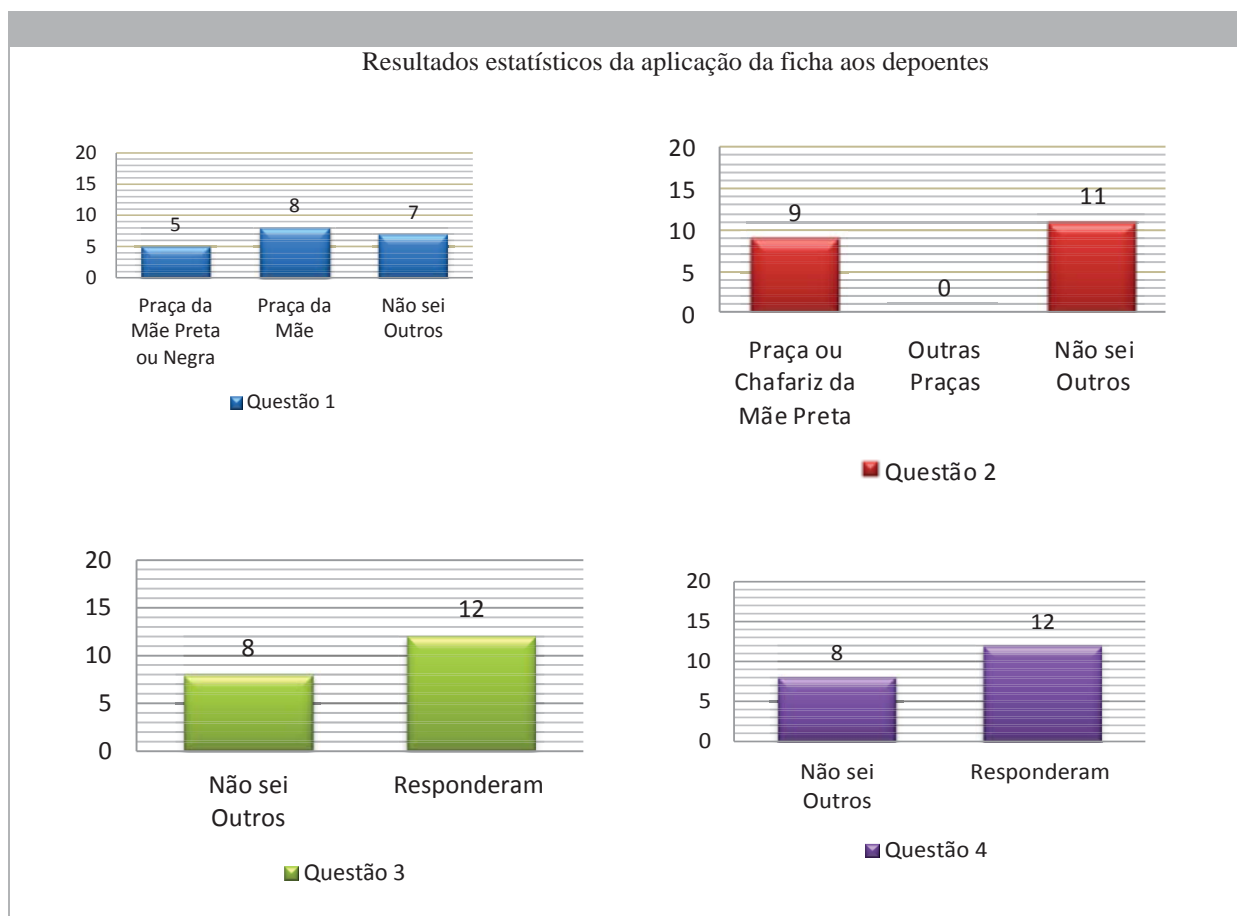
Na quarta questão, dos dois depoentes que haviam, na questão dois, manifestado se tratar da Praça Tamandaré, um registrou não saber o significado do Chafariz da Mãe Preta e o outro respondeu que “era uma mulher negra que foi importante para a comunidade passofundense”. E outros dois depoentes que na questão dois afirmaram não saber de que praça se tratava a pergunta manifestaram, na questão quatro, desconhecer o significado do Chafariz.

Entre o restante dos depoentes, 16 identificaram, na questão dois, o Chafariz da Mãe Preta e analisaram o monumento em seu significado como sendo a história da mãe que perdeu o filho, apontando que a fonte do Chafariz representa as lágrimas dessa mãe, traduzindo o sofrimento da perda que faz brotar a fonte do Chafariz. Para além disso, os depoimentos

manifestaram que o Chafariz da Mãe Preta significa a proteção de mãe aos filhos, da fome e de doenças, homenageando uma mulher negra. Os registros também pontuam que é um espaço onde as pessoas podiam tomar água potável e manifestam que antigamente era um local de encontro de jovens, frequentado pelas famílias com a finalidade de buscar água. Destacam que o monumento homenageia a mulher negra e observam que, ao fazer referência a uma pessoa escravizada, é um marco comemorativo ao fim da escravidão, representando a força e a luta da população escravizada, em especial das mães negras; abordando a fonte do Chafariz como sendo o resultado das lágrimas milagrosas que possuíam propriedades medicinais de curar qualquer tipo de doença.

A memória, na perspectiva da faixa etária fundamenta-se na premissa de analisar os monumentos enquanto bens construídos que chegam na atualidade sendo percebidos entre gerações de formas diferentes. Verificando como as gerações mais antigas, e portanto, residentes há mais tempo na cidade, percebem os monumentos.

Tabela 6 - Grupo etário adulto



Fonte: Análise do autor, 2014.

A ficha de análise foi aplicada a um público adulto cuja faixa etária variou de 23 a 85 anos, divididos em dois grupos etários. No primeiro, com componentes de 23 a 33 anos, encontram-se pessoas com atividade profissional de: auxiliar de disciplina em escola, auxiliar de biblioteca, técnico em informática, vigilante, porteiro, recepcionista e professor, com atuação profissional desenvolvida nas proximidades dos monumentos ou afastada dos mesmos. O segundo grupo consiste em pessoas que estão entre os 60 e 85 anos de idade, tendo como característica profissional a aposentadoria. Nesse caso, o grupo que preencheu a ficha de análise foi formado por componentes do DATI.

De um total de vinte depoentes, quatro são do gênero masculino e 16 do gênero feminino. Desses, no que diz respeito ao grupo étnico, 11 declararam-se brancos, três declararam-se pardos, três não responderam e outros três disseram ser de origem étnica alemã, brasileira e italiana.

Na primeira questão, dez responderam Praça da Mãe, dois Praça da Mãe Preta, um Mãe, dois manifestaram não saber e cinco não responderam. Na segunda questão, nove responderam Praça ou Chafariz da Mãe Preta, um respondeu ser um bebedor de água, um manifestou não conhecer, um depoente verbalizou seu desconhecimento pela expressão “sei lá”, três responderam não saber e cinco não responderam.

Na terceira questão, três responderam não saber o significado do monumento. Destes, dois haviam respondido da primeira questão Praça da Mãe e um não respondeu. Outros cinco deixaram a questão em branco sem ser respondida, sendo que, entre eles, na primeira questão, um respondeu não saber o nome da Praça e um afirmou que o nome da praça era “Mãe”. Dentre os demais, outros três também não responderam à primeira questão.

Realizando a contraposição entre as questões um e três, podemos identificar que um respondente que na primeira questão considerou não saber de qual praça se tratava, afirmou, na questão três, que “o monumento chama muito a atenção por se chamar praça da mãe”. Outro que não respondeu à primeira, na terceira manifestou conhecer como sendo “monumento à mãe preta”. Dois que consideraram, na primeira questão, ser a Praça da Mãe Preta, afirmaram, na terceira, que o seu significado deve-se a “um ato histórico de Passo Fundo”. Outro pontuou que imaginava ser “o monumento em homenagem às mães de Passo Fundo, talvez por algum destaque importante de uma determinada mãe”.

O restante dos depoentes (8) que na primeira questão responderam Praça da Mãe atribuiu como sendo o significado histórico desse monumento na questão três as seguintes interpretações: “uma negra escrava que ficou sem seus filhos”; “rememora a lenda de uma escrava pertencente ao Cabo Neves, que perdeu seu filho”; “uma escrava que perdeu o filho”;

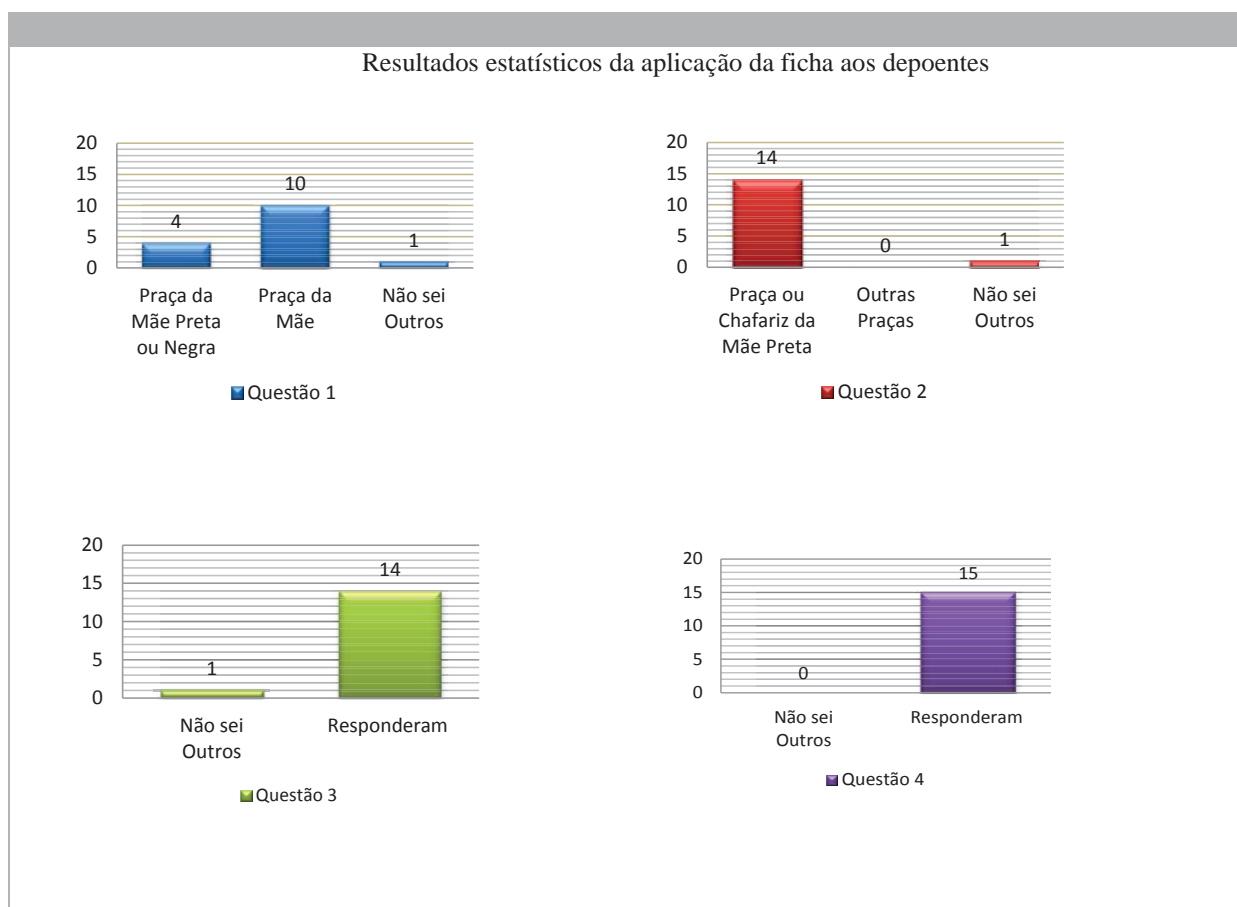
“significa as amas de leite (escravas) que cuidavam dos filhos dos outros”; “significado histórico, segundo a lenda, que quem beber da água da fonte retornará a Passo Fundo, essa é a lenda que escutamos das pessoas que moram em Passo Fundo”; “um conjunto que apresenta a escultura de uma negra e seus filhos”; “um lugar muito bom para os jovens passarem os domingos e os idosos tomarem seu chimarrão”; “um ato histórico de Passo Fundo”.

Na tentativa de sempre manter um vínculo relacional entre as respostas concedidas, vincularemos a segunda questão com a quarta. Dessa forma, dentre os cinco depoentes que não responderam à segunda questão, tampouco realizaram alguma consideração na quarta, um, que na segunda questão afirmou não conhecer a praça, considerou, na quarta, não possuir lembrança sobre o monumento. A pessoa que respondeu, na segunda questão, “bebedouro de água”, não respondeu à quarta questão. Já a pessoa que, na questão dois, respondeu “sei lá”, na quarta, afirmou que “tal lugar é uma homenagem a uma mãe que distribuía água para os moradores”. Para aqueles que responderam não saber na segunda questão, em um total de três depoentes, dois deixaram a quarta questão em branco, sem resposta, e um considerou ser “onde as mulheres lavavam roupas e buscavam água para beber”.

Em relação às demais nove pessoas, estas, na segunda questão, identificaram ser a “Praça ou Chafariz da Mãe Preta”. Desse grupo, três manifestaram, na questão quatro, não saber o significado do monumento e um não respondeu. Nas respostas dos seis que construíram uma interpretação acerca do monumento estão as seguintes significações: “servia para abastecer os bairros de Passo Fundo e diziam que as pessoas que bebessem da água sempre retornariam a Passo Fundo”; “de acordo com a lenda, a Mãe Preta era quem benzia os jovens que iam para a Guerra do Paraguai. Conta-se também que quem beber da água da fonte, sempre retornará a Passo Fundo”; “servia para abastecimento à vila, dizem que quem beber dessa fonte, sempre retornará a viver em Passo Fundo”; “fonte de água usada pela população”; “mãe preta era uma benzedeira de jovens, com a água da fonte”; “é um lugar muito admirado por Passo Fundo”.

A memória étnica priorizou o grupo de mulheres negras, pelo fato de um dos monumentos, o Chafariz da Mãe Preta, fazer referência à Mãe Mariana, escrava de Cabo Neves, sobre a qual se refere o Mito da Mãe Preta, e pelo fato de o monumento Praça da Mãe ser representado como o monumento que rememora a lenda da Mãe Preta. Com isso, considerou-se pertinente verificar qual é a compreensão que o grupo negro, em especial que as mulheres negras possuem sobre os monumentos.

Tabela 7 - Grupo étnico



Fonte: Análise do Autor, 2014.

De um total de 15¹⁸⁹ depoentes, todas do gênero feminino, manifestando pertencer ao grupo étnico negro, como também, afirmaram ser: Afro-Negra, Morena, Preta, Parda e Afro-brasileira. Com idade dos 18 aos 59 anos, e com atividade produtiva de: estudante, professora, pedagoga, auxiliar de enfermagem, auxiliar de serviços gerais, monitora de escola, assistente social e recepcionista.

Na primeira questão, 10 responderam Praça da Mãe, 4 Praça da Mãe Preta, 1 Mãe Indígena, sendo que toas as 15 participantes responderam esta questão. Na segunda questão, 14 responderam Praça ou Chafariz da Mãe Preta e 1 não respondeu. Na terceira questão, 1 depoente não respondeu a questão, sendo que as demais representaram o Monumento à Mãe em três possibilidades interpretativas.

A primeira é associando o Monumento à Mãe ao da Mãe Preta. 5 depoentes construíram esta interpretação, levando em consideração que na questão um, quatro delas

¹⁸⁹ Não foi possível a aplicação da ficha em um público de 20 depoentes, como nos outros públicos realizado. Isto se deveu ao número de participantes da Associação das Mulheres Negras, sendo que, na relação de depoentes constam também pessoas que não fazem parte dessa associação.

havam, se referido ao Monumento à Mãe como sendo da Mãe Preta, e uma como monumento a Mãe, mas em sua explicação sobre o significado histórico do monumento para a comunidade passofundense, remete-se a Mãe Preta.

Dentre os significados atribuídos então: “a escravidão e a perda e a tristeza da perda do filho”; “relembra o sofrimento desta mãe escrava e a dor da separação”; “um símbolo que representa a mãe negra de Passo Fundo e que deve ser conservado”; “um lugar histórico que resgata e faz referência ao papel da mulher descendente de escravos na sociedade passofundense, como ama de leite, que carrega e cuida seus filhos e também como mulher guerreira que luta por seu espaço”; “porque amamentava os filhos dos patrões e os dela, era escrava e foi mártir, por isso ficou mãe preta”.

A segunda interpretação dada foi do Monumento à Mãe, como sendo referência a mãe indígena, que de qualquer modo recupera em partes o Mito da Mãe Goexim e o da Mãe Preta. Frente esta possibilidade das 5 depoentes de manifestarem tal interpretação, quatro delas na questão um deram como resposta Praça da Mãe e uma Praça da Mãe Indígena. Em todos os casos na terceira questão a resposta da ao significado do monumento foi na intenção de homenagear ou fazer referência a uma Mãe Indígena.

Finalizando a análise da terceira questão em sua última linha interpretativa, 4 depoentes explicam o monumento e uma elucidação mais genérica como devendo este se tratar das mães em geral. Destas três, na questão um haviam respondido Praça da Mãe e uma Praça da Mãe Preta. Os significados interpretativos do Monumento à Mãe foram de: “mulher trabalhadora protegendo seu filho”; “mãe protegendo o filho, como todas as mães”; “representa uma homenagem à mulher brasileira, mãe trabalhadora”; “uma homenagem a todas as mulheres/mães trabalhadoras, guerreiras. Marca o início da mulher na indústria e comércio, numa nova visão, saindo da sua lida doméstica para independência econômica e cultural. Marca também o dia da Mulher, 08 de maio”.

Como na segunda questão apenas uma depoente não respondeu e todas as outras afirmaram se tratar do Chafariz da Mãe Preta. No que se refere a quarta questão todas as depoentes responderam até mesmo aquela que na segunda não havia respondido a localização do monumento. O comentário interpretativo desse monumento permeou a temática da utilidade pública do monumento ou sua característica história acerca do Mito da Mãe Preta.

Na característica de utilidade pública o monumento foi representado como sendo: “uma identificação da mulher negra, resgata a história da mulher escrava. Mas também celebra a emancipação da mulher negra enquanto mãe. Representa também a simbologia da mulher moderna livre, mas com traços da escravidão, pois ali lavavam roupas para as famílias

ricas, para sustentar sua família, seus filhos”. “lugar de encontro onde todos se reúnem para pegar água e lavar roupas, na água limpinha e cristalina”; “significado de lavar roupas”.

Quanto a dimensão história de rememorar o Mito de Mãe Preta, os comentários realizados conduzem a uma interpretação do Chafariz que lhe atribuiu o significado: “período da escravidão (pelo feitor) teve seu filho(a) retirado de sua guarda (proteção) a mesma prostrou-se neste espaço a chorar e suas lágrimas deram origem a fonte de lágrimas, pois a mesma nunca mais soube do filho. E até hoje, muitos visitam este monumento para pedir e agradecer até graças alcançadas”.

Ainda nesta mesma proposta interpretativa o Chafariz é visto enquanto “homenagem a mãe escrava que muito chorou a falta de seu filho que suas lágrimas transformaram em água corrente”; “homenagem a mãe que era escrava que chorou muito quando seu filho foi embora e ela com muitas saudades suas lágrimas se transformaram no chafariz”, “resgate de uma mãe negra que ao chorar a perda de um filho, suas lágrimas se transformaram em uma nascente de água que até os dias atuais tem sua fonte em movimento”; “homenagem à Mulher escrava, que era Mãe e Negra. Teve um único filho, que por ter muitas dificuldades vividas, foi embora. E a Mãe Escrava, quase enlouqueceu, chorava dia e noite, muito, muito e tantas foram suas lágrimas que formaram um chafariz”.

Dois relatos ponderam que o Chafariz da Mãe Preta possui elementos simbólicos, representando primeiramente “um símbolo das mulheres negras passofundense, um lugar da memória do período da escravidão”. Outro, como símbolo de “libertação do período da escravidão para a mulher negra”. Em dois últimos depoimentos fazem menção ao Chafariz da Mãe Preta, com a identificação do busto/rosto alegórico a Mãe Preta contido no monumento, afirmando este ser: “uma referência histórico-cultural da população negra em Passo Fundo, a negra que tem na Praça é uma mulher negra que era funcionária da Rádio Planalto”; “a história de uma mãe que chora pelo filho, esta história regada de fé, misticismo e lenda, sobre o busto da mãe preta, esculpida no chafariz é uma homenagem particular a minha tia Maria Luiza dos Santos, pelo que consta seu rosto era semelhante ao da mãe preta”.

O que parece estar em suspenso são os diversos significados, representações que são tecidas acerca dos monumentos pelos indivíduos do presente, os quais constituem-se em sujeitos históricos que mediante suas lembranças reconhecem usos de memórias distintos sobre o Chafariz da Mãe Preta e o Monumento Praça da Mãe.

O que se propõe como forma de finalizar a análise destes monumentos é verificar o que foi tido sobre eles, tendo a finalidade de pensar sobre as respostas dadas sobre o significado histórico que os respectivos monumentos do Chafariz e Praça possuem na

atualidade para a comunidade passofundense. Pergunta provisoriamente respondida, pela sistematização das fichas aplicada e transcritas até aqui.

Tal análise estará compreendida em dois momentos: um primeiro, quando se analisará as respostas dadas os Chafariz da Mãe Preta, e o segundo, sobre as respostas em relação a Praça da Mãe. As respostas serão alinhadas pelas categorias de memórias propostas: proximidade, distanciamento, faixa etária e étnica, subdividindo-as por nível de semelhança e temática (quando possível) buscando confrontar as significações e representações dos monumentos na atualidade com as fontes documentais consultadas, destacando os sujeitos envolvidos no processo de patrimonização dos monumentos.

Sobre o Chafariz da Mãe Preta, na memória do espaço próximo relacionou o monumento a paradas que viajantes faziam antes de continuar seus destinos, não especificando propriamente o motivo de tal parada, sendo que a maioria manifestou não saber o significado do monumento. Frente a este não saber, considera-se que aqueles que optaram por tal resposta, reportavam-se ao não conhecimento do significado histórico do monumento. Mas não ariscaram uma significação individual a partir de lembranças, talvez por não a terem, mas em todos os casos que isso ocorreu, haviam um sentimento de constrangimento generalizado entre os depoentes, pois achavam importante saber, possuir este conhecimento, enquanto valor simbólico de conhecimento cultural.

Na memória do distanciamento, o que ficou evidente foi a relação do monumento associado ao Mito da Mãe Preta, em outro caso, a relação da mulher enquanto protetora dos filhos da fome e da doença. Há homenagem a mulher negra, sendo marco comemorativo do fim da escravidão, representado a força e luta da população escravizada, em especial as mulheres negras. E também, uma relação religiosa e curativa sendo que a fonte surgiu das lágrimas de Mãe Preta, portanto a água possuía propriedades medicinais que curaria qualquer tipo de doenças.

Na faixa etária adulta, a memória relacionada ao monumento considerou se um lugar de homenagem à uma mãe e a uma mãe preta; outras reportaram-se a condição histórica do surgimento do monumento no sentido do abastecimento da vila de Passo Fundo, ou ao ditado popular que diz: “quem beber da água do Chafariz da Mãe Preta, sempre retornaria a Passo Fundo”. Temos ainda, a significação de uma Mãe Preta benzedeira, que ora, faz alusão a característica histórica da Guerra do Paraguai, e ora, como sendo uma prática cotidiana de Mãe Preta que se utilizada da água da fonte do arroio do Lava-pés. E menciona, a utilização desde espaços pelas lavadeiras de roupas.

Sobre a memória de cunho étnico racial negro feminino, podemos procurar uma compreensão acerca das respostas, buscando entender o que propriamente diz respeito a memória da Mãe Preta, e da memória do Chafariz. Pois, neste grupo as resposta em muitos casos levou em consideração o que a Mãe Preta simbolicamente representava para os sujeitos singulares que estavam dando seu depoimento, o que a Mãe Preta representava enquanto consciência de grupo, e para a cidade de Passo Fundo, associando a isso, o que o monumento que a homenageia representa.

Então a partir do viés de pensar os depoimentos dos sujeitos singulares em suas interpretações observou-se que as significações e representações abordadas a Mãe Preta não análises que as mesma fazem de suas próprias vidas particulares. Projetando ao monumento sentidos que se quer valorizados nas mulheres negras da atualidade.

Ou seja, ao identificar a Mãe Preta como um elemento social contido em um bem patrimonial que rememora a história da escravidão, para além deste significado, agrega-se a ele outros que são: “a celebração e emancipação da mulher negra”, “a simbologia da mulher livre, mas com traços da escravidão”. Nestes termos, a cativa de Cabo Neves, ressurgiu ressignificada, enquanto mulher ativa, forte, determinada, símbolo de liberdade, de emancipação, autonomia individual de decidir a própria vida sem a tutela de outrem.

Esta interpretação desperta a noção da consciência de grupo étnico racial negro de mulheres que se quer lembrada na atualidade. A memória da Mãe Preta, não é em hipóteses alguma, da subserviência, da dominação, da humilhação. Bem pelo contrário, é a memória de um grupo que conscientemente reconhece e orgulha-se de sua historicidade, que não forjam um mito para eliminar o estigma de uma vergonha, mas o significam a luz de um presente em favor de uma identidade que não esquece o passado, mas que também, não este aprisionado a ele gerando ressentimento, e sim a serviço de um presente construindo uma nova identidade. Onde a escrava a Cativa, é vista uma nova noção, que possa cativar ou despertar uma visão de si, e para os outros reformulada.

Para a comunidade passofundense as significações apresentadas valorizam o monumento enquanto homenagem a uma mulher negra, apreciando no Mito da Mãe Preta a questão do amor de mãe para com seu filho, que de suas lágrimas surge a fonte do Chafariz. Também pondera o lugar como sendo ponto de encontro com finalidade de buscar água e espaço econômico que gerava renda as mulheres que dali tiravam seu sustento de suas famílias com a atividade de lavadeiras de roupas para as famílias ricas, fala que demonstra uma relação de dominação econômica legitimada por uma necessidade de subsistência. E aparece novamente um aspecto religioso, não propriamente da Mãe Preta como sendo

benzedeira, ou as propriedades medicinais da água, mas como símbolo de visitas com a intenção de pedir ou agradecer uma graça alcançada, conferindo a Mãe Preta, o status de santa popular.

Sobre a questão das lavadeiras é interessante uma comparação entre aquilo que se fala hoje da apropriação do espaço do Chafariz da esta finalidade, levando em consideração que o mesmo possuía instalações construída que visavam este fim. Com o que se falou, desta mesma atividade nos documentos analisados que demonstraram as opiniões sobre a demolição do Chafariz da Mãe Preta em 1965. Tendo em vista, as opiniões emitiram pelo Instituto Histórico e as reportagem do Jornal o Nacional, que demonstram percepções acerca da obra de demolição de forma diferente conforme o grupo social representado.

A demolição do Chafariz justifica-se em um contexto de modernização de uma região da cidade que não poderia se desenvolver devido ao entrave que representava a população do Bairro do Boqueirão. O Instituto Histórico emite um parecer favorável à demolição do Chafariz e sua substituição para um local mais apropriado. Tal atitude desperta alguma indagações acerca do parecer emitido pelo Instituto Histórico que representaria a salvaguarda do patrimônio histórico municipal.

As indagações iniciavam-se questionando porque não se mantinha o Chafariz no mesmo lugar e se estudasse soluções de urbanização e modernização da região, defendendo a permanência do Chafariz no mesmo local. Pois, entendia-se que a discussão do Chafariz era secundaria, sendo que a real discussão deveria ser porque o poder público municipal não realizava uma obra de canalização pluvial que impedisse os alagamentos, uma obra de infraestrutura de calçamento que efetivamente melhorasse a qualidade de vida da população das imediações do Chafariz. O que não se entendia, era o porquê recorrer a uma alternativa tão simplista de demolir o Chafariz se havia outras possibilidades que nem sequer foram cogitadas enquanto alternativas.

Ainda o Instituto Histórico sofre acusações por parte de um vereador de estar defendendo interesses escusos no caso da demolição do Chafariz. Quais interesses seriam estes, é difícil de estimar, se é que eles existiram, entretanto, havia nesta região um potencial comercial imobiliário crescente devido a possibilidade de loteamento da propriedade e a venda de terrenos. O Jornal o Nacional em reportagem assegura que o número de lavadeiras que utilizam os tanques para suas atividade é irrisório, o que pode se deduzir, que a demolição dos tanques e a mudança do Chafariz não representariam perdas, ou impacto social significativo.

O que isso pode demonstrar é a construção de discursos persuasivos que a serviços de grupos que intencionalmente possuem o poder de determinar o que será ou não preservado e salvaguardado para as próximas gerações, e em que condições este patrimônio chegará mediante a alterações que pode sofrer em seu processo de patrimonização. Outra questão, é que o Chafariz passou por diversas nomenclaturas: “Arroio do Lava-pés”, “Chafariz dos Escravos”, “Chafariz da 10 de Abril esquina com a Uruguai”, até que passou a ser chamado de Chafariz da Mãe Preta.

O que parece é que o mesmo passar a ser chamado assim frente a uma tradição existente, que destoava das nomenclaturas registradas pelos órgãos públicos. Frente a demolição dos tanques de lavar roupa, foi mencionado que uma comissão de mulheres negras, chamadas no documento de “mulheres de cor”, visitam o gabinete do prefeito municipal e reivindicam a construção de um busto em memória à Mãe Preta. Talvez isto seja simplesmente um ato furtivo, ou talvez seja, um aspecto que representa uma disputa pela memória que está ameaçada e se quer salvaguardar do esquecimento, mediante a visibilidade pública de um bem patrimonial, de um grupo que se faria visível através da alegoria da própria Mãe Preta perante a representação da Cativa que foi capaz de cativar a todos frente a seu desprendimento e sacrifício pessoal em prol da família.

Mãe Preta ao que parece no relato mítico era mãe solteira, e como tal, cabia a ela, o sustento de sua família que era seu único filho. Talvez a profunda identificação do grupo de lavadeiras com a Mãe Preta, não se dá só no aspecto de pertencimento étnico racial, mas também, um uma circunstância de vida. Sabe-se lá, se estas lavadeiras, não comungavam de uma mesma característica familiar, sustentavam seus filhos sozinhas. E assim, Mãe Preta, não é só o amor maternal, mas a perseverança de um ideal de mulher a ser seguido. Ou ainda, porque tanto misticismo, acerca das propriedades curativas da fonte, e os dons atribuídos a Mãe Preta, talvez esta considerações foram feitas no presente, devido a uma atividade de culto que estas mesma mulheres, lavadeiras, poderiam fazer a Mãe Preta no passado.

As lembranças rememoradas no grupo das mulheres negras e comunicadas aqui permitem tais ousadias especulativas. E para, além disso, em dois exemplos que citam justamente o busto/rosto de Mãe Preta, onde a pessoa que posou de modelos para a confecção desta obra representa justamente, a mulher moderna trabalhadora, livre, emancipada que luta diuturnamente para prover o sustento da família. Estes exemplos estão contidos nas falas que citam o Chafariz como sendo “referência histórico-cultural da população negra em Passo Fundo” dizendo que a negra contida no Chafariz era funcionária da Rádio Planalto. E no outro

exemplo, a memória familiar dos antepassados enaltece a lembrança em afirmar que o “busto da Mãe Preta, é uma homenagem à tia Maria Luiza dos Santos”.

Sobre o Monumento Praça da Mãe frente à memória da proximidade a maioria dos depoentes manifestou não saber o significado, isto é, dezoito depoentes não responderam. Sendo que na memória do distanciamento outros dez depoentes também não responderam, sob este aspecto o que fica evidente é a relação existente entre memória e esquecimento.

No processo de conceder as resposta da ficha aplicada aos depoentes, além do constrangimento gerado entre os mesmo, quando tinham que responder não saber ou não lembrar. O que se pode observar é que os depoentes sabem o obvio. Ou seja, qual é o significado do Monumento Praça da Mãe? Ora, representa uma mãe. E a partir desta constatação constroem inferências sobre o que representa a figura simbólica da mãe, e não propriamente o que representa o Monumento da Mãe.

Enquanto o público mais jovem parecem possuir uma memória histórica frágil acerca dos monumentos, o público adulto, possuem uma nível de compreensão do monumentos bem mais elaboradas a ponto de estabelecer relação entre memória e história. Basta observar as respostas, enquanto os depoentes jovens ficavam no trivial, e com resposta sem nenhum grau de complexibilidade. Os depoentes adultos, construíram interpretações que além de mostra apropriação de memória, também foi possível identificar, o conhecimento histórico acerca dos monumentos.

Levando em consideração o Monumento Praça a Mãe algumas das respostas aludidas ao monumentos foram: “uma negra escrava que ficou sem seus filhos”; “rememora a lenda de uma escrava pertencente ao Cabo Neves, que perdeu seu filho”; “uma escrava que perdeu o filho”; “significa as amas de leite (escravos) que cuidavam dos filhos dos outros”; “significado histórico, segundo a lenda, que quem beber da água da fonte retornará à Passo Fundo, essa é a lenda que escutamos das pessoas que moram em Passo Fundo”; “um conjunto que apresenta a escultura de uma negra e seus filhos”.

Então o que se pode observar é que estas respostas não se tratam propriamente do Monumento Praça da Mãe, e sim do Chafariz da Mãe Preta. Sabemos que os monumentos não possuem nenhuma relação, então a inauguração do Monumento Praça da Mãe, aproximadamente um centenário após a inauguração do Chafariz da Mãe Preta, é um ato furtuito, meramente ocasional.

Em 1961 o Jornal O Nacional lançava oficialmente a população passofundense o comunicado que a cidade teria um monumento em homenagem as Mães. Desta dada até o dia de inauguração do monumento em 7 de agosto de 1964. Contraditoriamente, são nas páginas

do próprio Jornal O Nacional, como também, no material produzido pela Secretaria de Turismo, que podemos encontrar informações que relacionam o Monumento da Mãe com o do Chafariz da Mãe Preta.



Figura 52 – Informações turísticas de Passo Fundo, destacando-se a Praça da Mãe e o Chafariz da Mãe Preta.

Fonte:

Prefeitura Municipal de Passo Fundo. SETUR – Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Desporto. Divisão de Turismo.

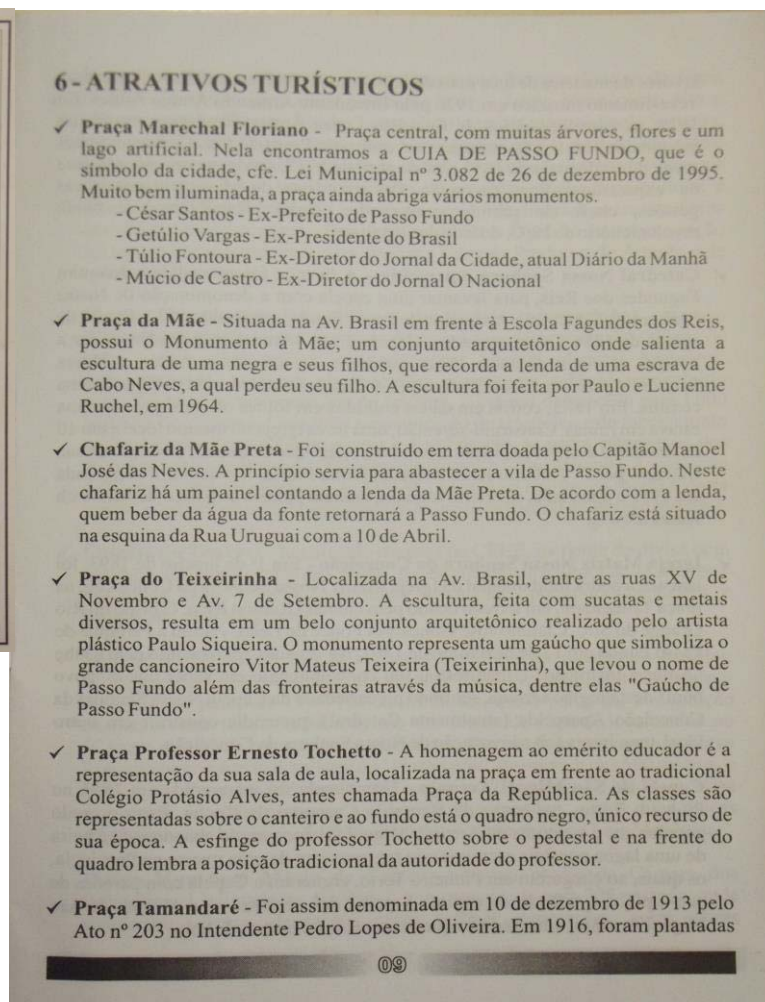


Figura 53 - Informações sobre o Monumento Praça à Mãe (Preta).

Fonte:

GRUPO PRÓ-MEMÓRIA. Passo Fundo Conta a sua história: Passo Fundo 1857-1994 137 anos. Prefeitura de Passo Fundo, Secretaria Municipal de Turismo Cultura e Desporto, p. 6, Agosto 1994.

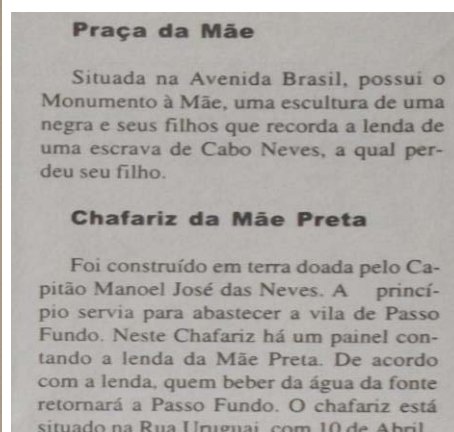


Figura 54 – Informações sobre o Monumento Praça à Mãe e Chafariz da Mãe Preta.

Fonte:

Interpretando Passo Fundo através de representações gráficas, pesquisa e informações. O Nacional, Passo Fundo, [s.n] 19 Junho 2000.

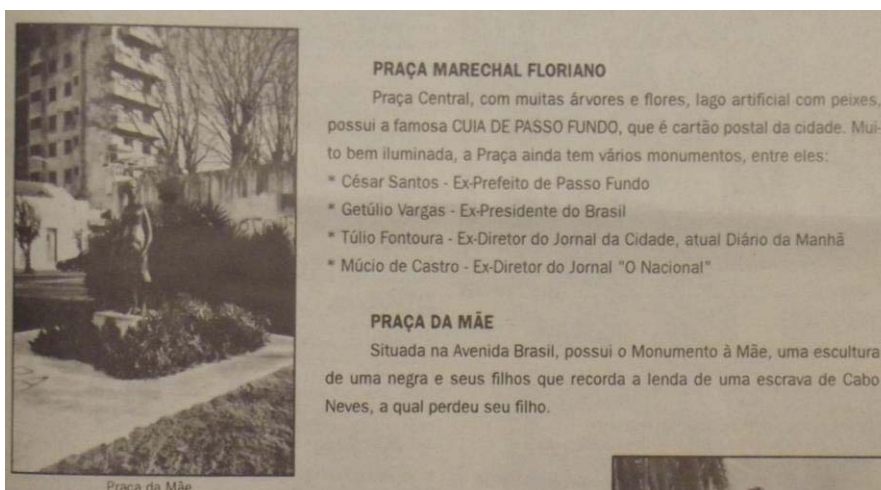


Figura 55 – Informações sobre o Monumento Praça à Mãe.

Fonte:
GRUPO PRÓ-MEMÓRIA. Passo Fundo Conta a sua história: Passo Fundo 139 anos. Prefeitura de Passo Fundo, Secretaria Municipal de Cultura e Desporto, Agosto 1996.

As reportagens e o material turístico produzido é unânime em relacionar o Monumento Praça da Mãe, a lenda do Chafariz da Mãe Preta. Como se a inauguração do Monumento à Mãe rememorasse a lenda da escrava que pede o filho. Informação essa que não procede as intenções originais que idealiza o Monumento à Mãe, sendo este um monumento a todas as mães. Mas podemos atribuir uma boa parcela de responsabilidade a essa dubiedade de informação a própria Prefeitura Municipal de Passo Fundo, para isso basta observar o site da Prefeitura, e analisar as informações concedidas por um órgão oficial a respeito dos monumentos.

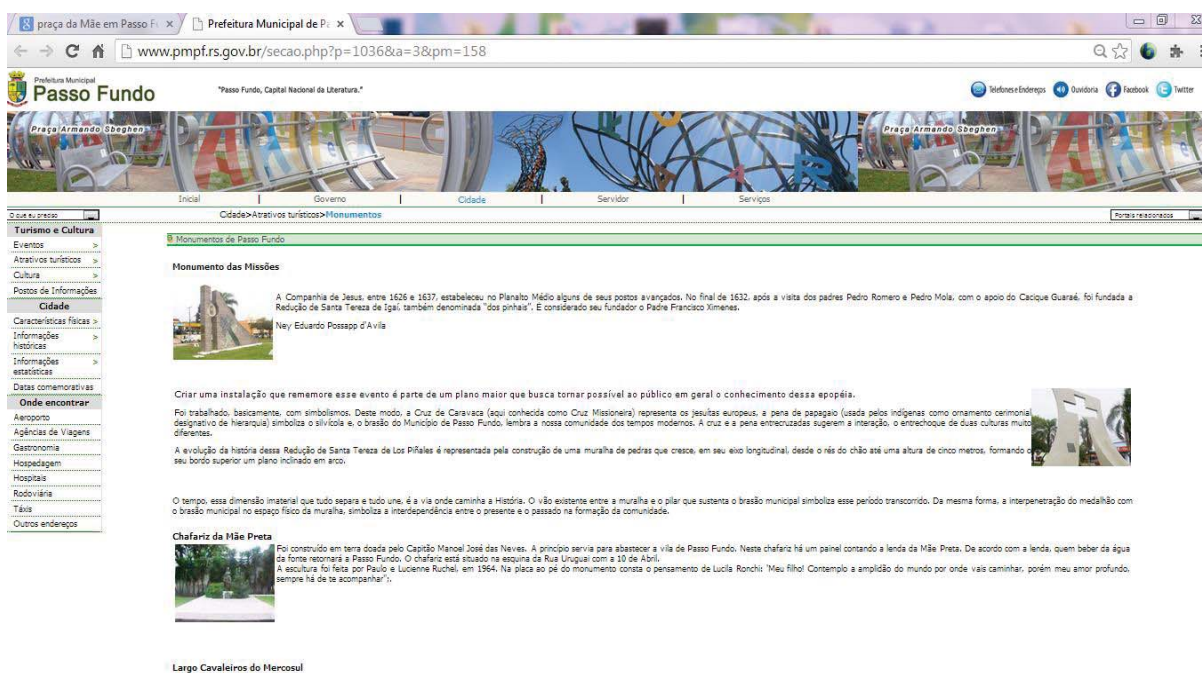


Figura 56 – Informações sobre o Monumento Praça à Mãe.

Fonte:

<http://www.pmpf.rs.gov.br/secao.php?p=1036&a=3&pm=158> (acesso no dia 18/09/2013 01:50)

O interessante das informações contidas no site da Prefeitura em 2013, é que na imagem está o Monumento Praça a Mãe, mas o título que identifica a imagem é Chafariz da Mãe Preta. No texto informativo ocorre um duplo equívoco. O primeiro é a afirmação de que o monumento foi construído em terra doada pelo Capitão Manoel José das Neves, que servia para abastecer a vila de Passo Fundo, e continua dizendo que neste chafariz há um painel que conta a lenda da Mãe Preta. O segundo equívoco, é dizer que a escultura foi feita por Paulo e Lucienne Ruchel em 1964. Põem-se como título do Chafariz e uma imagem da Praça, e se faz uma explicação que relaciona um no outro.

Hoje o equívoco das imagens já foi solucionado, tendo no site da Prefeitura, a imagem correta que localiza da Praça da Mãe e o Chafariz da Mãe Preta. Entretanto, ainda permanece um pequeno problema. Que é da seguinte forma:

Situada na Avenida Brasil é ideal para se passar os fins de tarde. Nela se encontra o Monumento em Homenagem à Mãe que foi inaugurado em 7 de agosto de 1968. É um conjunto arquitetônico que apresenta a escultura de uma negra e seus filhos. A obra rememora a lenda de uma escrava pertencente ao Cabo Neves, que perdeu seu filho.¹⁹⁰

Sim a Praça da Mãe esta situada na Avenida Brasil, nesta parte a informação está correta, sua inauguração foi em 7 de agosto de 1964 sendo remodelada em 1968. Apresenta a escultura de uma Mãe, e não de uma mulher negra, e ainda, não rememora a escrava Mariana.

O poder público municipal há anos vem negligenciando a historicidade dos monumentos e passando informações contraditórias e conflitantes. Se observarmos, sobre o Chafariz da Mãe Preta, não existe praticamente problemas interpretativos. Estes concentram-se em sua exclusividade em relação ao Monumento Praça da Mãe, problema este que foi uma construção de discurso persuasivo da Secretária de Turismo de Passo Fundo, das informações constantes do site da Prefeitura Municipal de Passo Fundo, do Grupo Pró-Memória de Passo Fundo, e das reportagens veiculadas no Jornal O Nacional.

Mas isto é ignorância, pensa-se que não. Mas certamente um descaso patrimonial, uma ausência de comprometimento com a história do município e seus bens patrimoniais. O que só vem a confirmar a tendência municipal de não haver uma preocupação com o patrimônio cultura do município, desta forma, talvez fique mais fácil à produção de informações inqualificadas que aniquilam e denigrem a própria história dos monumentos, gerando assim uma memória coletiva distorcida, que é reproduzida como verdadeira.

¹⁹⁰ <http://www.pmpf.rs.gov.br/secao.php?p=1159&a=3&pm=158> (acesso em 20/09/2014 16:02)

O que se configura em termos de significado histórico patrimonial, foi uma produção de uma memória que gerou o esquecimento do significado e da representação original pela qual o monumento foi idealizado, promovido uma campanha em prol de sua realização e seu ato inaugural que o consolidou como mais um bem pertencente ao município. Porém, no decorrer dos anos as releituras realizadas por órgãos públicos oficiais e imprensa local legitimaram uma memória “oficial” acerca do Monumento Praça da Mãe, que destoa por completo de seu sentido original.

Assim, gradativamente se oficializou um esquecimento sobre as intenções que levaram os passofundense da década de 60 a erigirem o Monumento à Mãe. Com isso, em aproximadamente 37 anos, o Monumento a Mãe, passa a ser significado como sendo um monumento que homenageia a Mãe Preta. Fundamentado em que chega-se a essa conclusão? No material informativo turístico consultado “Guia Informativo e Turístico Passo Fundo – RS – Brasil”, produzido pela então Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Desporto na gestão municipal do Sr. Júlio César Canfield Teixeira, que esteve a frente da gestão municipal de 1997 a 2001. Que apresenta informações associando o Monumento a Mãe ao Monumento do Chafariz da Mãe Preta.

Neste material¹⁹¹ parece ser a primeira vez que associava-se a Praça ao Mito da Mãe Preta. De lá para cá, os anos somente fortaleceram esta interpretação, tanto isto é verdade, que não maior parte das fichas onde houve resposta a questão três. Que perguntava o significado histórico que o monumento possuía para a comunidade passofundenses. Por diversas vezes ocorreu uma associação da Praça da Mãe com o Chafariz da Mãe Preta, mediante correlação do Monumento à Mãe com o Mito da Mãe Preta.

Esta é uma primeira hipótese. Os meios de comunicação da imprensa juntamente com setores públicos produziram uma memória histórica social acerca do bem cultural do Monumento a Mãe. Mas o que foi que levou estes setores a produzirem esta memória relacional da Mãe ao Mito da Mãe Preta. Esta dúvida consiste na segunda hipótese de tentar compreender a relação entre o Monumento a Mãe e o Mito da Mãe Preta.

Continuado a análise das fichas com o grupo étnico, esta identificação entre o Monumento Praça da Mãe com o Chafariz e Mito da Mãe Preta também ocorre com estas depoentes. As mulheres também relacionaram em alguns casos a Mãe ao Mito da Mãe Preta, afirmando que o monumento a Mãe lembrava: “o sofrimento desta mãe escrava e a dor da separação”; “um símbolo que representa a mãe negra de Passo Fundo e que deve ser

¹⁹¹ Levando em consideração os registros documentais encontrado, consultados e utilizados como fontes.

conservado”; “resgata o papel da mulher descendente de escravos na sociedade passofundense, como ama de leite, que carrega e cuida seus filhos e também como mulher guerreira que luta por seu espaço”; “porque amamentava os filhos dos patrões e os dela, era escrava e foi mártir, por isso ficou mãe preta”.

Levando em conta toda a polêmica que foi a demolição do chafariz em 1965 juntamente com os tanques utilizados pelas lavadeiras que lhe era anexo. E que sua última construção com legalização definitiva da área foi realizada em 1982. Temos, portanto um período de 17 anos entre a demolição e a construção atual do Chafariz.

Tais desdobramentos induz a crença que talvez o material de divulgação e informação produzidos, podem terem sido respaldas na construção de um imaginário social que frente a ausência material do Chafariz da Mãe Preta. Construiu uma nova significação para o Monumento à Mãe, como forma de salvaguardar a memória do Chafariz, juntamente com seu significado imaterial que é o Mito.

Tal associação estaria legitimada na ausência material do bem patrimonial do Chafariz da Mãe Preta, como a Praça da Mãe, possui a estatua de uma Mãe com os seus filhos, estava assegurava a possibilidade que perpetuação da memória do Mito da Mãe Preta associando-a ao do Monumento à Mãe. Fazendo com que os órgão responsáveis pela divulgações turísticas do município e imprensa local, reproduzissem uma memória oriunda, de uma memória ressignificada do Mito, frente a possibilidade do esquecimento. Tal possibilidade consiste na segunda hipótese que busca entender a relação construída entre o Monumento a Mãe e o Mito da Mãe Preta.

A terceira hipótese, é que talvez, possa ser bem provável que não seja, nem uma coisa, e nem outra. Não tenham sidos os matérias impressos que condicionaram a memória, ou que uma memória perante uma tradição popular tenha condicionado os materiais impressos. Esta terceira via, pensa a impossibilidade da compreensão do momento exato que começou a haver uma associação direta entre o Monumento da Mãe e o Mito da Mãe. O que sabe-se com toda certeza, é que tal associação existe. Sabe-se também, que existem problemas nas informações prestadas acerca do Monumento Praça à Mãe, que são bem atuais.

As fontes nos relegaram tais possibilidades interpretativa, longe de tentar compreender as origens da contenda Monumento à Mãe versus Chafariz da Mãe Preta, e revolve-la. Fica para qualquer efeito, a ideia de uma espécie de disputa de memória que rivaliza entre: uma dita “oficial”, como uma vista como “subalterna”, ambas outorgando a si, o direito de dizer, criando e recriando sentido e significado aos monumento, da mesma forma que criam e recriam sentido em suas próprias identidades particulares e coletivas.

Neste sentido de identificação de uma consciência individual e coletiva projetada ao bem patrimonial é interessante observar os depoimentos do grupo étnico das mulheres negras que não relacionaram em suas respostas o Monumento Praça da Mãe ao Chafariz da Mãe Preta. Tais depoentes expuseram em suas explicações sobre o Monumento a Mãe, que este mediante a alegoria feminina da mulher que é mãe, representava: “à mulher brasileira, mãe trabalhadora”; “mulher trabalhadora protegendo seu filho”; “uma homenagem a todas as mulheres/mães trabalhadoras, guerreiras. Marca o início da mulher na indústria e comércio, numa nova visão, saindo da sua lida doméstica para independência econômica e cultural. Marca também o dia da Mulher, 08 de maio”.

Nestes depoimentos se alude uma significação feminina a mulher/mãe de: protetora, trabalhadora, guerreiras, desvinculada a uma noção estritamente doméstica ou ainda associando as responsabilidades de uma vida profissional inserida no mercado de trabalho sob as exigências da sociedade capitalista moderna com o fato de ainda terem que ser mães. O que diverge dos depoimentos de outros grupos que associaram o Monumento a Mãe a sua figura materna de representação acolhedora, de afeto, proteção, de importância fundamental para o núcleo familiar, condicionada as atividades domésticas do lar.

Pensando no contexto histórico em que o Monumento à Mãe foi produzido, especificamente entre os anos de 1961 a 1964, com uma complementação da obra em 1968, praticamente pode-se dizer que em toda a década de 60. E ponderando que nesta mesma época o perfil feminino estava quase que indissociado as tarefas doméstica, entre as quais estavam o cuidado para com os filhos.

Tal definição de Mãe faz lembrar uma obra célebre da escritora estadunidense que Betty Friedan “A Mística Feminina”. Obra em que a autora denunciaria o papel social dada a mulher na ideologia do *american dream*, o sonho americano, que pode ser resumido como a tentativa de realização da felicidade pessoal aliada ao conforto material.

Frente a este papel que as mulheres desempenhariam no sonho americano, esta a imagem de uma mulher revestida em uma mística simbólica da esposa e da mãe, que consequentemente desencadearia na de dona de casa. Sendo que em tal padrão era essencial que as mulheres se encaixassem, e pautassem suas vidas, sob a pena ou perigo, que caso contrário, corriam o risco de estarem arruinando sua feminilidade. E assim a carreira profissional para fora do lar, era sempre vista como um ato de renúncia á profissão, e um ato

de descoberta para aquilo que realmente importava tornar-se dona de casa, isto é, ser esposa e mãe, para ser dona de casa.¹⁹²

Confrontando a opinião da autora que leva em consideração a vivência das mulheres nos Estados Unidos, aos documentos que justificaram a ereção do Monumento à Mãe de 1961 a 1964. Pode-se observar que o elemento simbólico atribuído à mãe do ponto de vista local contrataram com uma visão mais geral e englobante, que era a percepção de um imaginário representativo da figura materna, que por sua vez, determinaria o comportamento adequado da mulher perante a maternidade.

Aqui, bem no sul do país, neste município de Passo Fundo. As alusões feitas às mães foram inúmeras dentre elas podemos destacar: “é um monumento espiritual de veneração e de carinho, a pedra angular da humanidade”¹⁹³; “não esqueças, ó mãe, que quer ser livre é ser responsável, logo é fazer o que se deve e não o que se quer”¹⁹⁴. “a mãe não é só a rainha do lar. É também, não raro, a enfermeira, a cozinheira, a lavadeira, a mestra, a artista da vida”¹⁹⁵.

Lá em 1961 quando o Jornal O Nacional anunciava pela primeira vez que Passo Fundo teria um monumento em honra às mães. Justificava-se esta atitude como forma de salvaguarda um dos tesouros imateriais mais importantes da humanidade e utilizava uma frase emblemática do significado de ser mãe: “três vezes santa, na dor, na renúncia e no sacrifício”. Dizendo que o movimento prol monumento seria de cunho popular que abrangeria a todas as classes.

Cinco décadas se passaram, estas classes ou grupos, significam ou ressignificam tal monumento de forma diversas. De uma mãe, santa, que é renúncia, rainha do lar, surgiu uma mãe que continua sendo protetora, mas para, além disso, é guerreira, independente e trabalhadora. Sendo que o trabalhadora diz respeito a autonomia profissional conquistada pelas mulheres de desempenhar uma função produtiva para fora do espaço doméstico, não enquanto uma afirmação depreciativa das funções do lar, como não sendo trabalho.

O que se identifica é que os monumentos são revitalizados em suas capacidades de legibilidade frente aos grupos que a contemplam. Os indivíduos isoladamente ou associados possuem a capacidade de ler o patrimônio histórico mediante as suas próprias condições sociais e históricas, pertinentes aos contextos em que estão inseridos produzindo novos sentido os bens patrimoniais. Enxergando no patrimônio um pouco que gostaria que a sociedade visse representado de si mesmo.

¹⁹² FRIEDAN, Betty. *Mística Feminina*. Petrópolis: Vozes, 1971. p. 40-42

¹⁹³ Pedra Angular da Humanidade. O Nacional, Passo Fundo [s.n] 13 Maio 1961.

¹⁹⁴ Dias das Mães dia da humanidade. O Nacional, Passo Fundo [s.n] 15 Fevereiro 1964.

¹⁹⁵ Mãe: artista da vida. O Nacional, Passo Fundo [s.n] 10 Maio 1964.

Nas fichas aplicadas aos depoentes e em suas respectivas resposta analisadas ficou perceptível, precisamente o que se intencionava demonstrar. As relações de força/poder e os usos da memória. Neste sentido, Pollak vai afirmar que estas relações consistem em um processo de reinterpretação “permanente” do passado, em função das disputas pela memória contidas no presente. Ou seja, o presente carece de sentido e de justificação a partir de discursos sucessivos que veicula o próprio passado com a imagem que se gostaria de ter no presente, forjando o passado a partir de usos de memórias que os indivíduos/grupos fazem de si mesmo.

Em Nora os usos de memória se vinculam a possibilidade de um acontecimento ser cristalizado na lembrança coletiva de indivíduos/grupos que na maior parte dos casos não participaram do evento. Isto é, relacionado com os lugares de memória/patrimônios analisados, sua “função” é de “parar o tempo” e “bloquear o esquecimento”. Entretanto, seu significado só será deslumbrado na amplitude de suas significações, ressignificações e representações desenvolvidas pelo conjunto de forças de interesses em que indivíduos/grupos acessam e reivindicam memórias.

Ainda, sobre as relações de força/poder contido no bem patrimonial que grupos distintos significam e representam os monumentos conforme uma memória individual ou coletiva de Passo Fundo. Mas sempre marcada por uma característica de como estes indivíduos visualizam a si próprios em seus contextos sociais, projetando nos patrimônios explicações carregadas de subjetividade pessoal e representado os patrimônios como representam a si mesmo. Por isso, as representação e significações não são, e talvez nunca serão unívocas, elas sempre estarão tensionadas por uma relação de força, entre: o que os outros dizem, e eu digo que é o patrimônio, o que representa para os outros e o que representa para o indivíduo o patrimônio.

Em relação aos usos de memória se ressaltou a relação entre uma memória produzida por setores sociais que tem a função de informar a população tanto local, quanto aquela que por algum motivo transita pela cidade, sobre os bens patrimoniais existentes na cidade. Buscando pensar como esta memória afeta e condiciona a memória coletiva da população, ou se o que ocorre é o contrário, é de posse de uma memória coletiva galvanizada em tradição que se produz o material informativo acerca do patrimônio histórico cultural.

Frente a isso, o material informativo da cidade de Passo Fundo, o conceito de “invenção das tradições” em Hobsbawn parece bem pertinente para se tecer algumas considerações. Assim, as tradições, ou os discursos realizados em nome de uma tradição, podem criar, destruir e reestruturar as representações que se tem do passado. As tradições

sejam elas “naturais” ou “artificiais”, são construídas, inventadas. E enquanto inventadas, possuem como objetivo “inculcar comportamentos fabricados” e introduzi-los em uma dada coletividade como sendo o reflexo mais puro da identidade, que representa a continuidade do passado no presente.

Conforme Hobsbawn o problema reside no fato de que nem sempre as tradições “nascem” da espontaneidade livre e original de um povo, sendo que em alguns casos elas podem ser determinadas pelo conjunto de jogos de poder/foça entre os diversos atores sociais de uma dada realidade histórica. Ou seja, foram inventadas entre a disputa que grupos fazem pelo “direito” de manifestar uma memória que se quer perpetuada.

Então no caso passofundense a memória que se quer perpetuar é da tradição, vinculada as raízes identitárias das Tradições Gaúchas, que veiculam do passado no presente frente à valorização de alguns bens patrimoniais. Em relação aos bens patrimoniais do Chafariz da Mãe Preta e do Monumento Praça da Mãe, o que existe, parece ser o descaso, por não ser visto talvez, como elemento cultural de destaque na formação da identidade cultural do passofundense.

Independentemente de pensar o nível de interdependência de uma memória na outra. O que será salientado é que muitas vezes como as memórias são manipuladas, podem ocasionar esquecimento. Talvez muito pior que uma significação e uma representação controvertida ao sentido original para com o qual o bem foi criado, é chegarmos a uma atualidade com indivíduos de um mesmo espaço societário, em termos mais simples, de uma mesma cidade, sem ter a condição de realizar uma tentativa de explicação sobre um bem patrimonial contido em seu próprio município, talvez porque o referido bem perdeu o sentido, se é que teve, para os grupos que compõem o espaço societário.

As lembranças estão suscetíveis a deformações, são vulneráveis a manipulações, e se compõem e recompõem de revitalizações frente aos esquecimentos conforme considera Nora. O que se observou neste estudo foi justamente estes fatores que parecem estarem intrínsecos a constituição das memórias individuais, mas principalmente nas coletivas. Já em Pollak, A memória se configura em uma disputa permanente entre diferentes processos históricos e atores sociais distintos que intervêm, conforme seus interesses, para a formação e consolidação de uma memória.

Para tanto, Pollak considera os limites do “esquecido” e dos “não-ditos”, e pondera que essas tensões afloram em momentos de acirramento de conflitos e disputas entre grupos que fazem usos diferentes das memórias coletivas. Este conflito entre a memória “subterrânea” e “oficial” pode ter como consequência a reescrita da história, a memória nessa

acepção será sempre de um grupo que rivaliza o direito de dizer quem é, porque é, donde é, como é; reafirmando sua identidade frente ao outro, não sendo, portanto a construção de uma alteridade, e sim de uma autoridade que reivindica o monopólio do direito de justificação identitária.

Mas a questão talvez não esteja propriamente no esquecimento ter gerado memórias subalternas que transgrediram uma relação de dominação e transformaram-se em oficiais. O problema nem tanto parecer ser da existência de memórias manipuladas, e sim que não se tenha memória alguma. O dilema está em como será possível compreender todos aqueles casos de depoentes que nas questões referentes a construção do significado histórico dos monumentos do Chafariz da Mãe Preta e do Monumento Praça á Mãe para a comunidade passofundense, não tiveram condição de responder nada.

Pois em muitos casos, as respostas dadas não se delimitaram ao que os monumentos representavam para a cidade, para a comunidade passofundense. E sim no que os monumentos representavam para a vida individual dos depoentes. Então, acredita-se que o problema da memória, é não ter memória, é não ter condição de atribuir sentido algum a algo que se não cotidianamente, ao menos algumas vezes no decorrer do ano me deparo visivelmente com tal objeto. O problema é o descaso patrimonial que revelasse em apagamento da memória histórica cultural coletiva, pois ao supervalorizar bem culturais de uma tradição gaúcha. É relegar outros bens a uma condição de subserviência que ledamente se apagaram da memória, se a intenção for esta, o que estará é o esquecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em *O Pequeno Príncipe*, a raposa diz ao garoto, o Príncipe, que ele é, para ela, apenas um garoto entre tantos outros, e, sendo assim, não representa alguém especial. Nessas circunstâncias, ela, a raposa, não tem necessidade dele, e ele não tem necessidade dela. Entretanto, se houver uma reciprocidade entre os mesmos, ambos precisarão um do outro, e cada um será único. Para isso, é imprescindível que ambos possam cativar ao outro, mutuamente.

Por isso, considerou-se ser a definição mais apropriada a este estudo uma discussão entre o “presente ausente” dos bens patrimoniais. Isto é, aquilo que extrapola a materialidade do monumento para ser visto a partir de sua simbologia. Identificando como os indivíduos e grupos o significam e representam. Na busca por tentar compreender como um monumento que faz referência a uma “Cativa” enquanto categoria produtiva de trabalho, que vigorou no Brasil por mais de trezentos anos, pode “cativar”. E, ainda, construir uma narrativa interpretativa do que é o patrimônio histórico, de como se formam as memórias e de como estas são alteradas do decurso do tempo. Objetiva-se, ainda, avaliar como o patrimônio e a memória se constituem em um campo de relação de poder entre os indivíduos e grupos.

Não se sabe ao certo se o monumento cativa, ou se os indivíduos se sentem cativados por ele. Porém, o que nos interessa não é o monumento resumido a uma mera imagem, mas sim ao significado que ele remete e às inúmeras leituras que os indivíduos e grupos fazem dele. Entretanto, o monumento sem história e memória, e reconhecido como tal, é o frio bronze do esquecimento perene, uma obra estética dissociada de sentido. Se for assim, permanece no presente enquanto obra do passado, encoberto por mais que esteja desnudo e permeado pela invisibilidade, mesmo que visível a todos.

O patrimônio histórico cultural de um país, estado, cidade, sociedade, constitui-se das diferentes manifestações sociais produzidas pelos indivíduos/grupos ao longo de tempo em um espaço determinado, então, preservar esse patrimônio cultural significa, a grosso modo, a manutenção de certas marcas da história ao longo do tempo, assegurando a possibilidade da construção dinâmica das identidades por intermédio da salvaguarda cultural diversificada de determinada sociedade.

Da diversidade cultural existente nas sociedades resultam bens culturais os quais, enquanto tal, são valorizados pela coletividade por proporcionarem àqueles indivíduos/grupos o conhecimento de si próprio, a identificação mútua, a percepção das

diferenças, e o conhecimento da própria realidade social e histórica que os circunda. Possui a capacidade de estimular a(s) memória(s) dos indivíduos, os atores sociais historicamente vinculados àquela tradição, garantindo-lhes uma identidade.

Um “bem” é algo que nos é próprio, familiar, vivido no cotidiano. Um bem cultural também deveria ser comum a todos os membros de dada sociedade, que, conjuntamente, desenvolveriam ações em prol de sua proteção, conservação e preservação. Isso significa defender, manter e cuidar, mas só se defende aquilo que possui um real significado para sua vida, mantendo, guardando aquilo que se julga insubstituível para si ou para os outros, só se cuida então, daquilo que é importante.

Esse desejo de salvaguardar um bem cultural coletivo é, em parte, fruto da euforia da época moderna, em que os indivíduos voltam-se para esses bens como sendo o “paraíso perdido” de uma época na qual a vida era diferente, é o testemunho silencioso do passado distante anacronicamente do presente, a fim de dizer às futuras gerações que as coisas nem sempre foram assim.

Salvaguardar, como se compreende aqui, implica ações conjuntas que garantam a defesa, a manutenção e o cuidado para com um bem cultural coletivo, que seja um patrimônio histórico cultural. Consiste, ainda, em desenvolver ações que visem a atitudes preventivas quanto a danos ao bem; restaurativas, devido aos desgastes das ações climáticas ou humanas e que não denigram os aspectos originais das obras; educativas, de conscientização acerca da historicidade do bem. E ações dinamizadoras, de reinserção do bem cultural à vida comunitária da sociedade em circunstâncias em que isso se faça necessário.

E é neste ponto que deixamos de referir bens culturais coletivos no geral e voltamos nosso olhar àqueles que foram o foco desta pesquisa, que são os patrimônios históricos culturais do Chafariz da Mãe Preta e do Monumento Praça da Mãe, abordando os seguintes aspectos: como pensar os monumentos a partir do critério de ações educativas que favoreçam o desenvolvimento da memória histórica sobre si e de ações dinamizadoras, de reinserção de sentido do monumento na vida pública como elementos de um passado que se faz presente na história municipal e enquanto tal carrega significados, representações, que contribuem para a formação identitária do que é ser passo-fundense.

Sobre a questão das ações educativas, tal característica nunca foi objeto de análise e somente foi referenciada nesta parte final devido a alguns dos resultados obtidos com a análise das fichas aplicadas ao público depoente. Não se pretende dizer de que modo deve ser realizada a ação educativa do ponto de vista didático-metodológico. Pretende-se, contudo,

advertir para a necessidade de uma ação desse cunho entre o público mais jovem, pois serão esses os multiplicadores entre suas famílias, constituindo uma espécie de rede de memórias.

Como o Projeto Momento Patrimônio, fruto de um grupo de estudo, de pesquisa e extensão composto por professores e alunos dos cursos de História e de Jornalismo da Universidade de Passo Fundo, visa planejar, organizar e apresentar programas de rádio e TV mensais para discutir e divulgar temas de Patrimônio Histórico Cultural e Ambiental, tal iniciativa surge do diagnóstico da ausência e da constatação de descaso relacionado a alguns lugares de memória da cidade de Passo Fundo. O Projeto é exemplo de comprometimento patrimonial, com levantamento qualificado quanto aos lugares de memória da cidade, com pesquisa histórica detalhada, por participação de especialistas que foram chamados para contribuir sobre a problemática que envolve a conservação do patrimônio cultural local. Entretanto, somado a essa iniciativa, é imprescindível que se avolumem outras que demonstrem a diversidade de lugares de memórias existentes no município, de bens patrimoniais, e como esses podem ser entendidos como parte fecunda da formação identitária local.

Assim, a educação patrimonial pode ser entendida como um conjunto organizado de procedimentos e ações que objetivam valorizar as comunidades e toda a sua produção cultural. Trata-se de um processo de sensibilização que visa despertar sentimentos e conhecimentos que fortalecerão o senso de pertencimento e compreensão dos indivíduos como elementos de um grupo, sociedade, comunidade e lugar, usando, para esse fim, o seu acervo cultural. Com a educação patrimonial, pretende-se alcançar a preservação do patrimônio cultural produzido pela sociedade como um todo, sendo desenvolvida de modo permanente.

Em relação às ações dinamizadoras de reinserção de sentido do monumento na vida pública municipal, a fim que os bens patrimoniais consigam reaproximar o tempo pretérito do tempo presente, é preciso que se reconsidere algumas questões: a necessidade de um plano de ação no setor do turismo/cultura que realize levantamento criterioso sobre os espaços de memória, bens culturais patrimoniais, sejam eles materiais ou imateriais, com estudo e pesquisa sobre esses; processo de inventariamento; e conhecimento sobre os usos que são feitos dos bens, em caso de patrimônio edificado.

Ainda, faz-se pertinente a realização de atividades que gerem promoção, identificação e prestígio ao bem, seja qual for a atividade, seja no Monumento Praça da Mãe, que comumente é mais utilizada com espaço de socialização aos finais de tarde e finais de semana, com shows, eventos esportivos, políticos, religiosos, culturais. Se houvesse consenso

entre o poder público que cede o espaço e os indivíduos/grupos que reivindicam a utilização destes, poderia haver um termo de liberação do espaço público, sendo uma das exigências para a liberação do espaço o compromisso de contextualização histórica do local que está sendo utilizado.

Outro exemplo de dinamização é o Programa Conhecendo Passo Fundo, ação desenvolvida pela Prefeitura de Passo Fundo e que promove um passeio de ônibus pela cidade, a partir de um roteiro turístico e cultural. O passeio é oferecido à comunidade passo-fundense em geral, a visitantes e turistas.

O roteiro parte da Praça Tamandaré, ponto conhecido por ter dado origem à cidade, e tem duração de duas horas. Passa por pontos históricos e turísticos considerados importantes. Independentemente de quais lugares de memória são visitados e de quais bens patrimoniais ou monumentos tenham sido destacados pelo projeto, a única preocupação que se deve ter diz respeito ao modo como estão sendo conduzidas as explicações, orientações turísticas em cada um desses espaços.

Este é um ponto, o outro visa discutir a possibilidade de revitalização dos espaços do Chafariz da Mãe Preta e do Monumento Praça à Mãe, para, em seguida, discutir a possibilidade de tombamento desses bens patrimoniais.

Sendo o Chafariz da Mãe Preta o monumento histórico mais antigo da cidade de Passo Fundo e um dos mais representativos acerca das origens da cidade, é incompreensível a não utilização do potencial de bem patrimonial material e imaterial que a história nos legou. Por que, então, não revitalizar esse lugar com um centro pró-memória de Passo Fundo, por estarem relacionados vários elementos atribuídos como importantes à questão identitária de Passo Fundo, como a importância da água, a atividade tropeira, a questão da erva mate, a questão indígena e negra e a questão literária a partir do relato mítico em suas duas acepções, o que, por sua vez, talvez alavancaria o turismo?

Sobre a o Monumento Praça da Mãe, este já se constitui, por sua localização privilegiada, em um lugar procurado por diversas pessoas e instituições para a realização dos mais variados eventos. Bastaria uma otimização na utilização do espaço que conciliasse os interesses específicos dos indivíduos ou grupos que desejam uma ação memorialística do local, isso é, ao mesmo tempo em que dado grupo de pessoas teria suas demandas atendidas, esses mesmos cidadãos divulgariam a memória daquele local para o público presente no evento. Isso seria possível com uma revitalização de sua estrutura, com placa informativa sobre o monumento, com um suporte que o setor público deve oferecer para viabilizar tal empreendimento.

Outra atitude que se faz necessária é o tombamento de ambos os patrimônios históricos, eis que dotados de valor para a comunidade em que estão inseridos e a qual representam. Assim, as ações educativas recuperariam as marcas os esquecimentos. E o tombamentos os protegeriam a partir de um aparato legal, jurídico, por meio de legislação específica.

Sabe-se que o tombamento é um ato administrativo realizado pelo poder público com o objetivo de preservar, através da aplicação da lei, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico e ambiental para a população. O tombamento é uma das iniciativas possíveis de para a preservação dos bens culturais, na medida em que impede legalmente a sua destruição e descaracterização. Nesse cenário, também se faz necessário ressaltar que aquele que ameaçar ou destruir um bem tombado está sujeito a processo legal, que poderá definir multas, medidas compensatórias ou até mesmo a reconstrução do bem como estava na data do tombamento, dependendo do veredicto final do processo.

Não se pretende, aqui, “inventar uma tradição”. Se alguma pretensão marcou este trabalho, foi a de buscar compreender melhor um bem patrimonial específico, qual seja o do Chafariz da Mãe Preta. Tal olhar teve muitas motivações, dentre elas, o fato de que diversas associações foram feitas entre o Chafariz e a Praça, justificadas por uma coincidência nas datas – separadas por um centenário, eis que a inauguração do Chafariz se deu em 1863 e a da Praça em 1964 –, fato que levou muitas pessoas a crer que um havia sido criado como elemento comemorativo do outro.

O que se engendrou nestas páginas foram proposições que envolveram a relação entre a memória e a história, em sua acepção patrimonial. Sendo o Chafariz da Mãe Preta e o Monumento da Praça à Mãe patrimônios da cidade de Passo Fundo, foi possível observar, no processo de patrimonialização desses espaços de memória, uma imbricada relação entre uma “invenção de tradição”; uma disputa por memória e usos da memória e do imaginário.

Então, o Chafariz da Mãe Preta sofreu um processo de “Invenção de tradição” quando, do mito de uma Mãe Índia, surge uma Mãe Preta. Quando do Arroio do Lava-pés, Arroio dos Escravos, surge o Chafariz da Rua Uruguai, esquina com a 10 de Abril, e, deste, emerge o Chafariz da Mãe Preta. Ainda, quando, sob a ameaça de desaparecimento da “tradição”, em 1965, frente à demolição dos tanques de lavar roupa e reestruturação do Chafariz, um grupo de mulheres exige a edificação de um busto comemorativo, em memória da Mãe Preta.

No Monumento Praça à Mãe, a “invenção da tradição” se manifesta no desejo de construção do monumento, que seria o mais puro reconhecimento da cidade de Passo Fundo para com esse ser fraternal que renuncia a si mesmo para doar-se aos filhos e à família: a Mãe.

Invenção esta forjada por estratos sociais oriundos da imprensa e instituições locais, que justificaram a edificação do monumento, produziram as condições necessárias de sua realização efetiva e legaram o monumento materialmente constituído para as gerações futuras.

Entretanto, jamais pensariam estes que, no transcorrer de algumas décadas, aquele que seria o monumento de todas as mães passaria a ser lembrado por parcela significativa da população como sendo o Monumento à Mãe Preta. Frente ao estudo realizado nesta pesquisa, talvez este seja o exemplo que sintetiza a ideia de uma disputa por memória, sendo que cada indivíduo, ou grupo, a seu modo, simboliza, significa e representa os monumentos conforme seus próprios interesses.

Em decorrência disso, se manifestou uma variedade de usos de memória, que se configuraram também em domínios do imaginário sobre essa memória. Ou seja, o Monumento à Mãe foi Nossa Senhora Aparecida, foi Mãe Índia e Preta, foi mãe protetora dos filhos e rainha doméstica do lar, na manutenção da família, ao mesmo tempo em que foi mãe batalhadora que protege os filhos e luta por seu reconhecimento social e profissional fora de casa.

O Chafariz da Mãe Preta foi, por um lado, símbolo da escravidão e da submissão das populações escravizadas e, por outro, foi símbolo da luta e resistência contra a escravidão. Foi lugar de parada para viajantes e lugar de bênçãos, Sua água serviu tanto para o chimarrão, quanto para a cura de doenças. O Chafariz foi a construção mais celebrada da vila de Passo Fundo, para, após sua emancipação político-administrativa, ser visto como entrave ao progresso e ao desenvolvimento.

Tanto o Chafariz da Mãe Preta quanto a Praça da Mãe, em seus processos de patrimonialização, foram muitas coisas, marcadas por elementos diversos. Cada indivíduo/grupo atribuiu sentido, significado e representou os monumentos de formas diversas. Não vislumbrando problema algum nisso, espera-se que, no futuro, ambos os monumentos preservem essas características de suscitar diferentes interpretações. O problema estaria no fato de esses monumentos avançarem no tempo e retrocederem no que diz respeito à preservação de seu sentido histórico.

O que se pretende dizer é que não há problemas de memórias subalternas coexistirem com uma memória histórica “oficial” sobre os monumentos. Essas múltiplas interpretações acerca dos monumentos só demonstram a vivacidade dos bens patrimoniais. Entretanto, essas interpretações não devem subsistir por si só, devem estar entrelaçadas à memória histórica que se desenvolveu conjuntamente ao processo de patrimonialização dos monumentos.

Esses elementos conduziram a pesquisa, que, gradativamente, foi descortinando uma “invenção de tradição”, uma disputa por memória, usos e abusos da memória, e, quem sabe, até do imaginário. As fontes documentais conduziram a pesquisa oral e, em razão de tanto se escutar as pessoas falarem tanta coisa diferente acerca dos monumentos, optou-se pela aplicação das fichas as depoentes, com a intenção de verificar que memória era essa, e como ela se manifestaria em quatro níveis diferentes: espaço próximo; distanciamento; gerações e grupos étnicos diversos. E o resultado disso tudo se chama: Chafariz da Mãe Preta e Monumento Praça à Mãe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AVILA, Ney Eduardo Possap. **Passo Fundo Terra de Passagem** – Uma história concisa da cidade e do município. Passo Fundo: Aldeia Sul, 1996.
- BARROSO, Vera Lucia Maciel. O tropeirismo na formação do sul In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Orgs). **História Rio Grande do Sul**: Colônia. Passo Fundo: Méritos, 2006. v1. p.171-187. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul)
- BARTHES, Roland. **Mitologias**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BATISTELLA, Alessandro (Coord). **Patrimônio, memória e poder**: reflexões sobre o patrimônio histórico-cultural em Passo Fundo (RS). Passo Fundo: Méritos, 2011.
- BOURDIEU, Pierre; MICELI, Sérgio (Coord.) **A economia das trocas simbólicas**. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 2001. 361 p.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional n. 20, de 15-12-1998. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
- _____. Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1930. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Zahar, RJ. 2008.
- CAFRUNI, Jorge Edete. **Passo Fundo das Missões**. Porto Alegre: A Nação, 1966.
- CARDOSO, Ciro F. Repensando a construção do espaço. In: **Revista de História Regional**. [Ponta Grossa], v.3, n.1, p. 7-23, verão 1998.
- CARTA EUROPÉIA DO PATRIMÔNIO ANO DO PATRIMÔNIO EUROPEU. **Manifesto de Amsterdã**, Amsterdã: 1975.
- CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. Estudos Avançados, vol.5, nº11, Jan./Abr. 1991.
- _____. **A História Cultural** entre Práticas e Representações. Lisboa: Difel, 1990.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001. 282 p.
- COGO, Erni Fontoura; ISAIAS, Maria de Lurdes; BASTOS, Maria Lúcia Lopes. **O Negro e sua contribuição a Passo Fundo**. Passo Fundo: UPF, 1985.
- DALBOSCO, Cláudio Almir; BENINCÁ, Elli; DAL MORO, Selina Maria; LONGHI, Solange Maria. **Formação Histórica** – Cultural de Passo Fundo. Passo Fundo: ITEPA, 1989.

DIEHL, Astor Antônio (org.). **Passo Fundo, uma história, várias questões**. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

ESCRITÓRIO DOS MUSEUS DA SOCIEDADE DAS NAÇÕES. **Carta de Atenas**, Atenas: 1931.

GHIRARDELLO, Nilson. et al. **Patrimônio histórico: como e por que preservar**. Bauru, SP: Canal 6, 2008. 34 p.

GONÇALVES, José Reginaldo. **A retórica da perda: Os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/IPAHN, 1996.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na pós-modernidade**. 4 ed. Rio de Janeiro: LP&A, 2000.

HOBSBAWM, E; RANGER, T. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

ICOMOS. **Carta de Veneza**. Veneza: 1964.

ICOMOS. **Declaração de Sofia**. Sofia: 1964.

IPAHN. **Listas dos Bens Culturais inscritos nos livros do Tombo (1938-2012)**. Rio de Janeiro: 2013.

_____. **Listas dos Bens Culturais inscritos nos livros do Tombo (1938-2009)**. Rio de Janeiro: 2009.

JOHNSON, Richard; ESCOSTEGUY, Ana Carolina D.; SCHULMAN, Norma. **O que é, afinal, estudos culturais?** 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4.ed. Campinas: Ed. Universidade Estadual de Campinas, 1996. 553 p.

LECH, Osvandré (Coord.) **150 momentos mais importantes da história de Passo Fundo**. Passo Fundo: Méritos, 2007.

NASCIMENTO, Welci. **Conheça Passo Fundo Tchê**. Passo Fundo: Berthier, 1992.

NORA, Pierre. Entre a História e a Memória: A problemática dos Lugares. **Revista Projeto nº 10**. São Paulo: Educ/PUC- SP, 1981. p. 7-28.

OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier. **Anais do Município de Passo Fundo**. Vol. 1: Aspectos Geográficos; Vol. 2: Aspectos Geográficos; Vol. 3: Aspectos Culturais. Passo Fundo: EDIUPF, 1990.

_____. **Cartas Gaúchas**. Passo Fundo: s/ed., 1929.

_____. **O elemento estrangeiro no povoamento de Passo Fundo**. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1957.

_____. **O município de Passo Fundo através do tempo.** Porto Alegre Imprensa Oficial, 1957.

_____. **Passo Fundo Histórico e Geográfico** – Apostillas Geographicas. Passo Fundo: Livraria Nacional, 1935.

_____. **Passo Fundo na viação Nacional.** Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1957.

_____. **Relatório da propaganda agrícola** – Município de Passo Fundo. Passo Fundo: Livraria A Minerva, 1917.

_____. **Rememorações do nosso Passado.** Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1957.

_____. **Terra dos Pinheirais.** Passo Fundo: Livraria Nacional, 1927.

PELIGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Cultural: Consciência e preservação.** São Paulo: Brasiliense, 2009.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio.** Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. p. 3-15.

REY, Luís. **Dicionário de termos técnicos de medicina e saúde.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999. p. 39

RÜCKERT, Aldomar A. **A Trajetória da Terra: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul 1827-1931.** Passo Fundo: Ediupf, 1997.

SILVA, Marcio Antônio Both. Ninguém pode consumir sem produzir: Estado, grupos sociais e povoamento no norte do Rio Grande do Sul durante a primeira república (1889-1925) In: GUIMARÃES, Elione Silva; MOTTA, Márcia Menezes (Orgs). **Campos em Disputa: história agrária e companhia.** São Paulo: Annablume; Núcleo de Referência Agrária, 2007. p. 349-401.

TEDESCO, João Carlos. **Passado e presente em interfaces: introdução a uma análise sócio-histórica da memória.** Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo; Xanxerê: Universidade de Oeste de Santa Catarina; Porto Alegre: Suliani Letra e Vida, 2011.

UNESCO. **Recomendação de Paris.** Paris: 1972.

UNESCO. **Recomendação de Paris.** Paris: 2003.

VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). **Domínio da História: ensaio de teoria e metodologia.** São Paulo: Campus, 1997. p. 127-162.

VARINE, Hugues. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local.** Porto Alegre: Medianiz, 2012.

ZANOTTO, Gizele; MACHADO, Ironita A. P. (Org.) **Momento patrimônio: volume II.** Passo Fundo: Berthier, 2013.

_____. **Momento patrimônio.** Passo Fundo: Berthier, 2012.

FONTES

Arquivo da Câmara Municipal de Passo Fundo

CÂMARA MUNICIPAL. Decreto nº 009/82 de 15 de janeiro de 1982.

_____. Pedido de Providência nº 142/73 de 20 de junho de 1973

_____. Pedido de Providência nº 23/83 de 27 de fevereiro de 1983.

_____. Pedido de Providência nº 250/80 de 17 de junho de 1980.

_____. Pedido de Providência nº 258/73 de 19 de novembro de 1973.

_____. Pedido de Providência nº 261/81 de 09 de setembro de 1981

_____. Pedido de Providência nº 27/81 de 20 de novembro de 1981.

_____. Pedido de Providência nº 277/76 de 02 de setembro de 1976.

_____. Pedido de Providência nº 296/77 de 31 de agosto de 1977.

_____. Pedido de Providência nº 349/81 de 09 de novembro de 1981.

_____. Pedido de Providência nº 36/83 de 18 de fevereiro de 1983.

_____. Pedido de Providência nº 377/74 de 27 de dezembro de 1974.

_____. Pedido de Providência nº 418/77 de 18 de novembro de 1977.

_____. Projeto de Lei nº 57/80, em 03 de novembro de 1980.

_____. Requerimento nº 4/65, folhas 169/95 em 15 de março de 1965.

_____. Requerimento nº 61/65, em 20 de maio de 1965.

Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo

Discurso de inauguração do Chafariz da Mãe Preta em 1693.

Ofícios e ordens expedidos pela Câmara Municipal [transcrição] 1857-1860.

Parecer do Instituto Histórico Geográfico de Passo Fundo, sobre a mudança do velho chafariz em 1964.

Sociedade Emancipadora Passo-Fundense 1871.

Jornal O Nacional

Atrativos Turísticos: Praça da Mãe. O Nacional, Passo Fundo, p. 15, 7 Agosto 2003.

Boqueirão embeleza-se: canteiro do Monumento à Mãe sofre sensíveis melhorias. O Nacional, Passo Fundo, [s.n], 7 Maio 1968.

CAFRUNI, J. Campanha Pró Monumento à Mãe: Parabéns “Delorges”. O Nacional, Passo Fundo, [s.n.] 11 Março 1963.

_____. Discurso de inauguração Monumento à Mãe. O Nacional, Passo Fundo, p. 4, 11 Agosto 1964.

Chafariz: Cafruni rebate acusações do Vereador Ernesto Scortegagna. O Nacional, Passo Fundo, [s.n.] 21 Outubro 1965.

Demolição do Chafariz abre perspectiva de progresso. O Nacional, Passo Fundo, [s.n.] 21 Outubro 1965.

Dias das Mães dia da humanidade. O Nacional, Passo Fundo [s.n] 15 Fevereiro 1964.

Domingo será lançada a pedra fundamental do “Monumento à Mãe”: Comissão Central Pró-Monumento à Mãe realizou importante reunião, Jantares-dançantes no Turis Hotel, a localização do monumento. O Nacional, Passo Fundo, p. 2, 7 Maio 1963.

DONIN, A. Discurso de inauguração Monumento à Mãe. O Nacional, Passo Fundo, p. 5, 11 Agosto 1964.

_____. Instituto Histórico de Passo Fundo: Nota Oficial. O Nacional, Passo Fundo, [s.n.] 22 Outubro 1965.

DUARTE, M. Crônica da Cidade: Desapareceu o gênio criador de Walmor Palma a cidade ficou mais pobre. O Nacional, Passo Fundo, p. 2, 2 Outubro 1982.

_____. Crônica da Cidade: O Fracasso do Projeto Passo Fundo Tchê e sua maior vítima. O Nacional, Passo Fundo, p. 2, 27 Setembro 1982.

Em tocante e concorrida solenidade inaugurado dia 7 o Monumento à Mãe. O Nacional, Passo Fundo, p. 4, 11 Agosto 1964.

GRUPO PRÓ-MEMÓRIA. O rio que irriga a história. O Nacional, Passo Fundo. Artigo de folhetim comemorativo aos 143 anos de Passo Fundo com o título – Passo Fundo conta sua história: O rio que gerou, transportou e alimentou o desenvolvimento.

ILHA, D. Crônica. O Nacional, Passo Fundo, p. 3, 02 junho, p. 3, 04 junho, p. 1 e 4, 13 junho 1964.

_____. Crônica. O Nacional, Passo Fundo, p. 3, 08 Agosto 1964.

_____. Crônica. O Nacional, Passo Fundo, p. 3, 24 Junho 1964.

_____. Crônica. O Nacional, Passo Fundo, p. 3, 29 Maio 1964.

J.E.C. Hoje, no Caixeiral, o acontecimento máximo da elegância! Um baile grandioso com uma avant-premier maravilhosa: desfile inédito de modêlos, com as principais novidades do país. O Nacional, Passo Fundo, p. 4, 13 Junho 1964.

Jantares-dançantes no Turis Hotel serão promovidos pela Comissão Pró Monumento à Mãe. O Nacional, Passo Fundo, [s.n.] 12 Maio 1963.

KNEIPP, C. Boqueirão: Berço de Passo Fundo. O Nacional, Passo Fundo, p. 13, Agosto de 1997. Edição Especial Passo Fundo conta sua história: Seja Bem-vindo à Capital do Planalto – 140 anos. n° 4, agosto de 1997, Prefeitura de Passo Fundo; UPF; Projeto Premer; Grupo Pró-memória de Passo Fundo.

Lançada, expressivamente, ontem, a Pedra Fundamental do Monumento à Mãe. O Nacional, Passo Fundo, [s.n.] 13 Maio 1963.

Mãe: artista da vida. O Nacional, Passo Fundo [s.n.] 10 Maio 1964.

Monumento à Mãe será inaugurado a 7 de Agosto. O Nacional, Passo Fundo, p. 33, 19 Junho 1964. (Edição Especial Comemorativa do 40º aniversário do O Nacional)

Passo Fundo 136 anos: Desenvolvimento constante e um novo perfil. O Nacional, Passo Fundo, p. 4-18, 7 e 8 Agosto 1993. (Edição Especial)

Passo Fundo terá um monumento em honra à Mãe. O Nacional, Passo Fundo, p. 8, 13 Maio. 1961.

Pedra Angular da Humanidade. O Nacional, Passo Fundo [s.n.] 13 Maio 1961.

Pontos Turísticos de Passo Fundo: Praça da Mãe. O Nacional, Passo Fundo, p. 15, 19 Junho 2000.

Por falta de pedestal, será inaugurado mais tarde. O Nacional, Passo Fundo, p. 10, 9 e 10 Maio 1964.

Porta-voz do Instituto Histórico: Demolição do Chafariz da Rua Uruguai não prejudicará tradição da cidade. O Nacional, Passo Fundo, [s.n.] 14 Setembro 1965.

Praça do Monumento à Mãe será inaugurada domingo do Boqueirão. O Nacional, Passo Fundo, [s.n.], 8 Maio 1968.

Praça do Monumento à Mãe: mais um cartão de boas vindas em Passo Fundo. O Nacional, Passo Fundo, [s.n.], 8 Junho 1968.

Presença de Teixeira em Passo Fundo constituirá acontecimento expressivo: dois espetáculos no Cine Pampa, homenagens da Câmara Municipal, outros detalhes. O Nacional, Passo Fundo, [s.n.] 20 Junho 1963.

Promoções em favor do Monumento à Mãe. O Nacional, Passo Fundo, [s.n.] 15 Janeiro 1963.

SAMI. Consagração à Mãe. O Nacional, Passo Fundo, p. 1, 07 Agosto 1964.

Senhoras de côr pedem o afastamento dos tanques e erguimento de um busto à Mãe Preta: visitaram o Prefeito Mário Menegaz e estão dispostas a fazerem um abaixo assinado. O Nacional, Passo Fundo, [s.n.] 6 Outubro 1965.

Sepultado ontem Walmor Palma o gênio criador que Passo Fundo perdeu: luto oficial por 3 dias. O Nacional, Passo Fundo, [s.n.] 2 Outubro 1982.

Teixeirinha em Passo Fundo sexta-feira, no Pampa: Título de Cidadão Passofundense ao festejado cantor e intérprete. O Nacional, Passo Fundo, [s.n.] 19 Junho 1963.

Teixeirinha recebe calorosas manifestações da cidade e do povo: espetáculo ontem no Cine Pampa, sessão solene da Câmara para entrega do diploma de Cidadão Passofundense, reabertura do Café Haiti. O Nacional, Passo Fundo, [s.n.] 22 Junho 1963.

Teixeirinha recebeu o diploma de Cidadão Passofundense em meio a aplausos populares. O Nacional, Passo Fundo, [s.n.] 24 Junho 1963.

Teixeirinha vem a Passo Fundo dentro de 10 dias. O Nacional, Passo Fundo, [s.n.] 27 Fevereiro 1963.

THAL. Gente. O Nacional, Passo Fundo, [s.n.] 2 Outubro 1965.

_____. Gente. O Nacional, Passo Fundo, [s.n.] 9 Setembro 1965.

SETUR/FUNZOCTUR

FUNZOCTUR. Fundação Zoobotânica, Cultural e de Turismo Roselândia. Cartões-postais. Prefeitura Municipal de Passo Fundo. Administração 2009-2012.

_____. Fundação Zoobotânica, Cultural e de Turismo Roselândia. Passo Fundo o melhor caminho é aqui. Prefeitura Municipal de Passo Fundo. Administração 2009-2012.

_____. Fundação Zoobotânica, Cultural e de Turismo Roselândia. Passo Fundo lugar de gente feliz. Prefeitura Municipal de Passo Fundo. Administração 2009-2012.

GRUPO PRÓ-MEMÓRIA. Passo Fundo Conta a sua história: Passo Fundo 1857-1994 137 anos. Prefeitura de Passo Fundo, Secretaria Municipal de Turismo Cultura e Desporto, p. 6, Agosto 1994.

_____. Passo Fundo Conta a sua história: Passo Fundo 139 anos. Prefeitura de Passo Fundo, Secretaria Municipal de Cultura e Desporto, Agosto 1996.

Passo Fundo conta sua história: aqui cada visitante é um amigo. Prefeitura de Passo Fundo, SETUR Secretaria de Cultura e Desporto. p. 2-10, Agosto de 2002.

Passo Fundo Conta sua História: Passo Fundo 139 anos História de luta e trabalho de um povo. Prefeitura de Passo Fundo, SETUR Secretaria de Cultura e Desporto. Nº 3, agosto de 1996.